GUSTAVO BARROSO
(Da Academia Brasileira de Letras)

BIBLIOTECA
DIRETORIO ACADEMICO NOGUEIRA DE PAULA

À MARGEM DA HISTÓRIA DO CEARÁ

ESTE LIVRO PERTENCE AO DANP
DEVOLVA-O COM PONTUALIDADE

Imprensa Universitária do Ceará
1962

AC54521
R 14193648
16/10/2015

981.31
B295m

Universidade Federal do Ceará
Faculdade de Ciências Econômicas
e Administrativas
BIBLIOTECA
Nº do Tombo 150/73

981.221
B277m

Por ocasião de sua visita ao Ceará, em agôsto de 1959, o ilustre escritor conterrâneo Gustavo Barroso, que a fatalidade não permitiu regressasse à terra natal, entregou-me pessoalmente os originais de sua última produção — A MARGEM DA HISTÓRIA DO CEARÁ — e manifestou-me o desejo de que a publicasse a Imprensa Universitária.

Radicado há muitos anos no Rio de Janeiro, onde exerceu a maior parte de sua imensa e multiforme atividade literária, demonstrou sempre o maior interêsse por tudo que se relacionasse com a vida intelectual do Ceará. O amor ao torrão natal foi nota constante nas suas manifestações como homem de letras. Estreou com TERRA DO SOL, obra em que se percebem e distinguem características de pioneirismo, num gênero literário em que se combinam sociologia e literatura, e que representa um hino de amor do artista à terra que lhe serviu de berço.

A leitura de tôda a sua obra revela que a cultura e a vida cearenses, objeto de suas preocupações contínuas, eram fonte de perene inspiração. Nos diversos gêneros em que foi mestre, o seu amor às cousas do Ceará sempre as fêz aparecer em primeiro plano, como se observa em muitas de suas obras: AO SOM DA VIOLA, manancial de riquezas folclóricas, em que se refletem as nossas melhores tradições populares; LICEU DO CEARÁ, CONSULADO DA CHINA e CORAÇÃO DE ME-

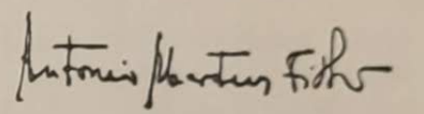
NINO, livros de memórias, em que os fatos e as paisagens são pintados com a precisão e a vivacidade de quem os viveu e as amou na quadra alvissareira da juventude.

Como historiógrafo — principal facêta de seu talento de escritor — Gustavo Barroso é, incontestàvelmente, um dos primeiros nomes da literatura nacional. Sabe com admirável arte revestir a verdade histórica com a roupagem sedutora da ficção, sem no entanto falseá-la na essência. Impôs-se desde a mocidade por seus trabalhos históricos, que produziu ininterruptamente durante todo o tempo em que escreveu. A êsse gênero dedicou-se de modo especial nos últimos anos de sua vida, através de pesquisas beneditinas, graças às quais enriqueceu o patrimônio histórico nacional com inúmeros "Segredos e Revelações da História do Brasil", que publicou em crônicas semanais sob êsse título.

Numa significativa homenagem ao Ceará, o último trabalho histórico de Gustavo Barroso — o livro que ora se edita pela Imprensa Universitária na forma de seu desejo — versa exclusivamente sôbre história cearense. É uma excelente coletânea de artigos sôbre fatos e vultos dos mais interessantes do nosso passado, merecendo destaque os que se referem ao flagelo das sêcas; à conquista holandesa; à estranha crônica da igreja de Almofala soterrada pelas dunas; à história do velho Palácio da Luz e da Praça do Ferreira; ao assassínio do major Facundo; ao presidente Caio Prado, "o mais amado governante do Ceará"; ao padre Cícero, o Padrinho do Sertão, e a vários outros temas e personagens da história cearense.

A Universidade do Ceará, desde os seus primeiros passos, teve em Gustavo Barroso um incentivador e grande amigo, que sempre lhe prestou uma colaboração desinteressada e valiosa. Afirmou em diversas ocasiões que tinha pela Universidade o carinho que lhe inspiravam as boas realizações de sua terra natal. A concepção do escudo desta instituição universitária e descrição de sua simbologia foram obra de sua criação inspirada.

A publicação dêste livro pela Imprensa Universitária, além de enriquecer o acervo editorial da Universidade, constitui serviço prestado às letras cearenses e justa e oportuna homenagem à memória de Gustavo Barroso, que tanto enalteceu e honrou o nome da terra cearense.



Fortaleza, 1962

ESTE LIVRO PERTENCE AO DANP
DEVOLVA-O COM PONTUALIDADE

BIBLIOTECA
DIRETORIO ACADEMICO NOGUEIRA DE PAULA

VIDA E HISTÓRIA DA PALAVRA SERTÃO

Nenhuma palavra mais ligada à história do Brasil, sobretudo à do Nordeste, do que a palavra sertão. Desde o início da colonização portuguêsa ela aparece rotulando o interior das terras. Gabriel Soares refere-se à *largura do sertão*. Os Bandeirantes paulistas rompem o sertão do Cataguás ou dos Cataguases, que é tôda a região ignota além da Mantiqueira. Os portuguêses já a haviam aplicado com a mesma significação na África, no Oriente e na própria Metrópole.

Pensa-se em geral que *sertão* nada mais é do que a corruptela ou abreviatura de *desertão,* o deserto grande, apelativo dado às regiões despovoadas e híspidas da África Equatorial pelos portuguêses, que dali o levaram para outras paragens. Consultando a respeito os dicionários de nossa língua, encontramos o seguinte:

Simões da Fonseca, "Novo Dicionário Enciclopédico da Língua Portuguêsa", Paris, 1926, edição refundida por João Ribeiro: "Sertão, s.m. O ponto ou sítio mais afastado dos terrenos cultos. O interior; lugar pouco habitado ou deserto."

Cândido de Figueiredo, "Novo Dicionário da Língua Portuguêsa": "Sertão, s.m. Lugar inculto, geralmente distante de povoações ou terrenos cultivados. Floresta, no interior dum continente, ou longe da costa." "Certão, s.m. Outra forma de *sertão*. Cf. Rot. do Mar, versic. 178; B. Pereira, "Prosódia", etc."

Maximiano Lemos, "Enciclopédia Portuguêsa": "Sertão, s.m. O ponto ou sítio mais afastado dos terrenos cultivados; mato longe da costa."

Antônio de Morais e Silva, no "Dicionário da Língua Portuguêsa", diz: "Sertão, s.m. O interior, o coração das terras, opõe-se ao *marítimo* e *costa*. O sertão toma-se por mato longe da costa."

Frei Domingos Vieira, "Grande Dicionário Português" ou "Tesouro da Língua Portuguêsa", Pôrto, 1873: "Certão, s.m. V. Sertão." "Sertão, ou Certão, s.m. O interior, o coração das terras, em oposição ao marítimo. — "Daí a pouco, em que a ida dêstes despertou os de dentro do *sertão*, ou como quer que foi, veio uma grande cáfila de gente a pé, tôda preta..." Barros, "Década", 1, liv. 2, cap. 2. — "Finalmente chegou o negócio a tanto que Sargol fugiu para dentro do *sertão* da terra da Arábia..." *Idem*, "Década", 2, liv. 2, cap. 2. — "A qual obra Rodrigo Rabelo por então houve por escusada, por ter outras da cidade a que acudir, e mais vendo que Melrao andava com gente de guerra nas terras firmes, e que não havia nelas Mouros de que temer a entrada da Ilha, depois que Melique Agrij perdeu estas terras firmes, e o Hidalcão com suas ocupações da guerra que tinha no *sertão* não acudia a elas." *Ibidem*, liv. 6, cap. 8. — "O sertão da calma; o lugar onde ela é mais ardente. — Toma-se também por mato longe da costa."

Caldas Aulete, "Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguêsa", 2a. ed., 1925: "Sertão, s.m. O ponto ou sítio mais afastado dos terrenos cultos; mato ou floresta longe da costa. F. r. lat. *Desertus*."

Quando trata do adjetivo derivado do substantivo sertão, êste último dicionarista exemplifica o verbete com uma citação de Alexandre Herculano: "terras sertanejas que demoram ao norte do Sado". Provàvelmente é da citação do vocábulo latino *desertus* como forma de que se originou, através do aumentativo luso, a palavra sertão, feita por Aulete, que vem a opinião geral a propósito, quase passada em julgado. Daí registrar Antenor Nascentes no "Dicionário Etimológico da Língua Portuguêsa", Rio, 1932: "Sertão. Forma aferética de desertão, segundo Maximino Maciel, "Gramática Descritiva", 44, v. Afrânio Peixoto, "Poeira da Estrada", pág. 51. É de explicação difícil o ensurdecimento do *s* sonoro."

ESTE LIVRO PERTENCE AO D...
DEVOLVA-O COM PONTUALIDADE

Naturalmente, porque a origem é outra. A palavra escreveu-se mais corretamente com *c*, pelo menos até o século XVIII. Por volta do século XVI já é encontrada indicando regiões do interior do próprio Portugal, absolutamente nada desertas. Óbvio é que alguma cousa deve existir para a discrepância de grafia, assinalada nos documentos e pelos dicionaristas, a mais antiga com *c*, a mais moderna com *s*, levando isso, bem como outros fatos, contra os quais a difícil explicação do *s* sonoro, a não se aceitar sem maior exame a origem latina em *desertus*, através de *desertão*, como é voz corrente.

Convém notar que, apesar de não contrariar ou mencionar tal etimologia, a maioria dos dicionaristas define o vocábulo como significando *floresta* ou *mato longe da costa*, embora alguns achem ao mesmo tempo que é *lugar inculto* ou *deserto*.

Parece que o segrêdo da origem de sertão, voz tão identificada com nossa história, nossas tradições e nossa literatura, está no "Dicionário da Língua Bunda de Angola", de frei Bernardo Maria de Carnecatim, ed. da Imprensa Régia, Lisboa, 1804. Na sua letra *M* se encontra o vocábulo *muceltão*, seguido da forma decepada e corrompida *certão*, com seu significado admiràvelmente definido em latim: *locus mediterraneus*, isto é, o interior, o sítio longe do mar, longe da costa, o oposto ao marítimo, tal qual diriam os dicionaristas anteriormente citados.

O têrmo *muceltão*, de onde, naturalmente, *celtão* e *certão*, é corruptela, diz frei Bernardo de Carnecatim, do puro angolano, *mbunda* ou simples e clàssicamente *bunda: michitu* ou *muchitu*, através de *muchitum* por nasalação dialetal. Êsse têrmo quer dizer pròpriamente *mato* e era empregado pela gente do interior da África Portuguêsa. Tornou-se por isso designativo de *mato longe da costa*, como nas definições dos dicionários.

No seu alentado trabalho, o erudito frei Bernardo de Carnecatim dá-se à pena de fazer sempre seguir suas traduções em vernáculo de concisas e seguríssimas correspondências na língua de Cícero. Para *muceltão* e *certão*, dá *locus mediterra-*

neus. Para *muchitu*, oferece *sylva, sylvae*, o bosque, a floresta, a selva.

Temos, por conseguinte, em língua bunda — *michitu, muchitu* e *muchitum;* depois, *muceltão* por influência lusa; afinal, *celtão* e *certão*, o interior das terras africanas coberto de mataria e nunca o deserto grande, o *desertão*, de onde a forma aferética *sertão*. Essa origem falsa, à custa de ser apregoada, influiu na grafia da palavra, que passou a ser escrita com *s*.

No seu primeiro contato com a África, anterior ao que teriam de 1500 em diante com o Brasil, os portuguêses apanharam essa expressão verbal, transformaram-na ao sabor de sua prosódia e a foram aplicando, de início, a qualquer *locus mediterraneus*, — sertão do Alentejo ou da Beira, por exemplo; em seguida, às extensões ignotas das novas terras. Até o século XVIII, na maioria dos documentos que conhecemos, o vocábulo vem escrito com *c* e, às vêzes, desta forma, *certam*: Cavalaria do Certam, Auxiliares do Certam, rezam os planos de uniformes setecentistas.

O têrmo sertão penetra fundamente na história e na vida do povo brasileiro. Reflete-se de modo extraordinário no seu folclore e na sua literatura, por onde espalha todos os seus derivados. É o "Sertão" de Coelho Neto, o "Pelo Sertão" de Afonso Arinos e "Os Sertões" de Euclides da Cunha. Já se tem afirmado até que êste plural é expressão tìpicamente brasileira, vulgarizado sobretudo pelo título da obra que imortalizou a epopéia de Canudos. Isso não é verdade. Para não ir mais longe, basta dizer que no chamado "Livro Grosso do Maranhão", transcrito no volume 67 dos "Anais da Biblioteca Nacional", todo êle de documentos do século XVIII, a cada passo se encontram papéis da Chancelaria Portuguêsa, nos quais se acha o plural *sertões*. *Verbia gratia:* "Para o Ouvidor-Geral do Pará. Sôbre os culpados no crime dos Certões..." "Para o Ouvidor-Geral do Pará. Sôbre fazer observar as Leis a respeito dos culpados nos resgates dos Certões..." E assim por diante.

Não resta a menor dúvida que da ganga dos glossários angolenses veio o étimo da palavra sertão, adotada pelo Brasil no decurso de sua história e tornada tão peculiar ao País, que faz parte do seu patrimônio tradicional mais do que qualquer outra.

BIBLIOTECA
DIRETÓRIO ACADÊMICO

ESTE LIVRO PERTENCE AO DAN
DEVOLVA-O COM PONTUALIDADE

O MARTÍRIO DO NORDESTE

Enquanto outras regiões do Brasil se orgulham de feitos antigos ou de riquezas modernas, a glória do Nordeste é como a dos santos e dos mártires, feita de provações e dores. Tempera-se o aço no fogo e na bigorna. Assim se forjam as almas e os corpos dos que por ali nascem. Todo o destemor, tôda a resignação e tôda a atividade dos filhos dos Estados nordestinos vêm do seu sofrimento secular.

O Nordeste é uma grande cunha enterrada na parte do território brasileiro que mais avança sôbre o oceano. Limitam-na ao norte o rio Parnaíba, ao sul o São Francisco e a oeste os imensos sertões que se desdobram em consecutivos araxás até o planalto central. Compreende seis Estados de feição geofísica semelhante: planuras cobertas de carrascais e catingas, poucas matas nas serras e vales, vegetação driática, resistente, espinhosa, capaz de longa hibernação, rios torrentosos, sem perenidade, clima quente e sêco. A paisagem pouco variada apresenta-se amena e melancólica. Céu azul, e, mais azul do que êle, os vultos das serras dispersas se mostram nos claros horizontes, perfilando-se em aparados ou talhados em tombadores. Pelas margens dos rios acima, vastos carnaubais sussurrantes, mais característicos do que os palmares do Nilo ou da Mesopotâmia, embalam as tardes ao gemido eólio dos seus leques mutilados pelos tiradores de cêra. Aqui e ali, entre lajeiros e pedrouços, desabrocham como nódoas de sangue as rubras flôres dos cardeiros abundantes. Cortam o silêncio o grito áspero das cauãs, o cacarejo metálico das seriemas, o bater de ferro das arapongas e o gemido espaçado das juritis.

E os caracarás, pousados nos montículos, pacientemente à espera de alimento, se alinham como sentinelas da solidão.

A história do povoamento dessa região sem metais preciosos, inçada de feras e de Tapuias ferozes, é uma das grandes epopéias da formação do Brasil. Depois de ocupada a costa arenosa e baixa, o estuário feroz e piscoso dos cursos de água, as angras litorâneas, começou a infiltração dos conquistadores pelo interior, de dois modos: um, rápido, porém incoerente e descontínuo nos seus esforços — *a bandeira;* outro, lento, seguido, infatigável — *o gado.* O bandeirante, geralmente baiano da famosa Casa da Tôrre de Garcia d'Ávila ou pernambucano do Sobrado, entrava pelo sertão, *descia* o índio escravizado, farejava o ouro que pouco encontrou e fundava aqui ou ali um arraial, semeando as cidades do futuro. O criador estabelecia a fazenda, onde o gentio fôra vencido e empurrado para mais longe pelo bandeirante. Daí a anos, aumentados os rebanhos nos anos bons, pedia novas sesmarias. Depois, mandava filhos e vaqueiros se estabelecerem com suas famílias e suas reses mais adiante. O índio vinha, frechava e comia os bois. Decretava-se contra êle a *guerra de corso,* em que se matavam os guerreiros e se cativavam mulheres e meninos, ou a *guerra de morte,* em que se passava a tribo tôda a fio de espada. Nessas guerras ao Tapuia, os índios mansos Tupis serviam de auxiliares aos brancos. Nasceram desta sorte os acostados dos senhores feudais do sertão. Terminada a luta, o gado barrosão, alentejano ou açoriano continuava a lenta conquista do sertão, passo a passo. O homem limitava-se a segui-lo e a defendê-lo.

Assim se fêz naquelas terras dilatadas e semi-áridas um povoamento digno dos estudos dum Le Play: *comment la route crée un type social,* povoamento que ainda hoje causa admiração. Caldeados o branco e o índio, quase ausente o negro, salvo nas zonas açucareiras do litoral, porque a pecuária não exigia muitos braços, foi surgindo do solo adusto uma sub-raça valente, dura, tenaz, prolífera, que, sem receber coeficientes de emigração estrangeira, conservou uma densidade não atingida em qualquer outra parte do Brasil.

O sertão chovido é a terra de encantadoras pastorais. O sertão sêco é o cenário de grandes martírios coletivos. Terras férteis, pastagens abundantes, águas risonhas e salubres, tudo isso desaparece como por encanto, com a falta completa das chuvas ou com a sua paradoxal inconstância e extemporaneidade. Não chove quando devia, chove quando prejudica. Em rajadas cíclicas, conforme se tem observado desde o século XVII, ou sem tempo e medida, o fenômeno climático constringe nos tentáculos da sêde e da fome tôdas as criaturas dêsse meio mutável e caprichoso, onde a única constância existente é a impavidez do homem. Em 1899, choveu tanto e tão prolongadamente que o ano foi pior do que o de 1898, em que não choveu. Chamou-se a *Sêca d'Água!* O fim das águas é em junho. Depois, o pasto seca e acama, ficando como reserva de alimento para o gado. Qualquer chuva nesse tempo o molha e faz apodrecer. Mas, se não choveu até junho, não há pasto nenhum sôbre a face negra do chão. O céu, espanado de nuvens, liso e luminosamente azul, se arqueia sôbre as catingas sem fôlhas e os vargedos comburidos, onde os lameiros estalam como louça de barro em fogo demasiado. Meses e meses seguidos nem um gôta de água cai daquele céu metálico e aquecido sôbre o chão negro, tôrvo, concentrado. Os animais selvagens desaparecem. Asas rumorosas não riscam mais o espaço encandecido. Sòmente o enxame negro dos urubus — tingas, unas e camirangas — remigia, dança, espirala nos ares. As reses caem de inanição e morrem sob o sol ardente.

O habitante, porém, é de ferro e sua filosofia declara: "Desgraça pouca é bobagem!" Cava o solo duro e piçarrento à cata de água fugidia e salobra. Cava por tôda a parte, cada vez mais fundo. Alimenta-se de raízes e de miolo de cardos. Corta a rama das árvores heróicas que milagrosamente resistem à sequidão — oiticica, juàzeiro, canafístula — para dar às vacas ainda vivas e salvar algumas *sementes de gado.*

Às vêzes o flagelo prolonga-se demasiadamente e o obriga a emigrar. Deixa a terra sáfara e amada com a viva esperança de para ela voltar um dia. Só a morte lhe impedirá o regresso. Porque nenhuma terra é melhor do que aquela,

quando a chuva a molha e o manto verde dos campos se cobre de flôres de jitirana. Já houve uma sêca de três anos — 1877, 1878 e 1879. Quase se acaba tudo; mas não se acabou como não se acabou com as de 1792-1793, de 1825 e 1845, quando a peste se aliou à fome. Sobrou sempre e sempre há de sobrar semente de gado e semente de gente para continuar a luta travada ali entre o homem e a natureza.

Sol escaldante, penúria, obrigação de lutar para não perecer, eis os fatôres da fortaleza de caráter do nordestino, que desbravou a Amazônia, conquistou o Acre, foi o herói ignaro de Canudos e formou nas guerras do Sul, nas coxilhas de Ituzaingo, nas sangas da Cisplatina, nas quintas de Monte Caseros e nos esteiros do Paraguai aquela sólida infantaria que o coronel argentino Rottjer considerou *inconmovible.*

O longo martírio através do tempo fêz a grandeza do nordestino. É seu orgulho enfrentar a desgraça com serena intrepidez e sorridente resignação, sorrir sob o vergasto de três séculos de dor, em face da indiferença dos governos ante a magnitude do seu problema. A dor é a bigorna do seu temperamento ao mesmo tempo audacioso e paciente. O Nordeste tem sido sempre forja de elementos étnicos e éticos ainda não devidamente estudados e muito menos aproveitados. A sêca continua a fecundar com seu fogo abrasador as terras nordestinas. Já é tempo de se estudar a fundo a influência do fenômeno na formação social e no destino histórico das populações nordestinas.

A JANGADA NA HISTÓRIA DO BRASIL

Henry Koster, que, no comêço do século XIX, percorreu o Nordeste do Brasil, possìvelmente como enviado maçônico para a articulação da revolução republicana de 1817, foi o viajante estrangeiro que nos deixou a melhor descrição da jangada. De bordo do veleiro "Lucy", que o trazia de Liverpool, viu diversas embarcações dêsse tipo à entrada do pôrto do Recife e escreveu a propósito: "De tudo o que vimos nesse dia o que mais espanto nos causou foram as jangadas velejando em tôdas as direções. Não passam de balsas feitas com seis toros de madeira especial e leve, amarrados ou cavilhados, com uma grande vela latina, um pagaio a servir de leme, uma quilha movediça entre duas peças de madeira, no meio, um banco para o timoneiro e uma alta forquilha em que se penduram os depósitos de água e de provisões." A estampa que acompanha o capítulo, representando a embarcação, desenhada por um parente de Koster, de acôrdo com seus esboços e indicações, é bastante fiel.

A jangada é barco costeiro, de viagem e pesca, de uso antiquíssimo entre as populações indígenas da América Meridional, Central e Insular, tanto no Atlântico como no Pacífico, admiràvelmente adaptado às praias arenosas e baixas, muradas de arrecifes à flor d'água, provocando quase sempre arrebentação violenta. Os nossos índios fabricavam-nas com o *Apeiba tibourbou*, o *pau-de-jangada*, leve e refratário, sobretudo quando novo, por muito tempo, à infiltração da água. No Peru e no Equador, faziam-nas com o *bálsamo* ainda verde, como se verifica do famoso livro "Kontike".

Os portuguêses encontraram-nas em nosso litoral logo ao descobrirem-no, tanto que, na sua carta, Pero Vaz de Caminha a elas se refere, comparando-as mal com as almadias do Oriente. Os mestiços adotaram-nas para suas pescarias e foram lhes introduzindo modificações e aperfeiçoamentos, de modo que a sua nomenclatura se apresenta com duas faces: a indígena e a lusa. No livro "As Colunas do Templo", publicado em 1932, estampei, com desenhos esquematizados, a tecnologia da jangada e do carro-de-bois, aliás, o primeiro trabalho dessa natureza que se fêz no País.

Conforme seu tamanho, as jangadas têm nomes especiais. As pequeninas, geralmente feitas com raízes de timbaúba, levíssimas, porém de pequenas dimensões, chamam-se *botes*. Levam quase sempre um único tripulante e servem para a pescaria de anzol nas proximidades do litoral, movidas a remo. As médias, que podem suportar, às vêzes, pequena vela, tripuladas geralmente por dois homens, são os *paquetes*. Enfim, vêm as *jangadas* pròpriamente ditas, de seis grandes paus unidos por longas cavilhas, dois *bordos* externamente, duas *meburas* em seguida e dois *meios* no centro. Conduzem de 2 a 4 homens: *mestre, proeiro, bico* e *contrabico*.

O que Koster denominou vela latina chama-se *vela* mesmo; o que considerou pagaio é *leme;* a *quilha* movediça tem o nome de *bolina* ou *tábua da bolina;* o banco do timoneiro não passa do *banco do mestre*, e a forquilha em que se dependuram os depósitos de água e provisões se conhece como *forquilha*, da qual pendem a *quimanga*, onde vai a comida, o *barril*, ou a *cabaça* d'água e as *pinambabas*, que são, conforme a palavra tupi está dizendo, os ganchos de pau para pendurar linhas e anzóis. Também ali vai a *cuia-da-vela*, de madeira, com cabo, servindo para molhar o pano, que, assim, toma mais vento.

Além disso, têm as jangadas nordestinas os *embonos* ou reforços de madeira na face exterior dos *bordos*, que alargam o estrado e dão maior segurança à embarcação; os *tornos*, espécie de fueiros ou espeques, fincados perpendicularmente nos madeiros, um à proa, no qual se amarra a *poita* ou corda do *tauaçu, ita-açu*, pedra grande, pedaço de arenito com um furo

por onde passa a amarra, que serve de âncora, e dois à ré para apoiarem o leme, que se manobra em duas chanfraduras, entre *calços*. O *mastro da vela*, maleável ao ponto de poder ser encurvado por uma corda, a *ligeira* ou *chicote*, que o proeiro puxa dependurado sôbre o abismo, para dar mais seio ao pano, passa por um *furo* do *banco da vela*, a um têrço da embarcação para a proa, e sua extremidade ou pé se enfia na *carninga*, corruptela de carlinga. Esta é uma tábua com vários buracos, de maneira a permitir tome o mastro as inclinações que o vento e as manobras exijam. A vela é espichada por uma *retranca*, com a *escota* respectiva que se vai prender aos *tornos* do *leme*. No vértice do triângulo da vela latina, vai um símbolo qualquer, rudemente pintado, que é o *sinal*. Há mais o *samburá* ou grande cêsto de cipó, onde se guarda o pescado, que cada tripulante, ao retirar do mar, ràpidamente marca com um talho de faca no rabo. As marcas são em geral: rabo inteiro, o mestre; duas pontas cortadas, o proeiro; uma ponta dum lado ou do outro, os restantes.

Na nomenclatura da jangada se mesclam as línguas das duas humanidades básicas de nossa formação: o tupi e o luso. Na designação do barco, não predominou a primeira, que o denominava *igapeba*, a canoa chata; mas o português *jangada*, já empregado nos clássicos Álvaro Vaz, Gaspar Correia, João de Barros, Damião de Góis, Diogo do Couto, frei João dos Santos, Fernão Pinto, Francisco de Andrada e outros, proveniente, segundo monsenhor Dalgado, do malaiala *changadam*, balsa, que indicava dois barcos amarrados juntos para travessia dos rios. "Uma das poucas vozes dravídicas conservadas nos restos da antiguidade clássica, a qual ocorre no *Periplus Maris Erythrei* do primeiro século sob a forma zângara." Filia-se o étimo ao sânscrito *sanghatta*, do verbo *sanghat*, que quer dizer união, junção, coesão, de onde o concani e o marata *sangad*.

A jangada dos nossos índios, segundo Ladislau Neto, "muito se aproxima da *balza* dos índios primitivos de Guayaquil e de alguns afluentes do Alto Amazonas, ou ainda do *pripri* dos Caraíbas, sendo a única embarcação de que se podiam servir os índios que habitavam o litoral brasileiro compreendido entre os Abrolhos e o cabo de S. Roque. E o motivo disso é que tôda aquela vasta seção da nossa costa tem como antemural, pelo lado do mar e nalguns pontos a muitas milhas ao largo, extensas linhas de recifes que a nenhuma outra espécie de embarcação permitiriam lhes singrasse as cercanias. A jangada era, portanto, o mais comum e o mais seguro batel daquelas regiões; e, efetivamente, nem ao norte do Ceará, nem ao sul dos Abrolhos o empregaram jamais os pescadores brasileiros".

A jangada, palco pequenino nas dimensões e imenso na grandeza dos heroísmos, sobretudo anônimos, dos pescadores nordestinos, é objeto de realce no nosso folclore, na nossa poesia, na nossa ficção e na nossa história. Cantou-a o aedo popular, inspiradamente:

Minha jangada de vela,
Que vento queres levar?
De dia, vento de terra,
De noite, vento do mar.

"Onde vai a afouta jangada que deixa, rápida, a costa cearense, aberta ao fresco terral a grande vela?" indagou José de Alencar no primeiro canto do poema em prosa que é "Iracema", saga do nascimento do Ceará para a civilização, consagrada pelo abraço amoroso da índia e do guerreiro luso. Durante as epopéias trágico-marítimas da exploração do litoral, da formação dos primeiros núcleos populacionais e da expulsão dos piratas estrangeiros, foram as jangadas elementos de transporte material e humano, mensageiras de paz e de guerra, fornecedoras de alimento e vigias das entradas dos portos e das barras na vastidão das praias nordestinas. Nenhum outro batel poderia fazer o que fizeram: correr ao longo da costa, penetrar os mangues e lagamares, esconder-se atrás dos arrecifes, deslizar silenciosamente na calada da noite.

A jangada figura no anedotário tradicionalista da terra dos "verdes mares bravios que perlongam as alvas praias en-

sombradas de coqueiros". Conta-se que jangadeiros do Iguape, pequeno pôrto cearense perto do Aquirás, há muitos e muitos anos, quando recolhiam em noite escuríssima, ao se aproximarem da costa, ouviram relinchos de cavalo em pleno mar. Persignaram-se, pois aquilo parecia assombração. Mas tornaram a ouvi-los e, mais acicatados da curiosidade do que do mêdo, dirigindo-se pelo som, foram dar com um balseiro que as cheias haviam arrancado das margens do Jaguaribe e lançado ao oceano, no qual boiava, embaraçado nas galhadas, um cavalo branco, que conduziram para terra e venderam a um dizimeiro por bom preço. Foi chamado pelo povo o cavalo-marinho.

Também se diz — e isto é uma bela fanfarronada dos jangadeiros — que, estando uma jangada muito afastada da costa, com seus três tripulantes entregues às fainas da pesca, foi avistada por um grande transatlântico inglês que demandava uma das capitais marítimas do Nordeste. De quarto, na alta ponte de comando daquela verdadeira cidade flutuante, um oficial novato, que nunca navegara para estas bandas. Ao ver pelo óculo de alcance aquêles paus flutuantes com uns homens seminus em cima, cuidou fôssem náufragos perdidos sôbre as vagas. Fêz o grande paquete orçar sôbre êles e lá de cima do passadiço, abocando o porta-voz, perguntou o que precisavam:

— *What do you want ?*

O proeiro voltou meio-corpo para a ré da jangada e indagou:

— Que é que êsse *bife* está dizendo lá na língua dêle, mestre?

E o mestre, encolhendo os ombros com o maior desprêzo:

— Homem, eu acho que êle está é pedindo reboque...

Em 1881, os jangadeiros cearenses rebelaram-se contra o tráfico dos escravos. Mestre Francisco do Nascimento, o Chico da Matilde da Praia do Peixe, o Dragão do Mar da gloriosa epopéia da libertação, chefiava seus destemidos companheiros. No pôrto de Fortaleza, as jangadas não embarcaram mais escravos, impedindo os senhores, ali acossados pela redenção apressada dos cativos, de os enviarem para os eitos do sul. Em

1883, antes de todas as outras províncias do Império, o Ceará se limpava da mancha negra da escravidão. E sua jangada se tornou o símbolo da liberdade.

O Dragão do Mar trouxe a que comandava ao Rio de Janeiro e ela foi transportada solenemente, em préstito cívico, do cais Pharoux ao Museu Nacional, então onde hoje se acha o Arquivo Nacional, na praça da República. Isso foi em 1884. Comemorando o fato, se cunhou significativa medalha. No decurso do tempo, essa jangada histórica, transferida para o antigo Museu da Marinha, infelizmente desapareceu.

Nos tempos coloniais, a vida dos jangadeiros no Ceará, por exemplo, era muitas vêzes regulada por dispositivos legais vexatórios. O historiador João Brígido nos dá notícia das posturas determinadas a 26 de outubro de 1811 pelo juiz-de-fora José da Cruz Ferreira, que considera "magistrado empavesado e tolo, senão venal e ladrão". Tais posturas reduziam os pescadores em jangada a uma condição quase servil. Rezavam assim:

"1º — Que todos os jangadeiros serão obrigados todos os dias a ir pescar com suas jangadas ao mar e isto a horas competentes, salvo quando o tempo fôr tal que êles de fôrça não possam ir ao mar, debaixo das penas de 30 dias de cadeia, cada um dos jangadeiros."

"2º — Que, para execução dêste artigo primeiro, elegem e determinam que um dos jangadeiros de mais porte e capacidade seja cabo, a quem todos os outros jangadeiros respeitarão e obedecerão, como oficial de justiça, ficando êste cabo obrigado a fazer sobreditos jangadeiros irem pescar ao mar, assim como pertence também a êste cabo decidir se os ventos e os tempos são favoráveis ou não à dita pescaria, para que a câmara lhe mandará passar o seu alvará e gozará de todos os privilégios e imunidades de que gozam os meirinhos, com declaração porém que tôda omissão que tiver sobredito cabo no seu ofício será castigado com 30 dias de prisão e desde já nomeiam para cabo dos jangadeiros Antônio Raimundo do Nascimento."

"3º — Que, primeiro que se sirva na repartição do pescado a todo público, se tirará com preferência para o governador da capitania, para o ouvidor, estando na vila, para os vereadores e procurador do conselho e almotacés, para os deputados da Junta, para o vigário da freguesia e capitão-mor e todos os mais empregados em ofícios de Fazenda ou Justiça e igualmente para todos os oficiais da tropa de linha."

Assim, no princípio do século XIX, quando Koster contemplou na entrada de Pernambuco as jangadas *sailing about in all directions*, a vida dos heróicos pescadores nordestinos estava sujeita a regulamentações na verdade despóticas. Algum tempo mais tarde, como se viu das posturas acima, nem podiam vender o que pescassem livremente, antes de satisfazerem os magistrados e funcionários civis e militares. Ficou-lhes dessas e outras regulamentações tirânicas o hábito de escolherem um cabo ou chefe, de confiarem sua direção a um líder saído dentre êles próprios. Setenta anos mais tarde, em 1881, êsse cabo, por sinal também um Nascimento, como o primeiro que tiveram, mestre Chico da Matilde, transformou os jangadeiros em arautos da emancipação dos escravos e penetrou na história do Brasil conduzindo uma jangada como o símbolo sem-par de liberdade duma raça infeliz.

OS CONQUISTADORES DA IBIAPABA

A exploração do Ceará, embora tenha sido um dos últimos desdobramentos da expansão lusa na costa do Brasil, reveste-se duma importância que, à primeira vista, escapa ao olhar do historiador, de vez que ela completa o vazio existente entre o Nordeste brasileiro já colonizado e o Extremo Norte em vias de colonização. Demais, sòmente portuguêses a realizaram sob o domínio espanhol, depois de haverem, vencendo grandes dificuldades, fundado Natal e chegado mesmo às salinas de Mossoró. Conheciam o Maranhão até o rio Punaré, crismado em Parnaíba, por onde já andavam os franceses, enquanto os inglêses montavam fortins bem guarnecidos no estuário do Amazonas.

Já sob o domínio espanhol se fizera em 1585 a conquista da Paraíba, passo maior de que resultariam a fundação de Natal e a exploração do Ceará. A predominância dos corsários franceses no seio da indiada paraibana forçara três governadores-gerais, Luís de Brito e Almeida, Lourenço da Veiga e Manuel Teles da Silva, apoiados pelo ouvidor-geral Fernão da Silva e por Francisco Castrejon, a envidarem esforços para dali os expulsarem. Nesse tentâmen, prestou bons serviços a esquadra espanhola de Diogo Flores Valdez, que percorreu o litoral brasílico, batendo os inglêses que o freqüentavam. Se os franceses mantivessem a posse da Paraíba e conseguissem, como sempre desejaram, a do Maranhão, a fronteira da América Portuguêsa se deteria aquém do cabo de S. Roque.

Em Pernambuco, onde se encontrava, o ouvidor-geral Martim Leitão, magistrado e bandeirante, organizou uma ex-

pedição com 500 homens brancos, armados de mosquetes e arcabuzes, servidos por grande número de auxiliares indígenas, partindo dali por terra a 26 de fevereiro de 1585. Frei Vicente do Salvador descreve com entusiasmo a tropa que marchava para a guerra: "Com êste exército, que foi a mais formosa cousa que Pernambuco viu, nem sei se verá, foi o ouvidor dormir no campo de Igaraçu. Ao quarto dia, que foi o 1º de março, foi dormir além do rio Taporemas. Cinco dias depois, chegou a expedição à campina da Paraíba."

A 6 de março de 1585, os portuguêses ocupavam definitivamente a Paraíba, assentando nos areais de Cabedelo os fundamentos da fortaleza de Santa Catarina. Dali avançariam em seguida para o Potengi, em cuja foz calçada de recifes Manuel de Mascarenhas levantaria o forte dos Reis Magos. Continuava, no entanto, ignorada e deserta a região costeira entre os rios Mossoró e Punaré, que raros navegadores por acaso tinham visitado. Conheciam-se por isso vagamente alguns dos pontos principais: a foz do rio das Onças, o Jaguaribe; a enseada do caminho da Mucura, o Mucuripe; o buraco das Tartarugas ou Jericoacoara; o pôrto do Pote ou do Camocim. As informações diziam ser a terra ressequida e povoada de feras e canibais, com dunas de areia movediça ao longo das praias. Falava-se da existência de âmbar e pérolas, cujo eco encontraremos ainda no poema "Caramuru", de Santa Rita Durão:

O Ceará, depois, província vasta,
Sem portos e comércio, jaz inculta:
Gentio imenso que em seus campos pasta,
Mais fero que outros o estrangeiro insulta.
Com violento curso ao mar se arrasta
De um lago do sertão, de que resulta,
Rio, onde pescam nas profundas minas
As brasílicas pérolas mais finas.

Afora êsse rio, êsse lago e essas pérolas, no mais a descrição do épico se casa, tanto na incultura do solo quanto na fereza do gentio, com a verdade dos fatos naquela época. A indiada tupi, do ramo Tupinambá, os guerreiros por excelência, — Tabajaras, Potiguaras, Carijós, Parangabas, Chocós, Ipus, Paupinas, Caucaias, Tacarijus, Caratiús, Camamus, Areriús, Anacés, Jaguaribaras, estacionava pelo litoral e pelas serras frescas das proximidades, perlongando às vêzes os vales dos rios. Os Cariris, mais ferozes,—Tremembés, Icós, Jucás, Canindés, Quixelôs, Cariús, Capixabas, Inhamuns, ocupavam os altos sertões.

A fronteira lusa em face dêsses bárbaros, em 1599, ao findar o século XVI, era balizada ao Sul pelo forte dos Reis Magos e a vila de Natal; ao Norte, pelo Maranhão. No comêço do século XVII, avançou do lado meridional para a região do rio Mossoró, do chamado Ceará Pequeno, Ceará-Mirim. Então, os inimigos políticos e sobretudo religiosos da Espanha Imperial, inglêsses, franceses e holandeses, corvejavam sôbre o Brasil, pirateando e procurando fixar-se neste ou naquele ponto menos defendido. Foi quando, em 1603, um bandeirante destemido procurou devassar o ignoto trato da terra cearense e incorporá-lo de vez ao todo brasileiro, acabando com a solução de continuidade existente entre o Nordeste e o Extremo Norte da Colônia. Natural dos Açôres, chamava-se Pero Coelho de Sousa e era casado com d. Maria Tomásia Barbosa, irmã de Frutuoso Barbosa, donatário da capitania da Paraíba. Ali chegara por volta de 1590, depois de deixar o cargo de capitão duma galera d'El-Rei, tendo aventurado e gasto em tentativas agrícolas tôdas as suas economias. A necessidade de ressarcir os prejuízos levou-o à aventura duma nova conquista. Requereu, pois, como era da praxe, e obteve da Coroa, por intermédio do governador-geral Diogo Botelho, a patente de capitão-mor e os necessários privilégios para desbravar e colonizar a então chamada província do Jaguaribe e Ceará, o Ceará Grande.

O regimento da expedição de Pero Coelho de Sousa foi-lhe dado a 21 de janeiro de 1603, mas os preparativos duraram até meados do ano, de modo que a partida só se efetuou em julho. Compunham-na 65 veteranos portuguêses sob o comando de Manuel de Miranda, Simão Nunes Correia, João Cide, João Vaz Tataperica e Martim Soares Moreno, que se imortalizaria na história da guerra holandesa e na literatura nacional como o guerreiro branco da Iracema de Alencar. Turgimãos, línguas

ou intérpretes eram um francês apelidado Tuim-mirim, o Periquito, e Pedro Fernandes Congatam, que, mais tarde, serviu na Casa da Tôrre de Garcia d'Ávila, na Bahia, e foi indicado por volta de 1618 para acompanhar Domingos Afonso do Sobrado na sua entrada pelo sertão, como grande sabedor das falas e usanças do gentio. Aos 65 soldados portuguêses acompanhavam cêrca de 200 frecheiros indígenas sob a chefia de seus naturais: Guaratinguira, Batatan, Caraguatim e Mandioca-puba. Através dêsses auxiliares nativos tinham os expedicionários as eternas informações lendárias da existência de ouro. O metal precioso que desvairava as imaginações se encontraria nos tombadores e paredões da Ibiapaba, a Serra Grande, bem como no fundo misterioso dos sertões maranhenses.

Antes de deixar a Paraíba, despachou Pero Coelho de Sousa para a foz do Jaguaribe três barcos carregados de víveres e munições, que ali o deviam esperar. Depois, marchou pela costa afora, forçando as etapas, indo descansar sòmente na embocadura do rio Ceará, no lugar denominado Itarema, depois crismado em Matias Pacheco. Foi um repouso prolongado, pois que só a 18 de janeiro de 1604 a expedição alcançou o Pote ou Camocim, de onde avistou o azul-escuro da Ibiapaba cortando o horizonte. Dela se aproximou em seguida pela depressão das quebradas que vêm morrer nas cercanias da atual cidade da Granja. Ao atingir as faldas da serrania, receberam-na tiros de mosquete. Eram os franceses dum tal Adolfo Montbille, que ali já se encontravam de mãos dadas às tribos dos chefes Irapuã, o Mel Redondo, e de Jurupari-açu, o Diabo Grande. Tinham até trombetas bastardas em que sopravam as ordens de combate.

Pero Coelho de Sousa e sua gente, embora cansados e famintos, não recuaram. Na primeira refrega ao pé da cordilheira, bateram-se bravamente e repeliram os inimigos, perdendo 17 homens. Depois, assaltaram as cêrcas ou trincheiras que impediam o acesso ao planalto da Ibiapaba, tomando-as em ferozes corpo-a-corpo e fartando sua fome nos armazéns nelas existentes. A mais difícil prêsa foi o arraial fortificado do Diabo Grande, que coroava a montanha. Todavia, usando para dêle

A catequese no Ceará. Óleo de Brandão Cela.

se aproximar a tática da *tortuga* romana, Pero Coelho de Sousa penetrou-o com seus destemidos companheiros, venceu os que o guarneciam, aprisionou dez mosqueteiros franceses e impôs a paz a Irapuã, Jurupari-açu e Ubaúna, obrigando Montbille a retirar-se para o Maranhão. Assim, até a Ibiapaba tôda, a terra era do rei de Portugal.

Nada, porém, de ouro para contentar os vencedores fatigados. Nenhuma recompensa a tantas canseiras. Também nada que pudesse ali prender os expedicionários. Enfrentava-se um dilema: prosseguir ou recuar. Regressar seria refazer de mãos vazias a áspera caminhada. Continuar seria talvez aproximar-se do famoso Eldorado jacente nas florestas tropicais do Norte. Envaidecido pelos triunfos obtidos, Pero Coelho de Sousa decidiu varar os araxás do Piauí rumo ao Maranhão. Chegou a atravessar o Parnaíba e a aventurar-se cêrca de 40 léguas além dêle; mas os soldados esfaimados, esfarrapados e doentes o obrigaram a voltar. Alcançaram, assim, em petição de miséria o primitivo acampamento da barra do Ceará, onde ergueram mísero fortim, dando ao arraial o nome de Nova Lisboa e à terra circundante o de Nova Lusitânia. Nas palhoças ali levantadas, filhos dos arcabuzeiros lusos e das índias, nasceram os primeiros mestiços cearenses.

Completamente arruinado pelos gastos da expedição, Pero Coelho de Sousa decidiu colonizar a terra conquistada. Deixou Simão Nunes Correia no comando do fortim de São Tiago que levantara e seguiu rumo à Paraíba, levando os prisioneiros franceses e grande número de índios escravizados na Ibiapaba, que ali vendeu por bom preço. Com o que apurou, adquiriu víveres, armas, munições, sementes e instrumentos agrícolas, voltando ao Ceará numa caravela, em companhia da mulher e dos 5 filhos, no ano de 1605.

No Ceará, levado pela necessidade de fazer dinheiro, o capitão-mor entregou-se com seus comandados ao frutuoso mister de escravizar e vender índios para os estabelecimentos açucareiros de Pernambuco. Começou fazendo guerra de corso aos Tapuias Tremembés e acabou peando os próprios Tabajaras e Potiguaras aliados. Fêz-se em conseqüência o vazio em tôrno

BIBLIOTECA DIRETÓRIO ACADÊMICO NOGUEIRA DE PAULA

do arraial da Nova Lisboa, onde principiou o mêdo duma aliança da indiada contra os intrusos. E, como à foz do Jaguaribe devia chegar breve João Soromenho com 6 barcos carregados de mantimentos, sendo, além disso, aquêle lugar mais próximo das bases lusas de Natal e Cabedelo, para ali se transferiram os expedicionários, erguendo um fortim de taipa a que puseram o nome de S. Lourenço. João Soromenho lá estivera e não os esperara, cativando índios e fazendo-se de vela com essas prêsas e mais a fazenda que devia entregar, do que resultou ser prêso em 1606, tendo morrido nos cárceres do Limoeiro. Isto desfez as últimas esperanças daquela gente. Todavia, Pero Coelho de Sousa se aferrou à terra e recusou retirar-se. Simão Nunes Correia e os homens mais válidos o abandonaram. Ficou com a família e meia-dúzia de soldados estropeados. O gentio cercava de longe o perdido reduto, sem ânimo de atacar o leão na sua toca. Dera a Pero Coelho de Sousa o apelido de Punaré em memória do seu avanço vitorioso até aquêle longínquo rio. Suas vitórias sôbre os franceses e os morubixabas da Serra Grande o aureolavam de tal prestígio que os selvagens não se atreviam sequer a enfrentar o velho Punaré.

A sêca, porém, desabou sôbre o Ceará Grande, a primeira de que se tem notícia, e expulsou os conquistadores, que atravessaram em balsas o Jaguaribe e rumaram pelas dunas costeiras para o Rio Grande do Norte. Iniciaram, assim, uma epopéia trágica que Diogo de Campos Moreno comparou com tôda a razão à de Manuel de Sousa de Sepúlveda na terra dos cafres. Faltou um Camões, para cantá-la. Não era possível um Camões para cada uma dessas epopéias, numa época em que Portugal as atirava com largueza pelos litorais desabitados e pelos sertões adustos na Ásia, na África e na América, dando vida pela dor e pelo heroísmo a mundos novos, com sangue, suor e lágrimas fecundando os desertos.

Na caminhada, levava Pero Coelho de Sousa às costas dois filhos pequeninos. D. Maria Tomásia conduzia outro. Os mais velhos marchavam com os soldados combalidos. O sol ardente queimava-os como ferro em brasa. No segundo dia da retirada, morreu de fome, sêde e fadiga o carpinteiro da expedição. No terceiro, descansaram ao pé duma cacimba de índios pescadores, sentindo-se acompanhados de longe pelos selvagens. Mais adiante, a água de outras cacimbas era choca, amargosa, impossível de se beber. As crianças choravam de cortar o coração. Pouco a pouco, aquela marcha se ia tornando um calvário com as torturas de Ugolino e Tântalo. Morreram duas das crianças menores. Dias depois, o filho mais velho do capitão-mor, um rapaz de 18 anos, morreu de inanição. O golpe deixou-o tão abatido que não teve voz para mais nada. Foi de então por diante d. Maria Tomásia quem se tornou o guia enérgico daquela procissão de espectros que se arrastava sôbre as alvas areias das praias nordestinas. Enfim, meia-dúzia de vultos seminus tombaram esvaídos nas dunas fronteiras a Natal quando o vigário da vila à frente de alguns índios mansos os apanhou, socorreu e salvou da morte.

Pero Coelho de Sousa não se refez nem se podia refazer dessa luta titânica. Morreu cristãmente em Lisboa, após ter ido da Paraíba para o Reino, a requerer paga de seus serviços, mais pobre do que nunca, sem dinheiro para o lençol da mortalha. Além disso, não faltou quem o caluniasse, atribuindo-lhe a culpa de tudo o que acontecera no malôgro de sua expedição. A verdade, no entanto, é que escreveu com o suor das angústias, as lágrimas da dor e o sangue do martírio a primeira página da história do Ceará, a qual como que foi o anúncio do destino impiedoso duma terra de sol e de dor. Essa página gloriosa dos Conquistadores da Ibiapaba demonstra que, sob o poderoso domínio da Espanha Imperial, a alma de Portugal nunca deixou de palpitar, cheia de vida, nas terras que seus filhos descobriram e povoaram, devassando-as, explorando-as, aumentando-as, expulsando delas os intrusos e invasores, dominando serranias e sertões, varando os rios, palmilhando os litorais, costurando as soluções de continuidade e prosseguindo sem pausa ou desfalecimento a obra formidável da dilatação da Fé e do Império.

É pena que nos nossos livros de história pátria, obedientes a rotinas e ignorâncias, não se dê o necessário lustre a episódios como êste dos Conquistadores da Ibiapaba.

OS PRIMEIROS CATEQUISTAS DO CEARÁ

A 20 de janeiro de 1607, num pequeno barco que carregava sal de Mossoró para Pernambuco, embarcaram para as terras do Ceará, que, pouco antes, Pero Coelho de Sousa explorara, tendo fim trágico, dois jesuítas portuguêses: os padres Francisco Pinto e Luís Figueira, ambos de grandes virtudes pessoais e incansável zêlo apostólico. Por sugestão do govêrno colonial, a conquista espiritual vinha ensaiar suas fôrças numa terra que resistira à conquista das armas.

Das salinas de Mossoró, os dois sacerdotes, acompanhados de alguns portuguêses e de muitos índios cristianizados, caminharam a pé ao longo da costa até as praias do Mucuripe e do Ceará, onde se estabeleceram, depois de fazerem pazes com um morubixaba de grande prestígio na região, o famoso chefe Amanaí, que os cronistas chamam, traduzindo-lhe o nome em vernáculo, Algodão. Pregando hàbilmente a religião, converteram inúmeros selvagens e, auxiliados por êles, fundaram no seio das tribos da redondeza, que acampavam à margem de lagoas ou na aba das serras próximas, quatro aldeias ou reduções, que ainda hoje existem na toponímia local: Pitaguari, na Aratanha, Caucaia, Paupina e Parangaba, vilas antigas e agora subúrbios de Fortaleza.

Quando o marquês de Pombal expulsou os jesuítas do Reino e seus domínios ultramarinos, ordenou a mudança dos nomes tupis dessas velhas aldeias indígenas para denominações lusas. Caucaia foi crismada em Soure, Paupina em Messejana, Parangaba em Arronches e Pitaguari em Santo Antônio. No decurso do tempo, os topônimos Soure e Messejana firmaram-

Poltrona do padre Antônio Vieira no Museu Diocesano de Sobral.

-se, mas o de Arronches caiu e o de Santo Antônio se tornou Santo Antônio de Pitaguari.

Nessas aldeias, os padres Pinto e Figueira reuniram os restos das tribos dos Caucaias, Paupinas e Parangabas, tôdas elas da nação Potiguara, que tinham sido arrastadas e desfalcadas nos vaivéns da conquista de Pero Coelho de Sousa, de 1603 a 1606. Findos tão ásperos trabalhos, deixando essas reduções a funcionar normalmente, os dois jesuítas continuaram a marcha, litoral cearense afora, até o Paramirim, hoje Parnamirim, de onde cortaram o sertão rumo à Serra Grande ou Ibiapaba, que foram alcançar na região habitada pelos índios Ipus, onde existe a cidade que lhes conserva o nome. Depois de os evangelizar, subiram a serrania e tomaram contato com os Tabajaras, que os apelidaram abaúnas, homens pretos. Apresentou-se-lhes, então, dificílima tarefa. Encontravam-se no seio da maior taba daquelas paragens, espécie de capital das nações indígenas aliadas aos franceses que se haviam oposto à avançada de Pero Coelho de Sousa em 1604 e sido vencidas. Era ali a Ararema, a Grande Taba a que se refere Cláudio de Abbéville.

A indiada, ressabiada ainda pela derrota, recebeu-os com grande desconfiança. Que desejavam êsses homens vestidos de prêto e de tão mansas palavras que lhe falavam dum Deus desconhecido, cuja brandura, sacrifício e misericórdia dificilmente impressionariam suas índoles batalhadoras? Que vinham fazer em seguimento àqueles arcabuzeiros terríveis que os haviam antes metralhado, aprisionando e escravizando grande número de seus companheiros?

Alguns franceses escapos a êsses combates da serra, quando ali tinham chegado os portuguêses de Pero Coelho de Sousa, não se haviam retirado para o Maranhão com seu chefe, o aventureiro Adolfo Montbille, mas permaneciam no meio do gentio e o incitavam às escondidas, manhosamente, contra os catequistas. Todavia, êstes conseguiram com ingentes esforços erigir um nicho ou capela, onde diziam missa, pregavam e batizavam.

A 11 de janeiro de 1608, justamente na hora da missa, foram inopinadamente atacados por um bando feroz de Tacarijus, índios tributários dos Tabajaras, que frecharam o padre Pinto e o acabaram de matar a golpes de tacape, ao pé do altar. O padre Figueira conseguiu fugir, salvando-se milagrosamente, escondido nos matos durante longos dias. Ajudado por alguns Tabajaras ou Ipus amigos, varou os sertões inóspitos à custa de grandes sacrifícios e alcançou as aldeias do litoral cearense, onde o chefe Algodão o acolheu e confortou. A notícia dos sucessos da Ibiapaba fôra levada ao governador Diogo de Campos Moreno, que mandou um navio à enseada do Mucuripe especialmente para conduzir o padre Figueira a Pernambuco.

Passando o furor dos Tacarijus assassinos, os índios mansos trouxeram numa rêde para a aldeia da Paupina, atual Messejana, o corpo martirizado do padre Pinto, ali o sepultando piedosamente. Na vida e na morte, cercou-o a veneração filial dos Potiguaras. Chamavam-lhe carinhosamente Pai Pina e imploravam sua intervenção milagrosa nas moléstias e enfermidades. Rogavam-lhe mesmo que fizesse chover, quando a sêca ameaçava torrar-lhes as roças. Era o seu santo e o seu patrono no céu. Juravam mesmo por êle.

Os próprios Tabajaras, entre os quais perecera por sua cumplicidade com os Tacarijus tributários, insuflados pelos franceses, guardaram a memória da sua pregação e da sua bondade. Dêles se transmitiu aos mestiços da região de Crateús, do Ipu e do rio Poti a lenda de que um litóglifo ou inscrição rupestre existente numa laje da Ibiapaba, com a forma de pé humano, é a pegada indelével do grande missionário. Assim, a lembrança do jesuíta ficou marcada para sempre nas páginas iniciais da história do Brasil.

A morte do companheiro e a terrível provação por que passara no Ceará não entibiaram no padre Luís Figueira o zêlo apostólico. Continuou a salvar para Nosso Senhor Jesus Cristo as almas primitivas da indiada bárbara. Escreveu uma gramática da língua tupi, a fim de facilitar a ação de outros catequistas entre os selvagens, e procurou atuar em cenário mais vasto do que o Ceará, penetrando no seio das nações selvagens da

Matriz de Messejana, a Paupina dos catequistas.

BIBLIOTECA

Amazônia. Vinte nove anos depois de ter sido o padre Francisco Pinto trucidado pelos Tacarijus da Ibiapaba, em 1637, o padre Luís Figueira encontrou idêntica morte, *ad majorem Dei gloriam*. No famoso naufrágio de Pedro de Albuquerque, no rio das Amazonas, foi frechado e acabado a tacape pelos Aroans.

Os jesuítas marcaram a sua passagem pelas ínvias terras brasileiras, nos séculos XVI e XVII, com o próprio sangue. A nação deve um grande e expressivo monumento aos abaúnas que lançaram as fecundas sementes de sua cultura nas terras virgens, entre as tribos bárbaras.

UMA RELÍQUIA DO PADRE ANTÔNIO VIEIRA

No seu belo livro "Aspectos do Padre Vieira", o sr. Ivan Lins afirma nas páginas finais que o insigne jesuíta foi um "homem prodigioso, verdadeira enciclopédia viva de seu tempo, e, sem dúvida, ao lado de Camões, a figura mais notável da história literária de Portugal". Entende ainda que sôbre essa extraordinária e onímoda personalidade se poderia escrever uma biblioteca e o considera "um antecessor, não só dos filósofos enciclopedistas e racionalistas do século XVIII", mas um pensador que "chega até a prelibar teorias que sòmente no século XIX seriam apresentadas e desenvolvidas". Eis o magnífico retrato em largas pinceladas do grande conselheiro do rei D. João IV em momentos de suma gravidade para os destinos do Reino lusitano e de suas Colônias.

Na verdade, são os mais variados e surpreendentes aspectos os que nos apresenta em sua vida e em sua obra o autor da "História do Futuro" e da "Palavra de Deus": sacerdote e político, orador sacro e panfletário, professor e teólogo, paisagista e poeta, estrategista e patriota, crítico e moralista, erudito e retórico, pensador e profeta, exegeta e mestre da língua, diplomata e missionário. Tôdas as facêtas amplas e vivamente iluminadas, umas completando-se, outras confundindo-se, outras ainda em bizarros contrastes e confrontos. De tôdas, serviram as duas últimas, tão dessemelhantes, para encenar sua movimentada existência, pois que, após haver passeado em algumas capitais européias ou com a negra roupeta da Companhia de Jesus ou com trajos de gala, sem faltar a espada à cinta, se o país era protestante, como embaixador aureolado

de todos os prestígios dados pelo soberano e pela sua inteligência, atravessou o Atlântico e se entregou humildemente, nas nossas selvas e montanhas, àquela vocação evangelizadora que lhe iluminara o espírito nos distantes anos de seu noviciado.

Em 1653, chegava ao Maranhão em abatimento e tristeza, mas volvia sem tardança à "costumada atividade", diz João Francisco Lisboa. Ali iniciou terrível luta contra os que exploravam e oprimiam o indígena. Malograram-se, porém, por diversas causas, suas missões ao Itapicuru e ao Tocantins. Ante os ódios que provocara, teve de retirar-se furtivamente para Lisboa. Voltaria dali armado com podêres extraordinários. E novamente se entregaria ao zêlo missionário, primeiro entre os Neengaíbas de Marajó, depois entre os Tapuias da Ibiapaba.

Eis como o citado João Francisco Lisboa resume a ação catequista do Padre Vieira: "Nos seis anos e meio que durou esta segunda residência (desde maio de 1654 até fins de 1661), empreendeu e prefez o infatigável missionário trabalhos prodigiosos e inumeráveis. Percorreu 600 léguas, ora a pé, ora embarcado, desde a serra da Ibiapaba até o Tapajós, não havendo rio, baía, costa e sertão que não devassasse; levantou 16 igrejas em diversas paragens; compôs formulários e catecismos em 7 línguas diferentes, com o português ao lado; e pacificou, converteu e civilizou inumerável gentilismo das nações dos Tapuias Tabajaras (de Ibiapaba), Neengaíbas, Cambocas, Mapuás, Mamainases, Aroans, Anaiás, Gujarás, Pixipixis, Tupinambás, Poquiguaras, Catingas, Boseas, Jurunas, Pazais, Nondans, Tapijós, Arnaquises, Tricujus e outros, cujos nomes encontramos nas suas cartas, muitos dos quais desceram em copiosa multidão para as povoações portuguêsas."

A derradeira missão do Padre Antônio Vieira seria a da Ibiapaba no Ceará. Terminada, voltaria a Portugal, onde o esperava a Inquisição para trancafiá-lo no cárcere de Coimbra. Em seguida, a vinda para a Bahia e o apagamento do seu gênio no ocaso da idade e no silêncio da morte. Sôbre essa missão na cordilheira que separa o Piauí do Ceará, a Serra Grande, cuja

base de operações seria a aldeia de Viçosa, ali fundada pelos jesuítas, são escassos os pormenores, mesmo os que nos dá o próprio missionário. João Francisco Lisboa escreve: "Da missão da Ibiapaba, o que achamos de mais interessante é a relação das espantosas dificuldades da viagem e a descrição poética da serra. Tinha-se então a viagem do Maranhão para o Ceará, senão como coisa impossível, ao menos como dificultosíssima. Eram infinitos e pouco conhecidos os baixios, enorme a fôrça dos ventos e das correntes, e, sôbre isso, ruins e mal dirigidos os barcos. Só pela madrugada, e com as aragens que naquelas horas matutinas sopravam da terra, se navegava um pouco; mas, como eram tão escassos e breves aquêles sopros terrais, ficavam outra vez as embarcações paradas sôbre o ferro, esperando pela madrugada seguinte. Sucedia, porém, estarem dias e semanas inteiras sem surdirem avante um só passo por faltar de todo o vento; e, assim, depois de insano trabalho, viam-se obrigados os navegantes a arribar ao Maranhão, de onde haviam saído."

A 3 de março de 1660, o Padre Antônio Vieira partiu de São Luís para a Ibiapaba, acompanhado de 2 jesuítas e uns 50 índios mansos. Depois de costear o litoral alguns dias, terminou a travessia por terra. "Ibiapaba, explica em carta, na língua dos naturais quer dizer *terra talhada*, não é só uma serra como vulgarmente se chama, senão muitas, que se levantam ao sertão das praias de Camuci; e mais parecidas a ondas do mar alterado, que a montes, se vão sucedendo e encapelando umas após das outras, em distância de mais de 40 léguas. São tôdas formadas de um só duríssimo rochedo; em partes escalvado e medonho; em outras coberto de verdura e terra lavrada, como se a natureza retratasse nestes negros penhascos a condição de seus habitadores; que, sendo sempre duros como de pedra, às vêzes dão esperanças, e se deixam cultivar. Da altura destas serras não se pode dizer coisa certa, mais que são altíssimas, e que se sobe às que o permitem, com maior trabalho da respiração, que dos mesmos pés e mãos, de que é forçoso usar em muitas partes. Mas depois que se chega ao alto delas, pagam muito bem o trabalho da subida, mostrando

aos olhos um dos mais formosos painéis, que porventura pintou a natureza em outra parte do mundo; variando de montes, vales, rochedos, picos, bosques, e campinas dilatadíssimas, e dos longes do mar no extremo dos horizontes... As águas são excelentes, mas muito raras..."

A essa montanha assim descrita por êle próprio chegou o Padre Antônio Vieira na quarta-feira de trevas do ano de 1660. Deve ter ido se albergar no sítio da Companhia, o Tiaia, de que nos dá notícia Milliet de Saint-Adolphe. Logo nomeou "um superintendente índio que vigiasse na sua observância, ao qual intitulou Braço-dos-Padres". Depois se seguiram os batizados, os casamentos, a pacificação geral do gentio. Regressaria a São Luís para lutar contra os escravizadores da indiada e ali seria injuriado, prêso e expulso para Portugal. E João Francisco Lisboa conclui que ali encontraria, "não a vingança e a reparação que esperava, mas o desengano da sua ambição e dos seus sonhos. Daqui começou a declinar a sua estrêla; e nós veremos que nunca mais êle achou nem na glória nem na fortuna compensações equivalentes aos cruéis desgostos que de então por diante o assaltaram de contínuo até o fim de sua longa vida".

A missão da Ibiapaba foi como que o canto do cisne do extraordinário jesuíta, porque dali ainda sentimos nas suas epístolas o entusiasmo e o brado de triunfo da ambição satisfeita. Segue-se a isso a luta contra a Inquisição e aquêle declínio a que alude o autor do "Jornal de Timon". Da passagem do Padre Antônio Vieira pela região serrana do norte do Ceará, ficou no arraial, depois vila e finalmente cidade de Viçosa, terra natal do bravo general Antônio Tibúrcio Ferreira de Sousa, uma relíquia preciosa e gloriosa: a singela cadeira de braços seiscentista, de couro pregueado, em que êle costumava sentar-se e que, certamente, amarrada a dois varais, servia para transportá-lo, carregada pelos índios sob as ordens do Braço-dos-Padres. Durante séculos, conservou-se guardada na capela do povoado e da vila. Depois, continuou na sacristia da pequena matriz de Nossa Senhora da Assunção, onde a vi na última vez em que estive em Viçosa, no ano de 1937. Dali a

transferiram para o rico e admirável Museu Diocesano de Soral, criação do venerado e erudito bispo-conde d. José Tupinambá da Frota. Nêle a encontrei e fiz fotografar em 1955. Pouca gente tem conhecimento da existência dessa valiosa lembrança, talvez a única relíquia existente no Brasil dêsse homem genial, glória das maiores na civilização luso-brasileira.

COMO OS HOLANDESES CONQUISTARAM O CEARÁ

Os holandeses, donos já de Pernambuco e das regiões vizinhas até o São Francisco e o Potengi, ocuparam o Ceará a chamado dos índios que o habitavam. É o que nos revela a carta de 25 de agôsto de 1637 do Supremo Conselho do Brasil aos diretores da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais em Haia. Diz êsse documento que, naquela data, estavam no Recife dois índios do *Syara* (sic), que tinham deixado cêrca de 40 companheiros no Rio Grande do Norte, os quais reclamavam a ajuda flamenga para expulsar os portuguêses da sua terra, rica de salinas, âmbar e algodão. Êsses mensageiros regressaram às suas tabas com a promessa de que, logo que fôsse possível, os batavos enviariam uma expedição ao Ceará.

A 17 de novembro seguinte, o mesmo Conselho comunicava àqueles diretores ter enviado, a pedido daqueles índios, os iates "Brack" e "Camphaen" com 126 homens ao mando do major Jorge Garstman no dia 14 de outubro. O "Brack" era comandado pelo capitão Teunis Janaz; o "Camphaen", pelo capitão Claes Arentz Langman. As tripulações de ambos somavam 58 marujos. A tropa de desembarque compunha-se da companhia de infantaria do capitão Hous com 35 soldados, da do major Bayer com 14, da do capitão Bylart com 13 e da do capitão Jan Ernst com 14. Para completar seus efetivos, tomar-se-iam no pôrto de Natal 50 homens. Feita a conquista, 30 ou 40 praças deveriam guarnecer o fortim local sob as ordens do tenente Van Ham. Dos índios cearenses que se achavam no

BIBLIOTECA
DIRETORIO ACADEMICO NOGUEIRA DE PAIVA

Rio Grande do Norte 25 embarcariam na pequena frota como auxiliares.

Nova carta, escrita a 13 de janeiro de 1638, noticia o que ocorreu com a expedição. Ela zarpara a 22 de outubro do ano anterior de Natal e a 25 ancorara na *baía de Marcoripe,* isto é, na enseada formada pela ponta do Mucuripe e a atual Volta da Jurema, a poucos quilômetros da cidade de Fortaleza, que nesse tempo não existia, seja dito de passagem. O desembarque não pôde ser feito na tarde do dia da chegada, porque a arrebentação das ondas virava os botes. Perderam-se mesmo dois dêles. Adiou-se a operação para a manhã seguinte. O mar estava calmo e a infantaria flamenga pisou as areias das praias que mais tarde seriam chamadas do Meireles e das Jangadas ou de Iracema, costeando as dunas brancas e movediças rumo à posição ocupada pelos portuguêses.

Era esta um forte de muros de dez pés de altura, de pedras sôltas, quadrado, com torretas ou atalaias em dois de seus ângulos, artilhado com 6 peças de ferro, 4 das quais atiravam balas de 4 libras e 2, balas de 2 libras. Estava situado no tôpo duma colina, à beira dum rio, defendendo um pequeno ancoradouro ou maceió. Antes, noutra colina, havia algumas casas de moradia.

Ali se travou o primeiro combate. Os holandeses, recebidos festivamente na praia do Mucuripe pela indiada e seu chefe Algodão, marchavam seguidos por duas centenas de frecheiros. Das tais casas partiram tiros de mosquete, a que os invasores responderam com descargas duma peça de artilharia que traziam e maravilhava os caboclos. Os defensores das casas recolheram-se ao forte de S. Sebastião, que o inimigo atacou logo com violência por dois lados, simultâneamente.

Os portuguêses, em número de 33 homens, não puderam resistir durante muito tempo ao ataque de mais de cem holandeses e duzentos selvagens. Capitularam após algumas horas de luta. O chefe Algodão (Maniú) com seus guerreiros queria, à viva fôrça, chacinar os prisioneiros, entre os quais vários feridos, tendo custado bastante aos vencidos fazerem seus aliados respeitar as leis da guerra civilizada. Foi necessário que

Garstman os ameaçasse com o emprêgo da fôrça para renunciarem ao cruel intento.

No mês de novembro de 1637, Jorge Garstman regressou do Ceará ao Recife, tendo deixado no antigo fortim de São Sebastião o tenente Van Ham com 45 homens escolhidos e instruções para se informar bem dos proveitos que pudesse trazer a nova conquista. Levando alguns prisioneiros lusos para Pernambuco, Garstman fêz a viagem de volta por terra, explorando os lugares capazes de se transformarem em boas salinas. Acompanhavam-no parte da tropa e auxiliares indígenas. O resto dos prisioneiros e dos soldados embarcou nos iates sob as ordens do capitão Hous, velejando para o Recife.

Dos documentos holandeses sôbre a conquista do Ceará se verifica que o seu interêsse visava à colheita do âmbar-gris e do sal. Caso isso não se desse, não valeria a pena conservar uma guarnição naquela costa árida e desabrigada. Todavia, convinha manter com a distribuição oportuna de faquinhas, espelhinhos, tesourinhas, corais, contas e outras bugigangas a amizade dos Tupis e dos Tapuias.

Em 1638, o tenente Van Ham deixado de guarnição no Ceará informava ao príncipe Maurício de Nassau que a terra era arenosa e ruim, imprópria para o plantio da cana-de-açúcar, sem madeiras e outras coisas de proveito. Havia lugares onde se encontrava sal, mas de péssima qualidade e nenhum dêles apropriado a boas salinas. Quanto ao âmbar-gris, tudo não passava de exageros dos índios, pois até então sòmente lograra ver quatro pedrinhas que mal pesavam três onças. Agradava os caboclos o mais que podia, porém êles nunca lhe traziam o tal âmbar, embora afirmassem percorrer as praias à sua procura.

Êsses selvagens habitavam em duas aldeias próximas do forte. A menor, a duas horas de viagem, certamente a dos Parangabas, cujo chefe se chamava *Koyaba;* a maior, a quatro horas, a dos Paupinas, Messejana posteriormente, ou a dos Caucaias, depois Soure, cujo chefe era Diogo Algedor, o que deve ser Diogo Algodão. Tôdas essas aldeias tinham sido fundadas no comêço do século XVIII pelos jesuítas Luís Figueira

e Francisco Pinto, primeira tentativa de colonização da terra após a mal aventurada expedição de Pero Coelho de Sousa em 1603-1605.

O mesmo tenente dá conta dum costume interessantíssimo dos índios cearenses, a que denomina *Arele Tijisado*, "junto a uma grande lagoa, que é muito piscosa". É provàvelmente a lagoa da Parangaba. "Celebram todos os anos essa festa, a que todos devem assistir. Fui convidado, e, chegando ali, encontrei reunidos mais de 2.500 índios, entre pequenos e adultos, homens e mulheres, além dos velhos que já não podiam andar." Infelizmente, o oficial flamengo não nos descreve a festa a que compareceu. Todavia, podemos inferir do nome estropeado que lhe dá tratar-se do que ainda em nossos dias praticam, quando o podem, os sertanejos cearenses: *tinguizar* as águas piscosas, isto é, deitar-lhes de môlho o *tingui*, que envenena todos os peixes. Êsse bárbaro processo de pescar, destruindo todos os peixes duma lagoa ou duma ipueira, como se vê, era de longa data praticado pelos Tupis.

A opinião do holandês sôbre os que habitavam o Ceará é a pior possível: "É uma turba selvagem e ímpia. Os homens têm duas ou três mulheres. Nada fazem senão comer e beber. Durante o correr do ano, ingerem tôda sorte de bebidas com que costumam embebedar-se, isto é, vinho de caju, e também de batata e milho. Alguns têm roças, mas a maioria procura o alimento nos matos. Não posso obter dêsses índios o mínimo serviço ou auxílio sem pagar. Dizem que nada absolutamente fizeram para os portuguêses e muito menos hão de fazer alguma coisa para nós, porquanto a terra lhes pertence..."

O oficial batavo que dizia isto dos Tupis desta *sorte* se referia aos Tapuias das *duas sortes* ou raças existentes no Ceará, naturalmente Jês e Cariris: "É gente de quem pouco ou nenhum proveito se pode esperar. Nada sabem fazer a não ser correr pelos matos à procura de alimento. Vêm visitar-me tôdas as semanas, ficam um ou dois dias a comer e a beber, e retiram-se, declarando que querem estar sob a obediência da Companhia e de V. Exª e a bel-prazer deixar-se empregar em seu serviço..."

Alguns dêsses Tapuias habitavam no lugar denominado Juriquaga e obedeciam ao chefe Watickene. Ofereciam-se também para trabalhar, porém não trabalhavam. Havia na terra duas centenas de cabeças de gado e faltava farinha. As munições eram poucas numa fortaleza em mau estado. Os soldados enfermos precisavam de cirurgiões. Andavam seminus por não receberem roupas.

Em vista de tudo isso, o tenente Van Ham fazia em abril e julho de 1638 sentir ao Supremo Conselho do Recife a absoluta inutilmente da ocupação do Ceará. O Conselho adiou a solução do caso até 1640, quando substituiu Van Ham por Gedeão Morris, recomendado da câmara da Zelândia e que já servira no Pará e no Maranhão. Êsse novo comandante do antigo fortim de S. Sebastião do Ceará, crismado em Schoonenborch, foi quem descobriu e começou a explorar as salinas do rio Upanema, hoje Mossoró, cuja descrição fêz pormenorizadamente. Descobriu ainda as salinas do Camocim. E muito se distinguiu na conquista do Maranhão.

O Maranhão foi recuperado pelos portuguêses, de 1642 a 1644, após graves lutas em que se distinguiram Muniz Barreiros e Teixeira de Melo. A libertação do Ceará só se daria em 1645 com a expedição de Vidal de Negreiros pelo sertão e seria completada pela definitiva expulsão do herege invasor das terras brasileiras.

OS HOLANDESES E A PRATA DO CEARÁ

O domínio dos holandeses no Ceará foi precário e intermitente. No entanto, a êle se deve, de certo modo, o povoamento do interior, sobretudo do vale do Jaguaribe, devido à fuga para os sertões dos elementos portuguêses que ocupavam o litoral e a escolha do local onde se fundou o povoado, depois vila e finalmente cidade de Fortaleza.

Os primeiros corsários flamengos que apareceram na costa cearense em 1625, um lustro antes da conquista de Pernambuco pelas tropas desembarcadas na Praia do Pau Amarelo sob as ordens de Teodoro Wardenburg, foram repelidos por Martim Soares Moreno, fundador da colônia, que estivera com Pero Coelho de Sousa na primeira exploração litorânea do Jaguaribe à Ibiapaba e era sobrinho do grande soldado da Jornada do Maranhão, Diogo de Campos Moreno. José de Alencar fixou-lhe os traços e imortalizou-o como o Guerreiro Branco, na lenda romântica de Iracema. Auxiliado pelos índios frecheiros de seu fiel aliado, o chefe Jacaúna, êle atacou os invasores em canoas de guerra, derrotou-os e tomou um de seus navios, com cuja artilharia e munições guarneceu o fortim de Nossa Senhora do Amparo, alevantado na embocadura ou barra do rio Ceará, local conhecido durante muito tempo como Matias Pacheco e Vila Velha, o mais antigo estabelecimento luso naquelas arenosas praias banhadas de mares verdes e bravios. Em 1631, anos depois dêsse feito, teve Martim Soares Moreno de levar seus índios a Pernambuco, em socorro de Matias de Albuquerque. Depois, estêve na Jornada do Maranhão e, desgarrado o navio em que ia até o mar das Antilhas, foi longo

tempo prisioneiro dos franceses. Nunca mais retornou à terra cearense.

Sucedeu-lhe no govêrno do Ceará Domingos da Veiga Cabral, que, em 1632, repeliu um segundo ataque holandês. Eis como o descreve João Brígido dos Santos no seu livro "Ceará — Homens e Fatos": "Determinando-se os holandeses a conquistar o Ceará, mandaram dois baixéis de guerra, para ocupá-lo. Chegados à costa, foram mandados à terra quatro indígenas que, tendo sido apanhados havia sete anos nas costas do Rio Grande do Norte, tinham sido conduzidos para Amsterdão e ali educados. Êstes selvagens, amestrados na língua batava, tinham a missão de atrair à causa holandesa os índios do Ceará, empregando a sedução. Veiga Cabral, porém, prendeu a dois dêles e os mandou enforcar como espiões e traidores, não admitindo que os selvagens, chegado o momento do cativeiro, tivessem a escolha entre os que disputavam o seu domínio. A tentativa abortou, voltando a expedição a Pernambuco."

Em 1637, teria êxito a terceira tentativa. Os índios do Ceará, que Pero Coelho de Sousa e João Soromenho haviam escravizado à falsa fé no comêço do século, que outros portuguêses tinham também perseguido e que tinham perdido seu grande aliado e protetor Martim Soares Moreno, desgostosos com o govêrno do sucessor de Veiga Cabral, que morrera no seu pôsto, Bartolomeu de Brito, enviaram mensageiros a Pernambuco a solicitar do príncipe João Maurício de Nassau mandasse conquistar o litoral cearense, prometendo-lhe seu decidido auxílio. Nassau, que iniciava o alargamento da conquista batava e que a levaria da foz do S. Francisco ao Maranhão, não perdeu a vasa. A 14 de outubro de 1637, deixavam o pôrto do Recife os iates "Brack" e "Camphaen", conduzindo o major Joris Garstman com 126 homens bem armados. O comandante do pequeno forte português de Nossa Senhora do Amparo, depois de S. Sebastião, tinha sòmente a opor-lhes 33 soldados e as 4 peças de artilharia tomadas em 1625 por Martim Soares Moreno.

O iate "Brack", do comando do capitão Teunis Janaq, e o "Camphaen", do do capitão Claus Arentz Langman, traziam 58 homens de tripulação. Os 126 arcabuzeiros e piqueiros de desembarque, dos quais 50 embarcados no Rio Grande do Norte, vinham dispostos em 4 pelotões às ordens dos majores Bayert, Bylart, Jan Ernst e do capitão Hous. Como auxiliares 25 frecheiros indígenas do Ceará. Além disso, o grande chefe da velha aldeia de Porangaba ou Parangaba, que os mapas coevos holandeses denominam Imboena Pougar, chamado na língua geral Maniú e pelos lusos Algodão, fizera causa comum com os invasores, entrando em contato com êles, quando fundearam na enseada de Mucuriba, atualmente Mucuripe. Ali desembarcaram os flamengos e avançaram praias e dunas afora até a Barra do Ceará. A 26 de outubro, na impossibilidade de resistir, Bartolomeu de Brito capitulou. A 11 de novembro, levando os prisioneiros, Joris Garstman voltou por mar ao Recife, deixando no govêrno da nova conquista, em boa paz com a indiada, o tenente Hendrick van Ham, que ali permaneceria até 1640.

Nesse ano, a 23 de novembro partiu de Pernambuco na galeota "Fuymsluyper" o capitão Gedeão Morritz Jonge, que vinha substituí-lo. Trazia com êle o capitão Jacob Evers, o qual arrebanhou nos pontos principais do litoral cearense, — Camocim ou Pote, Jericoacoara ou Buraco das Tartarugas, os selvagens aliados, levando-os em auxílio aos seus compatriotas ameaçados pela revolta do bravo Antônio Teixeira de Melo, na ilha de S. Luís do Maranhão. E ali morreu no famoso combate do Outeiro da Cruz, em que muitos dêsses pobres índios também perderam a vida. "Em vingança da derrota, narra o citado João Brígido, o comandante holandês da praça de São Luís mandou entregar aos Tapuias 25 soldados portuguêses, que se achavam presos, os quais foram devorados por êles." Nas Américas, muitas vêzes, como se vê dêste exemplo, o europeu cristão era mais bárbaro, por ser mais responsável, do que o selvagem pagão.

Trataram os holandeses no Maranhão com tamanha crueldade os índios auxiliares idos do Ceará, que êles, desiludidos dessa amizade, preferiram voltar ao convívio mais humano dos lusos. Organizaram em silêncio uma revolta, que explodiu em janeiro de 1644, atacando de surprêsa as guarnições dos fortins do Camocim, de Jericoacoara e da Barra do Ceará, chacinando-as, matando o próprio Gedeão Morritz Jonge e enviando recado a Antônio Teixeira de Melo, no Maranhão, para que viesse tomar conta da terra. Essa revolta sangrenta estendeu-se até as salinas de Upanema ou Mossoró, a cargo do holandês Elberti Smienthi, cujos trabalhadores foram todos vitimados. Ainda a 28 de fevereiro dêsse ano, passando pelo Ceará um navio flamengo, que trazia de S. Luís, já em mãos dos portuguêses, índios cearenses recambiados e um edil do Maranhão, o cruel Pedro Baz, os selvagens rebelados o receberam com fingida alegria e, depois, mataram todos os batavos que nêle viajavam. Antônio Teixeira de Melo, como Pernambuco ainda estivesse dominado pelos seus invasores, nomeou Estêvam de Campos Moreno para governador do Ceará.

Não se conformaram os batavos com a perda dessa defesa avançada ao norte de suas possessões pernambucanas, já bastante ameaçadas. Desta sorte, decidiram reconquistá-la em 1649. A operação foi entregue a Matias Beck, que ancorou sua fôrça naval na enseada do Mucuripe e, procurando local conveniente para desembarcar sua infantaria, acabou escolhendo o maceió formado pela embocadura do regato Marajaitiba, depois Telha e afinal Pajeú, que banhava o sopé da colina denominada Marajaik, onde construiu um forte de paliçadas, a que deu o nome de Schoonenborch, então governador de Pernambuco. Na mesma colina, os portuguêses edificariam mais tarde em alvenaria de tijolo a fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, berço da capital do Ceará.

Assumiu o comando do forte Schoonenborch o capitão Joris Garstman. É muito possível que, já quase *à bout de ressources* na luta contra os lusos-brasileiros em Pernambuco, insistissem também os flamengos em manter a posse do Ceará devido às minas de prata de Itarema, que constava terem sido descobertas desde o tempo de Martim Soares Moreno. Num mapa holandês do Ceará dessa época, encontrado nos arquivos

dos Países-Baixos pelo ilustre historiador e jurista José Higino Duarte Pereira, estão indicadas várias localidades e caminhos em volta do forte Schoonenborch, muito especialmente a serra de Maranguape e a da Taquara, aquela como Maragoaba, esta como Itarema. Aí figura indicado um pequeno quartel holandês, que, naturalmente, guardava a mina de prata. Em 1929, quando fui ao Ceará pronunciar o discurso de inauguração da estátua de José de Alencar, em profunda escavação da serra da Taquara foram encontrados e entregues ao saudoso historiador Barão de Studart algumas ferramentas de mineração roídas pela ferrugem e presumidamente contemporâneas da reconquista de Matias Beck.

A capitulação dos holandeses na campina do Taborda, perto do Recife, a 26 de janeiro de 1654, veio interromper de chôfre êsse trabalho de mineração. Em virtude da mesma, a 20 de maio, Jorge Garstman entregava o forte Schoonenborch ao capitão Álvaro de Azevedo Botelho, retirando-se para a ilha da Martinica, onde viria a falecer.

"Foi no período da guerra dos holandeses que o interior do Ceará começou a ser conhecido. O vale do Jaguaribe, depois das cercanias da Fortaleza, foi o primeiro ponto que recebeu povoadores portuguêses ou de raça cruzada; e isto se depreende das datas, em que foram concedidas as sesmarias da capitania, e bem assim do adiantamento da criação de gados naquela ribeira. Os holandeses não tinham podido estabelecer-se além da zona do litoral." Êsse povoamento se fizera, como se vê, com fazendas de criação de gado, cujas sementes tinham vindo sobretudo das ilhas portuguêsas do Atlântico e se multiplicado em proporção geométrica.

Finda a guerra holandesa, o Ceará foi desanexado naturalmente da jurisdição maranhense a que estivera sujeito pela nomeação do governador Estêvam de Campos Moreno, devido ao impedimento de Pernambuco, e voltava à desta capitania, com o Rio Grande do Norte e a Paraíba, como está expresso na carta régia de 1668. O curioso é que ninguém mais deu atenção às minas de prata de Itarema. Um verdadeiro mistério paira sôbre essas minas.

ÍNDIOS DO CEARÁ MORREM NA HOLANDA

No volume XXIX, de 1907, dos Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, foi publicado um manuscrito holandês nela existente, de autoria de Hessel Gerritsz ou Hessel Gerretssen, traduzido em francês por E. J. Bondam sob o título — *Journaux et nouvelles tirées de la bouche de marins hollandais et portugais de la navigation aux Antilles et sur les côtes du Brésil.* Entre essas *jornadas* e *notícias,* figuram informações dadas por índios do Ceará sôbre distâncias, ancoradouros e outros acidentes da costa nordestina do Brasil, registrados a 20 de março de 1628, em Amsterdão, pelo sr. Kilian de Resenlach.

Essas informações compreendem o litoral brasílico, de Pernambuco, que o documento denomina *Pharnambuc,* ao Maranhão. A forma de gravar a toponímia tupi pelos holandeses torna difícil a identificação dos lugares. Jarusu é Igaraçu; Guanana, Goiana; Pariba, Paraíba; Monguanguape, Mamanguape; Poting, Potengi. Do Ceará, escrito Siara, se diz que é um rio navegável por pequenas embarcações e lugar bastante povoado, produzindo madeiras de tinturaria e marcenaria, fumo, algodão, óleos medicinais. Entre os habitantes, muitos já sabiam ler e escrever. "Às três léguas do Siara, declara o documento, se encontra a serra Boraguapa (decerto Maranguape), que contém u'a mina de prata (a da Taquara, cujas escavações ainda se vêem). Ela fica a dois dias de viagem, e pode ser avistada de bordo dos navios. A prata existe ali em pequenos fragmentos e também se acha em veios, cavando-se a terra." Também se encontrava prata em Guarundug (Aca-

raú?) perto do rio Camosy (Camocim). O desvirtuamento dos topônimos cearenses é lamentável: Jaguary por Jaguaribe, Piracabuba por Precabura, Mucuru por Mucuripe, Wuapaba por Ibiapaba, Aracatihug por Aracati, Tymohug por Timonha, Juracoaquare por Jericoacoara, o famoso Buraco das Tartarugas da Jornada do Maranhão.

Os índios de tôdas essas regiões desde Pernambuco eram, no litoral, Tupis e, nas florestas do sertão, Tapuias, "inimigos dos portuguêses, mas fugitivos diante de seus inimigos", afirma a relação. Os Tupis pertenciam às tribos dos Tabajaras, dos Janduís, dos Caracarás, dos Potiguaras e dos Tiguaras. O documento estabelece uma diferenciação entre os *Potyguars* e os *Tyguars*. Enquanto os Tapuias são altos, ferozes, inteiramente nus e manejando dardos, os Tupis são mais amigos dos portuguêses, mais mansos e armados de arcos e flechas, e, entre êstes, os Tiguaras já andam vestidos, sendo, por conseguinte, semicivilizados. Deixa perceber mesmo que *tyguars* significa amigos.

Foi no meio dos indígenas dessa espécie, naturais do Ceará, que se haviam estabelecido em 1628 na baía da Traição, na Paraíba, que se encontravam os informantes do anotador holandês. Eram êles Gaspar Paraupaba, de 50 anos de idade, nascido em 1578; André Francisco, de 32 anos, nascido em 1596; Pedro Poti, Antônio Guiraguaçuí (Guirawrassuauay), Antônio Francisco e Luís Gaspar, todos batizados e em relações constantes com os lusos, naturalmente desde a expedição reveladora de Pero Coelho de Sousa ao Ceará em 1603. Também deviam ter tido contato com Martim Soares Moreno e sido evangelizados pelos jesuítas Figueira e Pinto.

O índio cearense Pedro Poti, possìvelmente aparentado ao grande Camarão, serviu desde o comêço da conquista holandesa do Nordeste aos flamengos com quem tomara êsse primeiro contato na baía da Traição, em 1628, dois anos antes do desembarque das tropas de Wardenburg na praia do Pau Amarelo, perto de Olinda. Vinte e um anos mais tarde era aprisionado pelos lusos-brasileiros na primeira batalha dos

Guararapes, rigorosamente castigado e remetido em 1652 para a Metrópole, tendo morrido durante a travessia e sido atirado ao mar.

Gaspar Paraupaba, o mais velho dêsses índios cristianizados do Ceará, tinha um filho que tomou o nome de Antônio e, por mal de seus pecados, como diz o povo, serviu aos invasores batavos, abraçando ao mesmo tempo o protestantismo. Quando em 1625 a esquadra de Hendrikson explorava o litoral nordestino e passou pela baía da Traição, Antônio Paraupaba, com alguns companheiros, nela embarcou para a Holanda, onde, segundo escreve o Barão de Studart, "se prepararam de alma e corpo para servir de missionários e fiéis vassalos dos flamengos entre os naturais seus parentes e aliados".

À fé de documentos holandeses encontrados pelo dr. Souto Maior nos arquivos dos Países-Baixos, sabe-se que, em 1633, foi Antônio Paraupaba o intérprete da expedição de Cristiano Arcizevski contra os índios Janduís do Rio Grande do Norte. Em 1645, enquanto era por conta da Holanda regedor da indiada do Rio Grande do Norte, seu parente Pedro Poti governava por sua vez a da Paraíba. Em 1650, Antônio Paraupaba ainda tinha roças nos lugares denominados Cajueiros e Campina, onde residia, pois que ali o encontraram, indo ao mesmo Rio Grande do Norte, os expedicionários do bailio Jan Houck, conforme está no seu "Diário de Viagem".

As vitórias contra o invasor, cujas conseqüências foram a recuperação dos territórios por êle ocupados e seu isolamento no Recife como prólogo do desenlace de sua ousada aventura, fizeram com que muitos dos índios mansos que o serviram (chamar-se-iam hoje colaboracionistas) fugissem para os altos sertões do Ceará, refugiando-se nas brenhas para escapar aos castigos que os lusos lhes reservavam pelo que consideravam traição. Dali conseguiram, não se sabe bem como, mandar um emissário à Holanda, pedindo auxílios que os tirassem daquela triste situação. Veio, porém, em 1654 a capitulação da Campina do Taborda. Os holandeses entregaram o Recife aos seus legítimos senhores e retiraram-se, com escravos e bagagens, para sempre, do País. Não tinha, pois, o govêrno das Provín-

cias Unidas interêsse algum em socorrer ou ajudar a indiada que com êle colaborara e agora se achava refugiada no fundo dos sertões cearenses.

Assim, naquele ano, o delegado dêsses infelizes, Antônio Paraupaba, se viu abandonado e nas mais desgraçadas condições de vida na cidade de Haia. De 1654 a 1656, perdeu o tempo a importunar o govêrno holandês com petições, memórias ou protestos, no último dos quais dizia, segundo a transcrição do dr. Souto Maior: "E, como o suplicante, deixando pai, mãe, mulher, filhos e parentes, trazendo apenas consigo, para o consolarem da sua tristeza, dois filhos ainda crianças, tenha chegado aqui quase nu e sem recursos, solicita muito humildemente, confiado no bom coração de vossas excelências, se dignem mandar fornecer a roupa necessária e alimentos para si e seus dois pobres filhos, a fim de poder esperar que em tempo oportuno sejam despachados os seus anteriores requerimentos."

Os Estados Gerais fizeram ouvidos de mercador e os desgraçados viviam de esmolas. Sabe-se que Antônio Paraupaba morreu nessa miséria atroz no Ano da Graça de 1657. Um ano antes, em 1656, de acôrdo com o teor do requerimento de sua lavra acima citado, seu pai, o velho Gaspar Paraupaba, ainda era vivo, contando 78 anos de idade. Dos filhos pequenos que se encontravam em Haia, netos dêste, não se sabem notícias.

Triste sina a dêsses pobres índios do Ceará arrancados pelos azares da guerra ao seu meio próprio e levados através do oceano para outro tão distante e desconforme com seus hábitos e com sua natureza! Imaginem-se, na umidade e frio do inverno holandês, êsses pobres caboclos, sobretudo os pequeninos, quase nus numa temperatura abaixo de zero, rodeados de neve, êles que se tinham criado ao calor do sol tropical, debaixo dum céu sempre azul. Filhos das praias descampadas e dos sertões soalheiros, viam-se entaipados numa cidade gelada, cinzenta e triste, onde ninguém os amava, ninguém os considerava, poucos se apiedavam de sua miséria e precisavam mendigar pelas ruas os seus alimentos, tiritando de frio.

Letras minúsculas nos capítulos da Guerra Holandesa, os índios do Ceará que serviram ao invasor pagaram caro o partido que tomaram e merecem por isso ser invocados com simpatia do fundo da desgraça que desabou sôbre suas humildes existências. Pungente foi o drama que os levou à morte no porão dum navio pelo Atlântico afora ou os vitimou de frio e fome nas brumosas terras da Holanda.

A CONFEDERAÇÃO DOS CARIRIS

No Sul do Brasil, a famosa Confederação dos Tamoios, decantada em prosa e em verso, ameaçou a dominação portuguêsa. No Nordeste, especialmente no Rio Grande do Norte e no Ceará, a Confederação dos Cariris, embora muito menos falada, quase destruiu em seus fundamentos a colonização lusa. Os Cariris eram uma ração indômita e inquieta, de língua travada, como se dizia, isto é, que não falava o idioma tupi. Habitavam o sertão, mas, ao longo dos rios, de suas cabeceiras se estendiam até as proximidades da costa. Ocupavam a vastíssima região compreendida entre a margem esquerda do rio São Francisco e as quebradas das serras do Araripe e da Ibiapaba. Combatidos pelos bandeirantes baianos da Casa da Tôrre de Garcia d'Ávila, com êles às vêzes se aliaram para dar caça a outros indígenas seus inimigos.

Escuros, altos, membrudos, ornados de penas negras, carrancudos e tristonhos, figuram nos documentos antigos com os vários nomes de Carirys, Carirés, Kiriris e até Alarves. Essas denominações cabiam ao seu ramo principal. Outros ramos do mesmo sangue usavam apelidos diferentes. Evangelizaram-nos no alto S. Francisco, no século XVII, os capuchinhos franceses Martim de Nantes, Teodoro de Lucé, Bernardo de Nantes, Boaventura de Becherel, Anastácio d'Audierne e José de Ploermel. Deve-se ao primeiro a interessantíssima "Relation succinte et sincère de la Mission du Pe. Martin de Nantes, prédicateur capucin, missionaire apostolique dans le Brésil parmi les indiens appelés Cariris". No Ceará, aldearam-nos e converteram-nos, no século XVIII, os franciscanos italianos Carlos

Maria de Ferrara, Francisco de Palermo e Joaquim de Veneza, os frades carmelitas fundadores de Missão Velha e Missão Nova e o jesuíta Jacob Cochlo. Todavia, em 1780, restavam poucos descendentes dessas tribos bravias, que foram transferidos para as vilas de índios mansos das cercanias da sede da capitania do Ceará: Paupina ou Messejana, Arronches ou Parangaba e Caucaia ou Soure, onde foram dentro de algum tempo absorvidos pela população local.

Grande número de tribos Cariris, umas mais numerosas, outras menos, viviam pelas diversas ribeiras sertanejas do Ceará até próximo do litoral ou para êle se dirigiam de outubro a novembro, para a colheita do caju, que usavam como alimento e na fabricação do vinho denominado mocororó. Quando se iniciou o povoamento dêsses rincões com a fundação das primeiras fazendas de gado e dos primeiros estabelecimentos agrícolas, nos seus deslocamentos a indiada não respeitou as reses e plantações dos brancos que se apossavam das terras consideradas por êles como suas. Tais choques foram o violento prefácio duma luta brutal que, de 1683 a 1713, duraria 30 anos. Durante êsse longo período, as várias nações Cariris se confederaram contra o invasor, mas se viram implacàvelmente batidas, escravizadas, chacinadas e disseminadas no seio de outras populações.

A grande luta começou em 1683 no Rio Grande do Norte. Os índios Jandoins ou Janduís, habitantes das regiões do Açu, Mossoró e Apodi, aliados outrora dos holandeses, a quem ajudaram na bárbara matança da população portuguêsa no engenho Cunhaú, levantaram-se em armas contra o domínio luso, matando, saqueando, arrasando as propriedades, não deixando "pedra sôbre pedra". O incêndio da revolta propagou-se cèleremente pelo vale cearense do Jaguaribe, alcançando os mais longínquos sertões, chegando aos limites do Piauí. As tribos dos Paiacus, Icós, Anacés, Quixelôs, Jaguaribaras, Acriús, Arariús, Canindés, Jenipapos, Tremembés e outras acompanharam os Janduís, lançando-se ferozmente à luta.

Em face da gravidade da situação, dos pedidos de socorro que lhe chegavam das zonas conflagradas, não dispondo de

BIBLIOTECA

fôrças suficientes para reprimir a revolta, frei Manuel da Ressurreição, então no govêrno-geral do Estado do Brasil, decidiu requisitar do capitão-mor de S. Vicente e S. Paulo uma tropa de paulistas aguerridos e conhecedores do modo de combater do gentio, para pôr têrmo àquela anarquia, do mesmo modo que a de Domingos Jorge Velho acabara o célebre quilombo de Palmares. Veio por isso de S. Paulo, rompendo os ínvios sertões, o têrço do mestre-de-campo Matias Cardoso, que atravessou o São Francisco, varreu os Janduís e estabeleceu na foz do Jaguaribe para dominar o vale o destacamento do capitão João Amaro Maciel Parente.

A presença dos paulistas não evitou que a guerra entre os brancos e os silvícolas confederados se dilatasse anos seguidos das fronteiras do Rio Grande do Norte ao interior do Ceará. A Matias Cardoso sucedeu no comando do aguerrido têrço o mestre-de-campo Fernão Carrilho, que, em 1691, conseguiu bater os melhores aliados dos Janduís, os Paiacus, forçando-os a tratarem a paz e dando-lhes como condição a emprêsa de atacarem os confederados Icós e Carateús, alçados em guerra pelo sertão adentro.

Os Paiacus foram os mais terríveis e constantes inimigos dos colonizadores na zona do baixo Jaguaribe. Seu apelido varia muito na documentação coeva: Paiacus, Pacajus, Piacus, Pyacus, Baacus, Bayacus, mesmo Baiquis e Baquaes. Raça valente nunca de todo submetida. Desde 1666, andava em constantes correrias e assaltos contra os brancos, combatida embora e dizimada pelas expedições primitivas dos ajudantes Francisco Martins e Filipe Coelho de Morais, veteranos nas campanhas contra os bugres. Aderiram em 1686 à rebeldia dos Janduís. Batidos por Fernão Carrilho em 1691, três anos depois, em 1694, tornavam a guerrear os lusos, sendo vencidos pela tropa do famigerado capitão Francisco Dias de Carvalho. Em 1696, o cansaço e as perdas de vidas levaram-nos a firmar a paz com os portuguêses.

Todavia, a luta contra outras tribos da Confederação dos Cariris prosseguia sem descanso, tanto que foi necessário mandar vir novos reforços de S. Paulo sob o comando do mestre-

-de-campo Manuel Alves de Morais Navarro. Não se sabe bem por que motivo, se por alguma denúncia de estarem preparando qualquer traição, se por ter sido ferido em combate contra os selvagens e estar furioso por isso ou se por mera desconfiança e crueldade, o chefe militar paulista convidou os Paiacus aquietados para entrarem em campanha ao seu lado, atacando-os e matando-os de surprêsa.

O sangrento episódio aconteceu no dia 4 de agôsto de 1699. Estavam os Paiacus desarmados e pintados festivamente, dançando suas danças guerreiras, quando deram sôbre êles, descarregando os mosquetes e cortando-os a espada, os aventureiros do têrço de Morais Navarro. Mataram homens, mulheres e crianças sem piedade. O crime inominável levantou protestos indignados do missionário João da Costa, a que enèrgicamente logo se associou o bispo de Olinda, d. frei Francisco de Lima. Por ordem do rei, o mestre-de-campo foi prêso e submetido a processo.

Apesar dessa terrível matança, como não cessasse a luta entre os brancos e os tapuias cearenses, de novo os Paiacus se rebelaram em 1703, acompanhados pelos Icós. Então, todo o vale do Jaguaribe pegou fogo. Mandado contra os Icós, o capitão Pedro Mendonça os derrotou, escravizando-os sem distinção de sexo ou idade. Contudo, os remanescentes dos vencidos, unindo-se a outras tribos em pé de guerra, continuaram a peleja de tal modo que, em 1706, o govêrno real mandava fornecer armas a todos os moradores da capitania do Ceará, para provimento de sua defesa pessoal, de suas famílias e de seus bens contra a indiada rebelde. Em 1708, o capitão Bernardo Coelho de Andrade, chefiando um destacamento de gente destemida, destruiu as resistências que lhe opuseram os Icós, os Cariris, os Cariús e os Carateús.

No ano de 1713, a Confederação dos Cariris mostrou-se ainda viva na revolta geral desencadeada pelos Paiacus, Anacés, Jaguaribaras, Acriús, Arariús, Canindés e Jenipapos, que forçaram os Tremembés a segui-los. A vila do Aquirás, então sede da capitania, foi inopinadamente atacada. Na sua defesa,

morreram 200 pessoas. O resto da população fugiu, defendendo-se como pôde pelo caminho, que semeou de mortos, indo acolher-se à proteção dos canhões da fortaleza de Nossa Senhora da Assunção na foz do Pajeú. Êsse êxodo deu origem à vila, depois cidade da Fortaleza, que acabou superando a do Aquirás.

A bugrada à sôlta destruiu centenas de casas, sítios e fazendas. O interior da capitania quase se despovoa. As comunicações com Pernambuco, que se faziam pelo litoral, foram cortadas. Entrou então em ação o famoso regimento de ordenanças do coronel João de Barros Braga. Essa *Cavalaria do Certam*, como dizem os velhos documentos, vestida de couro e composta de homens conhecedores do terreno em que pisavam, bem como do modo de guerrear dos indígenas, exterminou-os em violentíssima guerra de morte que subiu pelo vale do Jaguaribe ao do Cariri e aos confins piauienses.

Depois dessa campanha, as relíquias dos Paiacus do baixo Jaguaribe, dos Canindés e Jenipapos do rio Banabuiú foram aldeadas em Monte-mor-o-novo e Monte-mor-o-velho, depois, respectivamente, vilas de Guarani e de Baturité. A primeira chama-se agora Pacajus em memória dos seus indomáveis guerreiros bronzeados. Os restos dos Icós foram exilados em Sousa, no alto sertão da Paraíba. Os remanescentes dos Acriús e Arariús do rio Acaraú e da serra da Meruoca foram confinados na povoação de Nossa Senhora da Assunção da Ibiapaba, posteriormente crismada em Vila Real da Viçosa, onde pregara outrora o Padre Antônio Vieira. Os últimos Tremembés feneceram em Soure e em Almofala, onde seus descendentes ainda hoje conservam lembranças de seus ritos coreográficos. Os derradeiros Cariris formaram no antigo Brejo a Missão do Miranda, que se tornou a Vila Real do Crato.

Assim, acabou melancòlicamente a terrível Confederação dos Cariris que durante 30 anos trouxe em sobressalto as gentes que iam povoando e civilizando as terras do Rio Grande do Norte e do Ceará. Foi uma das mais notáveis experiências duma conjugação de esforços realizada por selvagens do Brasil, sempre tão desavindos e inimigos entre si, com o fito de obstar a conquista de suas terras. Esfôrço baldado, pois sua sorte

Vaqueiro encourado - Cavalaria do sertão.

diante do invasor fôra lançada e não seria a bravura instintiva suficiente para vencer com arcos e flechas a inteligência sagaz, a pólvora, as balas de chumbo e a cultura superior do europeu. Como a humanidade tupi, embora menos maleável, a humanidade tapuia teria de ser dominada e absorvida pelo colonizador.

O COMANDANTE DA CAVALARIA DO JAGUARIBE

No dizer dum historiador cearense, o coronel João de Barros Braga foi, no Ceará do século XVIII, *um dos mais desapiedados* conquistadores do sertão. De 1721 a 1731, dominou com sua cruel atividade o extenso vale do rio Jaguaribe desde a sua foz, tornando-se o espantalho das tribos indígenas que por êle afora estadeavam. De 1731 a 1734, governou com mão de ferro a vizinha capitania do Rio Grande do Norte. Durante a década a que antes nos referimos, o temido e prepotente oficial comandou o famoso Regimento de Cavalaria do Jaguaribe, cujos 200 milicianos, vestidos de couro como os vaqueiros da região, passearam do Aracati ao Icó com a sua bravura arrogante, deixando uma fama de ferocidade nas lutas, que chegou até nossos dias.

João de Barros Braga surge na crônica do Ceará colonial ao apagar das luzes do século XVII com a concessão duma sesmaria na região jaguaribana pelo govêrno da Metrópole, no Ano da Graça de 1700. "Muitas zonas dêsses sertões, segundo o depoimento de João Brígido, estavam ocupadas sem nenhum título, quando, no fim do século XVII, por autoridade real, o vale começou a ser distribuído, o que se prolongou por cêrca de 50 anos, com grande sofreguidão e muitos conflitos, em conseqüência de direitos adquiridos, que iam sendo feridos na partilha do desconhecido." Ora, é muito compreensível que, num meio tumultuário como êsse, no qual necessàriamente tinha de predominar a fôrça, um homem destemeroso tendo sob seu comando uma organização militar, embora de segunda linha ou reserva territorial, como o Regimento de

Cavalaria Auxiliar do Jaguaribe ou Regimento de Cavalaria do Certam, no texto de alguns documentos, acabaria se tornando o árbitro das situações.

Quando a famigerada Confederação dos Cariris, réplica da Confederação dos Tamoios no Sul, no século XVII, ameaçou tragar a incipiente colonização do Jaguaribe na aurora do século XVIII, João de Barros Braga projetou-se no cenário conturbado e ensangüentado como uma das principais figuras da reação lusa. Quando, no aziago ano de 1713, o gentio Anacé ou Guanacé, pertencente àquela Confederação, atacou a vila do Aquirás e obrigou sua população a buscar refúgio no forte de Nossa Senhora da Assunção, onde se achavam a tropa e o governador da capitania, Francisco Duarte de Vasconcelos, fazendo grande matança nos retirantes pelos caminhos da Precabura, do Coaçu, da Paupina, do Cocó e do Tauape, em seu socorro acodiu logo João de Barros Braga com seu regimento e um trôço de volteadores índios, passando a fio de espada os rebeldes que pôde colhêr com as armas na mão. Foi êle quem salvou o Aquirás de completa destruição.

Em conseqüência de tais sucessos, o govêrno decretou guerra de morte ao gentio Anacé, proclamada no adro das igrejas, nomeando João de Barros seu comandante geral e declarando os cativos feitos na mesma livres do *quinto* ou taxa devida à Fazenda Real. Era abrir largamente as portas aos brutais preadores de carne selvagem. Para se ver como semelhante guerra foi conduzida, basta assinalar que o coronel do Regimento do Jaguaribe aprisionou 400 silvícolas, dos quais executou 95, os mais capazes de fuga, vendendo 305 como escravos, e só um de seus capitães, Pascoal Correia Vieira, capturou para si 125 na ribeira do Banabuiú. Todavia, não tendo em conta a dispensa dos quintos prometida pelo governador, sem autoridade para tanto, a Justiça moveu-se a cobrá-los e a Relação da Bahia condenou Barros Braga a restituir 70 daqueles pobres cativos ao Erário.

Naqueles rudes tempos iniciais do ciclo nordestino da pecuária ou civilização do couro, "havia intriga formal dos criadores de gado com os índios, porque êstes não se podiam

conformar com a idéia de que o gado pudesse ter dono e queriam exercer nêle o seu direito de caça". Antes de se organizar de fins do século XVII ao comêço do XVIII o Regimento de Cavalaria do Jaguaribe, o combate à bugrada em virtude de seus ataques às fazendas de criação estivera entregue às formações irregulares de partidários armados ou *entradas*, correspondentes ao que se denominava no Maranhão e Pará *tropas de resgate*. Até 1707 exerceu o cargo de capitão-mor das Entradas no vale do Jaguaribe um de seus primeiros povoadores, grande exterminador de índios e tronco de numerosíssima família, Manuel Nogueira Ferreira, antepassado do caudilho da Cabanagem, Eduardo Nogueira Angelim, e do senador visconde de Jaguaribe. O ciclo de sua dominação terminou com a substituição das dessuetas. Entradas pelo Regimento Miliciano de Cavalaria Auxiliar e o surgimento da estrêla de João de Barros Braga.

Muitas queixas dos povoadores do Jaguaribe contra atos de prepotência do capitão-mor das Entradas, de seu irmão José Nogueira e de seus cunhados Gaspar de Araújo e Pedro Ferreira Braga chegaram aos ouvidos do vice-rei do Estado do Brasil, na cidade do Salvador. Alegavam-se mortes injustas por êles cometidas, danos materiais e morais causados a pessoas inocentes. Tudo isso conseqüência de discórdias por questões de terras, sempre mal delimitadas nas cartas de sesmaria ou datas de doação real. Em 1721, veio ordem para o coronel João de Barros Braga prender aquêles acusados, o que êle fêz, ficando daí por diante sòzinho a dominar o cenário ensangüentado das lutas sertanejas. O coronel de milícias tomava o lugar do capitão-mor das Entradas, para ceder no século XIX ao coronel da Guarda Nacional. Nomes e atribuições mudaram no correr do tempo, mas o fenômeno social permaneceu substancialmente o mesmo. Marcou assim o ano de 1721 o início do predomínio inconteste de João de Barros Braga no vale do Jaguaribe. E, já em 1722, o governador Manuel Francês lhe ordenava guerrear os índios Jenipapos, que andavam atropelando os criadores do sertão.

"A cena ficou largos anos ocupada por Barros Braga, cuja tristíssima memória não se liga hoje a nenhuma família conhecida", escrevia vai para mais de meio centenário o historiador João Brígido. De fato, o famigerado comandante do Regimento do Jaguaribe não deixou descendência que chegasse até nós. A severidade de julgamento do escritor cearense encontra explicação no fato de êle, como juiz, se situar na esfera das idéias liberais do seu tempo e não abstrair o mesmo, a fim de olhar o coronel de milícias do século XVIII integrado nos usos, pensamentos e cruas necessidades de sua época.

Em 1727, de ordem do governador de Pernambuco, João de Barros Braga põe-se de novo à frente do seu Regimento e entra em campanha contra os índios bravos, que exterminou ou pôs em fuga para mais longínquos sertões. Como prêmio de seus serviços, foi nomeado governador do Rio Grande do Norte, cargo que exerceu de 1731 a 1734. Neste ano, submetido a rigorosa devassa por ter ordenado o fuzilamento dum índio sem processo legal, acabou demitido, apagando-se seu nome de então por diante na documentação histórica da época. Seria decerto necessária uma busca minuciosa nos arquivos de Natal para se conhecer o fim que teve êsse notável exemplar de chefe sertanejo naquelas priscas eras. Os historiadores do Ceará são omissos quanto ao destino último do coronel do Regimento de Cavalaria Auxiliar do Jaguaribe, unidade miliciana que teve a maior e mais sangrenta fama nas guerras contra os selvagens do Nordeste brasileiro. Sua história bem merecia ser escrita.

O APOCALIPSE DAS SÊCAS

Quando Pero Coelho de Sousa explorou o Ceará de 1603 a 1605, retirou nesse último ano acossado por uma sêca pavorosa. Apesar de caminhar com o resto de seus soldados, a espôsa heróica e os filhos famintos através das dunas da costa, não encontrava água para beber. E alcançou o Rio Grande do Norte arrastando-se, tendo perdido os companheiros e os filhos. Foi esta a primeira sêca de que se tem notícia naquela terra que se tornou com o tempo a capitania, a província, o estado-padrão dessas crises climatéricas, justamente por ser a região que mais sofre com elas. A história das sêcas do Ceará resume a das sêcas de todo o Nordeste.

Da segunda sêca, a de 1614, dez anos após a retirada de Pero Coelho de Sousa, as notícias são vagas, esfumadas pela passagem dos anos, diluídas na obscuridade que envolve épocas duma história ainda sem qualquer importância. Vieram em seguida as sêcas de 1692 e as de 1711 e 1721, notando-se nestas o mesmo intervalo decenal já verificado entre as de 1604 e 1614.

Mas a primeira sêca de que há verdadeiramente documentos oficiais foi a de 1723 a 1727, quatro anos infernais. Então, já era capitania devidamente constituída o país semideserto que a destemida bandeira de Pero Coelho de Sousa desbravara do Jaguaribe, o rio das Onças, ao Acaraú, o rio das Garças, do Apodi à Ibiapaba. Plantações, gados e gentes, tudo o flagelo varreu da face dos sertões calcinados. A população

reduzida a indescritível miséria se viu forçada a êxodos trágicos. A colonização incipiente da terra viu-se quase aniquilada.

Decorreram dez anos de invernos regulares até o retôrno do flagelo impiedoso. De 1736 a 1737, a sêca campeou voraz e cruel, ajudada por sua fatal companheira — a peste. Ainda em 1738 veio um inverno fraco que mal deu o que comer ao sertão esfaimado, tanto assim que o senado da câmara da vila do Icó proibiu a saída da farinha de mandioca do município por qualquer preço.

Pouco antes de completar-se novo decênio, durante o qual nem todos os invernos foram bons, nova sêca queimou o infeliz Ceará, a de 1745 a 1746. Passaram-se outros dez anos e de 1754 a 1755 dizem com dolorosa simplicidade os relatórios coloniais: "houve sêca na capitania do Ceará Grande". Ceará Grande ou Ceará-Açu para distinguir do Ceará Pequeno ou Ceará-Mirim, no Rio Grande do Norte.

O ciclo decenal das sêcas, observado desde a primeira que se conhece, às vêzes adianta-se ou se atrasa um pouco, como se vê de 1736 a 1745 e de 1745 a 1754. Adiantou-se uma feita esporàdicamente, para dar a crise de 1760. Felizmente, porém, a crise futura manteve a regularidade anterior, de maneira que só 16 anos depois de 1760 o Ceará teve nova sêca, a de 1777 a 1778, que o povo apelidou a Sêca dos Três Setes. Dois anos seguidos de ótimo inverno compensaram seus danos.

Todavia, sem obediência ao decênio cíclico, desabou logo uma sêca pior do que tôdas as outras, cuja lembrança perdurou através dos centenários arripiando de horror os sertanejos. Chamou-se a Sêca Grande e demorou o mesmo espaço de tempo da Revolução Francesa. A fome, a sêde e as doenças mataram tanta gente quanto a guilhotina. De 1790 a 1793, três anos, não caiu do céu sôbre o Nordeste uma gôta de água, e, segundo se lê num documento coevo, "pereceram criaturas humanas, mal escapando as que comiam couros e bichos imundos".

Dentro de outros dez anos, João Carlos de Oyenhausen e Grevenburg, marquês do Aracati, que foi um dos grandes ministros de D. Pedro I e morreu como governador de Moçam-

bique, depois de ter governado Goiás, São Paulo e o Ceará, viu-se aí de 1803 a 1804 a braços com a fome, devido à falta de chuvas nos sertões. Os anos de 1809 e 1810 não foram pròpriamente secos, mas de inverno bastante escasso, de *repiquete*, como lá se diz ainda hoje.

Novo avanço no espaço dos dez anos e chegou a pavorosa sêca de 1816 a 1817. Como de costume, o período de repouso e refazimento posterior tinha de ser maior, mas não o foi, tal a inconstância climática daquela zona. De 1824 a 1825 uma grande sêca novamente pulverizou as paisagens, reduziu a esqueletos as catingas, matou os gados, expulsou os habitantes de seus lares e dizimou-os com a varíola.

Os invernos de 1826 e 1827 escassos. A natureza parecia não querer dar tréguas aos que sofriam. Raras plantações medravam. Os gados combalidos, trêmulos de fome, intoxicados de tingui, consolavam as línguas ásperas na umidade fulgidia das cacimbas, que a custo alcançavam. Outro repiquete em 1830!

Em 1835, passado o decênio incompleto e atormentado de anos maus, quase não choveu. Em 1845, nova sêca grande desabou no sertão. Manhãs radiosas e dias de escaldante mormaço. Nos ocasos esbraseados, cinzeiros baços apagavam os contornos da paisagem. Morreram os rebanhos, morreram as gentes, morreram até os próprios bichos do mato!

Sucederam-se dez anos entremeados de repiquetes e o ano de 1865 foi de péssimo inverno. Mais outro decênio ligeiramente alongado e a formidável sêca de 1877 a 1879, a Sêca dos Dois Setes, devorou a economia e a população dos sertões. Terras calcinadas, fortunas destruídas e os retirantes morrendo de fome, sêde e peste pelos caminhos. O govêrno imperial despendeu 75 mil contos para socorrê-los. "Venda-se o último brilhante da minha coroa, contando que não morra um cearense de fome!" dissera D. Pedro II. Mas os socorros, mal distribuídos e bem dilapidados, encheram mais os bolsos dos tubarões do que o ventre dos famintos. Nessa época, houve dias em que, na cidade de Fortaleza, onde se acumulavam os flagelados, morreram mais de mil pessoas. Iniciaram-se, então,

Matriz de Aracati, construída no século XVIII.

as migrações em massa das populações nordestinas para a miragem da Amazônia, sorvedouro de vidas, onde o cearense escreveu epopéias de desbravamento e conquista que ainda não foram contadas como devem ser.

Dez anos mais tarde, quando administrava o Ceará o fidalgo paulista Antônio Caio da Silva Prado, que morreu e jaz sepultado, na sua capital, houve a Sêca dos Três Oitos, 1888. No fim de outros dez anos, a de 1898, quando o econômico govêrno de Campos Sales negou pela voz de Joaquim Murtinho um óbolo aos famintos.

Em 1899, choveu tanto e as chuvas causaram tantos prejuízos a plantadores e criadores que o povo pinturescamente qualificou êsse ano na sua cronologia histórica oral como o da Sêca de Água. 1900 foi o ano da Sêca dos Dois Zeros. 1905 e 1908 foram anos ruins. Veio logo após a sêca terrível, a grande, a que se repete com a regularidade fatal dos ciclos e parece nascer de antigos anátemas como um castigo atroz e fatal. Enquanto se passavam no Ceará cenas dantescas, o govêrno federal da época politicava criminosamente, porque o presidente da República, dr. Venceslau Braz, andava às turras com o do Estado, coronel Benjamin Barroso...

Os anos de 1919 e 1925 foram maus; o de 1932, de sêca; o de 1945 ruim e em 1951 voltou novamente o flagelo secular, cujo segrêdo ainda não foi revelado e cujo remédio definitivo ainda não foi aplicado. Desde 1754, os relatórios dos governadores da capitania do Ceará Grande pediam à Metrópole medidas que atenuassem os efeitos das crises climáticas. Em 1845 e nos anos seguintes, os governadores da província do Ceará chamavam a atenção do govêrno imperial para a gravidade da questão. Em 1847, por exemplo, o governador Inácio Correia de Vasconcelos expunha à Assembléia Provincial sua opinião sôbre os meios de combater as crises que se renovavam de maneira cíclica. Em 1858, outro governador, João Silveira de Sousa, abordava novamente o assunto de modo completo e categórico. Em 1877, o govêrno imperial nomeou uma comissão técnica para estudar o meio físico nordestino, opinar sôbre as causas das sêcas e apontar os meios de debelá-las, composta

pelos engenheiros Beaurepaire-Rohan, Limpo de Abreu, Nabuco de Araújo Freitas, Lassance Cunha, Pinkas, Fogliare, Schwartz e Schrimer. É dessa época que datam os trabalhos mais acurados, completos e realmente científicos sôbre o flagelo.

O combate oficial organizado contra as sêcas começou, porém, em 1909 com a criação do órgão técnico dêle encarregado, a Inspetoria de Obras Contra as Sêcas, que tem prestado ao Nordeste, sem dúvida, relevantes serviços, construindo estradas e açudes, cavando poços, sistematizando estudos de geologia, meteorologia, fauna e flora, fazendo plantação e desenvolvendo a piscicultura, enfim atendendo à solução de inúmeros problemas. Isto porque não há uma panacéia para o mal secular do Nordeste. Êle resulta de múltiplas causas e exige grande número de meios que o debelem. Infelizmente, os grandes planos traçados pelo govêrno do sr. Epitácio Pessoa foram posteriormente suspensos e *ab ovo* pelo govêrno seguinte, o do dr. Artur Bernardes; a supressão de verbas hoje, a má direção das obras amanhã, a intervenção dos interêsses políticos depois, a descontinuidade de esforços e a inércia burocrática sempre têm contrariado as soluções técnicas propostas em conseqüência de longos e penosos estudos.

Sem dúvida, a salvação definitiva dos sertões nordestinos é questão por demais custosa e complexa, que implica em formidável multiplicação de serviços: construção de vias-férreas e estradas de rodagem; grande açudagem com as necessárias rêdes de irrigação e pequena açudagem beneficiando particulares; poços tubulares ou artesianos e barragens submersas, para modificar o regime torrencial dos cursos de água; drenagem dos vales desaproveitados do litoral e melhoramento sistemático das terras cultiváveis do interior; instalação de observatórios meteorológicos e de estações pluviométricas para o estudo organizado das condições hidrográficas e hidrológicas das terras assoladas; conservação das matas e reflorestamento; distribuição de sementes de plantas adaptáveis ao clima local e estudo das espécies animais mais apropriadas a nêle viverem; serviços de piscicultura e armazenamento de reservas pastoris e agrícolas; educação do povo inculto no sentido de prepará-lo a uma economia de resistência em todos os sentidos; construção do reservatório dos Orós, que dotará o sertão com o maior lago artificial do mundo; enfim, uma obra colossal e dos mais variados aspectos, que só a continuidade de esforços através do tempo poderá realizar.

Sòmente assim se decifrará para sempre o enigma cruel contido no Apocalipse das Sêcas.

A ARQUITETURA DOS SERTÕES

A história do Brasil é no seu início, por necessidade didática, geralmente dividida em ciclos regidos pela produção que condicionou a vida dos seus povoadores. Temos, assim, o Ciclo do Pau-brasil, que abrange aquêles nebulosos anos das primeiras expedições, tateamentos e feitorias ao longo do litoral, entrecortados de lutas com os entrelopos estrangeiros. Em seguida, o Ciclo do Açúcar que dá riqueza ao Recôncavo baiano, a Pernambuco, Paraíba, Itamaracá e S. Vicente, despertando a cobiça holandesa. Depois, o Ciclo do Ouro, em que as Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso se tornam os grandes fornecedores do metal precioso à Metrópole. Entre os dois últimos ciclos, e prolongando-se posteriormente, o Ciclo do Gado, que traz o povoamento das regiões interiores do Nordeste pelos fazendeiros-criadores. Êle se desenvolve pelos sertões adentro na ação inesquecível das entradas e bandeiras dos baianos e pernambucanos da Casa da Tôrre de Garcia d'Ávila e do velho João Afonso do Sobrado ou *sobra* das sesmarias daquela grande Casa nas planuras do S. Francisco.

Êsse povoamento do sertão nordestino, áspero e inçado de Tapuias brabos, especialmente do Ceará, é, ao mesmo tempo, um drama e uma epopéia que poucos brasileiros conhecem nos seus múltiplos aspectos. Desde 1680, o Ceará vivia administrativamente anexado à capitania de Pernambuco. Fôra pela primeira vez explorado pelo heróico Pero Coelho de Sousa no ano de 1603. Tivera em 1611 o primeiro presídio ou fortim definitivo, fundado por Martim Soares Moreno na barra do rio Ceará. Daí o mudaram para a embocadura do riacho

Pajeú, com o nome de Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção. O povoado que se formou em volta de seus muros chamou-se Vila do Forte e só teve o predicamento de cidade com o título de Fortaleza de Nova Bragança em 1823. É a atual cidade de Fortaleza, capital do Estado. Antes, a vila mais importante era a do Aquirás, à margem do Pacoti, hoje na maior decadência.

A luta dos povoadores no interior contra os índios Jaguaribaras, Anacés, Paiacus, Canindés, Areriús e Cariris foi homérica. Trazidos pela esperança de encontrar campos de boas pastagens para a criação do gado, pois que a região não oferecia as tentações dos latifúndios açucareiros, nem do ouro ou dos diamantes, êsses povoadores vinham da Paraíba, de Pernambuco e de Alagoas pelo sul, espraiando-se nas ribeiras ou vales dos rios, rumo da costa. Assim, o povoamento se fêz de dentro para o litoral. Fundaram as primeiras povoações que se tornariam mais tarde vilas e cidades: Crato, Lavras da Mangabeira, Cachoeira, Icó. Ocuparam as zonas do Banabuiú, do Quixeramobim e do Jaguaribe, pelo curso do qual vieram até o Aracati, quase na sua foz. Dali se irradiaram para os outros pontos do território.

O gado marchava à frente dêles. Tomavam conta das terras e levantavam a casa grande de taipa da fazenda. Cercavam-se de agregados e vaqueiros, geralmente índios ou mestiços de índio e branco. Conservavam a pureza da raça, casando-se entre si. Tinham poucos escravos, os necessários aos serviços domésticos. A pecuária não exigia o grande número de braços da lavoura ou da mineração. Dominavam como verdadeiros senhores feudais e, às vêzes, guerreavam-se entre si, como as famílias fidalgas da Idade Média. A guerra entre os poderosíssimos criadores Montes e Feitosas do Ceará durou quase um século. Os filhos herdavam as amizades e os ódios familiares.

Os tentáculos da parentela e dos fâmulos ou clientes, com o gado sempre à frente, iam se apoderando dos sertões imensos. Era praxe dar a cada vaqueiro, como paga, anualmente, de 4 bezerros nascidos, um. Era também costume, nas ferras

ou marcações a fogo dos rebanhos, ferrar novilhas e garrotes para os filhos, as filhas e os afilhados. O gado, como o dos pastôres da Bíblia, tal qual se vê quando Isaque viveu com Melquisedeque e Jacó serviu a Labão, proliferava em comum, porém um dia essa situação não podia continuar, seu dono separava as reses que já tinha em quantidade e ia, vencendo as asperezas do solo e a má vontade do indígena, estabelecer-se por sua conta mais adiante.

Vida rude e sóbria, que criou entre dificuldades os mais brasileiros dos brasileiros. O gado prendeu-os mais à terra do que o açúcar ou a cupidez cega do diamante e do ouro. Ao lado da luta com o índio, que preava as reses e destruía as fazendas, da guerra com o clã inimigo que disputava as terras sem delimitações seguras, vinha o rodízio constante das sêcas: 1711, 1723, 1725-27, 1736-37, 1745-46, 1772, 1777-78, 1790-93, as quais, às vêzes, tudo arrasavam e obrigavam a recomeçar. Daí a grande pobreza da chamada *civilização do couro,* que o sertão informou e produziu de fins do século XVII ao século XIX. Para mostrar a miséria a que as sêcas submetiam os criadores sertanejos, bastará dizer que, no ano de 1792, o capitão-general de Pernambuco mandava dizer em relatório ao rei de Portugal que, devido à crise climatérica, de fome e de doenças, tinha morrido mais dum têrço da população cearense.

A riqueza açucareira produziu, nos seus bons tempos, as notáveis obras de arte que se encontram em Pernambuco e na Bahia, solares, templos e mosteiros, com suas pratarias, jacarandás, louças, talhas e douraduras. A riqueza aurífera povoou as montanhas de Minas Gerais de igrejas maravilhosas, de pinturas sacras, de móveis e de adornos de metal precioso. Essas jóias artísticas do nosso passado, quase tôdas produzidas nos limites barroco-rococós do século XVIII, enchem-nos de admiração. Conhecemo-las pela propaganda das fotografias, dos livros, dos estudos, das críticas, das referências, dos museus, dos serviços oficiais. Sabemos quem as fêz. Enaltecemos o nome dos seus criadores. Todavia, nada sabemos do que em matéria de arte tenham realizado os modestos homens do Ciclo do Gado.

Em todos êsses ciclos da história brasileira, é a religião quem inspira e norteia a arte, pois que é nas igrejas, capelas e conventos que ela se sublima. Os solares e edifícios civis ou militares ficam sempre em segundo plano. A do Ciclo do Açúcar povoa de mosteiros e templos a Bahia e Pernambuco, distinguindo-se pela aparência monumental, o emprêgo do lioz, da pedra de Lisboa, das obras de ferro à maneira espanhola e dos azulejos. A do Ciclo do Ouro coroa os montes de Minas com as capelas e igrejas, recheadas de talha dourada, com chinesices nas portas e cadeirais, com o trato da pedra-sabão que desabrocha em estilizações originais sob o cinzel genial do Aleijadinho, caraterizando-se pela escultura e a ausência dos azulejos, difíceis de levar aos sertões no costado dos burros. A arte do Ciclo do Gado é mais humilde, tôda a sua arquitetura se faz, pela falta da pedra de obragem apropriada, em simples alvenaria, na qual se executa uma ornamentação própria. Nem escultura, nem cinzeladuras, nem obra de talha, nem ouros, nem lioz, nem mármore, nem azulejos. Os artistas anônimos obtêm com as linhas, na combinação ingênua das curvas e dos ornatos retilíneos, os efeitos decorativos.

Essa arte sertaneja, oficialmente desconhecida e ignorada pelos estudiosos e pelo público, nos é revelada admiràvelmente por um caderno de magníficas aquarelas, feitas no meado do último século, pelo desenhista da famosa Comissão Científica, o qual, com o seu pincel, nos transmitiu a fisionomia original das capelas e igrejas levantadas pelos bravos e tenazes criadores de gado, que lutaram anos seguidos contra o índio, a sêca e a fome.

Essa curiosa documentação faz parte hoje em dia, felizmente, dos arquivos do Museu Histórico Nacional. Revelando-a aos estudiosos, não podemos deixar de chamar a atenção para a sua originalidade, para a sua peculiaridade, para o seu espírito barroco, levado mais para o lado dos cânones neoclássicos do Renascimento do que para as superfetações e fantasias do rococó.

Temos tido especialistas dedicados à arte mineira, à arte pernambucana e à arte baiana, tôdas elas representativas dos

esplendores duma riqueza. Até hoje ninguém procurou estudar essa arte escondida, filha da pobreza dos sertões nordestinos e por isso talvez mais cheia de sentimento e de humanidade do que as outras. Pouco se sabe ou mesmo nada se sabe sôbre os seus autores. No entanto, onde ainda não foram desfiguradas, as suas construções de pedra e cal, ornamentadas com volutas e arrecadas de simples rebôco, se mostram como documentos vivos dum passado, êsse absolutamente brasileiro, sem nenhuma eiva ou influência do aventurismo interesseiro do diamante e do outro, ou da produção do açúcar, que atraiu o holandês às nossas plagas e quase deixa em suas mãos heréticas uma bela parte do velho Brasil.

Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Icó.

O EXTERMÍNIO DOS ÍNDIOS PAIACUS

Os índios Paiacus ou Pacajus e seus parentes e aliados, os Janduís ou Jandoins, eram gente de *língua travada,* pertencente à grande e misteriosa nação dos ferozes, tristonhos e escuros Cariris, cujos domínios se estendiam pelo Nordeste afora, desde a margem setentrional do S. Francisco. Serviam-se tanto para sua alimentação e bebida fermentada das castanhas e frutos do cajueiro que até se tornaram plantadores dessa árvore utilíssima. Como a maioria dos Cariris, de outubro em diante, todos os anos, se deslocavam dos seus territórios sertanejos de caça para o litoral, a fim de procederem à colheita do caju. E, encontrando nas zonas costeiras o colonizador branco, com êle entravam fatalmente em choque. Foram essas lutas anuais as chamadas *guerras do caju,* de que encontramos o rasto nas velhas crônicas e nos documentos do século XVII, sobretudo. Elas acabaram por determinar um verdadeiro extermínio dessa bugrada valente e teimosa.

A 3 de dezembro de 1666, para começar, o governador do Ceará Grande, João de Melo Gusmão, que se achava no exercício do cargo desde 1663, ordenava ao ajudante Filipe Coelho de Morais levasse 30 soldados da fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, arrebanhasse mais gente armada pelas aldeias da vizinhança e fôsse guerrear os índios Paiacus, estabelecidos no lugar Precabura, *matando todos os que estivessem em idade de pegar em armas.* Era o que se chamava na linguagem dêsses bárbaros tempos da nossa formação *guerra de morte.*

A Precabura, entre as antigas vilas de Messejana e de Aquirás, chamada vulgarmente lagoa, é pròpriamente o vasto

ESTE LIVRO PERTENCE AO DANP
DEVOLVA-O COM PONTUALIDADE

espraiamento orlado de carnaubais da embocadura do rio Coaçu, que por um labirinto de gamboas e lagamares se estende até as alagadas várzeas da foz do rio Cocó. Que tinham feito os indígenas por ali acampados para merecerem tão terrível castigo? Diz um cronista dêsse fato, em resposta a esta naturalíssima pergunta: "Êstes índios, que costumavam vir passar meses nas aldeias do Ceará, retirando-se para o Rio Grande, tinham morto, a falsa fé, sete índios, e no Jaguaribe mais três, que o padre Pedro Francisco tinha mandado com cartas ao Forte", isto é, à atual Fortaleza. Êsses meses que tais índios vinham do vizinho Rio Grande passar nas aldeias cearenses eram justamente os do fim do ano e da safra do caju. Aquelas aldeias: Aquirás, Messejana ou Paupina, Parangaba, Caucaia, Pitaguari, etc. situavam-se, como a lagoa da Precabura, na região dos tabuleiros e dos vastos cajueirais litorâneos. No encontro dos Paiacus bravios com os caboclos ou Tupis mansos dessas paragens saíam as tais mortes a falsa fé e, em conseqüência, a chacina de tribos inteiras.

Cinco anos depois, em 11 de outubro de 1671, governando o Ceará Jorge Correia da Silva, "em virtude do parecer duma junta, que declara ser justa a guerra, escreve João Brígido, o governador manda fazê-la aos Paiacus, dando o comando ao ajudante Francisco Martins, sendo seu auxiliar Filipe Coelho de Morais, que exercia os misteres de *língua* geral ou intérprete na capitania". Era o mesmo que, em 1666, passara a fio de espada os silvícolas aldeados nas margens plácidas da Precabura.

Apesar dessas guerras mortíferas e sucessivas, a 20 de novembro dêsse mesmo ano de 1671, "temendo ainda que os Paiacus, que tinham escapado, se agregassem a outros e viessem sôbre as aldeias", ordenou (o governador Jorge Correia da Silva) que o sargento-mor reformado Francisco Martins, encarregado no mês de setembro anterior de *pacificar* ou *destruir* e *cativar* os Tremembés, outro povo tapuia pouco sociável, levasse tropa e uma peça de artilharia para *exterminar* os Paiacus em Parangaba. Por isso, os infelizes bugres enviaram

ao governador a 7 de janeiro seguinte uma embaixada de 19 de seus principais, pedindo a celebração de pazes.

Não duraram muito. De novo, nos meses do caju de 1678, o governador Luís da Fonseca mandava um destacamento de 700 homens em perseguição dos Janduís e Paiacus, então de parceria, sendo "grande o morticínio e o cativamento de mulheres e filhos".

Pari passu, guerreavam-se, escravizavam-se, trucidavam-se naqueles meses fatais outras tribos cariris baixadas do sertão para a costa ou em choque ali com os criadores de gado, que não respeitavam e consideravam caça grossa. Os Anacés ou Guanacés eram forçados, em fins de 1671, a darem os filhos como reféns, que lhes seriam entregues em princípios do ano seguinte, ajustada a paz. Em 1674, o governador Bento Correia mandava matar e cativar os Irariús. Em 1688, o governador da Bahia, Matias da Cunha, reunia uma junta de teólogos, missionários, homens de prol e de guerra, na cidade do Salvador, à qual submetia o pedido dos colonos do Ceará para mandar uma expedição contra os índios que causavam danos e atropelos insuportáveis. De acôrdo com uma provisão de D. João IV, era necessária essa providência preliminar para justificar a guerra contra os indígenas. A junta examinou as reclamações, considerou a guerra justa e o governador ordenou-a. Em 1693, os Icós e outros Cariris do alto Jaguaribe assaltaram as fazendas de gado, obrigando os moradores a fugir para o litoral e matando os que puderam. Assim, as violências se sucediam de parte a parte. E o século findava com o morticínio dos Quixelôs, aldeados em S. Mateus, pelos Jucás, semicivilizados e acostados da família feudal dos Feitosas, que guerreava a dos Montes. O índio também se lançava contra o índio ao sabor das lutas de clã do conquistador branco.

Sòmente o Rei e o Jesuíta o protegiam com sinceridade. Mas êste era tenazmente combatido pelos latifundiários e pelos escravizadores, e aquêle estava longe, perdendo sua fôrça na travessia do oceano e no sertão bárbaro e imenso as ordens e decretos de Lisboa. As ordens para que se não comprasse nem vendesse nenhum escravo índio, para que se pagassem salá-

rios aos tirados das aldeias para qualquer serviço não eram obedecidas. E as próprias câmaras, alegando malefícios causados pela indiada, reclamavam do soberano distante a suspensão por anos a fio das correições dos ministros da Real Justiça, a fim de ficarem com as mãos livres. A salvação do índio estava na mestiçagem, que o benemérito alvará de 20 de abril de 1725 oficializou e sàbiamente sancionou, declarando que a aliança com o sangue americano, ao invés de trazer infâmia, devia ser motivo de consideração e preferência para os cargos públicos, segundo as habilitações pessoais, determinando a rigorosa punição de quem ofendesse os mestiços dessa origem.

Os Paiacus, coitados, já tinham sido exterminados quando esta lei humaníssima apareceu.

Tecto colonial da matriz de Aquirás.

Casa da Câmara e cadeia de Aquirás.

A PRIMEIRA CAPITAL DO CEARÁ

A capitania do Ceará Grande dependeu de 1621 a 1680, salvo os anos em que estêve sob o domínio holandês, do Estado do Maranhão. De então por diante, passou à jurisdição da capitania de Pernambuco. Sua primeira vila foi criada, pode-se dizer teòricamente, sob a invocação de S. José de Ribamar, no govêrno do capitão-mor Francisco Gil Ribeiro, a 25 de janeiro de 1700, logo se elegendo o respectivo conselho municipal, que então havia nome de senado da câmara. Existiam, nessa época, três núcleos incipientes de população no litoral cearense, na região provida de alagadiços férteis, lagoas e águas correntes, entre as barras dos rios Ceará e Pacoti: um ao pé da fortaleza plantada desde o tempo dos batavos à margem do riacho Pajeú, na colina de Marajaik, semente da atual cidade de Fortaleza; outro à margem direita do Pacoti, pouco antes de sua foz, com o nome de Aquirás, e um terceiro num pequeno pôrto pesqueiro, o Iguape, ao lado daquele estuário. Foi nesse que se sediou a vila novamente criada, contra o voto expresso do capitão-mor Francisco Gil Ribeiro, que a desejava nas proximidades do forte, em cujo quartel naturalmente residia. Dessa divergência nasceria um dissídio que se prolongaria no tempo.

A 13 de fevereiro de 1713, uma ordem do governador de Pernambuco, devidamente informado pelo do Ceará, determinou a mudança da vila, com seu pelourinho simbólico, do Iguape para a povoação do Aquirás; mas a transferência efetiva sòmente se realizou a 27 de julho seguinte. Desde muitos anos, Aquirás era mais importante do que o Iguape. Ali fun-

BIBLIOTECA
DIRETORIA ACADEMIA

cionava regularmente o senado da câmara, assistiam os edis e algumas vêzes os próprios capitães-mores, de modo que a existência da vila no Iguape já se tornara mais simbólica do que real. É pelo menos a lição que se deduz do exame dos documentos. Essa importância do Aquirás cresceu naturalmente com a implantação oficial do pelourinho na sua vasta praça principal. Uma carta régia do rei D. Pedro II de Portugal autorizara desde 1697 os jesuítas a fundarem *hospícios* em Baturité e Aquirás. Êste último, no entanto, só foi estabelecido em 1722, quando a carta régia de 29 de outubro marcou a côngrua anual de cada padre em 40 mil réis, elevada a 1º de agôsto de 1723 para 60. Êsse estabelecimento, vulgarmente chamado Casa dos Padres, denominava-se oficialmente Real Hospício e Seminário do Aquirás. Era, pois, também colégio e esta última designação prevaleceu na tradição oral. Tanto assim que, nas terras onde ainda agora se vêem suas ruínas de alvenaria de tijolo e arenito do Iguape, o *sítio* existente se chama do Colégio. Além da fundação dos jesuítas na vila recém-criada, deu-lhe a Metrópole justiça própria, elevando-a a comarca, com seu ouvidor, sendo nomeado para o cargo a 1º de outubro de 1723 o famoso José Mendes Machado, alcunhado o Tubarão.

Nesse tempo, dominavam os sertões cearenses dois grandes fazendeiros, criadores de gado, proprietários de vastíssimos latifúndios, senhores patriarcais e feudais, que se inimizaram por questões de terras e de família, dando origem a uma luta de clã, que durou mais de cem anos e se tornou famosa na história do cangaceirismo nordestino. Eram Geraldo do Monte, dos Orós, e Lourenço Alves Feitosa, dos Inhamuns. Cada um dêles comandava, além de dezenas de acostados, tribos inteiras de índios semicivilizados, verdadeiros exércitos sustentados à sua custa. Monte chefiava os Cariús; Feitosa, os Jucás. As conseqüências dos embates sangrentos dessa verdadeira guerra, chamada dos Montes e Feitosas, chegaram quase aos nossos dias. O ouvidor Tubarão tomou partido decidido pelos Feitosas, o que levou os Montes a atacá-lo, quando quis demarcar terras no sertão, chegando sua ousadia a assaltar a vila

do Aquirás, em 1724. A refrega foi dura, ficando 30 cadáveres estendidos na areia quente dos tabuleiros. O magistrado em pânico correu a refugiar-se longe, no povoado marítimo do Acaraú, onde êsses cruéis inimigos o não podiam atingir.

Seu sucessor um pouco mais tarde, Antônio de Loureiro Medeiros, abriu luta com os jesuítas do Aquirás, que a população apoiava, e, temeroso de represálias, correu também até o Acaraú. Como se vê, não era nada tranqüila a vida pública na primeira vila criada na capitania do Ceará Grande, cuja primazia o povoado aninhado sob a proteção do velho forte marginal do Pajeú vinha sempre e cada vez mais disputando. A 18 de agôsto de 1713, logo após a transferência do pelourinho do Iguape, os índios Anacés, que dominavam do Pacoti ao Jaguaribe, atacaram-na. A população espavorida pôs-se em fuga, a fim de se refugiar na fortaleza litorânea. Alcançada pelos bárbaros nas cercanias da antiga missão da Messejana, foi por êles chacinada. Contaram-se 200 mortos! Êste fato, o ataque dos Montes, a distância em que se achava do presídio costeiro, onde permanecia a tropa da guarnição, tudo isso foi contìnuamente invocado para retirar do Aquirás a prerrogativa de sede do govêrno civil da capitania. A coisa chegou ao ponto de o próprio senado da câmara pedir ao soberano sua mudança para o povoado do Forte. Tanto assim que a carta régia de 11 de outubro de 1721 indeferiu essa solicitação e ordenou taxativamente se conservasse a vila no Aquirás.

Dois anos mais tarde, no entanto, a provisão do Conselho Ultramarino de 11 de março de 1723 criava a vila da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção do Ceará Grande. Estava desde êsse momento selada a sorte do Aquirás. Seria instalada oficialmente a 13 de abril de 1726, três anos depois, pelo capitão-mor Manuel Francês. Até então o têrmo da vila do Aquirás compreendia todo o território da capitania cearense entre as chapadas do Apodi e da Ibiapaba, com profundidade sertaneja até o Cariri. Houve mister dividi-lo em duas partes, considerando-se como seu limite o então chamado riacho Precabura, isto é, o lagamar do Cocó, onde sangra a lagoa da Precabura, espraiamento nos carnaubais do rio Coaçu ou Preca-

ESTE LIVRO PERTENCE AO DANP
DEVOLVA-O COM PONTUALIDADE

bura, que nasce nos últimos contrafortes da serra do Baturité. Êsse limite dos dois têrmos foi posteriormente alterado.

Não se encerrou com tais atos e fatos a disputa de primazia entre Fortaleza e Aquirás, pois que uma ordem régia de 1760, provocada por ela, declarava oficialmente que Aquirás era *a vila mais antiga* da capitania. E, ainda em 1782, o governador tenente-coronel João Batista de Azevedo Coutinho de Montaury, que, no pôsto de marechal, acompanhou o príncipe regente D. João na sua vinda para o Rio de Janeiro, em 1808, preferia residir no Aquirás a em Fortaleza, onde pouco demorava.

O desenvolvimento constante da nova capital cearense, sobretudo após o alvará de 17 de janeiro de 1799, que tornou o Ceará capitania independente da de Pernambuco, quando a governou Bernardo Manuel de Vasconcelos, fêz com que a antiga vila do Aquirás fôsse aos poucos fenecendo ao abandono no seio dos carnaubais e tabuleiros batidos de sol. Bernardo Manuel de Vasconcelos levara a Fortaleza o grande naturalista João da Silva Feijó, que morou num sobradinho ainda hoje existente na avenida Alberto Nepomuceno. Em seguida, o governador Francisco Sampaio mandou o engenheiro militar Paulet traçar o admirável plano, que da antiga vila fêz uma bela cidade moderna. Já Henry Koster, quando nela estêve, elogiou-lhe a regularidade das praças e ruas.

No silêncio cheio de sol da terra cearense, a velha estrada de Fortaleza ao Aquirás, por onde trafegava o comércio antigo, sobretudo no trecho entre Messejana e o Pacoti, passando pelo Coaçu e pelo alto do Timbu, cortando barreiras e areais, se tornou durante longos anos verdadeira *Tobacco Road*. Raros comboios de cargas ou cavaleiros isolados freqüentavam a sua solidão. Depois, o desvio rodoviário para Guarani piorou essa decadência. No triste ambiente do Aquirás, as ruínas dos paredões jesuíticos, a vasta matriz com seu teto colonial de mãos-francesas e sua capela-mor de fôrro artesoado com belas pinturas a óleo, as maravilhosas obras de prata conservadas na sacristia e na residência do coletor estadual, sr. Francisco Câmara, e o edifício sóbrio e solene da câmara e cadeia, reforma-

Matriz de Aquirás.

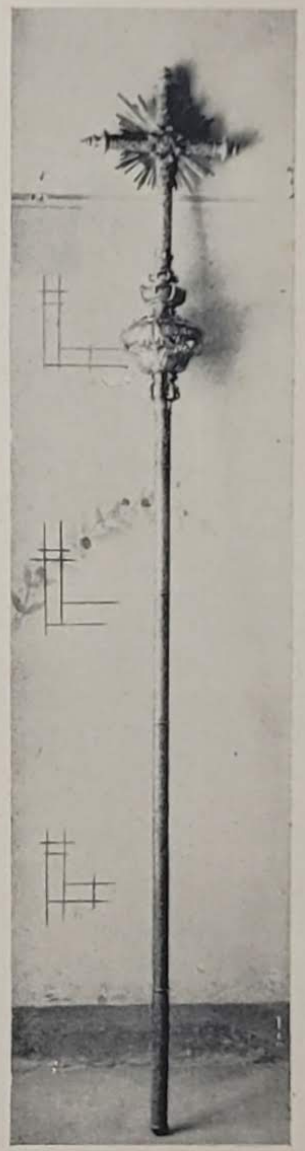
do no tempo do Império, quando pela lei de 7 de novembro de 1863 se restituiu à antiga vila a prerrogativa de comarca, pois até isso perdera, atestavam o prestígio passado da primeira capital do Ceará.

Em nossos dias, graças à distribuição de rendas pelo govêrno federal aos municípios, Aquirás renasce do seu torpor secular e, em memória de ter sido a sede do govêrno nos tempos coloniais, tem por lei especial o predicamento de cidade.

A MAIS BELA CRUZ PROCESSIONAL DO BRASIL

A sete léguas de Fortaleza, na zona litorânea nordestina denominada dos *tabuleiros,* dormita ao sol, assentada à margem do rio Pacoti, a pequenina e velha cidade do Aquirás, antiga capital da capitania do Ceará Grande. Apesar de o conselheiro Tristão de Alencar Araripe anotar em sua "História do Ceará" o nome de Aquirás como sendo de origem portuguêsa, nenhum documento comprova tal asserção. Nem no Mapa de Portugal de João Batista de Castro, nem no "Dicionário Geográfico" de Perestrelo da Câmara se encontra notícia de qualquer vila ou sítio com essa denominação do outro lado do Atlântico. No decurso do tempo e ao sabor dos escribas, a grafia do têrmo se apresenta bastante variável: Akiraz, Akirás, Akirazes, Akuiraz, Aquirás e Aquiraz.

O padre John Breiver, missionário durante dez anos no meado do século XVIII pelos sertões cearenses, especialmente na serra da Ibiapaba, que os separa do chapadão do Piauí, segundo noticia na Parte XVII, págs. 273 e 274, do seu "Journal zur Kunstegeschichte Allegemeine Litteratur", impresso em 1789, em Nurembérgia, escreveu: *"Notandum in oppido hujus Capitaniae Principali — Agoaikirá, dicto (Lusitani corrupte vocant — Aquirás vel Aquiraz) et ejus vicinia pluviam communiter incipere ad solis occasum et durare usque ad meridiem Sequentis diei."* Isto é: "Deve-se notar que, na principal cidade desta capitania, chamada Agoaikirá, que os portuguêses corrompem em Aquirás ou Aquiraz, bem como nas suas vizinhanças, as chuvas costumam cair desde o pôr do sol até o meio-dia seguinte."



Cruz processional de prata da matriz de Aquirás.

Baseado neste texto, o professor Adaucto Fernandes, especializado em estudos da língua tupi, a *Lingoa Geral* dos cronistas, o Nheengatu ou Língua Boa, oferece as seguintes conclusões: "Vê-se do exposto que a palavra *Agoaikirá* ainda não é o nome indígena primitivo. Êste devia ser, na opinião de alguns indianólogos, *Igikirá* ou *Ygikirá,* derivado de *Yg* — água, *yki* — pouco, vizinho, perto, e *Yrá* — adiante, para significar — *água pouco adiante.* É evidente que a palavra foi corrompida para *Agoakirá* ou *Agoaikirá* por influência do elemento português, que a tinha por êsse processo já meio traduzida. Incontestàvelmente, *yg* é encontrado em todos os vocábulos em que o têrmo *água* aparece prêso a determinados *sufixos* ou *prefixos* indígenas. É exemplo *aguatu,* derivado de *Yguatu,* grafia que se encontra no "Dicionário" de Tomás Pompeu, tomo I, pág. 37, corruptela de *Yguatu,* proveniente de *Yg-catu,* significando *água-boa.* Do exposto, a etimologia e significação surgem naturalmente. Aquirás está situada sôbre uma colina, banhada pelo rio Pacoti, a três quilômetros do mar, e fôra centro do aldeamento dos índios Paiacus, de origem tapuia para alguns indianólogos e de origem cariri para outros. Estando Aquirás situada numa colina e banhada pelo rio citado, é bem provável levasse o índio que lá chegasse a dizer com a maior naturalidade: *Yg-iki-yrá,* água pouco adiante, de onde *Agoaikirá* ou *Aquiraz.*"

A corruptela lusa de nomes indígenas, bem como a associação de têrmos portuguêses e tupis, foi muito comum na época colonial. Basta citar dois exemplos, o primeiro no Ceará, o segundo em Minas Gerais, para mostrar com a distância tão-sòmente a amplitude territorial do fenômeno lingüístico: *Egua-Nambi,* de Guanumbi, o Beija-Flor, e Ita-Monte, o Monte de Pedra. Aos judiciosos conceitos do professor Adaucto Fernandes é lícito acrescentar que a denominação da primeira capital do Ceará pode ser traduzida simplesmente como lugar ou sítio perto da água.

O primeiro município criado pelo govêrno da Metrópole na antiga capitania do Ceará Grande o foi a 25 de janeiro de 1700, *teòricamente,* pode-se dizer, sob a invocação de S. José de

Ribamar, pois se não sabia onde assentá-lo, se no povoado do Iguape, na pancada do mar, perto da foz do rio Pacoti, se no do Aquirás ou se à sombra protetora da primitiva fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, na embocadura do Pajeú, sôbre a colina Marajaik, onde se tinham estabelecido os holandeses e onde geralmente assistiam os governadores, semente da atual cidade de Fortaleza. O senado da câmara algum tempo se reuniu no Iguape, depois passou a funcionar em Aquirás e, finalmente, após um ataque e mortandade causados pelos índios rebelados, se estabeleceu na vila do Forte. Tudo isso, nas primeiras décadas do século XVIII. A criação da vila da Fortaleza é de 11 de março de 1723.

Todavia, o nome também na segunda metade do século XVII, no início do povoamento da capitania, sob a forma Baiquirás, dada à sesmaria concedida em 1681 a Estêvam de Moura, à margem duma lagoa que desaguava no Pacoti, onde o mesmo fundou um estabelecimento agrícola, que vendeu mais tarde a Manuel da Fonseca Leitão. Daí se originou o povoado, que chegaria a vila e cidade. A êsse vocábulo *Baiquirás* dá o professor Adaucto Fernandes origem tupi e esta interpretação: *bá* — alteração de *ipá, igá* — lagoa e *iquirá,* água fértil; em conclusão, *lagoa de água fertilizante.* Para o mestre tupinólogo Teodoro Sampaio, que se inspirou em Baptista Caetano, *aquirás* vem de *aquirá — caroço grande de fruta,* de *aquira,* — brotado, crescido, graúdo. Para os índios Jês, ou Tapuias, *akira* era o fruto ainda verde. Para os Cariris, designava o *piolho* E o professor Adaucto Fernandes afinal se inclina à seguinte explicação: no idioma dos índios Paiacus, que habitavam no Aquirás, *akira — ykiara* queria dizer *região ou lugar de pouca água.* "Ygki é corruptela de *ig — i, — pouca água* ou *água que seca.* Sua etimologia vem de *yg* — água e *i,* diminutivo posposto ao substantivo água, para significar *não perene, que não permanece, temporária, que seca.* É justamente a característica do rio Pacoti, em cujas margens foram aldeados os índios da nação paiacu."

Do seio um tanto caótico dessas origens, sobrenada, como mais simples, consentânea e lógica, a que radica a palavra

As casas mais antigas de Fortaleza na rua do Quartel.

Aquirás no idioma tupi, significando *lugar próximo da água*. Aliás, é a que esposava o desembargador Paulino Nogueira, um dos homens que mais estudaram e conheceram a história do Ceará. O que acima escrevemos serve sobretudo para mostrar que, tendo sido o litoral cearense explorado a primeira vez pela ousada e infeliz bandeira de Pero Coelho de Sousa, na primeira década do século XVII, o qual fundara fortins e aldeamentos, depois abandonados, na embocadura dos rios Ceará e Jaguaribe, já na penúltima década o povoamento avançava pelo Pacoti com o *sítio* de Estêvam de Moura e, ao raiar o século XVIII, ali se aldeavam os índios, se estabelecia um município e se fundava uma capital. Desde 1697, foram os jesuítas autorizados pelo rei D. Pedro II a fundarem hospícios em Baturité e Aquirás, na capitania do Ceará Grande, que até 1680 dependera do chamado Estado do Maranhão, passando de então por diante à jurisdição da capitania de Pernambuco. Em 1722, a Companhia de Jesus estabelecia o Real Hospício e Seminário do Aquirás, vulgarmente chamado Colégio dos Jesuítas, do qual resta hoje de pé sòmente a parede do fundo de sua capela.

Os ataques dos silvícolas e a mudança da vila-capital definitivamente para Fortaleza tiveram como conseqüência o depauperamento da vida no Aquirás. Todavia, seu prestígio moral duraria até mesmo depois da expulsão dos jesuítas pelo marquês de Pombal, último golpe que sofreu. Tanto assim que, em 1760, uma ordem régia declarava oficialmente o Aquirás *a vila mais antiga da capitania* e em 1782 o governador tenente-coronel João Batista de Azevedo Coutinho de Montaury, que, no pôsto de marechal, voltaria ao Brasil com D. João VI, preferia residir ali, ao invés de em Fortaleza.

O alvará de 17 de janeiro de 1799, que tornou o Ceará capitania independente de Pernambuco, consolidou o prestígio definitivo de Fortaleza e marcou a queda definitiva do Aquirás. A mudança da estrada de rodagem que por ali passava, levando à região do Jaguaribe, consumou sua decrepitude. E foi ne-

cessário, em época recente, um decreto especial para dar-lhe como honraria, em memória de seu passado, as prerrogativas de cidade.

De sua importância pretérita resta ao Aquirás bem pouca coisa: as ruínas do Colégio, as portas almofadadas, o púlpito lavrado, o teto de mãos francesas da nave e o de painéis pintados da capela-mor de sua matriz, a casa da câmara modificada no século XIX, o traçado de missão jesuítica de sua grande praça e as obras de prata da referida igreja.

Segundo informam antigos moradores dessa tradicional localidade, a mais importante delas era a lâmpada do Santíssimo, que um vigário pouco avisado deixou cair nas mãos inescrupulosas dum italiano, que a tinha levado para consertar e dela se apropriou. Por um dos pequenos anjos que sustinham as argolas da tríplice corrente de suspensão e que se encontra em mão dum particular, pode-se verificar que era obra de prateiro portuense, cinzelada a mão, do mais alto valor.

Encontram-se na matriz uma banqueta de seis castiçais para o altar-mor, um cibório e uma naveta de boa prata portuguêsa, em estilho barroco-rococó, cinzelados em acantos, florões e cabeças de anjo. Como contraste, trazem, bastante deformado, de modo a se não poder dar-lhe classificação segura, um P sob a coroa. Dentro dum perímetro trilobado, vêem-se as letras M. S. D., decerto indicadoras do prateiro portuense que executou tão belo conjunto, mas que se não encontram infelizmente nas páginas da obra de Laurindo Costa — "Uma arte famosa".

A peça de prata mais impressionante entre as relíquias da velha cidade do Aquirás é a sua cruz processional, que pode ser considerada a mais bela do Brasil. Pelo menos nunca vimos outra igual. Encontra-se cuidadosamente guardada em casa do sr. Francisco Câmara, coletor estadual. Tôda de boa prata portuguêsa, pesa 18 quilos, podendo ser dividida em duas partes, pois a haste encaixa no supedâneo da cruz. Peça de admiráveis cinzeladuras barroco-rococós do século XVIII, mostra na borda do encaixe um contraste do Pôrto, de tal modo gasto que se não consegue fixar bem o perímetro do P e a

Cruz processional de prata da matriz de Aquirás. Século XVIII.

Ruínas do colégio dos jesuítas de Aquirás.

forma exata da coroa que o timbra. A cruz é tôda cilíndrica, com os pinos decorativos do remate da haste e dum dos braços quebrados. Resplandor de raios duplos, com muitos também partidos. Braços cilíndricos recamados de ornatos renascentistas, com cabeças de querubins na parte inferior. No cruzamento da haste e dos braços, medalhão com o Cordeiro Pascal rodeado de cabeças aladas de anjos. A cruz assenta num pedestal em forma de vaso, guarnecido de cabeças aladas de anjos, de volutas peroladas e de guarnições em pequenos gomos. Mais abaixo, êsse pedestal se desenvolve sôbre outro mais largo, boleado e ricamente enflorado de relevos. A grande haste que sustenta tudo isso é tão bela e ricamente trabalhada como a da cruz.

Ignora-se o autor de tão maravilhosa obra da prataria lusa do século XVIII. Nos livros e documentos que ainda restam no Aquirás nada se encontra a respeito. A tradição local atribui essas alfaias aos jesuítas. Na verdade, são dignas de aprêço e de estudo, especialmente essa magnífica cruz processional. Na sua atual pobreza, o Aquirás se orgulha de possuir essa estupenda relíquia de Portugal no Brasil.

A PRIMEIRA VILA DO CEARÁ

Tem sido ponto controvertido e um tanto confuso na história do Ceará o da fundação de sua primeira vila. Nas páginas 108 e 109 da "História da Província do Ceará", o conselheiro Tristão de Araripe diz que a primeira vila se fundou no local onde estava a fortaleza, isto é, na colina Marajaik, atualmente Praça dos Mártires, sendo daí transferida para a barra do rio Ceará, lugar que se denominou Vila Velha. Posteriormente voltou ao sítio anterior e só em 1713 teve assento na povoação do Aquirás.

Em seu "Esbôço histórico sôbre a Província do Ceará", no tomo 1, depõe o Dr. Pedro Thèberge ser crença geral o assentamento da primeira vila no Aquirás, no "primeiro ano do século passado", o que indicava o de 1700, segundo a compreensão da época. O decreto de criação devia ter sido lavrado, pois, em fins de 1699 ou começo de 1700, dando-lhe o título de S. José de Ribamar do Aquirás e atribuindo-lhe por têrmo o território de tôda a capitania do Ceará Grande. Em 1711, a demarcação do mesmo determinou um levante como o dos Mascates em Pernambuco e ataques dos índios, do que resultou a ordem régia de 27 de janeiro de 17, declarando tudo sem efeito.

Vem, então, o senador Pompeu e afirma em seus "Ensaios Estatísticos" que o Aquirás foi a vila mais antiga da capitania, criada em 1700 e confirmada pela carta régia de 1710. Os capitães-mores, no entanto, residiam na povoação formada em redor do Forte. A ordem régia de 9 de maio de 1713, devido a isso, restabeleceu a vila no Aquirás, sendo dali transferi-

da definitivamente para o Forte pela de 11 de março de 1713. No entanto, à pág. 235 do 1º volume da mesma obra, escreve que Aquirás foi criada vila em 1713. Há mais: no "Dicionário Topográfico", Aquirás figura como primeira vila, primeira freguesia e primeira sede da ouvidoria, freguesia desde 1700 sob o orago de S. José de Ribamar, vila desde 1710. À pág. 15 dos "Apontamentos para a crônica do Ceará", se lê que o Aquirás recebeu o predicamento de vila em 1710, que esta foi transferida para o Forte a 11 de março de 1711 e devolvida ao sítio primitivo pela resolução de 6 de maio de 1713, executada a 17 de outubro do mesmo ano.

Passemos a outro historiador cearense, João Brígido dos Santos. Reza seu "Resumo Cronológico", à pág. 15, que a 25 de janeiro de 1700 se realizou a eleição para provimento da primeira câmara da vila de S. José de Ribamar do Ceará Grande, sendo eleitos juízes ordinários os capitães Manuel da Costa Barros e Cristóvam Soares de Carvalho, vereadores o tenente Antônio Dias Freire, Antônio da Costa Peixoto e João da Costa Aguiar, e procurador o capitão João de Paiva Aguiar. Êstes escolheram para sede da vila o povoado de pescadores denominado Iguape, nas proximidades do do Aquirás, contra o voto do capitão-mor governador da capitania Francisco Gil Ribeiro. A 24 de março de 1700, o capitão-general de Pernambuco, a cuja jurisdição pertencia o Ceará, confirmou a eleição, mas não a escolha do local, "mandando que a sede da vila fôsse a mesma povoação em que estava a fortaleza". Em seguida, na pág. 25, diz que a carta régia de 30 de janeiro de 1711 transferiu para o Aquirás a sede da vila que era na Fortaleza. Cita na pág. 26 a ordem do govêrno de Pernambuco, de 13 de fevereiro de 1713, para essa mudança, que se realizou a 27 de junho seguinte. Todavia, em artigo estampado na "Gazeta do Norte", no ano de 1881, o referido historiador dá a criação da vila no Aquirás em 1699.

Ao velho historiador cearense João Batista Perdigão de Oliveira, de saudosa e venerada memória, devemos a ordem posta nessa confusão histórica. Paciente esmiuçador de documentos, sòmente escrevia sôbre um fato com a mais absoluta

segurança. Segundo os seus estudos, a primeira vila a ser criada na antiga capitania do Ceará Grande o foi pela ordem régia de 13 de fevereiro de 1699, tendo-se realizado a eleição da primeira câmara, na forma descrita por João Brígido, em 1700. Comunicou-se o fato a D. Fernando Martins Mascarenhas de Alencastro, capitão-general de Pernambuco, por carta de 25 de janeiro dêsse ano, declarando não estar decidido ainda o local da sede. Como se vê, criava-se a vila *a priori*. Fêz-se a eleição no povoado de pescadores do Iguape, devido à discrepância entre as pessoas de prol sôbre o local em que se situaria a vila. A 24 de março de 1700, o governador de Pernambuco respondeu ao que lhe haviam comunicado, determinando se instalasse a vila onde assistia o capitão-mor Francisco Gil Ribeiro, o qual cumpriu a ordem, fundando-a sob a invocação de S. José de Ribamar "debaixo das armas do Forte", segundo suas próprias palavras. A 16 de julho de 1700, juramentou e deu posse aos membros da câmara. A 16 de agôsto, saíram as primeiras posturas municipais.

Eis aí a origem da velha tradição que levou o povo de todo o Ceará a denominar durante séculos a atual cidade de Fortaleza a Vila do Forte ou simplesmente o Forte.

Antes mesmo do juramento e posse da câmara no Forte, a 15 de maio de 1700, as pessoas gradas do Ceará daquelas priscas eras dirigiram um pedido ao rei de Portugal para ser a sede da vila mudada, argumentando que o pôrto era "pouco capaz", sendo o do Iguape melhor e rodeado de "terras aráveis". A resposta do soberano veio com data de 2 de setembro do referido ano, determinando várias providências, sem uma palavra sôbre a mudança solicitada. As reclamações a prol da mesma continuaram e, por isso, o governador de Pernambuco ordenou a transferência para lugar mais conveniente. A câmara debateu o assunto nas sessões de 20 de abril e 20 de julho de 1701, concluindo-se pelo assentamento da vila na barra do rio Ceará, no local que ficou denominado Vila Velha, escolhido pelo capitão-mor Francisco Gil Ribeiro e pelo vigário João de Matos Serra.

BIBLIOTECA DIRETÓRIO ACADÊMICO

É de 2 de abril de 1702 a carta do capitão-general de Pernambuco D. Fernando Martins Mascarenhas de Alencastro mantendo essa escolha e ali permaneceu quase 6 anos. Em 24 de fevereiro de 1706, atendendo aos pedidos do povo, o capitão-mor do Ceará Gabriel da Silva Lago propôs ao senado da câmara sua mudança da Vila Velha para o Forte. Êste aquiesceu. Contudo, a 10 de julho dêsse ano, a câmara novamente eleita protestou contra a transferência, alegando que a anterior deliberara sob coação do capitão-mor. A 11 de setembro seguinte, o governador de Pernambuco determinou o regresso à Barra do Ceará, visto como não havia para a mudança procedida nenhuma ordem régia e fôra realizada por mera decisão local. Ia, no entanto, consultar o rei sôbre a instalação da vila no Aquirás. A câmara concordou e voltou à Barra, alguns quilômetros ao norte da atual Fortaleza.

A 15 de dezembro de 1707, o senado da câmara novamente eleito endereçou ao rei de Portugal uma carta, expondo-lhe que a vila não tinha tido o desenvolvimento que era de esperar devido a tôdas aquelas andanças, como de Herodes para Pilatos. Preconizava a volta ao Aquirás, perto do Iguape. A 8 de outubro de 1708, o novo senado da câmara deliberou deixar a Barra e levou o pelourinho para o Forte, dizendo-se autorizado pelo governador de Pernambuco Sebastião de Castro Caldas, comunicando o fato ao capitão-mor e declarando que esperava sôbre o assunto as ordens definitivas do rei.

Tal situação prolongou-se no tempo, tanto que, a 24 de março de 1713, a câmara relatava que o pelourinho estava levantado junto ao Forte, mas nada havia escrito que autorizasse isso. Nessa época, o capitão-mor Francisco Duarte de Vasconcelos dizia ter encontrado a vila instalada sob a proteção dos canhões da fortaleza, onde cumpria conservá-la. Todavia, desde a ordem régia de 30 de janeiro de 1711, ela devia estar no Aquirás, para onde a mandara levar el-rei. Releva notar que o governador de Pernambuco Félix José Machado, sucessor de Sebastião de Castro Caldas, assoberbado pela questão dos Mascates, sòmente enviara tal ordem ao capitão-mor Francisco Duarte de Vasconcelos dois anos e pouco mais tarde, a

13 de fevereiro de 1713. Ainda assim não foi cumprida, pois a 16 de abril dêsse ano os moradores do Forte e o vigário pediram à câmara sustasse a transferência até segunda ordem do governador de Pernambuco, a quem se devia expor a situação. Determinou-se no dia 17 a suspensão da mudança, que ficou sustada até 17 de maio seguinte, quando veio a ordem de realizá-la de qualquer maneira, mesmo *manu militari*, se preciso. Executou-se a mesma a 27 de junho.

A providência foi coroada de triste insucesso. Organizados em vasta confederação, os índios da nação cariri abriam luta contra os colonizadores do sertão nordestino. A 18 de agôsto de 1713, menos de dois meses após a mudança da vila para o Aquirás, os índios Paiacus, Anacés e Jaguaribaras atacaram de súbito o Aquirás indefeso. A câmara refugiou-se no Forte. O povo evacuou as casas, procurando a proteção do mesmo pelos caminhos da Precabura e da Messejana, perseguida pela indiada em revolta, que chacinou mais de duzentas pessoas. Subiram as reclamações junto à Coroa, apoiadas nesses tristes acontecimentos. Mas a ordem régia de D. João V, de 11 de outubro de 1721, ainda conservou a vila no Aquirás, a despeito de tudo.

Sòmente em 1725 a capital do Ceará seria estabelecida definitivamente à sombra dos muros da fortaleza, que a protegeria e acabou por lhe dar o nome e o lema de seu brasão: *Fortitudine*. Em vista das representações levadas ao monarca, baixou êste a ordem régia de 11 de março de 1725 criando a vila da Fortaleza e conservando a outra no Aquirás. Inaugurou-se a primeira a 13 de abril de 1726 sob o govêrno do capitão-mor Manuel Francês. A delimitação de seu têrmo acarretou grave pendência com a primitiva. Prolongaram-se no tempo as lutas nas questões de precedência entre as duas municipalidades. Duraram até 1757, quando o rei de Portugal pediu informes a respeito, dos quais resultou a ordem régia de 18 de janeiro de 1760, declarando taxativamente que a vila de S. José de Ribamar seria a cabeça da comarca, por mais antiga.

O Primeiro Reinado elevou a vila da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção a cidade da Fortaleza de Nova Bragança. O Aquirás continuou vila sòmente, até há pouco tempo, quando, em memória do que foi, lhe deram as honras titulares de cidade. Hoje, Fortaleza sorri esplendorosamente para o futuro, enquanto o Aquirás poèticamente se envolve na melancolia do passado.

A GUERRA DOS MONTES E FEITOSAS

É próprio dos regimens de caráter feudal a que falte a autoridade central dum monarca, a Itália medieval, por exemplo, a luta entre clãs ou famílias rivais. Basta lembrar os Montecchi e Capuletti, os Orsini e os Colonna na pátria de Dante. O fato repetiu-se na Argentina colonial, com os Ocampos e Dávilas das famosas dissenções riojanas. E multiplicou-se nos nossos sertões, muito especialmente nos nordestinos, durante o chamado Ciclo do Gado. Entre as numerosas lutas de família que nêles ocorreram, a mais digna de nota por sua violência e duração quase secular foi a dos Montes e Feitosas, no Ceará. A seu respeito, deixou o historiador João Brígido êste comentário, que confirma a nossa afirmação inicial: "À proporção que os recursos do País se iam desenvolvendo, a riqueza tornava insolentes os grandes proprietários. Êles se tinham constituído verdadeiros tiranos, que pareciam transportar para os desertos do Brasil o despotismo, que ainda exerciam na Europa os senhores feudais."

Os Montes aparecem na história do sertão cearense com o capitão-mor Geraldo do Monte, que funda uma fazenda no vale do rio Jaguaribe, no lugar denominado Boqueirão dos Orós, tendo obtido grande sesmaria de terras devolutas, *res nullius*, de mato adentro, como então se dizia, de parte do governador Manuel Jaime da Fonseca, entre 1717 e 1718. Mais ou menos por essa época, Lourenço Alves Feitosa, alcunhado o Comissário, possìvelmente por ter estado comissionado pela Coroa na distribuição de terras aos colonizadores, se estabelecia no mesmo vale, mais acima, na vertente ou região dos índios Inhamuns. Ao princípio, aliaram-se para vencer o meio

bárbaro, "dominando hordas selvagens, que tinham reduzido à obediência com as armas na mão". Tornaram êsses indígenas seus acostados: os Cariús e os Capixabas, os Inhamuns e os Jucás, os Anacés e os Jaguaribaras. É nêles que vamos encontrar as últimas raízes dos jagunços e dos cangaceiros. Mais tarde, Montes e Feitosas se desentenderam e, então, a guerra foi declarada.

Leiamos no "Ceará — Homens e Fatos", de João Brígido, como tudo começou: "Um irmão de Lourenço, o coronel Francisco Alves Feitosa, contraiu casamento com uma viúva, irmã do Monte, e por motivos de honra achava-se dissaboreado com êste, quando, conduzido pelos chefes dos índios da nação Jucá, penetrou na bacia do rio dêste nome e reconheceu os vastos sertões, que êles, até então, tinham dominado. Monte, tendo notícia desta descoberta, adiantou-se em solicitar uma sesmaria e obteve-a do govêrno, a despeito de seu cunhado. Todavia, deixou de apossar-se dêsses terrenos, fazendo-os situar, e daí resultou que, passados seis anos, Francisco Feitosa conseguisse anular a sua doação, por caduca e não confirmada, e obtivesse para si o senhorio do território. Seguindo-se uma longa questão entre os dois poderosos rivais, os quais se turbavam, com a mão armada, não consentindo um que o outro fizesse medir as terras, e a seu turno fazendo êste a mesma coisa. Depois de uma viva contestação e de serem muitas vêzes cortadas as cordas, na ocasião da medição dos terrenos, envolveu-se na intriga o ouvidor Mendes Machado, conhecido por Tubarão; e, fôsse que se tivesse de pronunciar na questão como juiz, ou fôsse que protegesse a causa de Francisco Feitosa, incorreu no ódio do seu adversário. Monte quis tirar uma vingança do magistrado. Diz a tradição que era seu propósito provocá-lo, ou antes constrangê-lo a dar-lhe a decifração de alguns enigmas pueris, e maltratá-lo com palmatoadas, quando lha não desse a seu contento... O ouvidor, não tendo meios de defesa e temendo o gênio violento e o poderio de Geraldo do Monte, acolheu-se à proteção de Lourenço Alves Feitosa, que o levou em sua companhia para o aldeamento do Miranda."

Aí rompeu a guerra. Geraldo do Monte com seus parentes e seus índios atacou-os em caminho, no riacho Quixelô. Feitosa entrincheirou-se no seu acampamento e defendeu-se, conseguindo continuar a viagem, mas muitos foram os mortos e feridos nessa refrega. Ambas as facções armaram-se para continuar a luta. Os dois rivais eram, como de uso no tempo, comandantes de formações milicianas, reserva territorial criada desde o reinado de D. Sebastião, antecessora da Guarda Nacional. Nessa qualidade, regularizaram seus acostados, formando "pequenos exércitos de índios e mamelucos". A toponímia da região jaguaribana conserva até hoje a memória dessa terrível, teimosa e ensangüentada rivalidade sertaneja: Trincheira das Cruzes, Saco das Balas, Riacho do Sangue, Pendência, Arraial, Batalha, Tropas, Emboscadas, Várzea dos Ossos e Várzea dos Defuntos. A tradição oral conservou longo tempo a memória das crueldades e morticínios praticados no decurso da luta, sobretudo das ações bárbaras da indiada a serviço dos contendores. Alguns servagens sangravam os feridos contrários para beber-lhes o sangue, outros despiam os mortos para se ornarem com suas vestes e ainda alguns ultimavam os agonizantes no campo da peleja.

O ouvidor Tubarão era um bacharel de Coimbra, ávido e pouco escrupuloso. Foi o primeiro magistrado dessa categoria que teve a capitania secundária do Ceará Grande. Tomou posse a 23 de agôsto de 1723 e logo a gente da vila do Aquirás quis impedir-lhe o exercício do cargo. Um ano depois, a população revoltava-se contra êle e o obrigava a retirar-se para o povoado costeiro do Acaraú, de onde mandou fazer prisões que aumentaram os descontentamentos. A alcunha que lhe puseram é por demais significativa. Foi de fato o primeiro *tubarão* humano que apareceu na terra cearense, em cujos mares verdes os tubarões silurídeos abundam e talvez sejam menos vorazes.

Conta Araripe, na sua "História do Ceará", que o ouvidor Mendes Machado, ao ir para o Cariri em companhia dos Feitosas, dali mandou o capitão João Ferreira da Fonseca, aliado de Francisco Alves Feitosa, prender Geraldo do Monte, no Jaguaribe. Empregaram-se nessa diligência 800 índios Inhamuns, os quais cometeram as piores tropelias por onde iam passando. Todos os inimigos do Tubarão tomaram a defesa dos Montes e conseguiram o apoio do senado da câmara da capital e do próprio governador Manuel Francês. A gente dos Feitosas atacou os que se reuniam para exigir a retirada do ouvidor, travando-se verdadeiro combate em que houve 30 mortes. As desordens continuaram e a câmara do Aquirás declarou-se solidária com o povo, forçando Mendes Machado a deixar o Ceará e seguir para Lisboa, onde se foi queixar ao rei.

Dessa queixa veio a ordem para o govêrno da capitania pôr côbro à escandalosa contenda; mas êste era mais fraco do que as parcialidades que se guerreavam e que matavam até os seus enviados para uma conciliação, como o fêz Geraldo do Monte com um juiz ordinário, na ribeira do Salgado. Contudo, teimando o govêrno local em cumprir as ordens do Reino, Francisco Alves Feitosa prudentemente se retirou para o sertão do Piauí, estabelecendo-se na fazenda Buriti, de onde ainda mandou assassinar na fazenda Cabaças 9 pessoas da facção dos Montes, inclusive dois irmãos de Geraldo, que teve de se esconder no Boqueirão dos Orós, onde, segundo tudo leva a crer, veio a falecer. Mesmo no exílio, o Feitosa era tremendo! Mais tarde, acalmados os furores da luta, voltou para a sua fazenda Cococi e ali morreu sem ser mais incomodado. Do mesmo modo que os antigos paladinos davam nomes às suas espadas, como a Durindana de Roldão, êsses caudilhos sertanejos batizavam suas armas de fogo. A espingarda favorita do Feitosa era a Lagartixa, como os bacamartes de Filgueiras se chamavam o Bôca-da-noite e o Estrêla-d'alva.

A família Monte viera para o Ceará de Cotinguiba, em Sergipe; a Feitosa, de Serinhaém, em Pernambuco. Ambas continuaram a ter representantes. Sua guerra precedeu a dos Araújos e Maciéis, a dos Viriatos e Calangros e a dos Cunhas e Patacas, êstes meus antepassados. O estudo dessas lutas familiares, de caráter absolutamente feudal, é imprescindível para a exata compreensão da formação da sociedade nordestina e do caráter de seus componentes.

ESTE LIVRO PERTENCE AO DNP
DEVOLVA-O COM PONTUALIDADE

AS CHARQUEADAS DO NORDESTE

A história das charqueadas forma interessante capítulo do nosso Ciclo do Gado. A indústria da carne-sêca, charque ou jabá, de origem sulina, a começar pelo nome do produto, *chharque* ou *charqui*, de proveniência quichua, teve no Rio Grande do Sul seu período áureo de meados do século XIX a começos do século XX. Antes, no século XVIII, transportada para o Nordeste, ali floresceu durante alguns anos nas regiões da foz do rio Parnaíba e da do rio Jaguaribe, desembocadouros naturais dos altos sertões piauienses e cearenses. Devido ao último fato, no decurso do tempo, em muitos lugares do nosso País o charque se tornou conhecido como carne-do-ceará.

No ano de 1699, enquanto os audazes bandeirantes baianos da famosa Casa da Tôrre de Garcia d'Ávila ainda devassavam o interior do Piauí, de onde flui o rio Parnaíba, no delta dêste, entre o braço principal e o denominado Iguaraçu, Leonardo de Sá com alguns companheiros explorava as terras, obtinha sesmarias e dava início à sua obra de povoamento e colonização. Com o passar dos dias, ali surgiram dois pequenos lugarejos, Pôrto das Barcas e Testa Branca, remotas raízes da atual cidade da Parnaíba. No primeiro dêsses núcleos, estabeleceu-se na segunda metade do século XVIII o português Domingos Dias da Silva, vindo do Sul com algum capital, que instalou a primeira charqueada daquelas paragens. Foi o fundador da célebre Casa Grande da Parnaíba, a que seu filho, Simplício Dias da Silva, daria lustre incomparável. Os produtos das matanças de gado a que procedia eram embarcados em cinco navios de sua propriedade, calculando-se a exportação

da carne-sêca para outros pontos do País e para a Europa em 1.800 toneladas anuais. Seus descendentes, mais preocupados com a política ou com as diversões, não souberam manter êsse comércio, nem a indústria em que se fundava, de modo que ambos decaíram e êles acabaram na pobreza. Outras causas independentes de sua vontade também contribuíram para isso.

Na vizinha capitania do Ceará, a indústria e o comércio do charque surgiram e prosperaram em condições semelhantes, nas proximidades da barra do Jaguaribe, para onde desciam os produtos dos vastos sertões que a Casa da Tôrre começara a povoar pelo vale fértil do Cariri. Numa planície coberta de carnaubais, à vista das dunas brancas do litoral, segundo conta o vereador Manuel Estêves de Almeida, em sua memória intitulada "Factos e casos raros acontecidos nesta vila da Santa Cruz do Aracati desde a fundação até o ano presente de 1795", ela foi edificada no lugar onde já existia uma cruz e que se denominava S. José do Pôrto dos Barcos, com meia-légua quadrada de têrmo, doada por Matias Ferreira da Costa. O decreto real de criação da vila é de 11 de abril de 1747, mas só a 24 de fevereiro de 1748 o ouvidor-geral da capitania do Ceará Grande, Manuel José de Faria, levantou o pelourinho, símbolo das franquias municipais, na praça principal, que se chamou em memória da cruz existente — Cruz das Almas. O povoamento local que se iniciara com os que fugiam aos arrochos do domínio holandês em Pernambuco e na Paraíba, visto como o do Ceará era intermitente e fraco, não se fazendo sentir naquelas ínvias distâncias, teve, assim, grande incremento. O cronista citado anota que a criação duma vila no estuário do Jaguaribe causou "grande mágoa" ao povo do Aquirás, que pretendia fôsse a sua vila, não só a mais antiga, porém a mais importante da capitania. Contudo, a do Aracati logo lhe passaria a perna e, segundo opina o velho historiador João Brígido, até 1850 seria a primeira praça comercial e a povoação mais opulenta do Ceará.

Com a fabricação da carne-sêca, que se tornou a grande fonte de riqueza local, consumindo anualmente a média de

vinte mil bois, o Aracati tornou-se em pouco tempo, além do centro mais populoso e econômicamente mais importante, terra de gente adiantada e culta com relações diretas com Pernambuco e com a Europa. Comerciava por meio dos veleiros que freqüentavam o pôrto do Fortim e muitos de seus principais negociantes foram sócios de firmas inglêsas.

Dominaram ali o grande negócio das charqueadas no século XVIII o capitão-mor João Pinto Martins e seu irmão Bernardo Pinto Martins. Até o ano de 1787, quando êste foi tràgicamente morto ao tentar impedir um escravo de esfaquear a mulher. Êsse negro, de nome Francisco, tomado de verdadeira fúria assassina, depois de prostrá-lo a facadas, apunhalou um dos sobrinhos que lhe acodia e uma pobre indiazinha, cria da casa, que se pôs a berrar por socorro, cortando em seguida a própria goela.

Desde o início da fundação do Aracati, essa vila e as terras onde assenta foram flageladas, nos anos de abundante inverno, pelas constantes inundações do Jaguaribe, que, apesar de grande, obedece, como qualquer outro daquela região, ao regime torrencial. Naturalmente as charqueadas muito sofriam com isso. No ano de 1789, a água subiu nas ruas principais a doze palmos. A êsse dilúvio seguiu-se a grande e horrenda sêca de 1790 a 1794, que devastou os rebanhos sertanejos e acabou de vez com a produção da carne-sêca. Desapareceu, desta sorte, dos mercados nacionais a verdadeira carne-do-ceará. Sòmente seu nome ficou rotulando a de outras procedências.

Quando a temerosa sêca findou, havia tamanha falta de gado nos sertões cearenses que se tornou necessário mandar buscar algumas manadas no Piauí, onde não fôra tão forte a crise climática, a fim de repovoá-los. Nasceu, então, no folclore nordestino, no auto de Natal do Bumba-meu-boi ou Boi-Surubi, aquela trova vulgarizada em nossos dias nas cantigas do carnaval carioca:

Verdadeira imagem de Nossa Senhora da Assunção da Fortaleza, conservada no sítio Jucurutuoca.

O meu boi morreu,
Que será de mi?
Manda buscar outro,
Ó maninha!
Lá no Piauí.

O Aracati, que exportava, antes de 1790, para a Europa, trinta mil couros de boi por ano, depois de 1794 não podia enviar um. Recorreu para viver ao plantio do algodão e, após a sêca, colhia já 18 mil arrôbas, isto é, 270 toneladas. O clímax do flagelo fôra atingido em 1791, quando dentro da vila morreram 600 pessoas de necessidades e doenças. Manuel Estêves de Almeida conta que, nesse triste tempo, os habitantes "comiam bichos e tais que nunca foram mantimento humano, como sejam corvos (urubus), carcarás, cobras, ratos e couros de boi, raízes de ervas, xiquexique, mandacarus e mandioca brava".

A sêca matou a charqueada nordestina. O frigorífico viria matar a do Sul, tornando a carne-sêca de alimento do pobre em iguaria especial do rico.

A VERA IMAGEM DA FORTALEZA DE NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO

No Ano da Graça de 1649, os holandeses que ocupavam o Ceará ergueram na colina denominada Marajaitiba, junto à foz do ribeiro Marajaik, depois Pajeú, um forte de cêrcas de madeira que se chamou Schoonenborch. Destinava-se a defender o provável ancoradouro natural para pequenas embarcações formado pelo maceió, onde desembocava o riacho. Quando os portuguêses retomaram a capitania, estabeleceram-se no mesmo forte, que foi sofrendo modificações, acréscimos e consertos, tendo recebido o nome de fortaleza de Nossa Senhora da Assunção.

Com essa denominação figura nos documentos alusivos às lutas entre a população da vila do Aquirás, antiga capital da capitania, e os selvagens que a atacaram e trucidaram mais duma vez. Da primeira, segundo representação da câmara do Aquirás ao rei de Portugal em fevereiro de 1704, "os índios haviam furtado gado, ferido ou morto com horrendas crueldades muitos moradores da vila, queimando alguns vivos, retirando-se os demais para esta fortaleza de N. S. da Assunção, cnde estiveram doze anos e aquêles bárbaros em cruel guerra, pondo esta capitania em cêrco e embaraçando o caminho de Pernambuco"... Da segunda, em 1713, os Paiacus, aliados aos Anacés e aos Jaguaribaras, levaram destruição e morte à vila do Aquirás. Mais de duzentas pessoas perderam a vida e o resto se refugiou na fortaleza de Nossa Senhora da Assunção. Data dêsses sangrentos episódios a decadência da vila do Aquirás e o florescimento da Vila do Forte, depois cidade da Fortaleza.

A fortaleza em questão foi reconstruída na administração de Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca, de 1765 a 1781. Na mesma época se fêz o quartel que com ela entesta em terreno doado pelo padre José Rodrigues, segundo depõe o historiador Antônio Bezerra de Menezes. Era o referido sacerdote proprietário da grande fazenda Soledade, na estrada de Soure, e levantara no local onde se construiu a caserna pequena capela dedicada a Nossa Senhora da Assunção, orago da fortaleza, que posteriormente deu nome à cidade.

No comêço do século XIX, os governadores do Ceará Barba Alardo de Menezes e Manuel Inácio de Sampaio angariaram recursos para reconstruírem o velho forte que caía em ruínas. A traça foi feita na administração do último dêsses governadores pelo tenente-coronel de engenheiros Antônio José da Silva Paulet, autor também da planta da capital cearense. Segundo o original daquela traça, conservado nos arquivos militares portuguêses, a obra ocuparia a aba principal da colina que dominava a foz do Pajeú, devendo ter quatro bastiões do sistema Vauban, ligados por meio de cortinas ou revelins, com uma falsa-braga ou obra avançada do lado do mar. No centro, os quartéis e a capela da padroeira. Em volta, as esplanadas ou planos de fogo, cujo resto é visível nas rampas de acesso ao quartel atual.

A edificação, começada a 12 de outubro de 1812, nunca foi concluída no seu conjunto. Em 1817, inaugurou-se a face do lado do norte sôbre a foz do riacho e o mar, a qual, embora deteriorada internamente de modo criminoso, subsiste até hoje quase perfeita no contôrno exterior. Em lugar dos bastiões e cortinas do lado de terra, aumentaram-se as edificações que passaram a constituir o quartel da tropa de linha. No meio do frontispício da cortina central da fortificação, via-se grande lápide de pedra lioz, presentemente retirada e recolhida ao Museu do Estado, com a seguinte epigrafia latina:

ANO 1817
INFORMEM MONTEM ME DERISERE CARINAE: NUNC. ARCEM MAGNAM RESPECTU LONGE PAVESCUNT. HIC,

ME SAMPAYUS, SEXTO REGNANTE JOANNE FUNDAVIT PULCHRAM: PAULET CURA REFULGET. MURIS ME FORTEM REDUNT CIVILIA DONA, ARMIS, ME FORTEM FACIUNT DISPENDIA REGIS.

Costa Barros, FECIT.

Assim se traduz o texto epigráfico: *Ano 1817. Outrora monte informe de mim zombavam as naus; hoje, que sou grande Fortaleza, de longe lhes infundo respeito. Bela, reinando João VI, aqui me fundou Sampaio. E o engenho de Paulet em mim refulge. Pelas muralhas e pelas armas me tornam forte os donativos particulares e os gastos reais. Costa Barros, fêz.* Costa Barros foi o tenente-coronel de engenheiros Pedro José da Costa Barros, que, no Primeiro Reinado, governou o Ceará. Fêz êle a placa epigráfica e não a fortaleza.

O govêrno da República considerou desarmada a velha fortaleza em 1910, passando ela a simples dependência do quartel que se gerara e crescera no seu flanco inconcluso. No início da primeira guerra mundial, venderam seus canhões de bronze brasonados com as quinas e a coroa imperial. A fome de metais devorou essas preciosas relíquias históricas: falconetes e berços do século XVIII, peças La Hitte do século XIX. Os de ferro, menos valiosos, foram derretidos na Fundição Cearense, que os adquirira. Salvaram-se sòmente dois guardados no Museu Histórico do Estado.

Da primitiva capela setecentista do padre José Rodrigues, que devia ficar no recinto fortificado de 1765 a 1781, não há notícias. Uma planta portuguêsa da capital cearense, do comêço do século XVIII, dá o forte ainda de madeira, indica o curso do riacho Pajeú e a capelinha isolada. Mais tarde, ela ficaria no pátio do primitivo quartel, que, segundo o conselheiro Araripe, "não passava de um pequeno retângulo com as paredes laterais, simples, sem portas inferiores e janelas externas, com o teto muito baixo e com capacidade apenas para 4 companhias". Foi êle alterado aí por 1802, no govêrno de Bernardo Manuel de Vasconcelos, e grandemente melhorado em

Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção.

1846, na administração do presidente Inácio Correia de Vasconcelos. Em 1857, quando se fizeram novas obras, achando-se na presidência da província o dr. João Silveira de Sousa, a antiga capela de Nossa Senhora da Assunção, existente no centro do pátio, foi demolida, principiando-se outra maior.

Nessa ocasião, a imagem de Nossa Senhora da Assunção, que ali estava sôbre o altar desde o século XVIII, foi retirada e depositada na sacristia da matriz da cidade, a velha Sé, hoje infelizmente desaparecida.

De 1859 a 1863, terminaram as obras que produziram o atual Quartel General de Fortaleza na sua estrutura completa. As da nova capela, porém, nunca se concluíram, de modo que foi totalmente demolida no govêrno do dr. Pedro Leão Veloso, em 1881. Aliás, a ordem para essa demolição datava de 20 anos antes, pois fôra dada pelo aviso do ministério da Guerra de 14 de maio de 1861. Ainda até 1914 os alicerces da capela eram vistos rasando o solo do pátio.

Não tendo a velha imagem da padroeira da fortaleza de Nossa Senhora da Assunção sido jamais reclamada desde 1857, o saudoso arcebispo do Ceará d. Joaquim José Vieira ofereceu-a, vai para muitos anos, ao seu amigo, administrador da Irmandade de São José, coronel Licínio Nunes de Melo, que a conservou durante algum tempo no oratório de sua residência em Fortaleza, levando-a mais tarde para o sítio Jucurutuoca nas cercanias de Messejana, onde lhe dedicou uma capela, na qual até hoje se encontra. O referido sítio foi fundado e edificada sua casa de moradia em 1837 pelo engenheiro austríaco Antônio Seifert, casado com d. Maria da Cunha, irmã de minha avó paterna. A referida senhora consorciou-se em segundas núpcias com o sr. Manuel Nunes de Melo, nascendo dessa união o coronel Licínio. A um filho do mesmo, José Nunes de Melo, pertencem hoje o sítio e a verdadeira imagem da padroeira da fortaleza de Nossa Senhora da Assunção.

Recentemente, voltou ao velho quartel federal de Fortaleza o culto de sua antiga padroeira, graças aos bons ofícios do general Ciro do Espírito Santo Cardoso, digníssimo ministro da Guerra, que abriu na fachada do edifício fronteira ao Pas-

BIBLIOTECA DIRETÓRIO ACADÊMICO

seio Público uma edícula, na qual se pôs sôbre um altar singelo uma imagem de Nossa Senhora da Assunção, tida por alguns como a da primitiva capela. O povo rende-lhe culto, acendendo velas junto ao gradil da capelinha. Todavia, a vera imagem, conforme sei desde que me entendo e sempre ouvi afirmar no seio de minha família, é a que se encontra no sítio Jucurutuoca.

A IGREJA PERDIDA NA AREIA

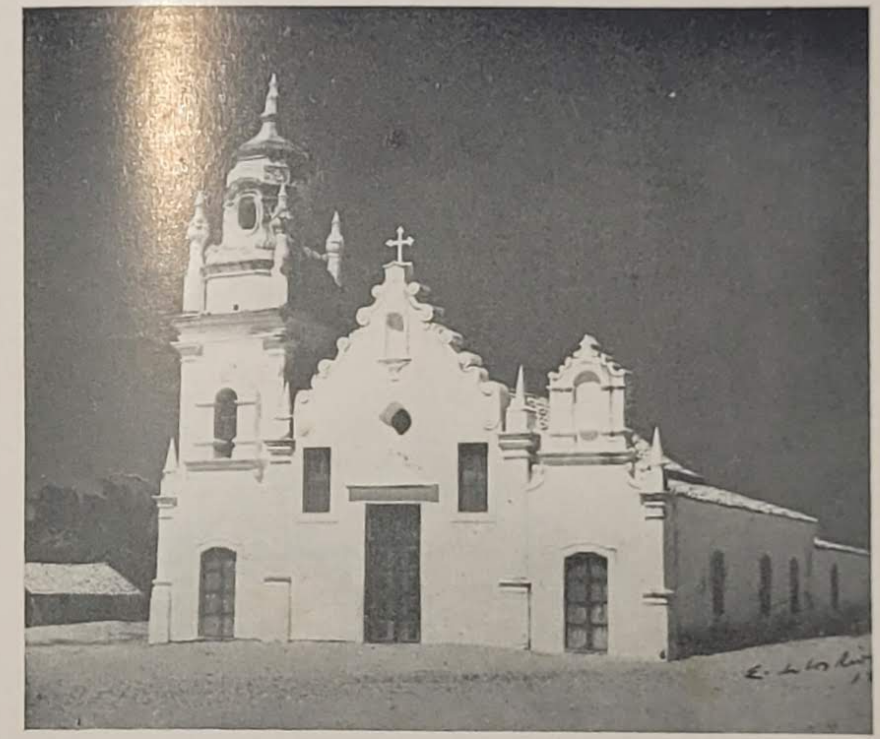
Almofala vem do árabe *al mohala,* o arraial, o castro, o acampamento, o campo onde se residiu algum tempo. A voz tornou-se naturalmente comum na toponímia lusa, encontrando-se a designar lugarejos na freguesias de Alvorninho, São João do Monte, Penacova, Vila do Rei, Figueira de Castel Rodrigo e Mondim da Beira. Existem ainda Almofala de Cima e Almofala de Baixo no concelho de Figueiró dos Vinhos. No Brasil, o nome foi dado em 1766 ao pequeno pôrto de pescadores do *Areocatamirim* ou, melhor, Aracati-mirim, nas vizinhanças do Acaraú, no Ceará, onde, nessa data, o governador da mesma capitania, Borges da Fonseca, aldeou os últimos índios Tremembés, compadecido da sua miséria nos arredores de Soure, para onde haviam sido retirados.

No século XVII, quando das primeiras conquistas e ocupações portuguêsas no litoral cearense, os índios Tremembés tinham sido uma nação poderosa e temida, que ocupava a costa, do rio Mundaú ao Paraguaçu ou Parnaíba. Ali lutaram tanto contra os lusos como contra os holandeses. O padre Antônio Vieira a êles se refere, confundindo-os com os Alarves, que eram os Cariris. O padre Ivo d'Évreux denomina-os *Cannibaliers.* Os cronistas Berredo e Bettendorf descrevem-nos como robustíssimos, valentes, consumados nadadores, pescadores hábeis e difíceis de serem civilizados. Eram de *língua travada,* como se dizia dos Tapuias, dos silvícolas que não falavam a *língua geral,* o tupi. Por isso foram algum tempo tidos como Cariris. Hoje é opinião assentada que também não pertenceram a essa raça e constituem grupo à parte.

Da sua turbulência guardam os documentos coevos memória fiel. Em 1671, o capitão-mor do Ceará Jorge Correia da Silva mandou contra êles o ajudante Francisco Martins. Em 1673, o tenente Manuel Pereira da Silva capitaneou outra expedição para acalmá-los e, graças ao missionário frei Francisco de Sá, conseguiu um tratado de paz e aliança. Todavia, em 1688 se reedificava a fortaleza de Piara, a fim de contê-los e dar avisos aos navios que buscassem o Maranhão. O historiador cearense Antônio Bezerra informa: "Tendo o padre Assenso Gago, da Companhia de Jesus, escrito ao rei de Portugal mostrando a conveniência de situarem-se os índios em aldeias pela costa que dista do Ceará ao Maranhão 200 léguas, e que lhes desse de sesmaria as terras que ficavam entre a barra do rio Aracati-mirim e a do Timonha, sua majestade, por carta régia de 8 de janeiro de 1697 ao governador do Maranhão assim o concedeu e ordenou que não se inquietasse o gentio nem o apartasse dos sítios que escolhesse para sua habitação, fazendo com que de nenhuma maneira se alterasse a sua posse, nem lha tirassem os brancos, mandando proceder com as penas condignas ao delito contra os que observassem o contrário."

Assim nasceu o aldeamento dos Tremembés no lugar denominado hoje Almofala. Sua catequese datava dos esforços do padre João Tavares, fundador de reduções em 1608, nas praias do Camocim ou Pote e de Lençóis ou Totoa, depois Tutóia. Foi seu primeiro missionário nas do Aracati-mirim ou Almofala, em 1702, o padre José Borges de Novais, que viveu entre êles longo tempo e faleceu a 2 de dezembro de 1721. Erigiu ali uma igreja ou capela sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição. A missão denominou-se de início Aracati-mirim, em 1763 passou a Nossa Senhora da Conceição dos Tremembés, de 1766 em diante a Nossa Senhora da Conceição de Almofala, para que perdesse o nome indígena, de acôrdo com a legislação pombalina que pretendia apagar sob topônimos lusos a luminosa passagem evangelizadora dos jesuítas.

Ainda no comêço do século XIX refere-se a essa antiga missão jesuítica a "Notícia das freguesias do Ceará visitadas



Igreja de Almofala, construída no século XVIII.

pelo Pe. José de Almeida Machado nos anos de 1805 e 1806": "Freguesia de N. S. da Conceição da Almofala. Abriu-se a visita a 8 de junho de 1806; encerrou-se a 9 do mesmo mês. A antiga missão dos Tramambés situada nos limites da freguesia de Almofala e fica a pancada do mar ao sul da barra de Itapagipe, e habitada de poucos portuguêses e índios da língua travada chamados Tramambés e tem por orago N. S. da Conceição e nela há a igreja e sacerdotes seguintes: Igreja — A Matriz situada na povoação de que é orago N. S. da Conceição. Sacerdote — o rev. vigário Francisco Moreira de Sousa com 61 anos de idade. O rev. Manuel da Cunha Linhares de 65 anos de idade."

Nos nossos dias, a igreja lá está de pé, a povoação humilde de pescadores estende-se batida de vento entre as dunas e os coqueiros, mas nenhum ministro de Deus lá habita ou sequer nela vai dizer missa, senão de longe em longe. Entre a pobre população, vivem ainda os descendentes dos Tremembés, que conservam a maioria de seus usos, falam uns restos de sua língua primitiva e dançam as danças ancestrais, a do Torém, por exemplo, registrada e estudada pelo ilustre folclorista cearense Florival Seraine.

Da igreja "perdida no areal imenso", escreveu o saudoso poeta padre Antônio Tomás: "A humilde capela construída pelo padre José Borges de Morais, nas margens do Aracati-mirim, em 1702, a qual, segundo a tradição, era de taipa e coberta de palha, foi substituída, alguns anos depois, quando já a povoação havia tomado certo incremento, pela sólida e formosa que hoje se acha em ruínas. Nas minhas indagações sôbre a sua origem, não encontrei o mais leve indício de ter sido edificada, como opinam alguns, por ordem do govêrno da Metrópole... Inclino-me, pois, a aceitar a tradição legada por alguns velhos moradores do povoado aos seus descendentes, de haver sido construída a expensas da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição, anteriormente ali erecta sob os auspícios dos padres que então dirigiam aquela missão. Esta tradição é confirmada pelo compromisso da referida irmandade... Diz ainda a tradição que foi o capitão-mor Manuel Rodrigues

ESTE LIVRO PERTENCE AO DANP
DEVOLVA-O EM FONTE

Ribeiro da Costa quem, de acôrdo com os missionários ali estacionados, dirigiu todo o serviço da construção da capela, a começar pelo transporte dos seus materiais que, vindos da Bahia e desembarcados no pôrto das Oficinas, distante de Almofala cêrca de 25 quilômetros, foram para ali conduzidos em carros puxados a bois. Em falta de outro documento que melhor nos oriente sôbre a época de sua construção, seja-me lícito conjeturar que tenha sido concluída em 1712, servindo de base a esta conjetura a seguinte incrição gravada na pedra de uma de suas portadas internas e perfeitamente visível até hoje: *XIX-X-XII*, inscrição que provàvelmente assinala a data de 19 de outubro de 1712. Logo acima desta inscrição, vê-se, igualmente gravada na pedra, uma figura geométrica, representando um triângulo equilátero com a base voltada para baixo, contendo dois ângulos retos, abertos ambos para cima, dos quais o inferior tem o vértice pousado sôbre a base do triângulo. Examinando-se atentamente a modesta gravação, nota-se o esmêro com que foi executada e se adivinha nela um reclamo do autor em favor da data que êle quis perpetuar, a qual gravação incontestàvelmente lembra um fato importante relativo à construção da igreja, se não o próprio dia de sua inauguração."

A igreja de Almofala, levantada e mantida pela Irmandade de Nossa Senhora da Conceição, provàvelmente fundada pelo primeiro missionário, padre José Borges de Novais, a qual possuía haveres, teve sua época de maior esplendor entre os anos de 1730 e 1790. Ignora-se absolutamente o autor de seu risco. Em 1795, talvez devido às sêcas que mataram os gados de suas fazendas, entrou a confraria em declínio. Houve uma reação promissora por volta de 1830, depois da qual a decadência ano a ano se foi acentuando. A criação a 5 de setembro de 1832 da freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Barra do Acaraú, na qual se incluía a de Almofala, suprimiu esta. De então por diante, sendo as paróquias ou freguesias dependentes de leis provinciais, a política, conforme suas preferências ou interêsses, ora restabeleceu, ora suprimiu o vigário de Almofala, o que se verificou em 1838 e 1842. Em vista disso,

cinco anos mais tarde a igreja se achava até "destituída dos ornamentos precisos para a celebração do augusto sacrifício da missa e administração dos sacramentos". Quando o ilustre padre Antônio Tomás foi nomeado coadjutor da freguesia do Acaraú, em 1890, encontrou sòmente "uns restos da poderosa irmandade de outrora; celebrava-se, entretanto, ainda com bastante solenidade e extraordinária concorrência de fiéis à festa da padroeira; e viviam ali ainda numerosos descendentes dos Tremembés, constituindo uma sociedade à parte, casando-se entre si e conservando religiosamente certos usos e tradições, e alguns até mesmo a língua de seus maiores".

O padre Antônio Tomás viu-os numa festa da padroeira dançarem o *Torém*, tomando cachaça em substituição ao mocororó e ao cauim primitivos. Eram 12 ou 14 pares de caboclos, de mãos dadas, em círculo perfeito, girando e cantando sob a direção duma espécie de mestre-sala que tocava o maracá e marcava o ritmo da coreografia. "Dançando — escreveu o citado sacerdote —, continuaram alternativamente o canto, no qual não sei se lembravam histórias de amor ou se guerreiras façanhas de alguns dos seus heróis; pois era expresso numa algarávia estranha, da qual não entendi uma única palavra." Enquanto dançavam, iam bebendo a aguardente posta numa bacia sôbre um tamborete. No fim, um dos dançarinos se encarapitava nos ombros do que dirigia a função, arrancando-lhe das mãos o maracá e arremedando-o nos gestos e na voz, até ser alijado, no meio de apupos e gargalhadas.

A última missa dita na igreja de Almofala, quando o referido padre se encontrava no Acaraú, foi no comêço de 1898. Em junho dêsse ano, as dunas avançavam, tangidas pela constante fôrça do alíseo, sôbre a velha povoação dos Tremembés, ameaçando soterrar a sua igreja. Era impossível deter a marcha vagarosa, sussurrante e implacável da areia, a cujo pêso o telhado ruiu. Em outubro, autorizado pelo bispo diocesano, o padre Antônio Tomás foi buscar as imagens para guardá-las na capela do Tanque do Meio, a 10 quilômetros de distância. A sacristia fôra invadida e uma camada de pó sutil cobria a nave e o altar. Fê-se uma limpeza sumária e celebrou-se a

missa. Ao Evangelho, o celebrante explicou à multidão o que viera fazer. Todavia, quando ia colocar nos andores os santos que deviam ser retirados, os caboclos armados de cacête e faca queriam impedir o ato, o que motivou a intervenção do subdelegado. Nisto, uma tal de Joana Camelo roubou a imagem de Nossa Senhora do Rosário e correu com ela nos braços para onde se reunia a caboclada. O sacerdote alcançou-a e procurou tomá-la, o que motivou grande sururu entre os que o defendiam e os que desejavam auxiliar a roubadora. As mulheres furiosas brandiam os tamancos. Com a palavra o próprio padre: "Então, *fechou-se o tempo*, como lá diz o povo na sua gíria, e nada mais se ouviu senão o estalar dos cacêtes e o vozear clamoroso do mulherio alvoroçado..."

Felizmente não houve conseqüências de vulto. Tudo acabou em contusões e escoriações sem gravidade. O subdelegado e outras pessoas gradas contiveram afinal os exaltados, verificou-se que os mesmos obedeciam às sugestões dum sórdido vendeiro do Panam, ali perto, que queria os santos em casa para explorá-los a seu talante, e as "cinco velhas e grosseiras imagens, representando Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora do Rosário, São José, S. Miguel Arcanjo e S. Benedito, acompanhadas por quase todo o povo que ali se achava, seguiram processionalmente para a capela do Tanque do Meio". E o ilustre e saudoso sacerdote cearense concluí desta forma o seu relato: "Os raros objetos que haviam ficado na capela de Almofala, depois da retirada das imagens, foram levados com a autorização do diocesano, uns para o Tanque do Meio e outros — um púlpito, dois sinos, um cálice e uma âmbula, para a matriz do Acaraú. E, depois de despojado de tudo o que dêle se pôde arrancar, lá se ficou o templo esquecido e abandonado de todos e para sempre. Já então era êle o único vestígio da extinta povoação, de cujo local havia desaparecido até o miserável casebre. Volvidos mais alguns anos, quando desfeitas, as suas ruínas forem sepultadas pelos morros que as circundam, custar-se-á a crer que ali demorou uma florescente povoação e existiu uma formosa igreja servindo de sede à paróquia constituída por seus numerosos habitantes. E ninguém saberá mais dizer ao certo o lugar onde foi Almofala."

Apesar de inspirado vate, o padre Antônio Tomás não vaticinou certo nestas melancólicas palavras. De fato, as areias movediças avançaram noite e dia em 1898, soterrando grande parte do arraial de pescadores e cobrindo completamente a sua velha igreja setecentista. Sòmente a cruz de ferro da tôrre sineira ficou de fora como espetada no cocuruto branco da duna vencedora. Passaram-se quarenta e cinco anos e em 1943, obedecendo à lei misteriosa e caprichosa que rege a marcha das areias no litoral cearense, o morro foi diminuindo e retirando-se de mansinho. Primeiro, surgiu a tôrre, depois o frontispício ornamental e por fim o edifício todo. O que era madeira ou ferro apodrecera ou enferrujara e se delira nesse quase meio-século de sepultamento no areal salino; mas a estrutura de alvenaria estava de pé e quase perfeita.

O fato faz-nos lembrar aquela historieta do famoso barão de Munkausen, que prendeu o cavalo à noite a um varão de ferro no meio da planície gelada e, na manhã seguinte, o viu dependurado do campanário duma igreja, que a neve, então derretida pelo sol, havia coberto.

Não foi difícil repor o telhado e as portas do templo que ressurgiu da duna. As imagens voltaram aos seus altares e hoje novamente a igreja de Almofala ergue entre os coqueiros e os morros a sua branca fachada no meio da povoação dos descendentes dos Tremembés. O lugar é acessível de jipe para quem vá do Acaraú ou de S. Bento da Amontada. A pesca em currais, sobretudo do camurupim, é a base da sua economia. O vento sopra ali com fôrça em direções certas, sempre com as asas carregadas de areia salina, fustigando os coqueiros sussurrantes, os cajueiros, as moitas crêspas de pinhão-bravo e o rosto dos habitantes. Noite e dia. Não se sabe se não trará outra vez a duna, com sua implacável vagarosidade, para engolir outra vez a igreja.

Esta é um documento arquitetônico de capital importância para o estudo das modalidades ou dialetos regionais do barroco-rococó no Brasil. Pertence ao partido em voga nos tem-

plos pernambucanos e sobretudo paraibanos, de que é paradigma o convento de S. Francisco, da Paraíba. Diferenciado bastante das linhas que se observam na Bahia. Inteiramente diverso do que se verifica nas várias regiões auríferas de Minas. Influência oriental e influência espanhola na verdade notáveis. Frontão espetacular, trabalhado em volutas unidas num desenvolvimento ascendente. Tôrre única, de caráter mosárabe, adereçada de pináculos. A assimetria da fachada contrabalançada pelo equilíbrio dos janelões em nichos de sabor absolutamente espanhol. Tudo isso realizado na alvenaria de tijolo branco, de tabatinga, feito a mão, chato como o dos romanos, dos bizantinos e dos árabes, cuja porosidade faz com que acabe formando um todo com a argamassa. Outro material não teria resistido quase meio centenário à sepultura salino-arenosa em que jazeu. A igreja de Almofala merece um estudo técnico por uma competência no assunto como o professor Paulo Santos e a atenção do poder público para sua defesa e conservação. É um dos raros documentos arquiteturais que possuímos das antigas missões jesuíticas no Norte do País. E é na nossa história o único exemplo duma igreja perdida na areia e salva cinqüenta anos depois pelo capricho da própria areia.

O ENIGMA DO AÇUDE QUEBRADO

Mais ou menos a meio quilômetro do povoado de Jati, outrora denominado Macapá, no município cearense de Jardim, na parte meridional da região do Cariri, se encontra no rio que deu o nome ao referido município o açude Quebrado. Trata-se de um paredão de alvenaria de pedra com 45 metros de comprimento de margem a margem, da altura de 12 metros e da espessura de 8, que as águas, provàvelmente numa cheia antiga, romperam na extensão de 8 metros. Essa construção de caráter quase ciclópico desafia a curiosidade de todos os que a visitam e assopra nas imaginações as chamas de muitas lendas.

O tenente Otacílio Anselmo e Silva, residente na cidade do Crato, capital do Cariri, assim descreve a misteriosa ruinaria: "A curiosa obra de engenharia é inteiramente construída de rocha, existindo nela pedras que pesam algumas toneladas. Quanto à argamassa, é desconhecida, acreditando-se que tenha sido qualquer coisa semelhante ao cimento, porquanto, ainda hoje, sòmente com fortes alavancas se podem arrancar algumas lajeotas, mesmo das menores dimensões, tal a resistência encontrada. Alguns sertanejos aludem ao emprêgo do sangue de boi..."

Façamos um parêntese para oportuno comentário. A resistência das argamassas nas construções antigas, sobretudo nas romanas, deu origem à afirmação de que foram aglutinadas com azeite de peixe ou sangue de animais, o que sòmente a análise química poderá atestar. O erudito Quicherat declara a propósito que submeteu a essa análise várias amostras de

argamassa de monumentos romanos sem nunca ter encontrado o menor vestígio de qualquer substância oleosa. Do que êle inferia ser a resistência da mesma argamassa resultado do seu traço e do tempo que se levava preparando-a devido à barateza da mão-de-obra, em geral trabalho escravo. A massa traçada lentamente, dormida duas ou três vêzes, ficaria depois de certo tempo de tal modo macerada e aglutinante que se tornava difícil de ser destruída. É muito comum no Brasil a afirmação do preparo das argamassas dos edifícios coloniais com óleo de baleia. Mais rara a do emprêgo do sangue de boi. É de lamentar que nenhum técnico, a exemplo de Quicherat, tenha procedido à análise química que decidiria de vez cientìficamente a questão.

Continua com a palavra o citado informante: "Em tôrno do açude Quebrado, criaram-se várias lendas. Generalizou-se há bem pouco tempo a crença popular de que na vetusta parede havia *botijas*, isto é, vasilhas de barro com dinheiro. Foi o bastante para que sôbre ela caíssem as picaretas e alavancas de vários aventureiros logrados por essa lendária notícia de tesouros escondidos. Por motivo das demolições praticadas pelos sertanejos cobiçosos, já não existe o lanço de parede da margem esquerda, restando o do lado oposto, repleto de escavações. Dêsse modo, o velho açude está reduzido a cêrca de um têrço de sua primitiva grandeza. As suas ruínas, porém, graças à resistência do material empregado, subsistirão ainda por muitos séculos."

O açude foi admiràvelmente situado. Um técnico de açudagem não escolheria melhor local. Aí, o rio Jardim corre apertado entre dois longos serrotes. Essa espécie de desfiladeiro vai desembocar na vasta planura ao norte da povoação de Jati, atravessada pela estrada Transnordestina. Para ela deita o sangradouro do reservatório, como se podia ver até antes da destruição provocada pelos boatos da existência de tesouros, o que levaria a crer num plano de irrigação daquelas terras chãs.

Os moradores daquelas paragens nada sabem da origem de semelhante obra. Nem os mais velhos se recordam de qual-

Igreja da Conceição, antiga de Nossa Senhora do Monte. Icó.

quer notícia a respeito. Desde que êles e seus antepassados se entenderam que o arruinado paredão detém parte da correnteza do rio nas épocas de inverno farto e se ergue entre suas margens como uma interrogação. A necessidade duma resposta à mesma se manifesta ao sabor da fantasia de cada qual. Há quem pense em trabalho de povos misteriosos, envoltos nas brumas de remoto passado, anteriores aos índios que habitavam a região, os famosos Cariris. Há quem, esquecendo que êles nunca se internaram muito nos sertões, atribua êsse trabalho aos holandeses do tempo do príncipe de Nassau.

Na verdade, segundo informes colhidos pelo tenente Otacílio Anselmo e Silva, os primeiros povoadores da zona do antigo Macapá, troncos da velha família Vidal, vieram do Rio Grande do Norte, sendo voz corrente entre seus descendentes que já encontraram o paredão rompido ao meio. No baixio, onde o açude desaguava, viam-se os restos dum engenho de madeira para moer cana. E acrescenta o referido tenente: "À margem direita do rio, no ponto mais alto dum morro, em cuja base passa a estrada Transnordestina, na orla de Jati, há uma clareira em terreno plano, denominada Fazenda Velha. Na infância, ainda vi pedaços de telhas e de panelas de barro espalhados pelo chão. Alguns curiosos, até bem pouco tempo, encontravam em escavações procedidas naquele local cacos de pratos de louça, de bela aparência. Diz a tradição que a Fazenda Velha era propriedade do revolucionário Joaquim Pinto Madeira, que ali resistiu a vários ataques dos seus inimigos. A casa era de taipa, com dupla parede."

O topônimo Fazenda Velha encerra pelo menos parte da decifração do enigma do açude Quebrado. O reservatório deveria ser dependência dêsse estabelecimento agrícola, decerto construído após a grande sêca de 1725, a Sêca Grande, que marcou época nos anais do Ceará. Difícil, no entanto, se torna averiguar quais os verdadeiros autores dessa notável obra hidráulica, visto como as sombras das dúvidas, graças à carência de documentos, cobrem os primeiros tempos históricos da zona do Cariri. É quase certo que o descobrimento e povoamento dessa região cearense se deram entre 1660 e 1680, des-

cobrimento pelas bandeiras baianas da famosa Casa da Tôrre de Garcia d'Avila que vararam os sertões nordestinos até o centro do Piauí e povoamento aqui e ali pelas primeiras mestiçagens entre fugitivos da justiça ou prisioneiros feitos em combate, os quais acabavam participando da vida dos selvagens das tribos que os acoutavam ou prendiam. Dois exemplos bastarão para corroborar essa tese. Em data incerta, um escravo negro da fazenda Várzea, à margem direita do São Francisco, que pertencia à Casa da Tôrre, aprisionado pelos Cariris, entre êles viveu algum tempo. Tendo fugido, apresentou-se ao vaqueiro Medrado, que tomava conta daquele estabelecimento pastoril e lhe ensinou os caminhos e meios de penetrar o Cariri e destruir seus habitantes indígenas. No comêço do século XVIII, a bandeira baiana de João Correia Arnaud, entrando por aquelas terras, encontrou vivendo entre a indiada um tal Airosa ou Ariosa, tronco de alguns dos primeiros povoadores da região, o qual fugira do S. Francisco por ter cometido crime de morte e andar a justiça em seu encalço.

Contudo, embora seja muito possível e muito provável que o famigerado sertanista da Casa da Tôrre, Domingos Afonso Sertão ou Certam, como então se dizia, ou Domingos Afonso do Sobrado, tenha, no período de 1660 a 1680, descoberto e varado o Cariri, e, não se sabendo a data certa da entrada do vaqueiro Medrado, o que se pode assegurar é que a primeira bandeira povoadora foi de fato a de João Correia Arnaud, em 1707 ou 1708. Êle aproveitou a luta que então se travava entre os índios Cariris e Cariús para conquistar os seus domínios e esmagar sua resistência. Êsse patriarca caririense faleceu em 1771, com 82 anos, o que nos mostra que nasceu em 1689 e veio com sua expedição com 18 ou 19 anos.

Depois de Arnaud, veio das terras baianas a continuar a conquista e povoamento o coronel João Mendes Lobato, da Cotinguiba, em companhia de seu filho o padre Antônio Mendes Lobato. Isto deve ter sido por volta de 1718. Data de 1725 a fundação de Missão Velha. Nos anos imediatos, fundaram-se

Missão Nova e Missão do Miranda. Esta última teve mais tarde o nome mudado para vila do Crato e veio a ser cidade em 1853.

A vila do Jardim, em cujo território se situa o açude Quebrado, é fundação de fins do século XVIII. Foi inaugurada com o predicamento de vila pelo padre João Bandeira, em 1816. Na época do povoamento das missões caririenses, desabou sôbre o Ceará a Sêca Grande, que durou de 1725 a 1727. Na dos primórdios do Jardim, veio outra sêca tão terrível quanto aquela, a de 1790 a 1793. Com tôda a certeza, a dolorosa experiência dessas crises climáticas levou os antigos proprietários da Fazenda Velha à construção dum grande reservatório de água para remediar os efeitos de nova reprodução do fenômeno. Uma busca nos arquivos municipais do Crato e do Jardim poderá fornecer ao estudioso, com exatidão, notícia do proprietário dessas terras, o revolucionário de 1831-1832 Joaquim Pinto Madeira ou outro qualquer. Êsse informe tornará talvez possível a decifração completa do enigma do açude Quebrado.

FUNDAÇÃO DUMA CIDADE SERTANEJA

As cidades do interior do Nordeste, geralmente planas, à margem ou na proximidade dos rios, ostentam grandes praças e ruas bastante largas na sua maioria. Distinguem-se muito das que se levantaram nas regiões montanhosas do Centro-Sul, cujo casario teve de se aninhar, conforme foi possível, nas ladeiras e barrancas, constituindo-se em vielas e pequenos largos irregulares. As preocupações urbanísticas não são peculiares aos tempos atuais. Teve-as constantemente o govêrno da Colônia e, se não logrou fôssem as regras de edificação duma boa cidade obedecidas naquelas paragens em que a isso se opunha a natureza do terreno, viu-as realizadas nos núcleos sertanejos sitos nas planuras das catingas. Cidade típica como queriam as ordens vindas de Portugal é a do Icó, no coração do Ceará. Leiamos na língua e ortografia do tempo a carta régia de 1736, com a qual criou D. João V uma vila "no lugar do Icó": "Faso saber a vos ouvidor geral da Capitania do Seará que havendo visto o que me escreveo o Governador de Pernambuco em Carta de 16 de Janeiro do anno passado a respeito de ser conveniente criar-se hua villa no Lugar do Icó não só para a boa administração da Justisa mas para aquietasão daqueles povos pella distancia de 80 legoas que ficava da Villa do Aquiras de que era termo. Fui servido determinar por rezolusão de 17 de 8bro. do ano passado em consulta de meo Concelho Ultramarino que se irija hua nova Villa no Icó junto aonde se acha a Igreja matriz elegendose para ella o sitio que pareser mais saudavel e com provimento de Agoa, demarcandoselhe logo lugar da Prasça no meio da qual se levante Pilou-

rinho e em primeiro lugar se deleniem e demarquem as ruas em linha recta com bastante largura deixando sitio para se edificarem as cazas nas mesmas direituras e igualdade com seus quintaes competentes de sorte que a todo o tempo se conservem a mesma largura das ruas sem que em nenhum cazo e com nenhum respeito se possa dar Licença para se ocupar nenhuma parte dellas e depois das ruas demarcadas se assigne e demarque o sitio em o qual se hajão de formar a Casa da Camara e das Audiencias e a Cadea para que na mais aria se posão edificar as cazas dos moradores com seus quintaes na forma que parece a cada hum com que fiquem a facie das ruas e tambem se deixe sitio para Logradoiro Publico do qual em nenhum tempo se poderá abar parte alguma sem expressa ordem minha e demais deste Logradoiro Publico se dará ao Concelho hua Sismaria de coatro legoas em quadro que fazem dezeseis legoas coadradas juntas ou divididas a qual Sismaria renda para as despezas publicas e seja administrada pellos officiaes da Camara que poderão aforala por partes pondolhes o competente foro com aprovasão dos Ouvidores e confirmasão dos Governadores da Capitania a quem se encarrega o exame para que se fação estes aforamentos atendendo a que esta Povoasão se posa aumentar e o resto das terras que ficaram e se não acharem dadas em Sismaria poderão os Governadores repartilas com as clausulas que mandão as mesmas ordens com diferensa porem que todas as que ficarem em circunferencia da villa em distancia de sinco legoas senão possa repartir mais que athe uma legoa coadrada a cada morador e mais não para que posão todos os moradores ter terras e cultivar junto da villa e não fique um com tanta extenção dellas que não deixem para cultivar os mais moradores que no tempo futuro se extabelecerem na dita villa. Poderão porem cultivar as terras que a Camara assignar em cada anno aos moradores que as pedirem enquanto não estiverem dadas de Sismaria e demarcadas nas formadas ordens que ha sobre esta materia e nunca se dará a mesma terra segunda vez ao mesmo morador para que senão posa originar alguma desordem na pertenção de se conservar na cultura da terra que não for propria com que

não fique tão livre a qualquer outro morador o poder pedilas de Sismaria a todo o tempo. De que vos aviso para que se executeis esta ordem pelo que vos toca ordenando vos fasais logo a eleisão de Justisa na forma da Lei e com ela procedais a demarcasão que se vos ordena. El-Rey Nosso Senhor o mandou pellos Dezembargadores Manoel Fernandes Vargas e Alexandre Metello de Soiza e Menezes conselheiros do seo Concelho Ultramarino e se pasou por duas vias. João Tavares a fes em Lisboa Occidental aos 20 de 8bro. de 1736. O Secretario Manoel Caetano Lopes a lavrou e fes escrever."

Troque-se em miúdo o que aí se lê no estilo ingênuo e na grafia incoerente da época e se verá a sabedoria das medidas preconizadas para a fundação da vila, aliás, mera repetição do que se contém em dezenas de cartas régias semelhantes. De início, indica o traçado de ruas linheiras e largas com as casas bem alinhadas e possuidoras de quintais, coisa imprescindível nesse tempo em que não havia esgotos nem água encanada. Êsses quintais tinham pequenas hortas, pomar e galinheiro que supriam até certo ponto as necessidades do consumo doméstico. Suas árvores eram o paraíso da criançada, que lhes pendurava os trapézios dos galhos, comia suas frutas e armava os alçapões de pegar passarinho nos seus galhos altos. Os meninos não tinham necessidade de viver na rua para ter ar. Reserva, em seguida, local para as praças, tanto para aquela principal em que se erguerá o pelourinho, símbolo das franquias municipais, e os edifícios públicos, como outra de grande extensão para logradouro ou passeio da população. Nenhuma aba, beirada ou porção dêsse logradouro poderia de futuro ser edificada sem ordem direta do rei, o que prevenia qualquer avanço da câmara ou de particulares sôbre a sua superfície.

Dotava a carta régia a nova vila daquilo que hoje se denomina o *cinturão verde*, repartindo terras na "circunferência" e "em distância de cinco léguas" para os que as quisessem cultivar. Prevenindo abusos e explorações futuras, limitava as doações individuais e não permitia a ninguém o seu açambarcamento. A povoação haveria de aumentar, de crescer, reconhece o notável documento e por isso se reservava uma grande data de terras à câmara municipal como seu patrimônio, as quais seriam aforadas a novos moradores. Tais aforamentos ficavam sujeitos ao exame dos ouvidores e à aprovação dos governadores da capitania. Isto, ao mesmo tempo que preparava renda para a municipalidade, evitava, no crescimento da vila, negociatas de terrenos, os loteamentos atuais, pondo os devolutos à sombra do poder municipal, evitando a venda pelo processo da enfiteuse ou fateusim, como então se dizia. E, para que não pudesse haver combinações da câmara com os interessados, o processo era submetido à fiscalização e aprovação das autoridades superiores, o magistrado e o delegado do soberano. Não se poderia conceder mais de uma data de terras a cada pessoa. Também o que a não cultivasse e perdesse não poderia recebê-la outra vez, ficando ela livre para quem pretendesse sua concessão. Terminava tudo pela ordem de eleição da Justiça antes de qualquer outra providência. Constituir-se-ia, assim, de entrada o govêrno democrático da nova vila.

Seria um grande e notável estudo a fazer o da formação das cidades brasileiras em todos os pontos dêste País tão complexo na sua vastidão e nos seus acidentes e formas, tão uno, tão o mesmo na substância e no fundo. O exame das cartas régias, provisões e decretos que criaram as vilas antecessoras das cidades ou àquelas deram o predicamento destas nos traria ao conhecimento lições admiráveis de verdadeira sabedoria política e administrativa, como encontramos na do Icó, antes transcrita. Veríamos nesses papéis do passado como os nossos colonizadores bem compreendiam as condições físicas e sociais do ambiente, e tinham verdadeira visão do futuro.

Os núcleos de povoamento do Brasil colonial, uns anquilosados até hoje em pequenos arraiais, outros que chegaram simplesmente a vilas e outros que se tornaram cidades, mesmo capitais importantes, tiveram berços os mais diversos. Uns nasceram à margem de portos, angras ou baías, como Belém, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Angra dos Reis, Santos. Outros surgiram em ilhas de situação excepcional, como S. Luís,

ESTE LIVRO PERTENCE AO DANP

Vitória e Florianópolis. Êstes formaram-se no cruzamento das vias fluviais, como Manaus. Êsses brotaram à sombra protetora duma fortificação, como Fortaleza, Natal, Fortim. Aquêles penduraram-se nas serras auríferas e diamantíferas, onde os bandeirantes pararam a bater as águas dos ribeirões, como Ouro Prêto, Mariana e Diamantina. Houve os que se aglutinaram em redor duma árvore, duma capela, dum estabelecimento de beira de estrada: Juàzeiro, Capelinha, Venda. Aqui encontramos os filhos dos pousos de tropeiros e das encruzilhadas dos caminhos e ali os das passagens, pontes e portos dos rios: Forquilha, Pouso Alegre, Pouso Alto, Passa Três, Passa Quatro, Ponte Nova, S. Gonçalo da Ponte, Pôrto Novo do Cunha. Nas fronteiras, houve os que se originaram de acampamentos militares, como Livramento. As missões catequizadoras deram origem a dezenas no Sul e no Norte com nomes de santos como S. Borja, com o nome do santo e das missões como S. Miguel das Missões e sòmente lembrando as missões, como Missão do Miranda, Missão Velha e Missão Nova. As romarias a oradas ou ermidas de milagrosa fama criaram muitos, como Congonhas do Campo ou do Santuário, Milagres e S. Francisco do Canindé. As águas minerais permitiram o nascimento de alguns: Poços de Caldas, Águas Virtuosas, Águas do Prata. Não esqueçamos os inúmeros que perpetuam no seu topônimo os acidentes naturais da sua proximidade: Sumidouro, Itararé, Monte Santo, Cachoeira, Rio Prêto, Pedra Branca, Sete Lagoas, Tôrres, Cabo Frio; nem os que recordam as tribos indígenas que outrora habitavam no local: Crateús, Pacajus, Icó; nem ainda os que conservam a memória dos caminhos antigos e seus postos de fiscalização colonial: Caminho Novo, Registro; ou os que saíram dos grandes cursos de gado e dos mercados famosos: Curral d'El Rei, Currais Novos, Feira de Santana.

Êstes exemplos ràpidamente enumerados servem tão-sòmente para mostrar como seria interessante o estudo da formação de nossas cidades, cada qual com sua origem peculiar, obedecendo, porém, a normas gerais, quando do seu estabelecimento oficial, de acôrdo com o documento aqui reproduzido, as quais lhes deram uma certa unidade de formação e sobre-

Sobrado com fachada de azulejos. Construção típica da cidade do Icó.

tudo aquela vida municipal com sua justiça eleita e suas franquias, que está, sem dúvida, nos alicerces da nacionalidade como uma das pedras de sustentamento da sua unidade milagrosa. Essa sabedoria dos nossos antepassados deveria estar presente ao espírito dos criadores de novas cidades em nosso País.

A IGREJA QUE CRIOU UMA CIDADE

Quixeramobim, antigamente Campo Maior de Quixeramobim, no coração do Ceará, é uma cidade tìpicamente sertaneja, da época do Ciclo do Gado ou da Civilização do Couro. Como outras muitas que se lhe assemelham, consta duma praça principal em que desembocam várias ruas, que se liga a outras praças e no meio da qual se ergue a imponente matriz que substituiu a capelinha primitiva. Fundou-a, em 1755, o portuense capitão Antônio Dias Ferreira. O documentado e probo historiador Ismael Pordeus assim descreve o comêço dessa fundação, cujo centenário foi solenemente comemorado em outubro do ano findo:

"Filho legítimo de João Dias Ferreira e de Bernarda de Jesus, adquiriu o capitão Dias Ferreira, às margens do rio que o gentio chamava Ibu, terras que pertenciam a Gil de Miranda e sua mulher Ângela de Barros, bem como ao padre Antônio Rodrigues Frazão, região esta, aliás, da qual foi sesmeiro o alferes Francisco Ribeiro de Sousa, com data de 7 de novembro de 1702. Fundando nessas terras a fazenda de Sto. Antônio do Boqueirão, logo tratou de erigir, nas proximidades da sua casa de morada, uma pequena capela sob a invocação de Santo Antônio de Lisboa ou Pádua, mais tarde Santo Antônio de Quixeramobim. O costume dos senhores feudais pernambucanos, edificando, dentro ou junto das casas grandes dos engenos, templos ou santuários para orações, estendeu-se ao Ceará, com a praxe de se erigirem capelas ao lado da casa da fazenda, próximas aos currais. Construindo naqueles adustos sertões o pequeno templo, lançou o capitão Antônio Dias Ferreira uma daquelas sementes que agiram na formação brasileira — a capela. Criou também, como observa João Brígido, "atraindo-lhe os moradores", Quixeramobim."

Quando Dias Ferreira situou naquele rincão sertanejo sua fazenda de criar, o templo mais próximo, capela de Nossa Senhora da Conceição do Banabuiú, ficava na distância de vinte léguas. Daí o pedido que êle e seus vizinhos dirigiram em 1730 ao bispo de Olinda, o frade bernardo D. José Fialho, para a ereção do pequeno templo, onde pudessem freqüentar os sacramentos, dedicado a Santo Antônio e tendo como patrimônio meia-légua de terra e trinta vacas, o qual, devidamente bento, era entregue ao culto no Ano da Graça de 1732. Vinte e cinco anos mais tarde, a capelinha arruinada era substituída pela igreja, que seria a futura matriz da futura cidade. Ergueu-a, como diz João Brígido, "o português Antônio Dias Ferreira, homem solteiro, de fortuna avultada, que possuía vinte léguas de terras, a começar do lugar Espírito Santo, além de Boa Viagem, até a barra do Sitiá, onde tinha grandes fazendas de cavalar e muar com feitorias de escravos de Angola. O rico devoto, construindo aquêle templo, fê-lo com empenho e magnificência, até mandando vir artistas de Portugal... Foi aquilo, no seu tempo, o que a arte produzira de melhor no Ceará — uma igreja vasta e bem decorada"...

Os fatos aqui sucintamente descritos documentam o *modus faciendi* do nascimento duma cidade sertaneja do Ciclo do Gado. A fazenda que se situa, os vizinhos que se reunem, a riqueza que aumenta, a capela que surge, a igreja que a substitui e, enfim, a matriz em tôrno da qual a vila formada ali se transforma em cidade. Eis tôdas as fases do nascimento, crescimento e formação da nova urbe nos vastos sertões. Preside a tôdas o espírito cristão. É a sombra da cruz que, assim, povoa e civiliza o deserto. Êsse Antônio Dias Ferreira, irmão da Ordem Terceira de S. Francisco, era crente fervoroso, segundo o atesta seu testamento, datado de 2 de fevereiro de 1753: "Eu Antônio Dias Ferreira, estando valente e em meu perfeito juízo e entendimento, que Nosso Senhor me deu, temendo-me da morte, e desejando pôr minha alma no caminho

BIBLIOTECA DIRETÓRIO ACADÊMICO

da Salvação por não saber o que Deus Nosso Senhor de mim quer fazer e quando será servido de me levar para si, faço êste meu testamento na forma seguinte. Primeiramente encomendo a minha alma à Santíssima Trindade que a criou e ao Padre Eterno peço e rogo pelos merecimentos de seu unigênito Filho a queira receber, como recebeu a sua, estando para morrer na árvore da Cruz, e a meu Senhor Jesus Cristo peço e rogo, já que nesta vida me fêz me dar o seu preciosíssimo sangue, em merecimentos de seus trabalhos, na vida que esperamos me dê o prêmio dêles, que é a glória com a Virgem Nossa Senhora Madre de Deus, ao Santo do meu nome e ao meu padre São Francisco, e ao glorioso São José e a São João Batista e a São João Evangelista e ao Anjo da minha guarda, aos quais, tendo particular devoção, e a todos os Santos e Anjos da Côrte do Céu, e às benditas Almas do Purgatório, a todos peço e rogo humildemente queiram por mim interceder agora e quando minha alma dêste corpo sair, porque como verdadeiro Cristão protesto de viver e morrer na santa Fé Católica e crer tudo o que crê também a Santa Madre Igreja de Roma, e nesta Fé espero de salvar a minha alma, não por meus merecimentos, mas sim pelos da Sacratíssima Paixão e Morte do unigênito Filho de Deus..."

Dificilmente se encontrará mais completa e perfeita profissão de fé católica do que nesse preâmbulo do testamento do grande sertanista. Dando-o a conhecer, apontamos a lição que nêle se encerra: de que foi graças a essa fé num destino superior do homem que os nossos maiores puderam e souberam criar êste grande Brasil que a geração de hoje, mais adicta aos destinos inferiores, isto é, às necessidades do corpo do que aos vôos da alma, parece querer levar à destruição.

Imagens, alfaias e instrumentos do culto vieram de Portugal; mas os sinos foram fundidos no local, em fornos levantados de pedra e cal à margem do riacho Capadócio, junto à sua foz no rio Quixeramobim. À margem esquerda dêste, estendeu-se a primitiva vila de Campo Maior, entre os riachos da Palha e Capadócio, dominada pelo vulto da igreja de Santo Antônio, erguida num pequeno cômoro. Depois de fundidos

sob a direção dum técnico vindo de Portugal, os sinos foram conduzidos em procissão pelas antigas ruas das Formigas, da Bem-aventurança, do Juàzeiro e da Viração, carregados em andor pelo povo, sendo bentos e batizados com os nomes de Antônio, o maior dêles, o sino grande, Francisco e Manuel, em honra dos santos respectivos. O grande, quebrado em 1861, foi substituído por outros feitos em Pernambuco, na fábrica de Manuel dos Santos Vilaça, em 1868 e 1869. Embora inutilizado, encontra-se atualmente na igreja do Rosário. Dois outros, sem indicação, na matriz, devem ser o Francisco e o Manuel, do século XVIII. Desde essa época, chamam os fiéis às orações, repicam nas horas de alegria e badalam as despedidas dos mortos.

No dia 13 de junho de 1789, levantava-se o pelourinho, símbolo das franquias municipais, na praça da matriz da vila de Santo Antônio de Quixeramobim. Seu construtor, segundo indicam alguns documentos contemporâneos, foi o mestre pedreiro português Antônio Mendes da Cunha, natural da freguesia de Linhares, Concelho de Coura, que, em 20 de setembro de 1761, por crime de bigamia, agadanhado pela Santa Inquisição, figurava num auto-da-fé em Lisboa, de parceria com o entalhador Antônio Correia de Araújo, natural de Landim, Concelho de Barcelos, residente na vila cearense do Icó. O mestre pedreiro, embora casado com Teodósia Fernandes na freguesia lusa de São Mamede, contraíra novas núpcias em Quixeramobim, com Ana Maria Valéria. Por isso foi açoitado pelas ruas lisboetas e condenado a remar nas galés de sua majestade.

Como escreve Ismael Pordeus, não teve o fundador da fazenda Boqueirão e eretor da igreja de Santo Antônio de Quixeramobim a ventura de ver êsse templo elevado à categoria de matriz, a 15 de novembro de 1755. Falecera um ano antes, deixando as obras por terminar. Estas sòmente vieram a têrmo no ano de 1770, quando já criada a freguesia sob a direção do capitão João Francisco Vieira. Antônio Dias Ferreira dispusera em seu testamento que, se falecesse no Jaguaribe ou em Quixeramobim, fôsse enterrado na *sua* capela do glorioso

Santo Antônio, amortalhado no hábito de São Francisco, celebrando-se por sua alma várias *capelas* de missas, que equivaliam cada uma a cinqüenta.

No mesmo ano em que foi instalado o município de Quixeramobim, o que se realizou a 13 de junho de 1789, o capitão Narciso Gomes da Silva, natural do Cabo, em Pernambuco, fêz na primitiva matriz alguns trabalhos de reforma. No decurso do tempo, com o crescimento da povoação a que dera origem, outras igrejas foram se erguendo naqueles sertões, como filiais da velha matriz: a do Rosário, a cargo da gente de côr, dentro da vila; a da Conceição do Sitiá; a de Jesus, Maria, José, de Quixadá; a de Boa Viagem; a da Glória, em Maria Pereira. A sombra da Cruz — *ave, spes unica* — ia, assim, civilizando aquêle *locus mediterraneus* nordestino.

Passar-se-iam muitos anos para que essas filhas atingissem a maioridade. Sòmente em 1832 se criaria a freguesia de Maria Pereira, desmembrada da de Quixeramobim. Foi a primeira pomba a deixar o pombal.

Até 1854, fizeram-se na velha matriz os enterros dos que morriam na vila e seus arredores. A cinza dos mortos enchia o templo, ligando as gerações que se sucediam nas fainas do sertão. Em 1857, começou-se a achar o templo diminuto para o número de fiéis que o freqüentavam, o que denotava o crescimento da população local, apesar da grande sêca de 1845. Pensou-se, então, em abrir arcadas nas paredes que dividiam a nave dos corredores laterais. Mas sòmente na década de 1880 a 1890 se começariam os trabalhos da preconizada reforma. Coincidiram êles com terrível epidemia de febres perniciosas, que o povo, ainda crente em miasmas, atribuiu ao fato de se revolverem as velhas campas do templo. Em 1902, o grande vigário monsenhor Salviano Pinto Brandão reencetou as obras da matriz, entregues à direção do coronel Rafael Pordeus da Costa Lima e à habilidade de Jacinto José de Matos, arquiteto e decorador, e Emílio Moreno, mestre pedreiro. Concluíram-se em 1916. Monsenhor Salviano não viu essa conclusão, como Antônio Dias Ferreira não vira a da primitiva igreja que edificara. Morreu a 2 de setembro de 1915. Essa é a sina dos precursores: êles não podem, como Moisés, entrar na Terra da Promissão; contemplam-na de longe antes de entregar a alma ao Senhor.

Com suas duas tôrres e o frontispício neoclássico, a atual matriz de Quixeramobim conserva a estrutura fundamental da construção barroca do século XVIII, quando tinha uma única tôrre e o seu frontão ascendia em curvas simétricas. Mudou bastante a sua forma; mas a alma do templo duas vêzes centenário continua a mesma. Há duzentos anos Antônio Dias Ferreira plantou seus alicerces no adusto solo sertanejo que fecundou com o suor do seu rosto e desde essa época a sombra da sua cruz abençoa aquêle chão e a voz dos seus sinos congrega os fiéis para as alegrias e para as tristezas. Na minha adolescência, conheci a matriz antiga com seu primitivo risco interno e externo. Por ocasião do seu segundo centenário, vi-a reformada e duplamente atorreada. Abstraí-me da feição nova e, como num palimpsesto, com os olhos do espírito fixei-me na antiga, aquela que testemunhou silenciosa ou ressoante de dobres e repiques a dramática luta dos criadores da civilização sertaneja.

ESTE LIVRO PERTENCE AO DNP
DEVOLVA-O COM PONTUALIDADE

A TRAGÉDIA DE VILA NOVA D'EL REI

Tudo começou numa corrida de cavalos. O do juiz ordinário da Vila Nova d'El Rei, depois Campo Grande, na serra da Ibiapaba, no Ceará, ganhou o páreo contra o do poderoso coronel Manuel Martins Chaves, mandachuva da região do Acaraú. Quis êste logo ali comprar o parelheiro vencedor. Recusou-se o dono a vendê-lo. Discutiram. Exaltaram-se os ânimos. E dois sobrinhos do potentado mataram o pobre animal. Não podiam admitir, no seu orgulho semifeudal, fôsse o tio, homem de vasta influência, ligado à célebre família Feitosa, dona daquelas terras, contrariado em seus desejos. Para êles, aquela recusa era uma afronta. Diz o grande historiador cearense Barão de Studart que Manuel Martins Chaves "fizera de sua prepotente vontade a lei daqueles sertões e, para exercê-la, não trepidava cometer quaisquer atos por violentos, arbitrários e reprováveis que fôssem. Sob seu patrocínio, grandes agrupamentos de malfeitores viviam a depredar e a perseguir a população, prontos ao serviço, submissos às determinações do despótico patrono". Era, em resumo, um grande chefe de cangaceiros.

A questão do cavalo rematava uma velha ciumada entre o coronel e o juiz, motivada pelo favor que a êste dispensara, em detrimento daquele, o governador Cláudio Montaury, durante sua gestão, e ainda pela eleição do magistrado, que contrariara os desejos de Manuel Martins Chaves. Estava, pois, condenado à morte e foi executado de modo bárbaro, às 9 horas da manhã do dia 3 de março de 1795. Um grupo de cêrca de 30 indivíduos, alguns dêles mascarados, invadiu-lhe

a casa, nos fundos da igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, arrombando as portas a machado e ferindo-o a tiro e a espada. O juiz correu lavado em sangue a abraçar-se com o cruzeiro de cedro do templo, suplicando aos brados lhe permitissem confessar-se ao vigário, que, impotente e estarrecido, assistia ao crime. Mas os matadores não lhe deram ouvidos e o acabaram com estocadas no lombo, facadas no estômago e no pulmão, quase lhe decepando a cabeça a foiçadas. Seu afilhado João do Nascimento procurou defendê-lo e foi morto. Manuel Carlos de Melo e Antônio da Silva Bezerra, que tentaram socorrê-lo, saíram feridos.

Governava a capitania do Ceará Luís da Mota Feo e Tôrres, a quem o crime muito indignou. Abriu-se rigorosa devassa que o ouvidor José Vitorino da Silveira terminou em setembro de 1796. Apurou-se nesse inquérito que os mandantes tinham sido o coronel Manuel Martins Chaves e seu sobrinho o capitão-mor Bernardino Gomes Franco, e os mandatários: Felipe Néri, inimigo do juiz pela morte de seu irmão que resistira aos beleguins, ao ser prêso por ter atentado contra a vida do magistrado, seus filhos Sebastião e Manuel, seus sobrinhos Vítor e Raimundo; os cabras, capangas ou cangaceiros Teodósio, João Pereira, Manuel Ferreira — o Abade, João Fernandes, Felipe Marçal, seu irmão Antônio, João Martins, João de Araújo, José Dias, Francisco Ribeiro, Luís Antônio, Domingos Ferreira, o crioulo Simeão e o africano Pedro.

Desde êsse ano de 1796, segundo o Barão de Studart, o govêrno da Metrópole se empenhou em prender "Martins Chaves e seus principais colaboradores na obra de perturbação e violências de que era teatro a capitania". Mas foram baldados todos os esforços dos "governadores, ouvidores, capitães-mores e juízes ordinários" durante muitos anos, até que realizou a prisão do potentado um jovem governador do Ceará, de 1803 a 1807, João Carlos Augusto Ulrico de Oyenhausen e Grevenburg, da melhor nobreza lusa e austríaca, que seria no Primeiro Reinado, por decreto de 12 de outubro de 1826, marquês do Aracati.

Três são as versões da maneira como Oyenhausen efetuou a prisão do terrível potentado cearense. A primeira se encontra no capítulo VII das famosas viagens de Henry Koster, "Travels in Brazil", possìvelmente bebida na tradição oral, quando estêve pelo Ceará por volta de 1810, e ali lhe falaram muito a respeito do govêrno de Oyenhausen. Diz êle que Manuel Martins Chaves pertencia à família Feitosa e podia dispor de cem homens armados. Do poder e independência atribuídos a êsses mandões do sertão dá idéia nestas palavras: "recusavam-se a obedecer às leis civis e criminais, e castigavam as ofensas por sua própria autoridade; os indivíduos culpados para com êles eram pùblicamente degolados...; o pobre que se recusava a obedecer-lhes morria e o rico que não pertencia ao seu partido via-se forçado a calar e tolerar atos que reprovava... Acolhiam desertores e aos que matavam por vingança..." E, assim, descreve a prisão do coronel de milícias sertanejas: "De Lisboa recebeu João Carlos ordens secretas para se apoderar da pessoa dêsse chefe da família Feitosa e seu primeiro passo foi avisá-lo de que o iria visitar em determinado dia, a fim de passar revista ao seu regimento. A povoação é próxima do mar, mas por terra fica bastante longe da capital. Feitosa (?) prontificou-se a receber S. Exª, que, no dia indicado, seguido de dez ou doze homens, se encaminhou para o povoado, onde o coronel o acolheu com a maior cortesia, havendo já reunido tôda a sua gente, a fim de abrilhantar a revista. Finda esta, todos se recolheram às suas casas, muito fatigados pelos exercícios do dia, sobretudo porque a maioria morava longe. À noite, o coronel e alguns de seus mais próximos parentes, acompanhados pelo governador, dirigiram-se à casa e, quando todos se dispunham a dormir, João Carlos, fazendo sinal aos da sua comitiva, avançou para o Feitosa (?) e lhe apontou uma pistola ao peito, enquanto seus companheiros faziam o mesmo com os parentes e criados da casa, os quais não puderam opor a menor resistência pela surprêsa do ataque e por serem inferiores em número. João Carlos disse a Feitosa (?) que, se fizesse um movimento ou gritasse, seria morto, embora soubesse que também morreria. Levou-o por uma porta traseira, montou-o com os outros presos em cavalos de antemão preparados, dirigindo-se todos à praia, onde chegaram pela madrugada e embarcaram em jangadas que os puseram a bordo dum navio que ali bordejava. Houve pouco depois o alarme na povoação e, mal o governador pusera pé no barco, viu na praia os partidários do coronel tomando jangadas para alcancá-lo. Era tarde, porém, o navio fêz-se ao largo, desembarcou o governador na capital e seguiu sua derrota. Supõe-se que Feitosa se achava na cadeia do Limoeiro, quando os franceses entraram em Lisboa, e que ali morrera ou por êles fôra pôsto em liberdade; os seus partidários esperam ainda a sua volta..."

Passemos agora à narrativa de Roberto Southey em sua "History of Brazil", t. 6º: "Possuía a família Feitosa vastas fazendas no Piauí e no Ceará. Abusando de sua influência, como os poderosos dos piores tempos da anarquia, procedia com inaudita violência, chegando a mandar matar quem a ofendia ou desobedecia às suas ordens. O chefe da casa era coronel de ordenanças no seu distrito e alistava a seu serviço desertores e assassinos que houvessem perpetrado o crime por motivos pessoais, não para roubar. Tinha às suas ordens mais de cem dêsses capangas, como ali são chamados, fôrça bastante considerável num País pouco povoado. O governador do Ceará, João Carlos, recebeu de Lisboa instruções secretas para prender êsse homem. Sendo a diligência sumamente arriscada, recorreu a um estratagema, que muito devia custar ao seu caráter honrado. Avisou Feitosa (?) de sua visita, para passar em revista seu regimento e, de fato, se apresentou em sua casa seguido de dez ou doze homens. Houve a revista, debandou a gente cansada do exercício do dia, e, ao pensar Feitosa (?) que seus hóspedes se recolheriam para dormir, pôs-lhe de repente o governador uma pistola aos peitos, dizendo-lhe que, se fizesse a menor resistência ou tentasse dar rebate, logo o mataria, embora à custa da própria vida. Da mesma forma, foram surpreendidos e amarrados os familiares de Feitosa (?) que ali se encontravam. Levaram todos por uma porta traseira, puseram-nos a cavalo e conduziram para fora. Cavalgaram

a noite inteira até alcançarem pela manhã a costa, em cujas águas cruzava um navio. Ali se achavam prontas algumas jangadas para o transporte a bordo. Mal terminava o embarque, apareceu à vista a gente do Feitosa (?). Era tarde demais para libertá-lo. O chefe foi enviado a Lisboa, onde o meteram no Limoeiro. Supõe-se que ali morreu ao tempo da retirada da Família Real ou foi pôsto em liberdade pelos franceses."

Como se vê dos textos, um é decalque do outro. Koster copiou Southey, cuja biblioteca freqüentou, ou Southey copiou Koster? Ora, Koster escreveu seu livro "Travels in Brazil" entre 1815 e 1816. Publicou-o em Londres na segunda metade dêste último ano. A "History of Brazil" de Southey, destinada a fazer parte duma "História de Portugal", que o autor não levou a cabo, saiu em 3 volumes das prensas londrinas de Longman, Kurst Rees and Orme, de 1810 a 1819. O episódio da prisão do coronel Manuel Martins Chaves rotulado como Feitosa se encontra no último volume, posterior à publicação da obra de Koster. Não sabemos se êste terá encontrado algum manuscrito ou caderno de notas de livraria do amigo, quando nela procedeu a estudos e pesquisas. Todavia, é mais curial crer que a narração do viajante seja a fonte da do historiador.

O Barão de Studart assim entende e acrescenta serem ambos os relatos "um tecido de inexatidões". Estuda e documenta a origem e parentela de Manuel Martins Chaves e de sua vítima, o juiz ordinário Barbosa Ribeiro. Historia os antecedentes do crime brutal e descreve o mesmo. Mostra o empenho das autoridades na prisão do potentado. E documenta todos êsses pontos. Quanto à captura do coronel, sua versão é outra: "Deliberado a fazer a prisão, João Carlos anunciou uma revista geral dos regimentos da capitania. Feita a revista das tropas de Vila Nova d'El Rei, Martins Chaves, com alguns membros mais importantes de sua clientela, quis ser agradável ao governador e, para render-lhe finezas e homenagens, decidiu-se a acompanhá-lo até certa altura do trajeto. No sítio Barriga, o proprietário, um padre, insinuou-lhes que se escondessem, por ter razões para desconfiar dos intuitos do governador. Bernardino Franco aceitou o conselho e desapareceu,

mas Martins Chaves e o sobrinho Francisco Xavier desprezaram o aviso e seguiram com a comitiva até Ibiapina, onde tudo dispunha João Carlos para a execução do plano traçado. Como garantia do êxito da medida a tomar, seguira para lá com 400 índios frecheiros Manuel da Silva Sampaio, diretor dos Índios de Viçosa, a quem substituiu no pôsto Francisco Miguel Pereira Ibiapina... Aí chegados, encontraram um barracão construído por Silva Sampaio, onde o governador teria de descansar, e em cujo centro estava u'a mesa. Entrados no barracão, *no meio da mais sincera amizade e comunicação doméstica*, diz o próprio Martins Chaves, João Carlos retirou de dentro de uma das malas uma coroa real, depô-la sôbre a mesa, e, dirigindo-se a Martins Chaves, perguntou se conhecia de quem era aquela coroa. Respondeu o interpelado que era de sua majestade, sua soberana. Retorquiu-lhe João Carlos: — Pois em nome dela se considere prêso! Martins Chaves tirou a espada da cinta, beijou-lhe os copos e fêz dela entrega, constituindo-se, assim, prisioneiro. Francisco Xavier, vendo aquela cena, convidou João Carlos para um particular e João Carlos respondeu-lhe: — Não tenho particulares, siga o exemplo de seu tio! As coisas se passaram como aí fica relatado; isso, sim, é que se coaduna com o espírito cavalheiresco de João Carlos, incapaz do ato que lhe emprestaram Koster e Southey, chegando a imaginação dêsses dois autores a descrever o fato como tendo tido lugar na própria casa de Martins Chaves, onde se hospedara João Carlos, o que mais ainda agravaria o aleivoso do ato... Quando se deu a prisão, não posso precisar; com certeza não foi em 1804, como disseram Pompeu e Pretextato Maciel, mas não andará longe da verdade remontá-la a novembro ou dezembro de 1805, tendo-se em consideração que os prisioneiros permaneceram em Fortaleza por 84 dias e em Aracati por 8 e deram entrada no Limoeiro, em Lisboa, a 26 de maio de 1806."

O Barão de Studart pormenoriza tôda a viagem dos presos: de Ibiapina a Sobral sob a guarda do capitão de cavalaria Alexandre Néri Pereira; de Sobral ao Acaraú e daí a Fortaleza. Dessa capital passaram ao Aracati, onde foram embarcados

para o Recife. Levou-os do Recife a Lisboa diretamente o ajudante de cavalaria Alexandre José Leite Chaves. Da cadeia do Limoeiro Manuel Martins Chaves e Francisco Xavier de Araújo Chaves requereram ao príncipe regente o seu livramento, historiando a maneira como foram presos, sem nada conseguirem, pois Oyenhausen foi muito elogiado pelo que fêz e êles tiveram seus bens confiscados. Studart afirma, com boa documentação, que Martins Chaves "faleceu no cárcere do Limoeiro" a 27 de maio de 1809, de febre maligna, e Francisco Xavier voltou ao Brasil, ignorando-se a data de sua soltura. Sua filha Antônia "casou com Antônio Ferreira Sampaio e dêsse casamento proveio Antônio Sampaio, o heróico cearense, tão notável pelos seus feitos militares". Assim, o general Sampaio, patrono de nossa Infantaria, era sobrinho-neto do coronel Manuel Martins Chaves.

Em que pêse a opinião do venerando e saudoso Barão de Studart, não lobrigo grande diferença moral entre a prisão dos dois mandões sertanejos de surprêsa, dentro de sua casa, e a condução dos mesmos *no meio da mais sincera amizade e comunicação doméstica* a um verdadeiro *guet-apens* em S. Pedro de Ibiapina, de antemão guarnecido por quatrocentos índios frecheiros auxiliares das milícias territoriais. Em tôdas as versões da tal falada prisão os elementos fundamentais são os mesmos: a revista das tropas milicianas como pretexto para o governador se aproximar dos chefes sertanejos e a surprêsa, a ordem inesperada, repentina de prisão, quando os mesmos, ilaqueados na sua boa fé, estavam sem meios de resistir. O Barão de Studart documenta de modo irrespondível os fatos narrados. Todavia, não apresenta documento algum alusivo ao episódio romântico da coroa real tirada da mala e posta sob os olhos dos dois mandões na barraca de Ibiapina. Nem disso falam ambos no requerimento ao príncipe regente, em que narram as peripécias da sua captura. Onde foi o conspícuo historiador buscar essa coroa? De que seria feita: de ouro, de prata, de latão, de madeira? Onde a teria arranjado, se é que existiu, no Ceará daquele tempo, o governador Oyenhausen? Martins Chaves e o sobrinho achavam-se sòzinhos, sem sua

tropa que se recolheu a penates, entregues ao governador, que dispunha dos dez ou doze homens de seu séquito e de 400 índios armados de arcos e frechas. Bastava dar-lhes voz de prisão, como contam os peticionários. Para que a exibição dessa coroa e o reconhecimento do que representava antes da voz de prisão? Essa parte da versão do Barão de Studart permanece sujeita a dúvidas diante do espírito de serenidade e lógica que deve presidir a história.

A PRINCESA DOS SERTÕES

A atual cidade do Icó ergue seus velhos sobradões e suas tôrres de igreja sob o sol ardente do sertão, ao meio da planura que o rio Salgado corta em diagonal, tendo por fundo a imponente serra do Pereiro. Foi o padre João de Matos Serra o missionário que, no século XVIII, pacificou os índios da região, o que permitiu ao capitão-mor Gabriel da Silva Lago fundar o arraial da Ribeira dos Icós, onde, para sepultar uma filha donzela, o fazendeiro Francisco Monte doou meia-légua de suas terras para a capelinha de Nossa Senhora da Expectação. Em tôrno desta, cresceu o povoado que se tornou freguesia a 6 de abril de 1764. Desenvolveu-se com a criação do gado, o cultivo das vazantes e o comércio com o interior das províncias limítrofes, de modo que, no início do século XIX, se tornou a principal cidade do sertão cearense, ponto de passagem obrigatório do tráfico entre a Bahia, Pernambuco e o Piauí. Chamaram-lhe mesmo a Princesa dos Sertões. Seus templos de fachadas barrocas ornamentais não tinham semelhantes em tôda a zona jaguaribana e nas suas ruas largas erguiam-se faustosas residências, alinhando-se uns juntos dos outros os sobrados de azulejos. Vila desde 17 de outubro de 1735, teve em 1742 seu primeiro capitão-mor de ordenanças, Bento da Silva e Oliveira, e, um século depois, a 25 de outubro de 1842, era elevada a cidade. Mas veio a terrível sêca de 1877 a 1879 e lhe arrasou a prosperidade. Espera, adormecida, que a energia de Paulo Afonso a alcance e lhe dê novo surto de vida.

Em 1863, Saint-Adolphe considerava-a "a vila mais mercantil e populosa da província do Ceará", embora fôssem suas

casas "quase tôdas de madeira", "arrimadas aos montes numa espécie de vale", o que fazia "calor insuportável". Gaba-lhe a salubridade e as melancias. Refere-se ao comércio de farinha, açúcar, sal, bois, courama e algodão com o Crato, o Açu, o Recife, o Aracati, S. Bernardo, Fortaleza, Baturité, Quixeramobim e Oeiras. Segundo o que diz, era um entroncamento de estradas que ali se juntavam, vindo do Cariri, do Piauí e do norte do Ceará, saindo para Natal, Paraíba, Pernambuco e o S. Francisco. Fala da existência de outro, de nascentes frias e cálidas. Dá-lhes, por fim, uma população de 7 mil habitantes, "comerciantes, lavradores e criadores de gado".

No tempo de suas grandezas, o Aracati, cidade rival no extenso vale do Jaguaribe, lhe disputava a primazia. Dêsse teiró se originavam as piadas que os aracatienses, gente de fino espírito e hábil em pôr alcunhas, espalhavam contra os icoenses. A do teatro que nunca foi inaugurado, por exemplo. Êsse teatro de linhas clássicas, obra do engenheiro Thèberge, era para o tempo e o lugar edifício de certa elegância e de real valor. Preparou-se grande baile para inaugurá-lo, mas as famílias matutas, cada qual com receio de ser a primeira a chegar e se expor sòzinha à curiosidade maliciosa do *sereno*, vestiram-se, prepararam-se e puseram-se alerta em casa, mandando as mucamas e moleques espionar o teatro iluminado festivamente, com ordem de vir comunicar-lhes a entrada dos primeiros convidados. Nessa espera a noite foi-se passando e, ninguém querendo ser o primeiro a entrar, não se realizou o baile inaugural por ausência completa dos convidados...

Em frente ao teatro, levanta-se a velha cadeia, obra do capitão-mor de ordenanças, o português José Bernardes Nogueira. Administrou-lhe a fábrica um tal de capitão Roberto. O velho cronista João Brígido conta a propósito que o capitão-mor discutia constantemente com o administrador, sempre repetindo esta ameaça:

— "Capitão Roberto, você há de ser o primeiro que prove da cadeia que está fazendo! Com efeito, na entrega das chaves, deu-se nova briga, e o capitão Roberto lá foi primeiro que os outros..."

Dêsse capitão-mor do Icó o anedotário é farto nas páginas de "Os nossos antigos — bons, burros e bravos". Era pequenino, despótico, impertinente e malcriado. "Um dia, chegou à sua rua um rico cavalariano da Bahia, com família vestida à fidalga e montada em cavalos ajaezados de prata; mulheres de chapelina, caixas de pregaria, escravos e mais luxos do sertão... Metido tudo aquilo em casa, o rico homem arrastou uma cadeira e veio tomar fresco à calçada, já de camisa e ceroulas. — Alcaide! gritou José Bernardes a um oficial de justiça, que tinha sempre ao lado, mete aquêle patife na cadeia! A vítima veio a êle, assustada, implorando piedade e querendo saber que crime lhe imputavam. — Você chegou bem limpo, bem pimpão, e vem agora assentar-se à calçada, de camisa e ceroulas; isto é fazer pouco da terra. E lá foi o homem bater na cadeia."

Opôs-se ao casamento de rica mulatinha, da qual era tutor, com um seu patrício, porque achava que êste dentro dum ano dissiparia a fortuna da rapariga. O noivo fêz nas bodas uma festa de escachar, com pipas de vinho para o povo num navio de rodas que andava pelas ruas. Abriu falência pouco depois e foi vender a mulher no Piauí. O capitão-mor esbravejava: — *Marinheiro* canalha! pôs-me de mentiroso. Botou tudo fora em seus meses quando eu dizia que seria num ano!...

De outra feita, disse-lhe uma pessoa: — Nós, que somos baixos... — Baixo, não! interrompeu furioso. Baixo é você. Eu sou pequenino. E João Brígido afirma que, no seu tempo, "a polé e a golilha trabalhavam no Icó, todos os dias; o povo miúdo chiava na palmatória".

O citado cronista nos dá conta de outros episódios interessantes nos tempos antigos da Princesa dos Sertões. "Em noite escura de 1838, mais ou menos, sentiu-se o lampejar dum fuzil e grande estampido na praça da matriz do Icó. Era uma morte, não havia dúvida. As pessoas animosas correram, em cardume, para a ala de casas que marginam o rio, na qual se dera o tiro. — O que foi isto? perguntaram. Um indivíduo, disseram os vizinhos, que se não conheceu, atirou no capitão Batista, que, metido no seu timão, se encostara à parede para verter água. Êle o tinha esperado todo o tempo que Batista levara a conversar na calçada vizinha de d. Guida. Naquele momento, o capitão se tinha retirado. Batista, conhecido por *Orelha de Sola*, em conseqüência de u'a mancha vermelha, era de uma família *boa*, isto é, de família que já tinha morto a muita gente e pela sua índole não era de brincadeiras. O tiro fôra com uma grande pistola, como havia então, com um ronco de bacamarte, disparando por meio de uma escorva, sôbre a qual caía uma centelha obtida por percussão de uma pedra. Mas o capitão fôra errado. Muito povo se reuniu. Deve ter sido o Pedro Antônio, diziam na multidão."

"Pedro Antônio era um carapina quase rapaz, mulato claro, de aparência agradável, que tinha sua aceitação e, aos domingos e dias de festa, vestia *bruzulaque* de riscadinho com calças engomadas. Era pessoa de estimação. Pela noite lhe cercaram a casa e, na manhã seguinte, muito cedo atravessava êle a praça, entre quatro *coringas*, pisando firme, com sua boa roupa, gingando, como quem saía a passeio. Ia de meter inveja a qualquer piegas. O caso do tiro era uma vingança, que dormia, e contavam-no assim: — Morrendo a mãe de Pedro Antônio, foi êste à loja do Batista, que era então negociante, comprar-lhe madapolão para a mortalha. Estava êste medido e entregue, quando, não se diz por que, comprador e vendedor se aborreceram, e Batista passou-lhe uma bofetada por sôbre o balcão. Pedro Antônio lhe deixara ficar a mortalha, e sepultada a mãe, tratou de se encontrar com seu agressor. Foi naquela noite o encontro e nem mais o esperava o mal avisado figurão. A sorte de Pedro Antônio foi triste. Dizem ter sido condenado e remetido para Fernando de Noronha, não mais voltando à terra, onde comprara algemas para os pulsos, querendo comprar mortalha para a sua pobre mãe."

Antanho, houve no Icó um velho ferreiro, chamado Inácio Ziza, que morava do outro lado do rio e tinha sua forja do lado de cá. Todos os dias fazia essa viagem de ida e volta, cruzando o leito vazio na sêca, vencendo água pelos joelhos no inverno. Ao regressar à casa, à noite, ia sempre bêbedo, balançando na mão um tição com que acendia constantemente o

cachimbo. Certa vez, amanheceu sem que chegasse ao lar. Mulher e filhos inquietos o procuraram e foram dar com êle no leito do rio, a dormir, picado por uma cascavel que também adormecera ao seu lado. Tiraram a cobra e acordaram-no. Estava são e lépido. Milagre da cachaça que embebedara ambos, dizia o povo.

Os cegos do Icó matavam gente a tiro! O desordeiro Manuel Nogueira quis bater num menino, guia dum cego, e penetrou na casa dêste, que, armado duma espingarda, o baleou de morte no corredor. "A vizinhança aplaudiu a *limpeza do terreiro* e admirou o tiro do cego."

Escreve João Brígido que o Icó foi incontestàvelmente "a vila de mais riqueza e movimento do Ceará, onde a população crioula mais avultava, representando mais de perto a tradição tupi, ao mesmo tempo que o elemento português... Com suas quatro igrejas e uma população muito densa, a certos respeitos valia mais do que o Aracati, além de que era mais sòlidamente rico. Interposto do comércio de Pernambuco com o Piauí e sertões adjacentes, era o foco das grandes criações do sul do Ceará e verdadeira capital de sertões de imensa largura". Durante o Natal, entre os inúmeros folgares dos seus moradores, distinguia-se sobretudo a "ruidosa cena dos *Pajés*, danças e combates, com mil incidentes da vida das selvas, imitada do índio, que tinha desaparecido; lembrança de muito interêsse e curiosidade do que êle tinha sido". Essa manifestação folclórica, cujos pormenores desconhecemos, extinguiu-se por volta de 1837.

Viu o Icó antigo algumas paradas militares das suas Ordenanças, Milícias e Guardas Nacionais. Ficou célebre a de 1838 pela sua *grande imponência*. Segundo o testemunho dum historiador, "veio para a rua uma peça de campanha, que ficara de 1832 (da revolução de Pinto Madeira), sob o comando de Manuel Rodrigues, velho sargento de 1ª Linha, considerado exímio artilheiro... No primeiro tiro, andaram-lhe as buchas esfregando as ventas, e voltou em braços para casa". É o que o povo chama sair o tiro pela culatra... Também as passeatas patrióticas do Icó foram faladas. Na de 7 de abril de

Igreja de Nossa Senhora dos Prazeres. Aracati.

1831, por motivo da abdicação do primeiro imperador, houve foguetório, vivório e plantação duma *árvore da liberdade* na praça principal. A última, em 1841, acabou em pancadaria grossa. Subiam ao poder os Liberais, ali alcunhados de *Socós*, e perdiam o mando os Conservadores, denominados *Carrapatos*. Tudo conseqüência da maioridade de D. Pedro II. Quando a tal passeata percorria as ruas, seus componentes iam cantando êstes versos:

Carrapato está na lama;
Coitadinho, cá, cá, cá!
Não tem jeito que te dê,
Nem remédio que te dá...

"Ao aproximar-se do quartel do destacamento, o comandante, que era do partido carrapato, gritou a seus soldados: — Haja pau! E foi tanto cacête no partido socó, por aquelas ruas afora, que ainda hoje corre gente!"

Contava a gente do Aracati que o primeiro relógio de parede que houve no Icó foi o dum advogado por nome Manuel Hortêncio. Dava horas com fortes badaladas e causou, certa feita, um atropêlo de todos os diabos. Uma noite, a população da vila se apinhou no adro da chamada capela do Monte a rezar à Santa Virgem para que o dia voltasse a aparecer e, já entrava em pânico, quando o sol rompeu no horizonte. Que alívio! É que o tal relógio dera 5 horas da manhã quando mal se chegara à meia-noite...

A história da corneta do major Francisco Fernandes Vieira, mais tarde visconde do Icó, merece ser contada. No tempo da chamada guerra do Pinto Madeira, o padre Vicente José Pereira ouviu um toque de corneta ao ir para a rêde, à noite, depois da ceia. Apavorado, correu para fora de casa pela porta dos fundos e foi dar com o canastro dentro duma lagoa. Acompanhou-o um moleque de confiança a quem pediu que fôsse saber o que era aquilo. O negrinho, ao voltar, informou-lhe que fôra o major Francisco Fernandes Vieira quem mandara tocar a corneta. Todo molhado, tremendo, o padre, que julgava a

vila invadida pelos inimigos, tornou ao seu lar, ajoelhou-se no oratório e rezou: — "Meu Deus, bom pai e senhor, tende misericórdia de nós! Dai àquele avarento quanta terra êle quiser, muito gado, muito negro, muito dinheiro; mas, por quem sois, não concedais àquele malvado uma corneta!"

Um dos solares mais notáveis do Icó é o chamado Sobrado do Barão. Pertenceu a Bernardo Duarte Brandão, barão do Crato por decreto de 14 de setembro de 1866, prestigioso político, que faleceu em Paris em conseqüência dum ataque cerebral a 19 de junho de 1880, com 48 anos de idade. Solteiro, deixou-o em herança a sua irmã, d. Maria do Rosário, que, vivendo em Fortaleza, não cuidou de sua conservação. Durante longos anos quase abandonado, chegou a ser até coito de ciganos e os buscadores de dinheiro enterrado, guiados por sonhos ou movidos da simples ambição, andaram furando-lhe as paredes e cavoucando os pisos, o que deu origem a inúmeras lendas. Na verdade, seu último adquirente, ao restaurá-lo para sua moradia, encontrou por acaso um vão secreto disfarçado entre duas paredes do andar térreo, para o qual se desceria do pavimento superior, mas, de dinheiro nada. Era naturalmente um esconderijo para os momentos de perigo, durante as lutas sertanejas do século passado, semelhante ao que ainda existe no sobradão da família Nogueira Fernandes, na cidade de Quixeramobim.

Não foi o barão do Crato o construtor dêsse famoso sobrado, mas herdou-o de seu pai, o velho Bernardo Duarte, que acumulou em tempos idos grande fortuna, sendo famosíssimo em todo o sertão do Ceará pela sua avareza e os truques de que lançava mão para aumentar seus bens. Contavam-se dêle anedotas interessantes, que, se não são verdadeiras, mostram a opinião que dêle faziam as populações entre as quais tinham curso. Dizia-se que, quando um de seus escravos, a poder de economizar o que dificilmente ganhava em biscates, possuía um garrote ou bezerra, arranjava pretexto para mandar açoitá-lo. Enquanto o negro chiava no nó da peia e se lamentava, êle rosnava de modo a ser ouvido: — Quem tem bens não padece! O infeliz, então, resolvia-se ao sacrifício: — Meu senhor, mande parar que eu lhe dou o meu garrote! — Solte o negro! ordenava êle ao feitor.

Tinha negócios com o Aracati e, às vêzes, precisava mandar um próprio àquela cidade litorânea com uma carta importante. Chamava um escravo de confiança e descrevia-lhe as belezas e farturas da longa caminhada, os riachos de água cristalina, as árvores carregadas de frutas, os animais selvagens que se podiam caçar com facilidade e assar ao espêto, os cortiços de jandaíra atufados de mel delicioso, as sombras amenas das oiticicas ribeirinhas ou dos juàzeiros copados nas várzeas, onde se tiravam maravilhosas sonecas, ou as alvas coroas de areia macia dos rios em que era ótimo passar a noite. Tudo isso para não dar ao mensageiro, para aquelas dezenas de léguas de ida e volta, matalotagem ou dinheiro. Terminava a edênica descrição da viagem com estas palavras: — Negro de sorte! Leva um papel de valor dum homem dinheirudo a outro homem dinheirudo e passa bem na viagem, enquanto eu fico aqui nesse calorão do Icó, sofrendo o que o diabo enjeitou!

Alguns comboieiros do Pereiro chegavam até a contar que, estando certa vez acampados ao pé do sobradão, noite de luar, viram com espanto um dos seus surrões de queijo *caminhando* chão afora. Foram ver o que era aquilo e deram com Bernardo Duarte puxando-o, escondido, na ponta duma corda...

A crônica miúda do Icó com êstes e outros episódios é uma viva lição de nossos costumes e usos do passado. A história, já tenho escrito, não se escreve sòmente com letras maiúsculas, mas também com as minúsculas. Nestas, então, é que se encontram seus elementos mais fundamentalmente humanos. A Princesa dos Sertões, flor agreste da velha Civilização do Couro, adormecida ao sol, guarda a memória duma deliciosa tradição.

UM VIAJANTE INGLÊS NO ARACATI

Henry Koster, inglês com fundas ligações de corpo e alma em Portugal, celebrizou-se em nossos anais pelas longas viagens que, no comêço do século, fêz pelo Nordeste do Brasil, de Pernambuco ao Maranhão, observando e anotando com incansável interêsse as paisagens, os tipos, os usos e as tradições de todos os lugares por onde passou. Saiu de Liverpool a 2 de novembro de 1809 pelo navio "Lucy" e chegou ao Recife a 7 de dezembro seguinte. Dizia vir ao nosso País em busca de clima propício a insidiosa enfermidade de que era vítima. Todavia, não o vemos nunca à procura de repouso e tratamento, sim fazendo constantes jornadas através de regiões praieiras ou sertanejas, sem o menor confôrto, despendendo esforços contínuos e pouco recomendáveis a pessoa de pouca saúde. Acompanhando seus passos, ve-lo-emos sempre em contato com aquelas individualidades locais que tomariam parte nas futuras revoluções contra o poder central e se haviam tornado conhecidas por suas idéias avançadas. Em Goiana, foco de maçonismo, freqüenta o naturalista Arruda Câmara, cujo trabalho botânico publicará mais tarde. No Cunharé, é hóspede de André de Albuquerque Maranhão, que seria o chefe do movimento de 1817. Em Natal, avista-se com José Francisco de Paula Cavalcânti de Albuquerque, membro da famosa academia secreta dos Suassunas. Em S. Luís, leva livros e visita os conspiradores encarcerados, conversando com o chefe da Casa Grande da Parnaíba, Simplício Dias da Silva. Tudo isso e mais alguns fatos levam a crer trouxesse o viajante britânico u'a mensagem da maçonaria inglêsa àqueles que começavam a

preparar na sombra os pronunciamentos liberais e republicanos que eclodiram em Pernambuco e nas suas vizinhanças como ensaios prefaciadores da nossa emancipação política. Isso absolutamente não tira à obra que Koster nos legou o seu extraordinário valor como documentário admirável sôbre a vida nordestina do seu tempo.

Depois de haver ido do Recife a Fortaleza e voltado a cavalo, de fins de 1810 a princípios de 1811, seguindo na ida êste itinerário: Goiana, Dois Rios, Mamanguape, Papari, S. José de Mipibu, Natal, Açu, Mossoró, Tibau, Areias, Cajuais, Aracati e Fortaleza; na volta, êste: Aracati, Mossoró, Açu, Angicos, Natal, S. José de Mipibu, Cunhaú, Mamanguape, Goiana e Recife, Henry Koster vai de barco para o Maranhão, onde percorre tôda a ilha de S. Luís e navega de canoa até Alcântara. Parte a 8 de abril de 1811 no "Brutus" para a Inglaterra, de onde retorna a Pernambuco em novembro. Em 1812, arrenda um engenho, com cujo proprietário briga no ano imediato. Em 1814, reside no Toque, vivendo como um pernambucano. Chamado ao país natal, para lá se transporta em princípios de 1815 e ali publica em 1816 os dois volumes "Travels in Brazil". Durante a revolução de 1817, já está novamente no Recife. Tollenare e Dias Martins escrevem que, então, foi um dos parlamentários dos rebeldes junto ao almirante Rodrigo Lôbo, que bloqueava o Recife. Segundo Sebastião Galvão, Koster, com Hipólito da Costa, deveria conseguir auxílio inglês ao movimento revolucionário. Depois disso, continuou na capital de Pernambuco, onde o visitou em 1819 o autor da "History of Brazil", James Henderson. Estava, então, bastante doente. É provável ter ali falecido em princípios de 1820. Seu livro, esplêndido manancial de informações sôbre o Nordeste, que êle viu e sinceramente amou, com páginas de grande sensibilidade e de alto valor humano, teve três edições inglêsas, duas com mapas, plantas e gravuras, de A. Strahan, Londres, em 1816 e 1817, uma, sem as estampas, de M. Carey & Son, Filadélfia, em 1817; duas alemãs, a de F. V. Bertuch, Weimar, 1817, e a de Harnisch, Leipzig, 1831; duas francesas, traduções de Jay, a de 1817, de Delaunay, e a de 1846, de Pommeret e Guénot,

ambas de Paris; enfim, duas traduções em português, a de Antônio Pimentel, publicada na Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano, 1931, e a de Câmara Cascudo, editada na série Brasiliana, 1942. Isto basta para mostrar a repercussão dessa obra, imprescindível aos estudiosos da história do Brasil.

Em dezembro de 1811, chegou Henry Koster à vila do Aracati, fundada no antigo Pôrto dos Barcos, quase na foz do rio Jaguaribe, no século XVIII, que teve êsse predicamento por decreto de 11 de abril de 1747. Sua indústria de carnes salgadas e suas *oficinas*, onde pequenos veleiros vinham carregar gêneros da terra e descarregar fazendas, haviam-na tornado até a grande sêca de 1792, que liquidou suas famosas charqueadas, num verdadeiro empório dos sertões cearenses. Vencida aquela grande crise, conservou-se até 1850, como escreveu João Brígido, a primeira praça de comércio e o mais opulento povoado da província. O mesmo historiador pinta desta sorte a sua importância: "Quando a gente do Aracati era a mais civilizada do Ceará, assim na roupa, como em tudo mais, dali saíam para as outras vilas os homens que mais se distinguiam em música e ofícios mecânicos, letras e ciências. Um homem do Aracati, por isto só que era do Aracati, podia meter a cara em qualquer negócio, e colocava-se no primeiro plano em tôda a parte onde chegava. Na antiguidade, tinha o mesmo valor que um português, ou *marinheiro*, como se dizia vulgarmente. Muitos aracatienses julgavam mesmo que o eram, e se arrojavam a tamanha honra. Alguém perguntou a certo indivíduo se era *marinheiro*. — Sou, sim, senhor, respondeu êle. — De que parte? Aqui mesmo do Aracati..." Essa resposta a tradição oral atribuía a meu avô José Maximiano Barroso.

Depois de atravessar charcos de água salgada e vastos carnaubais, narra o viajante inglês que mandou seu guia precedê-lo, levando uma carta de recomendação do governador do Rio Grande do Norte ao sr. José Fidelis Barroso, "rico negociante e grande proprietário". A missiva foi entregue e, quando chegou à vila, já havia uma casa preparada, a fim de albergá-lo. Sua descrição do Aracati é sucinta, clara e real, não precisando sequer ser atualizada: "A vila do Aracati compõe-se exclusivamente de uma rua muito comprida, com outras pequenas, que dela nascem para o lado do sul. Está situada à margem meridional do rio Jaguaribe, que sofre em grande parte o efeito das marés. O rio é vadeável à jusante e vários trechos ficam secos nas vazantes, porque se estende muito além do seu grande canal. As casas são diferentes das dos outros lugares por onde passei, tendo um andar superior sôbre o térreo. Perguntei a razão e explicaram-me que era devido às inundações do rio, as quais forçavam os moradores a se refugiarem na parte mais alta de suas residências. A vila tem três igrejas, a casa da câmara e a prisão, não possuindo conventos."

A moradia onde Koster se hospedou tinha duas salas, duas grandes alcovas e a cozinha, no sobrado. O pavimento térreo constava dum armazém. O quintal era murado, com entrada para cavalgaduras. Mal o viajante pendurava a rêde num dos quartos do sobrado, apareceram três escravos do sr. Barroso, um com uma bandeja cheia de deliciosos manjares salgados e doces, e vinho; outro com bacia de prata e toalha de rendas para as abluções; o terceiro sòmente para saber se precisava de mais alguma coisa. Cena da antiga hospitalidade brasileira.

Vale a pena ler a descrição dessa hospitalidade nas páginas de Koster: "Meu guia me informou ter vindo outra bandeja para os que me acompanhavam. Supus que o sr. Barroso me houvesse tratado desta sorte no dia de minha chegada, por julgar não houvesse eu providenciado para organizar a minha cozinha; mas, na manhã seguinte, mandou-me o café matinal com bolos e seu mordomo veio saber quais os meus desejos. Durante o tempo que passei no Aracati, o sr. Barroso fêz com que eu e os meus tivéssemos êsse mesmo tratamento, o qual é de uso para com as pessoas bem recomendadas. Êsse ato de nobreza mostra o grau de boas maneiras das pessoas da alta camada social. Recebi pela manhã a visita do sr. Barroso, cujos modos eram cerimoniosos e corteses. Quando me referi ao incômodo que estava causando, disse-me não poder modificar a forma por que me tratava, pois, se o fizesse, não pagaria suas dívidas para com o governador do Rio Grande, do

ESTE LIVRO PERTENCE AO DNP
DEVOLVA-O COM PONTUALIDADE

qual recebeu grandes favores. Por isso, sempre que pudesse, aproveitaria as oportunidades de demonstrar-lhe sua gratidão. As razões com que justificou sua generosidade taparam-me a bôca quanto a evitar que continuasse. Mandou levar meus cavalos para uma ilha do rio, onde a pastagem era abundante. Resolvera mandar meu criado John a Pernambuco por via marítima e falei sôbre o caso ao sr. Barroso, que me disse logo estar de saída um de seus barcos, no qual lhe daria passagem. A saúde de John era delicada e êle não suportava o gênero de vida que vínhamos levando e seria obrigado a continuar. Passei o dia em casa, quase todo dormindo. À tarde paguei a visita do sr. Barroso."

Depois de embarcar o criado em uma sumaca do seu anfitrião, Koster deu-lhe parte do seu projeto de seguir viagem para Fortaleza, dêle recebendo uma carta de recomendação e um guia para o conduzir até a capital do Ceará, onde chegou no dia 16 de dezembro de 1811.

Êsse sr. Barroso, que deu a Henry Koster tão alta prova de nossa antiga e fidalga hospitalidade, o que o inglês reconheceu em seu livro, era meu bisavô, o coronel José Fidelis Barroso. De origem pernambucana, com seus troncos familiares em Goiana, era filho de José Fidelis Barroso de Melo, casado com uma irmã de Pedro José da Costa Barros, coronel de engenheiros, reconstrutor da fortaleza de Nossa Senhora da Assunção do Ceará Grande e primeiro presidente da província depois da Independência. Teve cinco irmãos: o tenente-coronel Francisco Fidelis Barroso, pai do dr. Zózimo Bráulio Barroso, engenheiro e fidalgo cavaleiro da Casa Imperial; Manuel Fidelis Barroso; Joaquim Liberato Barroso, cujo filho foi o conselheiro José Liberato Barroso, ministro do Império; José Feijó de Melo, pai de Joaquim Feijó de Melo, tabelião em Fortaleza; Antônio Feijó de Melo e João Nepomuceno Barroso.

O coronel José Fidelis Barroso, associado à firma Dourado, de Londres, mantinha com seus veleiros navegação direta com o Recife e com a Europa, explorava salinas, era grande exportador e importador. Seu solar, vasto sobrado de azulejos, ainda existe na rua principal da cidade do Aracati, pertencente hoje à família Costa Lima. Foi ali que Henry Koster o visitou na época do seu apogeu. Nêle nasceu, em 1815, quatro anos depois do viajante inglês ter ali estado, meu avô, José Maximiano Barroso.

O episódio da estada do autor de "Travels in Brazil" na então vila do Aracati merece lembrado nesta página, não pròpriamente pela parte que nêle pessoalmente me toca através da distância do tempo, sim pela pintura exata nêle feita do que era a hospitalidade dos grandes senhores do Brasil de outrora.

BIBLIOTECA
DIRETÓRIO ACADÊMI

A MORTE DA REVOLUÇÃO DE 1817

A revolução de 1817 no Brasil correspondeu do outro lado do Atlântico à conspiração natimorta de que resultou o enforcamento diante das águas do Tejo do general Gomes Freire. Analisando-a, diz Oliveira Lima que foi gerada no seio das sociedades secretas. O padre Joaquim Dias Martins documenta isso fartamente nas páginas de "Os mártires pernambucanos". Os emissários maçônicos que vieram do Reino, trazendo a palavra de ordem para a eclosão do movimento, ligados à maçonaria inglêsa e ao seu representante na América, o célebre general colombiano Francisco Miranda, foram o grande homem de negócios Domingos Martins Dourado e o capitão de artilharia Domingos Teotônio Jorge. A preparação vinha sendo feita, pelo que se sabe, mais ou menos desde 1809. Em Pernambuco se situaria o abscesso de fixação. A tolerância, o descuido e a indolência do governador dessa capitania, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, facilitaria a tarefa. A isso Maler acrescenta a carestia da vida em virtude do açambarcamento de gêneros por especuladores, o que serviu de clima favorável, sendo maldosamente atribuída ao govêrno.

Tudo principou com o motim de 6 de março de 1817 no corpo de artilharia da guarnição do Recife, quando um oficial atravessou seu comandante com a espada. Sua prisão e a de seus companheiros determinou o levante. O povo encheu as ruas, cometendo tropelias, arengado por Domingos Martins Dourado e o padre João Ribeiro Pessoa. As tropas amotinaram-se. Houve tiroteios. O governador recolheu-se à fortaleza do Brum. Constituiu-se um govêrno provisório composto dos

dois incitadores já citados e mais José Luís de Mendonça, Manuel Correia de Araújo e Domingos Teotônio Jorge, então coronel. Armaram-se navios tripulados com estrangeiros, aboliram-se os símbolos da realeza e se criou uma bandeira azul e branca, com o arco-íris, o sol e um estrêla salomônica dominando uma cruz ensangüentada. Com grande rapidez, a revolução se estendeu à Paraíba, ao Rio Grande do Norte e a Alagoas, em cujos sertões, como nos do sul de Pernambuco, se ergueram as primeiras resistências.

A expansão do movimento foi detida para o Sul, na Bahia, pela energia exemplar do conde dos Arcos. Êle prendeu ali o enviado dos rebeldes, vindo numa jangada, o padre Roma, fuzilado a 23 de março. A esquadra do almirante Rodrigo Lôbo bloqueou o Recife e restaurou a legalidade em Natal. O marechal Cogominho de Lacerda marchou de S. Salvador com alguma tropa pelo interior e ocupou o Recife sem encontrar resistência. Os chefes que puderam ser apanhados tiveram os bens confiscados e foram submetidos ao julgamento duma Comissão Militar. Mandaram-se alguns para os cárceres de Lisboa, degredaram-se outros, arcabuzaram-se com horrível aparato Domingos Martins Dourado, José Luís de Mendonça e o padre Miguelinho, Miguel Joaquim de Almeida Castro. O padre João Ribeiro Pessoa, conhecedor de todos os segredos da rebeldia, suicidou-se, levando-os para o túmulo.

Se o conde dos Arcos deteve a revolução de 1817 em sua marcha para o Sul, o governador da capitania do Ceará, Francisco Sampaio, atalhou seu avanço para o Norte. Foi seu hábil, decidido e dinâmico agente para essa finalidade o coronel comandante das fronteiras e inspetor das milícias do Jaguaribe, Alexandre Leite Chaves de Melo, natural dos Açôres, que se radicara no Brasil e chegaria ao pôsto de general do Exército Português. Contribuíra no pôsto de ajudante para o êxito da missão cometida ao governador do Ceará, João Carlos de Oyenhausen e Grevenburg, futuro marquês do Aracati, de prender o coronel Manuel Martins Chaves, acusado de haver mandado matar o juiz ordinário de Vila Nova d'El Rei. Levara a êste e seu sobrinho Bernardino Gomes Franco até os

cárceres do Limoeiro, em Lisboa. Dali voltara para o Maranhão na galera "Felicidade" e chegou a Fortaleza no dia 17 de janeiro de 1807. Em 30 de agôsto de 1806, fôra promovido a sargento-mor.

Designado, já no pôsto de coronel, pelo governador Sampaio, para deter a marcha do movimento revolucionário desencadeado em Pernambuco e extravasado pela Paraíba e Rio Grande do Norte. o ativo e inteligente militar açoriano desempenhou admiràvelmente o seu papel, conforme se pode verificar do que conta o velho historiador Pedro Thèberge no seu "Esbôço histórico sôbre a província do Ceará". Escolhendo para seu quartel-general ou pôsto de comando a vila de S. Bernardo das Ruças, à margem do Jaguaribe, colocou-se no ponto estratégico exato para o domínio das estradas, que levam ao Cariri, perlongando todo o vale do rio, que conduzem ao Apodi e ao Pereiro, isto é, ao Rio Grande do Norte e à Paraíba, e que se entroncam com as de Mossoró, Aracati e Fortaleza. Essa escolha dá boa medida da sua capacidade de chefe. Ali, então, reuniu as fôrças de Linha, de Milícias e de Índios Auxiliares do seu comando de fronteiras, estabelecendo atalaias, barrando os caminhos e preparando os destacamentos volantes necessários a acodir qualquer lugar ameaçado.

Ruças é defendida pelo Jaguaribe e por um braço do mesmo que forma uma ilha. No meu "Livro dos Enforcados" assim descrevi a sua origem: "Houve outrora, quando começou o povoamento do vale do Jaguaribe, nas terras do Ceará Grande, um lindo lote de éguas ruças que costumava pastar na mais bela várzea daquele rio, onde se cruzavam os caminhos do Aracati, do Icó e do Apodi, no meio das panasqueiras verdes, sob as frondes gementes das altas e linheiras carnaúbas. Ali, um dia se estabeleceu um fazendeiro que fazia novenas a São Bernardo, glorioso cantor da Virgem Maria. Quando outros habitantes por ali se aglomeraram, atraídos pela beleza do local, erigiram uma capela àquele santo. Assim, nasceu a vila cearense de S. Bernardo das Ruças ou das Russas, para se diferençar de S. Bernardo da Cachoeira, mais adiante." O nome de Ruças parece não ter agradado à população, quando

Antigo solar do brigadeiro Tôrres, em Fortaleza.

o lugarejo recebeu do govêrno real o predicamento de vila, tanto assim que, no documento da ereção do seu pelourinho simbólico pelo ouvidor bacharel Manuel Leocádio Rademaker, em 2 de agôsto de 1801, esta é denominada Vila de S. Bernardo do Governador. Em 2 de agôsto de 1920, na sua praça principal, se ergueu um pequeno monumento comemorativo dêsse acontecimento "sob os auspícios do povo de Russas (*sic*) e do Instituto do Ceará".

Sob o comando do coronel Alexandre José Leite Chaves de Melo, Ruças foi o foco da reação que deteve o alastrar do movimento revolucionário de 1817 para o Norte. Dali, em maio daquele ano, à frente dum destacamento, o comandante das fronteiras dirigiu-se ao Rio Grande do Norte e restabeleceu a legalidade em tôda a chapada do Apodi, na serra do Martins e na região de Pau dos Ferros. Dirigindo-se, depois, à Paraíba sem dar um tiro, pacificou os sertões do Rio do Peixe, de Pombal e do Piancó. Deu volta pelo Cariri, onde impôs ordem e respeito, prendeu no Crato os emissários do levante — padres José Martiniano e Carlos de Alencar, Tristão Gonçalves e d. Bárbara, que os homiziara. Remeteu-os para Fortaleza, onde sua prisão rigorosa deu origem a lendas, que aureolaram a virtuosa e heróica senhora com uma luz de martírio. Entre os presos que fêz no seu passeio militar, contavam-se líderes revolucionários de *primo castello*: Francisco Pereira Maia, Pereira dos Santos e José Francisco Gouveia Ferraz.

Assim, morreu nos sertões do Nordeste a revolução de 1817. O governador Francisco Sampaio soube escolher o homem que devia barrar-lhe a passagem, agindo com descortino e energia, ràpidamente, de posse dum ponto estratégico dominador das vias de comunicação.

O PRIMEIRO GENERAL HONORÁRIO DO BRASIL

O Brasil é um dos poucos países do mundo em que se usa dar honras de general a militares da reserva e mesmo a personalidades civis. Êsse hábito não foi gerado no período republicano. Êste o herdou do Império. Começou, segundo se verá adiante, ainda no Primeiro Reinado. Pode-se afirmar, todavia, que, sendo vulgaríssimo, nas nações latino-americanas, é raro ou quase desconhecido nas européias. A nossa história militar registra em suas páginas muitos generais honorários que são das mais altas e puras glórias do nosso passado. Ganharam essa honra nos campos de batalha homens como David Canabarro, Andrade Neves, Joca Tavares, Vasco Alves, Vitorino Carneiro Monteiro. Adquiriu-a na respeitabilidade do saber Couto de Magalhães. Receberam-na por aclamação popular republicana Quintino Bocaiúva, Francisco Glicério, Rui Barbosa. Houveram-na em decretos pelos triunfos políticos, atuando nos prélios revolucionários, Pinheiro Machado, Paim Filho, Flôres da Cunha. E até chegou a ser estendida a Floro Bartolomeu, *alter ego* do Padre Cícero, durante as lutas contra a Coluna Prestes.

Em estudo recente, José Denizard Macedo de Alcântara, dedicado cultor da história cearense, afirma documentadamente que o primeiro brasileiro a receber semelhante honra foi um cearense, "um dos mais distintos e prestimosos varões cratenses que ligaram o seu nome, de maneira indelével, aos acontecimentos de um passado glorioso, que tanto enobrece, orgulha e exalta a cidade do Crato". Refere-se ao brigadeiro

Leandro Bezerra Monteiro e, ao mesmo tempo, comprova a concessão do título no Primeiro Reinado.

O eminente cientista e historiador cearense Dias da Rocha, bem como o saudoso Barão de Studart biografaram o brigadeiro cratense, que teve acentuado papel nas lutas do Cariri, sobretudo durante as revoluções de 1817 e 1824. Êle e o famigerado José Pereira Filgueiras foram os dois maiores chefes sertanejos daquele tempo. Homem moderado e sensato, nunca deixou de ser fator ponderável de equilíbrio social, naturalmente defendendo o que se chamava conservadorismo. Denizard põe em relêvo essa figura invulgar no cenário do patriarcalismo tradicional do meio-dia cearense, desta sorte: "Os Alencares eram vingativos e impetuosos. Filgueiras, inconseqüente e violento. Pinto Madeira exprime a velha rivalidade jardinense contra o Crato, oriunda da elevação daquela localidade (Jardim) à categoria de vila, questão que o nosso século assistiria de novo em relação a Juàzeiro. Só Leandro Bezerra revela já essa tendência da nossa cultura, da nossa história, como o mais cratense de todos e fadado por isso a melhor simbolizar e exprimir as virtudes da nossa comunidade. Daí a sua importância na perspectiva da história cratense, quiçá da sua sociologia."

Como bom patriarca semifeudal do comêço e primeira metade do século passado, o brigadeiro se cercava de parentela em posições distintas, a começar pelos filhos: Um, coronel comandante do Regimento de Cavalaria de Milícias do Crato; outro, tenente-coronel, e outro, sargento-mor, ou major do mesmo corpo; o quarto, capitão-mor das ordenanças da vila; um, neto, vigário da paróquia. Além da riqueza em terras, lavouras e gado, a família tinha nas mãos as armas e a igreja. Poder temporal e poder espiritual. Daí a sua importância social, o seu valor incontrastável nesse tempo de categorias pessoais bem demarcadas desde o escravo até os nobres cingindo espada. Além disso, a fôrça da tradição. Gente arraigada ao solo que conquistara, defendera da tapuiada, arroteara, arrancara da selvageria nativa, sôbre êle construindo as cêrcas, as casas de morar, o engenho, espalhando o gado, fixando os mo-

radores, os colonos provenientes das primeiras mestiçagens. Isto desde os albores da penetração colonizadora, vinda do Vasa-Barris e do S. Francisco, pelos vales dos Cariris Velhos e dos Cariris Novos. Daí o apêgo às instituições seculares com o conseqüente repúdio a idéias novas, liberais, republicanas, maçônicas, trazidas de outras plagas por indivíduos que não tinham no solo raízes tão profundas. Antagônicos às inovações, o brigadeiro e sua gente seriam sempre, no meio das agitações políticas e sociais, um rochedo a receber o choque contínuo das vagas.

Nascido a 5 de dezembro de 1740 no engenho Moquém, perto do Crato, Leandro Bezerra Monteiro era filho de Joana Bezerra de Menezes e do capitão Antônio Pinheiro Lôbo. Usava os sobrenomes de seu avô materno, o coronel João Bezerra Monteiro, fazendeiro na região do Icó, de onde se mudara para o Cariri. Diz o Barão de Studart, o que está devidamente comprovado, que era descendente em décimo grau de Diogo Álvares Correia, o Caramuru, e Catarina Álvares, a Paraguaçu. Seu avô paterno, João Pinheiro Lôbo, sergipano de origem, faleceu na sua terra natal, onde o futuro brigadeiro foi aos 20 anos receber a herança da família. Casou em Sergipe com uma parenta, Rosa Josefa do Sacramento, em 1764, filha do capitão-mor Simeão Teles de Menezes, ali fixando residência e sòmente regressando ao Ceará 20 anos após, em 1779. Retornou àquela província, em 1823, "44 anos depois, para fugir à sanha de adversários impiedosos e não se envolver nas lutas fratrícidas de 1824, contando já 83 anos de idade provecta, suficiente para desanimar uma viagem a cavalo a tão grande distância". Dali enviou a D. Pedro I circunstanciado relatório de tudo quanto ocorrera.

Temo-lo, no entanto, de novo no Cariri, quando se pôs o ponto final na revolução, residindo em seu engenho Porteiras, onde até o fim da vida se manteve sempre contrário aos movimentos revolucionários e fechou os olhos para esta vida em 1831, aos 91 anos de idade. Em 1817, com José Vitoriano e João Lôbo de Macedo, impusera a bandeira real ao Crato que os Alencares quiseram sublevar. Em 1822, apoiara a Indepen-

Cadeia Pública. Itapipoca.

dência e a Monarquia. Em 1824, sofrera a perseguição e o exílio até se desvanecer o sonho republicano de Tristão Gonçalves no combate de Santa Rosa. Então, ao seu filho José Geraldo, prêso pelos revolucionários no Recife, informou o general Francisco de Lima e Silva, pai do duque de Caxias e futuro regente do Império, quando ocupou a capital pernambucana, após a derrota das tropas da Confederação do Equador, que o imperador ia honrar a fidelidade do velho Leandro Bezerra Monteiro com "a desusada promoção ao pôsto de brigadeiro, desconhecido até ali na organização das milícias", o que deve ter sido feito em 1825.

Assim se concedeu o primeiro generalato honorário no Brasil.

ESTE LIVRO PERTENCE AO DNP
DEVOLVA-O COM PONTUALIDADE

A VILA DA IMPERATRIZ

Ao se aproximar o meado do século XVIII, o sertanista Jerônimo de Freitas Guimarães se estabeleceu nas abas da serra da Uruburetama, ao norte da vila de Fortaleza, entre a montanha e a pancada do mar, ribeira do rio Aracati-açu. O povoado que se formou nesse rincão cearense em tão priscas eras tomou o nome de Vila Velha, pois, segundo parece, foi o mais antigo núcleo de povoamento daquelas redondezas, cujo nome indígena de Região dos Urubus passou a designar sòmente a serrania. Chamou-se, depois, S. José. No entanto, sua matriz erigida desde 1757 foi dedicada a Nossa Senhora das Mercês. Os índios de língua tupi conheciam o local como Itapipoca, a Pedra Queimada, denominação que até hoje permanece nessa progressista e simpática cidade cearense, cujas largas e linheiras ruas se estendem na planura que vai dos vastos carnaubais ribeirinhos às primeiras e agrestes covoadas da serra.

A 17 de outubro de 1823, D. Pedro I assinava três alvarás, criando três novas vilas, a de Valença, antiga Aldeia de Valença, na província fluminense, e as da Imperatriz e de S. Mateus, na província do Ceará. A da Imperatriz era a Itapipoca, S. José ou Vila Velha. E o seu interessantíssimo alvará rezava assim: "Eu, o Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Brazil, faço saber aos que este Alvará virem, que, em consulta da Mesa do Desembargo do Paço, me foi presente a representação dos habitantes da Serra de Uruburetama, em que expunhão que, sendo parte da mesma Serra que se denomina — Povoação de S. José — do termo da Villa do Sobral,

e a outra parte que se denomina — Povoação de Santa Cruz — do termo da Villa, hoje Cidade da Fortaleza, da Comarca do Ceará, medeando para cada huma das Villas mais de trinta leguas, esta tão longa distancia lhes occasionava gravissimos incommodos, assim nas suas dependencias civeis, como criminaes, de que resultava tambem o detrimento do bem publico, pela difficuldade de se punirem os delictos com a promptidão que convem, e de se executarem igualmente muitas e importantes diligencias do serviço nacional, ao mesmo tempo que, sendo a sobredita Serra de uma povoação numerosa e vantajoso commercio, ella se augmentaria cada vez mais pelos progressos da agricultura consideravelmente adiantada, huma vez que se lhe abrisse e facilitasse o caminho de sua prosperidade, erigindo-se na referida povoação de S. José huma Villa na forma que supplicão, em a qual os povos, com a creação das respectivas justiças, achassem o amparo e recursos das leis, sem se verem obrigados a ir demanda-las a tão grande distancia, desamparando para este fim as suas casas e lavouras; e tendo consideração ao exposto, às informações que se houve do antigo Governo da Provincia do Ceará, com audiencia do respectivo Ouvidor, e das Comarcas da dita Villa do Sobral e Cidade da Fortaleza, e ao mais que, sendo ouvido o Desembargador Procurador da Coroa, Soberania e Fazenda Nacional, se me expendem na referida consulta, com o parecer da qual me conformei: houve por bem, por minha imediata resolução de 3 de Fevereiro do corrente anno, erigir em Villa a sobredita Povoação de S. José, com a denominação de — Vila da Imperatriz — que comprehenderá no seu territorio desde a costa do mar entre as barras dos rios Aracati-Assu e Aracati-Mirim, procurando-se pouco mais ou menos o rumo do Sul até a Serra denominada — Machado —, com todos os terrenos das aguas vertentes para o rio Aracati-Assu até as suas cabeceiras, a mencionada Serra do Machado, termo da Villa do Sobral, isto he, por hum lado; e por outro, no termo da referida Cidade da Fortaleza, toda a Ribeira com as aguas vertentes do rio Caxitoré, as cabeceiras do rio Curu com as suas aguas ver-

tentes, até o lugar aonde o rio Caxitoré faz barra no mesmo rio Curu; e, cortando-se deste ponto para o Norte, procurando-se os meios entre os rios Curu e o rio Trahiri, comprehendendo-se neste territorio a serra denominada — Jatobá — sem embargo da pretenção contraria da Villa do Sobral, acerca da mesma serra, convindo aliás em tudo o mais, bem como a da dita Cidade da Fortaleza, que são as confinantes, de cujos termos e territorios se ha de desmembrar o da nova Villa, visto constar, pelas informações e averiguações a que se procedeu, que a mencionada Serra do Jatobá dista da Vila do Sobral quarenta e quatro leguas, e da sobredita nova Villa somente trinta e quatro, ficando esta com justiça propria, e nunca annexa á jurisdicção do Juiz de Fora da Cidade da Fortaleza, afim de não perigar a boa e prompta administração da justiça, que a prol daquelles habitantes torna urgente a necessidade desta creação."

"Haverá, para o regimento da dita nova Villa, 2 Juizes Ordinários e 1 dos Orfãos, 3 Vereadores, 1 Procurador do Conselho e 2 Juizes Almotacés, e assim mais 2 officios do Tabellião do Publico, Judicial e Notas, 1 Alcaide e o Escrivão do seu cargo, ficando annexos ao officio de 1º Tabellião os de Escrivão da Camara, Almotaceria e Sisas, e ao de 2º Tabellião o de Escrivão dos Orfãos; e as pessoas que forem providas nos referidos empregos os servirão na forma das leis e regimentos que lhes são respectivos."

"Á mesma Camara ficará pertencendo a parte respectiva dos rendimentos e contribuições que até agora pertencião igualmente à dita Villa do Sobral e à Cidade da Fortaleza, alem de huma sesmaria de huma legua de terra em quadra, conjuncta ou separadamente, no caso de que hajão terras devolutas, para patrimonio da dita Camara, que a poderá aforar para esse fim em porções pequenas e em perpetuo fateusim, pelo preço e foro que for justo, e com os laudemios da lei, observando-se, a respeito de tres emprazamentos, o alvará de 23 de Julho de 1766. E ficará a dita nova Villa gozando das

prerrogativas, privilegios e franquezas de que gozão as demais villas deste Imperio, e far-se-ha levantar pelourinho, casa da Camara, cadêa, e as officinas do Conselho, as quaes o Ministro que for encarregado do levantamento da dita Villa efectuará, debaixo das ordens da Mesa do Desembargo do Paço, e á custa dos moradores da mesma Villa e seu termo, fazendo-se as necessarias posturas como pedir o bem dos povos e utilidade publica, dando-se conta à mesma Mesa com a copia dellas para a sua confirmação."

"Pelo que mando, etc. Dado no Rio de Janeiro, aos 17 de Outubro de 1823, segundo da Independencia e do Imperio. — IMPERADOR em guarda. *Com os registos competentes.*"

O documento é talvez fastidioso, mas encerra a lição dos fatos. Pondo de parte alguns têrmos antiquados como alcaide ou magistrado criminal, almotacé ou juiz dos preços e mercados e fateusim ou enfiteuse, mostra-se de absoluta clareza em sua redação. Por êle vemos como o poder central, depois de informado devidamente, decidia a criação dum novo município, desmembrando seu território igualmente dos que com êle se limitavam, com estipulações seguras visando a impedir futuras reclamações territoriais por parte daqueles. Dava-lhe ainda a organização necessária na ordem civil, discriminava suas rendas e doava-lhe um patrimônio. Foi êsse cuidado em manter o municipalismo herdado de Roma através da Península Ibérica uma das causas da conservação da unidade brasileira, lingüística e sentimental, num território quase ilimitado, em cujos sertões se perdiam os núcleos de povoamento. O govêrno, no entanto, o da Colônia e o do Império, estêve sempre atento a galardoar seu progresso em número de habitantes, vida econômica ou cultural com os predicamentos que competiam às vilas e cidades, consubstanciados simbòlicamente na ereção do pelourinho na praça principal do burgo nascente.

A vila da Imperatriz, cujo nome lhe fôra dado em honra de D. Leopoldina, primeira mulher de D. Pedro I, desenvolveu-se lentamente até o período da chamada Guerra da Se-

cessão, que lançou numa luta de vida e morte, os do Sul contra os do Norte, por causa da emancipação dos escravos, os mais ricos Estados da União Norte-Americana. Essa longa e sangrenta guerra privou a indústria têxtil da Europa do algodão fornecido pelas regiões meridionais dos Estados Unidos. Então, o algodão brasileiro dominou o mercado mundial do produto. Tôda a zona da Uruburetama se tornou de 1860 a 1865 uma das mais produtoras daquela matéria-prima na província cearense, de onde lhe adveio grande riqueza e intenso movimento comercial. Foram líderes dêsse progresso os grandes compradores de algodão, ali moradores, Vicente Xavier de Lima e Antônio de Oliveira.

Nas redondezas da Itapipoca, outrora cobertas de matas, decorrem os vários episódios do romance de Rodolfo Teófilo — "Maria Rita". Um dos personagens dêsse livro em que o grande escritor pinta a vida no interior cearense em comêço do século XIX, ainda no regime colonial, é o padre Bulhões, que, na verdade, existiu e celebrou missa na igreja de pedra levantada pelos índios mansos na antiga povoação de S. Bento da Amontada, igreja hoje em ruínas. Outro, o fazendeiro Purificação, representa o português reinol estabelecido naquelas paragens, em luta com os elementos nativistas e mestiços, a quem a revolução de 1817, em Pernambuco, acenara com a libertação política de Portugal. Outro ainda é até um patriota escapo às punições por êsse movimento de rebeldia. E os protagonistas principais, Maria Rita, filha do português, e Joaquim Queirós, o mestiço cearense, escondem idìlicamente seus amôres contrariados pela rivalidade paterna e pelos prejuízos de casta naquela serra do Machado, então vestida de matas úmidas, que o alvará de D. Pedro I faz questão de frisar que ficariam pertencendo ao têrmo da nova vila da Imperatriz, muito embora as pretensões e reclamações da câmara de Sobral.

Essa é a história, em largas pinceladas, do nascimento e crescimento duma vila sertaneja, que, em nossos dias, crismada com o primitivo nome indígena, é uma cidade acolhedora

e próspera, que se atinge por entre os vastos e sussurrantes carnaubais, fonte de sua nova riqueza. Não vejo razão para que lhe fôsse tirado o nome de Imperatriz, que o fundador da Independência lhe deu com tão minucioso e cauteloso alvará, elevando a vila o arraial formado desde a segunda metade do século XVIII em tôrno do estabelecimento inicial do sertanista Jerônimo de Freitas Guimarães.

O TESOURO PERDIDO DO CAJUEIRO DO MINISTRO

Na manhã de 11 de junho de 1839, deu à costa cearense, na praia do Arapaçu, algumas léguas ao sul da cidade de Fortaleza, um brigue-escuna completamente desarvorado. Da embarcação montada na areia e batida pelas ondas desembarcaram dez negros e um homem de côr branca, que se puseram a caminhar pelas dunas, buscando o interior. Um dêsses pretos trazia com cuidado um pequeno baú e parecia comandar todos. Outro, que mostrava na carapinha alguns fios brancos, procurava, durante a caminhada, ficar para trás, o que motivava de vez em quando uma reclamação do chefe do bando.

Êste, que se chamava João Mina, ao atingir o grupo a fresca sombra dum grande cajueiro denominado de longa data o Cajueiro do Ministro, ali descansando da ardência do sol, perguntou a um dos companheiros, de nome Hilário, se fizera o rombo que recomendara na carcaça do navio, para que o mar, entrando por êle, o desfizesse todo. E, recebendo resposta afirmativa, voltara-se para outro negro, que lhe chamava a atenção para as demoras suspeitas do velho retardatário, com estas palavras:

— O Antônio era o cozinheiro e o amigo do capitão. Êle vai fingindo cansaço e ficando para trás, a fim de fugir e nos denunciar...

João Mina matutou algum tempo e, enquanto se fazia uma fogueira sob o enorme cajueiro e se preparavam alimentos, deu ordem a outro prêto, chamado Constantino, para matá-lo, o que êste fêz à vista de todos, sùbitamente, com um tiro de pistola e algumas facadas.

Em face do espanto geral, João Mina declarou em tom enérgico:

— O Antônio Cozinheiro queria fugir para nos denunciar. Por isso foi morto. Quem quiser fazer o mesmo morrerá! Enterrem essa peste!

Encostado ao tronco do anoso cajueiro, lívido, o homem branco tremia de pavor. O prêto foi enterrado dando ainda sinais de estar vivo. Depois, afastando-se do bando, acompanhado por Hilário e Constantino, em quem decerto depositava maior confiança, o chefe foi esconder em qualquer lugar dos tabuleiros aquêle baú que cuidadosamente trazia. Passaram o resto do dia comendo e repousando. À noite, todos pegaram no sono. E, ao amanhecer, quando de novo se puseram a caminho, notaram que o homem branco havia desaparecido. Ficaram receosos e arrependidos de lhe não terem dado o mesmo fim que ao velho Antônio. Dois dias mais tarde, a 13 de junho de 1836, quando atingiam a estrada real de Fortaleza ao Aracati, entre as antigas vilas do Aquirás e de Cascavel, foram cercados e presos por uma patrulha de guardas-nacionais que mandara em seu encalço o juiz de paz da primeira daquelas vilas, onde foram trancafiados na cadeia municipal.

O homem branco, que pela madrugada, esbaforido e exausto da caminhada, trouxera a denúncia às autoridades, era um português da vila de Almada, José Antônio da Silva. Seu depoimento, logo tomado por têrmo sob juramento, narrou um crime pavoroso. O brigue-escuna era o "Laura II", matriculado no pôrto de S. Luís do Maranhão, de propriedade de seu capitão, o português Francisco Ferreira da Silva, sócio de seus irmãos Luís e José, cada um dos quais possuía um barco de comércio semelhante — "Laura I", "Laura II" e "Laura III", todos tripulados por escravos pertencentes à sociedade e comandados pelos seus próprios armadores. Na noite de 10 de junho, quando velejava para Pernambuco, na altura do litoral do Ceará, a tripulação negra se revoltara. Os escravos Hilário, Benedito, Bento, Antônio, Constantino, Luís Cabo-Verde, Luís Aracati e João Mina, que os chefiava, espalharam-se armados pelo navio adormecido. O capitão acordara e defendera-se como

um bravo. Recuando, a oferecer resistência aos amotinados da meia-nau até a roda do leme, levara 14 facadas; mas, de punhal na mão, coberto de sangue, impunha tanto receio aos que dêle queriam se aproximar que o negro Bento lançou mão dum croque para fisgá-lo de longe. Então, vendo-se perdido, o valente português preferiu ser tragado pelo oceano a perecer nas mãos daquela súcia cruel. E lançou-se ao mar.

O prático aracatiense Filipe fôra morto a cacetadas, quando dormia. O mesmo acontecera ao contramestre, também português, Joaquim Gonçalves da Silva, em cujo peito enfiaram um espeque. Mataram os negros mais dois marinheiros brancos ferrados no sono e o único passageiro Feliciano Prates, ex-pagador das tropas do Pará, que se destinava ao Rio de Janeiro. Só escapara o marinheiro Bernardo, que fingira aderir ao motim e lograra fugir do Cajueiro do Ministro, onde assistira estarrecido à execução sumária de Antônio Cozinheiro. O baú estava cheio de jóias e moedas de ouro pertencentes ao capitão e ao pagador.

A justiça do Aquirás confiscou em poder dos escravos presos alguns anéis de ouro e um conto e oitocentos mil réis em cédulas gerais, que era como se chamava o papel moeda no tempo da Regência, soma bastante grande para aquela época. No baú jamais pôs os olhos, porque, por mais inquiridos que fôssem, os negros nunca revelaram o seu paradeiro.

Procedendo-se a uma vistoria no brigue-escuna, que o mar não desmanchara ainda, encontraram-se os beliches e gaiútas manchados de sangue. Da carga, composta de sacos de arroz e barris de manteiga, nada se achou, visto como a caboclada dos arredores fizera, antes da justiça, uma frutuosa vistoria por sua conta. O processo, instaurado na vila do Aquirás, terminou na cidade de Fortaleza, com a condenação à morte natural na fôrca de seis dos dez escravos desembarcados na praia do Arapaçu e reduzidos a nove pela execução de Antônio Cozinheiro. Foram êles João Mina, Hilário, Benedito, Bento, Constantino e outro Antônio. Luís Cabo-Verde teve sentença de galés perpétuas na ilha de Fernando de Noronha. Luís

Aracati recebeu 450 açoites e deveria levar durante seis anos uma argola de ferro ao pescoço com uma haste terminando em cruz.

A tripulação do "Laura II" era numerosa. Segundo parece, o serviço de marinhagem cabia a profissionais brancos, devendo os escravos africanos realizar os trabalhos mais rudes e, naturalmente, a estiva nos portos, quando do embarque e desembarque de mercadorias. Alguns tripulantes, aproveitando a confusão estabelecida a bordo com a luta entre o capitão e os negros sedentos de seu sangue, fugiram no escaler, alcançando a praia na altura da vila de Cascavel. Foram presos; mas, como nada se apurou contra êles, logo os puseram em liberdade. Eram os marujos brancos Jovito e Agostinho, os pretos Manuel e Amásio, e dois moleques, Elias e Filipe.

A execução dos negros infelizes e revoltados contra sua dura sorte, que alegavam em sua defesa não poderem suportar mais a péssima comida de bordo e as durezas do capitão, apontado como seu verdadeiro algoz, marcada para o dia 19 de outubro de 1836, sòmente se realizou no largo do Paiol da Pólvora, hoje Passeio Público de Fortaleza, a 28 dêsse mês. Às seis horas da manhã, requisitada devidamente pelo juiz municipal interino, coronel Francisco Fidelis Barroso, a tropa da guarnição cercou o patíbulo. Num lado, 50 praças do 1º batalhão da Legião da Guarda Nacional, criada em 1831; do outro, uma companhia de infantes do Exército; e fechando o quadrado, dos outros, o Corpo Policial e a chamada Companhia Destacada de 1a. Linha.

Os réus saíram da cadeia pegada ao quartel próximo, junto da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, precedidos pelo porteiro dos auditórios, que em voz estentórea apregoava a sentença. Vestiam todos camisas e ceroulas de ganga amarela. Traziam algemas, acompanhados pelos sacerdotes então chamados Confessores da Agonia. Um famoso carrasco cearense, de nome Pareça, enforcou-os um a um, começando a horrenda tarefa às 8 horas e terminando às dez.

O primeiro a subir a escada, João Mina, que comandara a rebeldia, acovardou-se de modo horrível em presença da mor-

te, que tão fàcilmente dava aos outros. Chorava copiosamente. Sòmente parara de chorar, para, muito excitado, imprecar em voz alta sua sorte infeliz. Depois, de joelhos, suplicara ao juiz municipal e à assistência, pelo amor de Deus, que tivessem piedade dêle, que o não deixassem matar. E berrava:

— Não quero morrer!... Não quero morrer!...

De pé, junto ao cadafalso, comendo vagarosamente a fatia de pão-de-ló e bebericando o cálice de vinho-do-pôrto, que era de praxe fornecer aos condenados à morte, para confortá-los no último instante, o negro Hilário contemplava em silêncio irônico aquela cena deplorável. O carrasco teve de arrastar João Mina pela escada, lutando terrìvelmente para desentrançar-lhe as pernas em cada degrau e até por isso machucando-lhe um dos pés. Hilário impacientou-se com aquilo e gritou:

— Morre, negro, como homem e não dê êsse gôsto aos brancos!

Chegando a sua vez, subiu a escada de cabeça erguida, impávido, passando êle próprio o laço ao pescoço e se atirando no espaço. Fêz isso com tamanha fôrça que a corda se partiu e êle bateu em cheio no chão arenoso. Logo se levantou, tornou a subir os degraus e a pôr no pescoço a nova corda com a mesma coragem. A multidão murmurava:

— Negro valente!

Benedito foi enforcado em terceiro lugar e Antônio em quarto. Constantino mostrava-se desde a prisão compungido e arrependido. Calava-se e rezava. Sua confissão comoveu o sacerdote. Morreu em quinto lugar, cercado duma aura de simpatia. O último a enfrentar o patíbulo foi Bento, que o fêz com a mesma ferocidade com que avançara para fisgar o seu capitão.

A resenha que aqui fazemos dêsse crime célebre nos anais da justiça cearense, de acôrdo com o processo resumido pelo desembargador Paulino Nogueira, consciencioso historiador da pena de morte no Ceará, leva naturalmente a uma pergunta: que fim levou o tesouro roubado no brigue-escuna "Laura II" e enterrado na areia dos tabuleiros vizinhos ao famoso Cajueiro do Ministro?

Igreja de Santa Rosa, onde foi sepultado Tristão Gonçalves.

Não se sabe ao certo. Os negros padeceram morte natural na fôrca sem que tivesse sido possível arrancar seu segrêdo. Por isso, segundo a opinião dos contemporâneos, ficou perdido por ali mesmo. Todavia, na capital cearense, correu também o rumor de ter havido quem dêle se aproveitou às ocultas, vivendo a vida inteira fartamente dos valores tomados às vítimas daquela tragédia noturna e aos seus assassinos. Diziam que, enquanto êstes respondiam ao processo, certo solicitador do fôro local amiúde os visitava, prestava-lhes pequenos favores, adoçava-lhes as agruras da prisão e conquistava, assim, aos poucos sua inteira confiança. Viram-no muitas vêzes a cochichar longamente com João Mina, Hilário e Constantino, justamente os três que haviam enterrado o precioso baú. Essas conferências repetiam-se muito com o primeiro dêles. E daí o se pensar que, convencendo-os de se poderem salvar à custa de dinheiro, explorando para isso as delongas do processo e até o adiamento da execução, lhes arrancara as indicações do local onde se encontravam as jóias e moedas de ouro roubadas.

Na verdade, o que levava muita gente a essa hipótese era o fato de ter êsse solicitador, natural do Cascavel, chegado a Fortaleza, fugindo à sêca anterior, na maior pobreza, carregado de família, feito, após o enforcamento dos pretos, uma viagem meio misteriosa para aquela vila, após a qual deixara o emprêgo, nunca mais trabalhara, adquirira uma boa casa de residência e passara até a emprestar dinheiro a juros. Morreu de velho, em modesta e conceituada abastança. E daí lhe veio uma alcunha interessante: o Milagroso.

ESTE LIVRO PERTENCE AO DNP
DEVOLVA-O COM PONTUALIDADE

A CAPITULAÇÃO DA FAZENDA DO JUIZ

A revolução de 1824, que levantou Pernambuco em armas contra o Império e criou com as províncias vizinhas a efêmera Confederação do Equador, foi vencida no Recife pelo bloqueio da esquadra e pelas tropas do brigadeiro Francisco Lima e Silva, futuro regente e pai do depois duque de Caxias, mas bruxuleou e morreu nos sertões do Ceará. A 31 de outubro do ano citado, no combate de Santa Rosa, no vale do Jaguaribe, Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, à frente de mais ou menos dois mil homens, tendo deixado seu aquartelamento do Aracati para embrenhar-se no interior, em vista da derrota do movimento no seu foco inicial e da chegada de Lord Cochrane a Fortaleza, alcança o povoado de Santa Rosa, entre Ruças e Jaguaribe-mirim, com seu efetivo reduzidíssimo pelas constantes deserções e ali é derrotado pelas tropas legais do coronel Manuel Antônio de Amorim, que lhe cortam o caminho, perseguido e morto pelos sequazes de José Leão da Cunha Pereira. Um mês depois, os últimos confederados se rendiam no sul do Ceará.

É o episódio conhecido na história local como a capitulação da fazenda do Juiz. Ficava na região do Cariri, proximidades de Missão Velha, antiga aldeia ou redução de índios, que a grande sêca de 1725 fêz mudar para Missão Nova e foi, por volta de 1771, repovoada por um dos mais famosos colonizadores daquelas terras, João Correia Arnaud. Era de criação de gados e pertencia ao patrimônio do mosteiro de S. Bento de Olinda.

Tomada a ponte do Motocolombó e ocupado o Recife pelo brigadeiro Lima e Silva na retaguarda do exército republicano aferrado à linha defensiva dos Guararapes, o batalhão de pretos do major Agostinho Bezerra Cavalcânti, o dos pardos do major Paraíba, outros elementos ao mando de Felix Antônio, presidente da Paraíba, aconselhados por frei Caneca, recuam para Olinda e dali rumam para os sertões do Ceará, onde contavam fazer junção com o famigerado caudilho José Pereira Filgueiras, segundo o que fôra antes convencionado no chamado "conciliábulo do Poço Comprido".

Nenhuma junção seria mais possível, de vez que as fôrças de Amorim, auxiliadas pela gente armada de José Leão, esmagaram Tristão Gonçalves em Santa Rosa, ocupavam as principais localidades do vale do Jaguaribe, umas depois das outras, e deixaram assim Filgueiras isolado e vendo dia a dia sua tropa enfraquecida e desmoralizada. O caudilho procurava reunir-se aos batalhões republicanos que retiravam de Pernambuco e enviara mesmo um destacamento de 200 homens, a fim de tomar contato com êles, sob o comando do corajoso mas imprudente e pouco disciplinado capitão Maximiano Rodrigues dos Santos, mais conhecido pelo apelido de Maxi. Essa fôrça desviou-se do caminho que devia seguir, entregando-se por onde passava, como escreveu Eusébio de Sousa, a "atos reprováveis e só próprios de bandoleiros", matando e saqueando. Assim, espalhando o terror, a desolação e o ódio, chegou à fazenda Picada, perto do Rio do Peixe, onde acampou fatigada e bêbeda. Ali a surpreenderam os bandos armados de Joaquim Pinto Madeira, de José Dantas Rothéa e do português Luís José da Cunha, que vinham no seu encalço, sequiosos de tirar desforra dos seus latrocínios. Maxi e seus comandados defenderam-se como lôbos, apesar da fadiga e da bebedeira. Quando lhes faltaram as munições, bateram-se corpo a corpo, a arma branca, sendo, com exceção de cinco, todos os demais mortos a "ferro frio". Narrando êsse morticínio, Eusébio de Sousa conclui desta sorte: "Filgueiras teve dêle conhecimento por um emissário que conseguira montar um cavalo e, *tinto de sangue da cabeça aos pés*, chegou com vida ao seu

acampamento, algumas dezenas de léguas à retaguarda." Êste episódio como que pôs um ponto final à marcha de Filgueiras, cuja tropa se vinha desagregando através de contínuos desentendimentos, deserções e insubordinações como a do oficial Canguçu, degradado na vila do Icó, em praça pública.

A capitulação da fazenda do Juiz é resumida desta sorte pelo Barão de Studart nas suas "Datas e Fatos para a História do Ceará": "29 de novembro de 1824. Capitulação do Juiz. Felix Antônio, presidente da Paraíba, achando-se cercado, sem víveres e desanimado pela dispersão do exército de Filgueiras, rende-se ao major Bento José Lamenha Lins. Entregam-se também na mesma ocasião, além de outros, frei Joaquim do Amor Divino Caneca, o major Agostinho Bezerra Cavalcânti, Lázaro de Sousa Fonte."

O major Lamenha Lins comandava um dos batalhões de caçadores a pé da guarnição do Recife, quando ali se iniciou o movimento sedicioso. Não podendo resistir-lhe e não querendo aderir ao mesmo, retirara com seus soldados para a Barra Grande, na praia de Alagoas, onde se reunira mais tarde ao exército de Lima e Silva, que desembarcava em Jaraguá e marchava sôbre a capital republicana. Depois de tomar parte nas operações militares que terminaram pela ocupação da mesma, fôra lançado em perseguição dos remanescentes da derrota e, assim, os iria seguindo sertão adentro até o vale cearense do Cariri. Os sediciosos estavam cansados, desesperançados e sem recursos. Mantinham-se na resistência graças à palavra de frei Caneca e à energia do major José Maria Ildefonso. Mas as deserções se multiplicavam. Os homens abandonavam aos bandos as armas, na calada da noite. Por fim, nos últimos dias, quando os caçadores de Lamenha Lins cercavam a fazenda do Juiz, destinada a ser seu derradeiro acampamento, dois de seus capitães, da noite para o dia, passaram-se para o lado dos imperiais: João de Deus e Antônio Afonso. Faltavam víveres e munições.

Nesta desesperada conjuntura, um parlamentário do chefe legalista, empunhando a tradicional bandeira branca, veio propor-lhe a rendição, com promessa solene de respeitar-lhes

a vida. Reunem-se os chefes e discutem a proposta. Frei Caneca aconselha sua aceitação. E as armas são entregues na presença de Lamenha Lins, no largo e espanado pátio da velha fazenda.

Lamenha Lins seria imprudente se prometesse a vida definitivamente salva aos chefes rebeldes, porque era simples major comandando uma coluna volante em perseguição de fôrças derrotadas, que não deveria deixar se recompusessem e reorganizassem. Sua missão era aniquilá-las, ou aprisioná-las. Não tinha credenciais para prometer aos seus dirigentes mais do que êle próprio respeitar-lhes as vidas. Foi isso naturalmente o que fêz, tanto que, levados os prisioneiros para o Recife, ali foram processados e julgados como rebeldes, de acôrdo com a lei.

Em conseqüência dêsse julgamento, frei Joaquim do Amor Divino Rebelo Caneca, frade carmelita, foi fuzilado no Recife, depois de degradado das ordens sacras, a 13 de janeiro de 1815. Nascido em 1779, tinha 46 anos de idade. Era um revolucionário veterano. Participara do movimento de 1817 e por isso estivera prêso na Bahia até 1821. Dois anos depois, de regresso a Pernambuco, iniciou a publicação de seu jornal político, o "Tiphys".

A luta política em Pernambuco começara a agravar-se desde 20 de março de 1824, quando Pais de Andrade se opôs à posse do presidente da província nomeado por D. Pedro I, Francisco Pais Barreto, depois marquês do Recife. Apoiado pelos batalhões dos majores Correia Serra e Lamenha Lins, Pais Barreto entrincheirou-se na Barra Grande e pediu reforços ao govêrno imperial, que enviou a expedição do brigadeiro Lima e Silva. Êste desembarcou no pôrto de Jaraguá e veio reunir-se ali àqueles elementos que resistiam aos sediciosos de Pernambuco. Por isso, quis o imperador galardoar o brigadeiro com o título de barão da Barra Grande, que êle nunca aceitou. No entanto, sòmente a 2 de julho, a revolução desmascarava sua verdadeira finalidade republicana e separatista, tendo Manuel de Carvalho nessa data lançado o manifesto convidando as províncias do Norte a formar uma república

independente sob o nome de Confederação do Equador. A ela aderiram a Paraíba, o Rio Grande do Norte e o Ceará, êste pelas vozes de Filgueiras e Alencar. A 17 de setembro de 1824, o movimento foi esmagado no Recife e, a 29 de novembro, seus derradeiros partidários rendiam-se na fazenda do Juiz, depois da derrota e morte de Tristão Gonçalves. Teve rápida vida essa república artificial: não chegou a seis meses.

Monumento do combate de Santa Rosa, no local onde foi morto Tristão Gonçalves.

O FUZILAMENTO DO PAU-BRASIL

Na revolução republicana de 1824, que englobou na célebre Confederação do Equador as províncias do Nordeste brasileiro, foi a então vila do Icó teatro de dramáticos acontecimentos. Assentada no coração do Ceará, à margem do rio Salgado, perto de sua confluência com o Jaguaribe, outrora mercantil e populosa, data seu predicamento municipal do alvará de 27 de junho de 1817.

Em outubro de 1824, a revolução, que se alastrava de Pernambuco para o Norte e tivera como chefe no Ceará o bravo Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, entrava em agonia. As tropas republicanas haviam abandonado Fortaleza, em cujo pôrto ancorava a armada legal de Lord Cochrane, evacuado Aracati, cabeça do vale jaguaribano, e por êle acima vinham se diluindo em contínuas deserções. O governador José Felix de Azevedo e Sá entregara-se "de corpo e alma", diz um historiador dos acontecimentos, aos vencedores, tornando-se em suas mãos "instrumento dócil e vil". Luís Rodrigues Chaves, que abandonava a causa perdida, procurando seu perdão combatendo-a, restaurara S. Bernardo das Ruças na legalidade.

Por isso, a 25 dêsse mês de outubro, os legalistas ou *corcundas,* certos de sua desforra contra os republicanos ou *patriotas,* tinham reunido solenemente a câmara da vila e proclamado o retôrno do Icó à sombra da bandeira imperial, diante da massa popular para êsse efeito convocada. Jurou-se, então, a Constituição "oferecida pelo Monarca à nação brasileira", após a lavratura duma ata em que os signatários de-

BIBLIOTECA
DIRETORIO ACADEMICO NOSSIENSE

claravam ter aceito, aclamado e jurado antes a República do Equador coagidos, ameaçados e esperançosos da curta duração daquela tirania. Elegeu-se finalmente um *govêrno municipal temporário*, a fim de repor tudo na normalidade, composto do vigário Filipe Benício Mariz, como presidente, do padre Manuel Filipe Gonçalves, como secretário, do cidadão Henrique Luís Pedro de Almeida, dos coronéis João de Araújo Chaves e João André Teixeira Mendes, como vogais, do coronel Manuel Antônio de Amorim, como comandante das armas, e de Manuel de Sousa Pacheco Tigre, como substituto dêste. O coronel Amorim chefiaria as fôrças imperiais que vinham combater os republicanos na região e derrotariam Tristão Gonçalves no combate de Santa Rosa. Êsse *govêrno temporário* constituiu a chamada Comissão Matuta, destinada a julgar os que haviam participado do movimento rebelde, que com êste nome se perpetuou na tradição oral numa auréola de sangue. A ela se atribuem inúmeros atos de prepotência. De sua ação diz Eusébio de Sousa: "devassas iníquas foram ordenadas, processos monstruosos, verbais e sumaríssimos foram feitos para os quais não havia recurso algum legal. A condenação fazia-se sentir ao primeiro gesto impulsivo dos improvisados juízes, que só visavam aos seus inimigos, não só os da causa comum como até a particulares. Sob o manto da legalidade, cometiam-se as maiores tropelias, tôda a *casta de atentados*. Nunca as disposições das "Ordenações do Reino", que prescreviam *morte natural civilmente* pelo crime de lesa-majestade ou traição cometida contra a pessoa do Rei ou seu Real Estado, gravíssimo e abominável para aquêles tempos, foram tão estropeadas." As duas almas danadas dessa comissão foram o famigerado capitão de ordenanças do Rio do Peixe, mais tarde coronel, Agostinho José Tomás de Aquino, que marchara com sua gente e impedira a junção das tropas de Tristão Gonçalves e José Pereira Filgueiras, e João André Teixeira Mendes, apelidado o Canela Preta, celebrado pela musa folclórica regional, homem de exagerados ódios políticos e pessoais. Além dum A.B.C. alusivo a êste último, que terminava assim:

O til não fique de fora,
Sem ter mais dilatação,
Enforque-se o João André,
Degrade-se a geração!

Outra poesia popular referia-se à maldade do coronel Amorim:

A intrusa comissão
Do Icó por natureza
Quer gozar de mais nobreza
Que o chefe da nação!
Mataram sem compaixão,
Sem temer a Deus amado.
Um tal, que aí estava,
Um vil Amorim chamado,
Dizia: morra enforcado
Tudo quanto é patriota!...

Padre Manuel Filipe Gonçalves lavrou o único protesto que então houve contra os desmandos da Comissão Matuta: "Renuncio o lugar que tenho nesse govêrno, porque não quero e não devo emprestar a minha humilde individualidade às atrocidades, que se estão levando a efeito em nome da legalidade. O meu caráter de sacerdote me proíbe de concorrer para que se derrame tanto sangue, sem justa causa, de pessoas indefesas e até de inocentes crianças. Que Deus se amerceie de nós, impiedosos juízes!" Apesar desta condenação moral justa, digna e corajosa, os impiedosos juízes não tiveram piedade dos inimigos vencidos, que eram condenados verbalmente e logo fuzilados na praça pública do Icó diante do povo apavorado. João Brígido enumera estas vítimas principais daqueles algozes: Manuel Francisco de Mendonça, escrivão da vila, José Felix, meirinho, o lavrense José Viegas Frazão e o liberto Silvestre de tal, todos êles rebeldes de pouco vulto.

Também foi condenado à morte, executado e salvo por milagre do Senhor do Bonfim, o cidadão Antônio de Oliveira

Pluma. Naquela época, os patriotas, a fim de se diferençarem dos corcundas ou marotos, dos reacionários, apunham aos seus sobrenomes outros de procedência tupi ou de significado nacional. Era uma afirmação pública de nacionalismo ou, melhor, de brasilidade. Daí os Alencares *Araripes*, os Pessoas *Antas*, os Gonçalves *Mororós*, os *Carapinimas*, os *Ibiapinas*, os *Jês Acaiabas de Montezuma* e quejandos. Antônio de Oliveira Pluma tomara o apelido de *Pau-brasil* e com êle firmara a ata do Grande Conselho Provincial da República do Equador, a 26 de agôsto de 1824, em Fortaleza.

Levado para o suplício, sentaram-no em uma cadeira, com as pernas e os braços nela amarrados, de olhos vendados. O pelotão de milicianos à sua frente apontou-lhe as armas carregadas. A certa distância, em círculo, o povo olhava a cena em angustioso silêncio. Súbito duas vozes seguidas se fizeram ouvir alto:

A primeira, de comando: — Apontar, fogo!

A segunda, de súplica: — Valha-me o Senhor do Bonfim!

A descarga partiu com estrondo. Dissipada a fumaceira, viu-se que o condenado estava incólume. Nenhuma das balas o ferira, encravando-se tôdas no paredão da cadeia, que ficava por trás. O comandante do pelotão mandou de novo carregar as espingardas e outra vez as duas vozes estrugiram quase ao mesmo tempo:

— Apontar, fogo!

— Valha-me o Senhor do Bonfim!

Passada a fumaça, lá estava Antônio de Oliveira Pluma Pau-brasil sem um arranhão, vendado e amarrado à cadeira! Pela terceira vez, as armas foram carregadas e as duas vozes ràpidamente se sucederam:

— Apontar, fogo!

— Valha-me o Senhor do Bonfim!

Desta, as balas atingem o condenado, mas não o matam. O povo rompe o cordão de isolamento, atira-se aos gritos sôbre os soldados, separa-os, impede-os de qualquer ação, agarra o prêso ferido, desamarra-o da cadeira fatídica e leva-o nos braços para a pequena igreja do Bonfim, ali perto. Ela torna-se

assim verdadeiro asilo, do qual o fuzilado saiu depois, a fim de se tratar e curar-se. A Comissão Matuta não se atreveu a arrancá-lo, nem a persegui-lo em seguida. O milagre alvoroçara a população e seria perigoso ir contra ela. Assim, salvou-se de vez Antônio de Oliveira Pluma Pau-brasil.

No seu admirável trabalho "Execuções de Pena de Morte no Ceará", diz o desembargador Paulino Nogueira que Pluma viveu muitos anos após ter sido *fuzilado*, tendo morrido depois de 1841, pois nessa data exercia o cargo de promotor de justiça da comarca de Baturité.

ESTE LIVRO PERTENCE AO DANP
DEVOLVA-O COM PONTUALIDADE

O MAIOR CAUDILHO DOS SERTÕES NORDESTINOS

É José Pereira Filgueiras um dos heróis lendários dos sertões cearenses. Nascido na freguesia de Nossa Senhora da Oliveira, na cidade do Salvador, capital da Bahia, em data ignorada, levaram-no seus pais, o português José Quesado Filgueiras Lima e Maria Pereira de Castro, ainda criança, para o sítio Santana, nas cercanias da então vila da Barbalha, zona cearense do Cariri, onde se criou e fêz homem. Casou a 25 de agôsto de 1803 com d. Joaquina Maria Parente, em S. José do Cariri Novo, desfrutou grande prestígio pessoal e chegou a capitão-mor da vila, hoje cidade do Crato.

Através do tempo e da tradição oral, a lenda agigantou aos olhos do povo a figura dêsse antigo caudilho sertanejo, de fôrça hercúlea e grande bravura pessoal, que lhe deram extraordinária influência sôbre as massas populares do interior nordestino no começo do século passado. Narravam-se a seu respeito nas chamadas conversas de matuto façanhas maravilhosas. Diziam-no capaz de desatolar sòzinho um carro-de-bois carregado, cujas juntas nem podiam fazê-lo mover-se, de galopar léguas a cavalo com u'a moeda entre as solas das botas e os estribos, tão firme nestes, que elas não saíam do lugar, e até de voar à noite de tôrre a tôrre das igrejas do sertão como verdadeiro fantasma. Sua espada miliciana era encantada: a fôlha retinia na bainha, dando-lhe sinal da aproximação de qualquer inimigo. Seus antebraços não eram, como os de qualquer mortal, constituídos de dois ossos articulados, mas *compostos duma cana só*, de modo que podia, com o direito estendido e sem recuo, disparar seu grande bacamarte apelidado

Bôca-da-Noite, atestado de pólvora e palanquetas de chumbo. Possuía outro *bôca-de-sino* ainda mais famoso do que êste, que se denominava Estrêla d'alva e suava como uma pessoa, ao longo do cano de bronze, anunciando que o dono ia entrar em combate. Afirmava-se até em documentos semi-oficiais que tinha o *corpo fechado*, não entrando nêle balas ou pontas de faca. Finalmente, era voz geral que fizera pacto com o diabo, vendendo-lhe a alma em troca dessas vantagens mágicas.

O dr. Irineu Pinheiro, que estudou documentadamente os principais aspectos da vida dêsse famigerado chefe do Cariri em tempos idos, alinhou várias opiniões contraditórias de políticos e historiadores a seu respeito. Felisberto Caldeira Brant, marquês de Barbacena, considerava-o analfabeto, mas *com um corpo em que não entrava chumbo*. Moniz Tavares e João Brígido julgavam-no bravo, cruel e estúpido. Dias da Rocha Filho quer que fôsse quase irresponsável pela mesquinhez da inteligência e pela vastidão da ignorância. Oliveira Lima apelidou-o "velho malfeitor". Manuel Inácio de Sampaio, governador da capitania do Ceará, que dêle se serviu na sua atuação, qualificou-o como bom, pacífico e mesmo benfazejo. Tobias Monteiro, finalmente, encontrou nêle princípios de grande elevação moral. Diante disto, o historiador atual, para julgá-lo, se vê naquele caso apontado pelo ceticismo de Anatole France: o embaraço justamente pela abundância de documentação.

O certo é que, como assinala o citado dr. Irineu Pinheiro, nada se fêz de importante no interior do Ceará, entre os anos de 1817 e 1824, sem seu conselho e aprovação. "Não pode casar-se a apregoada boçalidade de Filgueiras com sua ação decisiva nos sucessos de nossa história naquela época, todos de projeção nacional. Parece que a reserva e taciturnidade de Filgueiras, por alguns julgadas índices de estupidez, podem ser explicadas por ter-lhe faltado espontaneidade de locução, também por astúcia inata, a fim de evitar comprometimentos num meio em que fermentavam ódios e intrigas. Impossível negar-se certo mandonismo de Pereira Filgueiras, justificável no tempo em que viveu, de freqüentes lutas políticas a mão

armada, sua notória incultura intelectual, comum, aliás, entre os homens do interior, naquela quadra, mas deve convir-se que muito exagêro houve em derredor dessas qualidades de singular personagem que êle foi."

Quando o enviado dos chefes da Revolução de 1817 em Pernambuco, padre João Ribeiro Pessoa e Domingos José Martins, que foi o diácono José Martiniano de Alencar, mais tarde sacerdote e senador do Império, levantou no Cariri o estandarte daquele movimento, Filgueiras, por êle considerado cooperador do mesmo, armou da noite para o dia seus numerosos acostados, pôs-se à frente dêles e do sítio S. Paulo, onde então assistia, marchou sôbre a vila do Crato, em nome da legalidade, a 11 de maio de 1817, ali restaurando a autoridade do rei D. João VI, que fôra no dia 4 abolida pela proclamação da República, feita por José Martiniano, seu irmão Tristão Gonçalves, frei Francisco de Sant'Ana Pessoa e Inácio Tavares Gondim.

Cinco anos mais tarde, por ocasião da Independência, em 1822, o caudilho do Cariri voltava à cena política. Obedecendo certamente às *pranchas* maçônicas que voavam por todo o País, a 1º de setembro daquele ano, influenciada por José Pereira Filgueiras, a câmara municipal do Crato marcava eleições para deputados à Constituinte, no dia 7, o mesmo em que D. Pedro dava o brado de Independência ou Morte à margem do Ipiranga. É lícito perguntar: coincidência ou antecipação adrede preparada?

A gente cratense rebelava-se contra a Junta Governativa da província e, em outubro, concorria para a criação na vila do Icó dum govêrno temporário, hoje se diria provisório, contra aquela. Como se vê, o movimento da Independência no Ceará se fazia, *ad instar* do da Bahia, dos municípios do interior para a capital litorânea. Os portuguêses que dominavam no Icó, sobretudo no comércio, reagiram naturalmente contra os patriotas. Então, Filgueiras reuniu suas milícias sertanejas, ocupou a vila reacionária, dominou-a e dali marchou sôbre Fortaleza, onde entrou triunfante e instalou a 23 de janeiro de 1823 um govêrno, que êle próprio presidiu.

Por êsse tempo, o sargento-mor ou major João José da Cunha Fidié, bravo militar luso que comandava a guarnição do Maranhão, perseguia, amedrontava e batia os patriotas pelos sertões maranhenses e piauienses. Dali veio angustioso apêlo ao Ceará e Filgueiras, improvisando pequeno exército popular, partiu sem perda de tempo para socorrer os independentes vizinhos. Sitiado na vila de Caxias, embora vencedor, graças à metralha de sua artilharia no combate do Retiro do Jenipapo, Fidié, compreendendo a inanidade de sua resistência, isolado no interior do País, passou o comando ao seu substituto legal, Luís Manuel de Mesquita, que capitulou a 31 de julho de 1823.

Desde 8 de abril a vanguarda de Fidié entrara em Caxias, que êle ocupou a 17, entrincheirando-se no morro da Taboca. As fôrças que o vinham atacando desde março e ali o encurralaram eram comandadas pelo tenente-coronel João da Costa Alecrim. No meado de julho, chegou o chamado Exército Auxiliador do Ceará, Piauí e Pernambuco, chefiado por José Pereira Filgueiras, que completou o cêrco e motivou a entrega da praça. O barão do Rio Branco diz que Filgueiras usava o título de general e era presidente duma Junta da Delegação Expedicionária, composta pelo brigadeiro Manuel de Sousa Martins, depois visconde da Parnaíba, pelo Piauí, dos tenentes-coronéis Tristão Gonçalves, pelo Ceará, e Luís Pedro de Melo César, por Pernambuco.

Em abril de 1823, quando o imperador D. Pedro I decidiu expedir as ordens oficiais, encarregando Filgueiras de libertar o Piauí e o Maranhão, já êle se encontrava à testa do seu exército matuto em Oeiras, capital daquela primeira província. Tristão Gonçalves de Alencar, que êle prendera em 1817 no Crato, quando tornara vitorioso o golpe anti-republicano, a êle muito se ligou durante essa expedição libertadora, que João Brígido considera *aladroada* pelos saques contra as propriedades portuguêsas por ela cometidos. Há, todavia, historiadores que eximem Filgueiras de tais culpas, mostrando que condenava essas depredações e êsses roubos, sendo-lhe impossível impor uma disciplina absoluta a tropas irregulares, antes paisanos armados do que militares de verdade.

ESTE LIVRO PERTENCE AO DANP
DEVOLVA-O COM PONTUALIDADE

A dissolução da anárquica e anarquizadora Assembléia Constituinte de 1823 por D. Pedro I deu azo à explosão da revolta, que do Recife se espalhou pelo Nordeste, criando a efêmera Confederação do Equador. No Ceará, ela durou ùnicamente quatro meses, de 29 de abril a 26 de agôsto de 1824. Associado a Tristão Gonçalves de Alencar, que tomara o apelido nativista de Araripe, José Pereira Filgueiras auxiliou-o na deposição do presidente da província, Pedro José da Costa Barros, declarando, porém, continuar na obediência ao govêrno imperial. Contudo, entre aquelas duas datas acima notadas, os republicanos impuseram a subversão radical da ordem e proclamaram a República. Lord Cochrane restaurou a legalidade em Fortaleza e Tristão Gonçalves, retirando-se para o alto sertão, foi batido pelos imperiais do coronel Amorim na várzea de Santa Rosa e morto, quando fugia, por um capanga de José Leão da Cunha Pereira. Depois de algumas escaramuças, Filgueiras, que se refugiara no Cariri, passou para Pernambuco, onde se entregou ao capitão Araújo Bezerra, cujo destacamento o vinha perseguindo de perto.

Conduzido por terra ao Rio de Janeiro, onde deveria ser apresentado ao imperador, processado e julgado pelo crime de rebeldia, faleceu no pobre arraial mineiro de S. Romão, à margem do rio S. Francisco, de febre palustre, segundo reza a tradição, de tifo, na opinião do dr. Irineu Pinheiro. Foi êste o melancólico fim do maior caudilho dos sertões nordestinos.

O SOBRADINHO DO NATURALISTA FEIJÓ

Baseado no que diz o livro "Varões Ilustres do Brasil", Inocêncio Francisco da Silva, em seu "Dicionário Bibliográfico Português", dá o naturalista João da Silva Feijó como nascido no Rio de Janeiro em 1760. Repete a notícia Sacramento Blake no seu "Dicionário Bibliográfico Brasileiro". No entanto, alguns autores escrevem que era natural do Ceará, o que se origina de ter ali vivido muitos anos, falecendo em Fortaleza, a 9 de março de 1824, com 64 anos de idade. É curioso que o citado Inocêncio creia que ainda vivesse em 1825.

Estudou em Coimbra e recebeu o grau de bacharel em Matemáticas. Seguiu a carreira militar e nela atingiu o pôsto de coronel do Real Corpo de Engenheiros, espécie de estado-maior da época. Exerceu o cargo de secretário do govêrno do Arquipélago de Cabo-Verde, na ilha de S. Tiago, tendo ali, então, acolhido e auxiliado os degredados da Inconfidência Mineira confinados naquela possessão africana: Domingos Vidal Barbosa, João Dias da Mata e os Rezendes Costa, pai e filho.

De regresso à pátria, foi para o Ceará, depois de ter estado em Pernambuco, no cargo de escrivão-deputado da Junta de Fazenda, pôsto sob as ordens do tesoureiro do Real Erário naquela capitania, Bento Maria Targine ou Targini, mais tarde galardoado pela real munificência com o título de visconde de S. Lourenço. Era êste homem ladino e perigoso. Descendente de italianos, como o nome indica, alçar-se-ia de mero guarda-livros de uma firma comercial de Lisboa aos altos píncaros do Estado, tornando-se até conselheiro de fazenda de D. João VI.

O historiador Rocha Martins aponta-o como corrupto e corruptor, verdadeiro advogado administrativo, venal e *chefe de traidores* que rodeavam o soberano, fingindo servi-lo, na época da revolução de 1817. Quando se achava no Ceará, Targini teve fumaças de poeta. Não ha dúvidas ter sido um mação hàbilmente infiltrado na intimidade da Casa Real e procedendo de acôrdo com sua missão. Desta sorte, não seria de esperar a menor harmonia entre êle e Feijó, cujos princípios, educação e cultura eram antinômicos aos seus. O naturalista desprezava a política e vivia exclusivamente para os seus estudos científicos, ao ponto de deixar o ofício das armas em alto pôsto hierárquico para a êles se dedicar com maior liberdade.

João da Silva Feijó chegou em Fortaleza a 17 de janeiro de 1799, ao apagar das luzes do século XVIII. Governava a capitania do Ceará o chefe de esquadra Bernardo Manuel de Vasconcelos, que trocara cartas com o famoso barão Alexandre de Humboldt, quando êste visitou a América do Sul. Tinha como secretário o dr. Francisco Luís de Morais Sarmento. Ambos acolheram generosamente o naturalista, cujo prestígio moral e intelectual atravessara o Atlântico, e que, abandonando a cátedra para que fôra nomeado na Academia Militar do Rio de Janeiro, ia ali devotar-se a proveitosos estudos. Apesar de nascido no Brasil e de ainda muito moço, Feijó já fôra eleito membro da Academia das Ciências de Lisboa.

No Ceará, montou laboratórios para refinação do salitre de Ubajara, na serra da Ibiapaba. Diz Sacramento Blake que êle fôra "encarregado das investigações filosóficas" naquela capitania, o que certamente se deve entender como encarregado de estudos científicos. Realizou-os de modo admirável para aquêle tempo e com a maior preocupação patriótica, como depõe um dos seus biógrafos, diríamos hoje nacionalista. "Feitos os seus livros, escreveu Maximiano Lemos, em época em que os documentos eram escassos, têm por êsse fato mesmo particular importância." A sua bibliografia mostra o interêsse que dedicou à terra onde iria passar o resto de sua vida. Em 1810, fazia publicar no Rio de Janeiro o "Preâmbulo ao Ensaio Filosófico e Político sôbre a capitania do Ceará para servir à sua História Geral". Em 1811, oferecia a "Memória econômica sôbre a raça do gado lanígero da capitania do Ceará, com os meios de organizar os seus rebanhos por princípios rurais, aperfeiçoar a espécie atual das suas ovelhas e conduzir-se ao tratamento delas e das suas lãs em utilidade geral do comércio do Brasil e prosperidade da mesma capitania" ao príncipe regente D. João. Ela sòmente seria publicada em 1842 pelo "Auxiliador da Indústria Nacional". É hoje raríssima e consta de poucas brasilianas. A biblioteca do Museu Histórico possui um exemplar bem conservado.

No tomo III da "Revista Trimensal do Instituto do Ceará", foi reimpressa a sua "Memória sôbre a capitania do Ceará", escrita por ordem do govêrno. Temos aí uma prova de quanto e desde quando a administração pública se vem preocupando com o chamado problema do Nordeste. Em começos do século XIX, encarrega o mais notável naturalista de que dispunha dos seus estudos. No meado, instituiria com êsse fim a famosa Comissão Científica de que participaram o barão de Capanema, Freire Alemão, Raja Gabaglia. Êsses trabalhos precederiam desde D. João a D. Pedro II tudo quanto se viria a fazer para o combate científico às sêcas, do fim do Segundo Reinado aos vários períodos das várias Repúblicas que lhe sucederam. Em 1814 Feijó escreveu u'a "Memória sôbre as minas de ferro do Cangati ao Choró na capitania do Ceará", que permaneceu totalmente inédita até que em 1874 o senador Pompeu publicou alguns excertos no tomo I do seu "Ensaio Estatístico". Também ficaram inéditas a "Memória sôbre as minas de ouro do Ceará" e a "Flora" ou "Coleção descritiva das plantas da capitania" oferecida a sua alteza a princesa D. Maria. Datam de 1800 a "Carta Topográfica do Ceará à mina do Salpetra, descoberta no sítio de Tatajuba, na distância de 55 léguas da vila da Fortaleza", cujo autógrafo deve existir na Biblioteca Nacional; de 1809, a "Carta Demonstrativa da capitania do Ceará para servir à sua História Geral", cujo original constava do arquivo do ministério da Guerra; e de 1810, desenhada pelo padre Montenegro de Olinda e com uma cópia depositada

no arquivo do ministério das Relações Exteriores, a "Planta demonstrativa da capitania do Ceará para servir de plano à sua carta topográfica".

Inocêncio e Sacramento Blake afirmam que João da Silva Feijó chegou no Exército Português ao pôsto de coronel. Todavia, na legenda dessa última carta, consta o seguinte: "delineada pelo sargento-mor naturalista João da Silva Feijó." O pôsto de sargento-mor corresponde ao de major e não ao de coronel. De onde se infere que a sua promoção a êste último, se houve, realizou-se quando já se encontrava encarregado dos estudos *filosóficos* no Ceará.

Era da própria natureza de Feijó o dedicar-se ao estudo honesto dos lugares onde servia. Embora tendo demorado no arquipélago de Cabo-Verde muito menos tempo do que na antiga vila da Fortaleza, deixou sôbre êle várias obras: "Memória sôbre a Fábrica Real de Anil da ilha de Santo Antão", publicada nas "Memórias Econômicas" da Academia Real das Ciências de Lisboa, em 1799; "Memória sôbre a Urzela de Cabo-Verde", aparecida na mesma série em 1815; "Ensaio Político sôbre as ilhas de Cabo-Verde", estampado aí e no "Patriota"; "Memória sôbre a última erupção vulcânica do Pico da Ilha do Fogo, sucedida a 24 de janeiro de 1785, observada e escrita", também incluída no citado "Patriota".

A "Revista Trimensal do Instituto do Ceará" inclui em vários de seus números estudos sôbre João da Silva Feijó. Sua lembrança vive no seio dos letrados da terra a que serviu com dedicação. Mas nenhum busto ou placa comemorativa recorda em Fortaleza sua longa permanência ali. Êle habitava uma casa, segundo descreveu, em cujos fundos corria o riacho Pajeú. Devia ter um sótão ou sobradinho e, na chácara que a rodeava, além do córrego, havia nascentes de boa água. Ficava na antiga rua de Baixo, à direita de quem viesse da praia, em frente ao quartel e a um dos bastiões da fortaleza de Nossa Senhora da Assunção. Sôbre as paredes-mestras dessa velha residência levantou mais tarde um sobrado o historiador Thèberge. Ainda se conserva com a fachada um tanto modificada e quem o conheceu como era outrora ainda o reconhece sob a

capa das reformas sofridas. Antes que se rasgasse rua de Baixo afora a atual avenida Alberto Nepomuceno, o prédio ficava um tanto afastado do centro da via pública, entre árvores seculares. Hoje, fica sôbre a citada avenida, defendido por um gradil. Chamavam-lhe geralmente na minha infância e mocidade passadas em Fortaleza o sobradinho do Thèberge; a gente velha, porém, costumava dizer — o sobradinho do Feijó. Afirmavam os latinos que os livros tinham seu destino próprio — *habent fata libellum*. Uns morriam, outros granjeavam a imortalidade. Assim, as moradas dos homens. Há as que são gloriosamente conservadas e há as que vão ficando esquecidas. O sobradinho do Feijó entra no rol destas últimas. Já ninguém mais fala dêle, já ninguém mais se detém diante daquelas paredes entre as quais viveu no trabalho e no estudo um devotado cientista, meditou um cérebro, palpitou um coração. A maioria ignora o valor tradicional que representam. O desmemoriamento e a confusão levam mesmo os estudiosos à hesitação no localizar a residência do naturalista, também quase esquecido. Que é que não passa sôbre a terra, como o hálito dos rebanhos se dissolve no ar das manhãs de inverno, segundo a canção africana?

BIBLIOTECA
DIRETÓRIO ACADÊMICO

OS RECRUTAS DE ITUZAINGÓ

O ilustre historiador cearense Ismael Pordeus, em longo estudo publicado parceladamente na imprensa de Fortaleza, documentou de modo completo a situação do menor desvalido na província do Ceará, ao tempo do Império. Investigando os arquivos com êsse propósito, encontrou papéis que nos dão conta da barbaridade com que eram feitos os recrutamentos no século passado, sobretudo quando das guerras que, na sua primeira metade, travamos nas fronteiras meridionais. Assim, para guarnecer os navios da esquadra criada na Independência e, a seguir, empregada nas operações do Rio da Prata, devido à guerra da Cisplatina, o govêrno imperial lançou mão de menores, seguindo o conselho de Lord Cochrane de que "para criar marinha efetiva são preferíveis os moços de 14 a 20 anos".

As tripulações dos navios, que, sob as ordens de Rodrigo Lôbo e Pinto Guedes, bloquearam o Rio da Prata, misto de assalariados de tôdas as nações, rebotalhos dos portos, foram completadas com a caboclada juvenil arrancada à fôrça da terra cearense. O conselheiro Francisco Vilela Barbosa, marquês de Paranaguá, ministro da Marinha, ordenava ao presidente José Felix de Azevedo e Sá, a 21 de outubro de 1825, que, "convindo empregar índios, tanto no serviço do Arsenal da Marinha como no dos navios da Armada Nacional", enviasse "na primeira ocasião oportuna aquêle número de tais indivíduos que fôr possível obter e cujas idades, sendo de dez anos para cima"... Em novembro seguinte, o mesmo ministro insistia na remessa "com tôda a brevidade" do "maior número possível de semelhantes indivíduos, entre os quais poderão vir alguns rapazes de doze anos para cima"...

Êsse ano de 1825 foi calamitoso para os cearenses. Escreve o citado historiador: "Tétricos eram os dias por que passavam os habitantes da província. Além de talado por terrível sêca, tinha o Ceará sua população dizimada pela bexiga e, como se fôra para completar a trilogia maldita — peste, fome e guerra — surgia o recrutamento a cargo de desumanas criaturas." Como se poderia exigir bravura patriótica dêsses infelizes arrancados à fôrça ao berço natal, ignorantes, tratados como criminosos, atirados a uma guerra longínqua, na qual não tinham o menor interêsse e cujas razões não compreendiam. O natural seria que se revoltassem ou desertassem na primeira oportunidade. No entanto, se as deserções eram numerosas, os motins não ocorreram e os recrutas, escapos aos males mortais do encarceramento, da péssima alimentação, da falta de cuidados médicos, dos porões infectos dos navios de vela, bateram-se com denôdo nas planícies líquidas do estuário platino, nas planícies desertas e frias da Patagônia e nas planícies onduladas e verdes do Rio Grande do Sul. Admiráveis soldados, pequenos, magros, brunidos do sol da minha terra natal que constituíram aquela *infanteria inconmovible*, glorificada pelo major Rottjer no seu estudo sôbre a batalha de Ituzaingó!

Junto com Paranaguá, ministro da Marinha, o marquês de Lajes, ministro da Guerra, exigia do Ceará faminto carne para canhão. Sem cessar! Em agôsto de 1825, seiscentos recrutas para o Exército Imperial em operações no Sul. Em outubro, mais dois mil e quatrocentos, para preencher os quadros dos corpos da guarnição do Rio de Janeiro. A morte foi ceifando pelos caminhos do sertão e do mar, pelas cadeias do interior e da capital da província êsses míseros galés — perseguidos políticos, vítimas de prepotências, objetos de vinganças pessoais, deserdados da sorte, algemados e acorrentados. "Nada menos de 1559 recrutas, afirmam os documentos, foram embarcados na nau "Pedro I", no brigue "D. Pedro", na sumaca "Gerves" e na corveta "Carioca". Dêsse número, 138

faleceram a bordo e 31 desapareceram. E dos 1390 que lograram atingir o pôrto do Rio tiveram as autoridades de hospitalizar 197. A 23 de março de 1826, um novo barco partia de Fortaleza levando 591 recrutas. Era a galera "Jorge Frederico". Aportando ao Rio, a 7 de maio, o fêz com sua carga humana desfalcada além da metade: 262 daqueles infelizes haviam morrido no decurso da viagem e 12 outros renderam a alma ao Criador quando a galera já singrava as águas da Guanabara; computava-se em 27 o número dos desaparecidos e, dos sobreviventes, 117 foram desembarcados diretamente para o hospital. Apenas 173 estavam em condições de ser recolhidos ao depósito geral dos recrutas."

Raimundo José de Sousa Neto, cirurgião dos recrutas, que lhes serviu de médico, boticário e enfermeiro nesse verdadeiro navio negreiro, em protesto lavrado a bordo, a 29 de março de 1826, com o testemunho do capitão Rosilius e das outras autoridades da galera, descreve com as tintas da verdade o inferno dantesco que era aquêle barco: homens de tôdas as idades embarcados depois de estarem presos havia mais de três meses, em estado de debilidade de fazer compaixão, na maioria nus, já contaminados de varíola, tanto que aos 19 dias de viagem já havia 215 atacados dêsse mal; o navio não dispunha de acomodações e recursos, foi, além disso, açoitado de vendavais e chuvas. Por essa viagem bem se pode avaliar o que tenham sido as outras.

Sabedor dêsses fatos, o imperador D. Pedro I ordenou as providências necessárias e cientificou as autoridades da província do seu desagrado, determinando que lhes dessem os motivos do seu procedimento, enquanto suspendia "as demonstrações de sua imperial indignação" até recebê-los. Mas o procônsul do Ceará após a revolução de 1824, o tenente-coronel Conrado Jacob de Niemeyer, continuou a atulhar as prisões com os pobres recrutas sertanejos. A 20 de junho de 1826 o brigue "Boa União" levava 250 para a Côrte; em 3 de julho, o "Imperador D. Pedro", outros 250. Enfim, o caso repercutiu na câmara, as altas autoridades navais condenaram os odiosos

embarques e, por aviso de 22 de agôsto de 1826, D. Pedro I, verificando de nada terem valido suas imperiais determinações, suspendeu o recrutamento na província. O Ceará respirou aliviado. Niemeyer seria demitido e submetido a Conselho de Guerra, que o absolveu.

João Brígido e o Barão de Studart calculam em 2.150 os recrutas que o Ceará forneceu dessa monstruosa maneira ao Exército Imperial, de 1825 a 1826. Ismael Pordeus acrescenta a êsse número 585 levados pelos brigue "Boa União", "Imperador D. Pedro" e "Beaurepaire", antigo "Constituição ou Morte". Dêles morreram em viagem 412, foram recolhidos aos hospitais 314 e se extraviaram 58.

Os protestos no parlamento contra tamanha monstruosidade foram veementes. O deputado goiano Raimundo José da Cunha Matos afirmava nunca ter visto semelhante barbaridade nos transportes de escravos da África, que presenciara. O mineiro, padre José Custódio Dias, comparava o brigue "Boa União" a uma "tumba funeral". E Lino Coutinho exclamava: "Eu creio que a nação mais bárbara não embarcaria homens, assim como se tem praticado no Ceará..."

A província despovoara-se. Havia gente vivendo escondida nas serras e matas. Grande número de indivíduos buscava as fronteiras das províncias vizinhas, a fim de fugir ao menor sinal da presença de recrutadores.

Fato histórico notável é terem êsses homens do sertão cearense, escapos ao monstruoso sistema de recrutamento e transporte, à fome, às enfermidades e à peste, constituído a sólida infantaria que salvou a honra de nossas armas na malfadada batalha de Ituzaingó ou do Passo do Rosário. Chocaram-se ali nas coxilhas de Santa Rosa, paralelas ao rio Santa Maria, na manhã de 20 de fevereiro de 1827 o Exército Imperial comandado pelo marquês de Barbacena e o Exército Argentino-Oriental comandado pelo general Alvear. Dos nossos efetivos constavam duas brigadas de infantaria, a 1a. com 1496 homens do comando do coronel Leitão Bandeira, incluída na 1a. Divisão do brigadeiro Sebastião Barreto, a 2a. com 645 homens do comando do coronel Leite Pacheco, incluída na 2a. Divisão

ESTE LIVRO PERTENCE AO DNP
DEVOLVA-O COM PONTUALIDADE

do general Crisóstomo Calado. Compunham esta brigada os batalhões de Caçadores nº 13 da Bahia, comandado pelo tenente-coronel Morais Cid, e nº 18 de Pernambuco, comandado pelo coronel Lamenha Lins. Compunham aquela o 27º de Caçadores, constituído de alemães, sob o comando do major brasileiro Jesus, o 3º de Caçadores do Rio de Janeiro, do major Crisóstomo da Silva, e o 4º de Caçadores, também do Rio de Janeiro, do tenente-coronel Freire de Andrade. Êstes dois últimos corpos numeravam cêrca de 500 homens cada um, tendo sido, embora pertencessem à guarnição da Côrte, quase inteiramente organizados, segundo os documentos e o que diz o depoimento do general Manuel da Fonseca Lima e Silva, com os recrutas trazidos do Ceará. Desta sorte, considerando que os dois outros batalhões de Caçadores, o 13º e o 14º, também tenham recebido sua quota dêsses recrutas para preenchimento dos claros, temos de concluir que metade ou mais da metade da infantaria participante da batalha de Ituzaingó era de cearenses arrancados bàrbaramente à terra natal para defesa duma conquista que havia feito o Reino Unido, legando-a com seus ônus e antipatias ao novo Império Brasileiro.

Todos os ímpetos da numerosa e aguerrida cavalaria oriental e argentina se quebraram ante as muralhas de baionetas dos quadros formados no meio da macega em chamas pelos infantes imperiais. Impávidos e serenos, retiraram a passo, "na maior ordem, mostrando os soldados grande serenidade e sangue frio, como eu nunca esperava ver no Brasil", escreve o oficial alemão Seweloh. O barão de Caçapava declara: "O inimigo incendiou o campo por onde tínhamos de marchar. Uma forte coluna de cavalaria veio cortar-nos o passo, e uma voz forte e sonora, à sua frente, gritou: *Viva la Patria!* Êste brado foi logo respondido com o grito geral de *Viva o Imperador!* e com um marche-marche tão cheio de furor que o inimigo deu costas e foi buscar longe o abrigo de outras fôrças." "Durante a batalha, escreve Rio Branco, apenas os 5 batalhões de Caçadores levaram suas bandeiras, e nenhuma delas se perdeu: os quadrados de nossa infantaria repeliram tôdas as cargas do inimigo." E o general Emílio Luís Mallet depõe que a nossa infantaria marchou nessa retirada em ordem, "repelindo atiradores e cargas de cavalaria, com verdadeira disciplina, sangue frio não vulgar e valor, poupando as munições, não dando tiro sem emprêgo"...

Durante seis horas, morrendo de fome e sêde sob o braseiro do sol, baldos de munições, os Caçadores do Império combatiam no mar de chamas da macega ressequida, a que o inimigo pusera fogo, entre os rolos de fumaceira tangidos pelo vento. Às duas da tarde, ao toque de retirada, repelindo o inimigo vitorioso, retiraram a passo pelo caminho de Cacequi. E o historiador argentino Baldrich declara que a "esplêndida vitória não foi decisiva pela fraqueza numérica da infantaria argentina".

Vê-se que a infantaria imperial salvou nesse dia melancólico a honra de nossas armas. Compunham-na na quase totalidade baianos, sergipanos, pernambucanos e cearenses, sendo mais da metade dêsses nortistas aquêles pobres recrutas arrancados pela perseguição política ou a vingança pessoal aos sertões escaldados pela sêca e transportados como bichos nos porões infectos das sumacas, dos brigues e das corvetas. Já seria tempo de o Ceará pagar aos seus heróis desconhecidos a dívida secular, erguendo no campo de batalha de Ituzaingó um monumento ao recruta sertanejo transformado em herói na defesa da pátria comum.

O PÔRTO DE S. LUÍS DO MUCURIPE

Monumentos arquitetônicos há que, por sua beleza, imponência, singularidade ou significação histórica, se tornam verdadeiros símbolos heráldicos das cidades em cujo âmbito ou em cujas proximidades se encontram. Assim, a Tôrre Eiffel indica Paris; a de Belém, Lisboa, e a do Big-Ben, Londres; a Estátua da Liberdade, Nova Iorque, e a eqüestre do Gattamelata, Pádua; o Kremlin, Moscovo, e a cúpula de S. Pedro, Roma. Representam outras vêzes o mesmo papel alguns acidentes naturais associados ou não às obras dos homens, como o Pão-de-Açúcar, verdadeira assinatura do Rio de Janeiro, ou o Cerrito, sigla de Montevidéu. Essa interessante simbologia de monumentos ou acidentes topográficos, em certos casos, se estende a todo um país, como se verifica com as Pirâmides em relação ao Egito e com o Fuji-Iama em relação ao Japão.

Considerando êsses e outros exemplos, pode-se dizer que, para Fortaleza, capital do Ceará, o símbolo seria, como foi durante muito tempo, a ponta do Mucuripe com o seu farol. Aliás, êsse aspecto da arenosa costa cearense figura na heráldica e tem constantemente figurado em desenhos, gravuras, cabeçalhos de jornais ou de revistas como o mais típico e representativo daquela terra.

Enseada de Macorive, escreve Gabriel Soares. Bahia Mocuriba, grafaram os holandeses. Mocoripe, lê-se em vários documentos antigos. Mucuripe, na maioria dos que chegaram até nós. A tradição consagrou esta última forma. O nome tupi traduzido em vernáculo seria o Caminho da Mucura. É uma ponta de terra que rasga o mar e forma no seu lado ocidental uma enseada aberta, mal abrigada dos ventos de oeste, onde hoje se localiza o novo pôrto de Fortaleza. Antes dessas obras que modificaram até o contôrno litorâneo, ela alvejava isolada no mar esmeraldino, a pouco mais de seis quilômetros da capital cearense. Conhecida desde os primeiros dias da exploração e conquista daquele trecho do Nordeste. Por ela passou e repassou Pero Coelho nos primeiros anos de século XVII. Nas suas águas ancoravam os barcos dos corsários franceses em busca de pau-brasil. Disfarçado em índio, Martim Soares Moreno tomou um dêles, cujos canhões foram a primeira artilharia posta a defender aquelas paragens longínquas, pobres e desertas. Em 1613, ali estêve Jerônimo de Albuquerque indo para a jornada do Maranhão. Os holandeses desembarcaram como invasores duas vêzes naquela praia, em 1637 e em 1649.

Pôrto de S. Luís do Mucuripe, rezam velhos papéis. Na curva da praia, ao pé da duna alvíssima e à sombra movediça dos coqueiros, nasceu e se desenvolveu um povoado de pescadores com sua tradicional capelinha de Nossa Senhora da Saúde. Ainda se vêem os seus restos. Em 1801, diante da situação da Europa, temendo a ação marítima dos inimigos de Portugal dêste lado do Atlântico, o governador do Ceará Bernardo Manuel de Vasconcelos fortificou a ponta e a enseada, erguendo no alto da duna um quartel-vigia, cujas ruínas eram ainda visíveis há cêrca de quarenta anos, e estabelecendo as baterias Princesa, S. João do Príncipe e S. Pedro do Príncipe. Um dos seus canhões durante longos anos serviu para anunciar com um tiro o aparecimento dos navios que se dirigiam ao pôrto de Fortaleza.

Em 1829, o marechal-de-campo Manuel Joaquim Pereira da Silva, nomeado governador do Ceará no mês de fevereiro, se interessou pela construção dum farol no extremo da ponta do Mucuripe, sôbre um montículo de areia defendido da vaga do largo por alguns rochedos coralíneos. Da sua atuação com tal propósito resultou esta decisão imperial: "D. Pedro, pela Graça de Deus e unanime acclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo do Imperio do Brazil, Faço saber a vós Presidente da Provincia do Ceará que sendo

Me presente pelo Tribunal da Junta do Commercio, Agricultura, Fabricas e Navegação deste Imperio vosso officio de 13 de Maio do corrente anno, que acompanhou a planta para um pharol do porto dessa Provincia: Sou Servido Declarar-vos que approvando a mencionada planta e orçamento da despeza do referido pharol, e igualmente o expediente que tomastes sobre a compra dos seus respectivos candieiros: Hei por bem ordenar-vos que procedaes effetivamente na sua construção, como tanto convem à navegação nesse porto. Cumpri-o assim. O Imperador o Mandou pelos Ministros abaixo assignados, Deputados do dito Tribunal. José Joaquim Moreira a fez no Rio de Janeiro aos 17 de Agosto de 1829. José Antonio Lisboa fez escrever e assignou. Inacio Alves Pinto de Almeida."

A ordem do imperador D. Pedro I recebeu o *cumpra-se e registre-se* em Fortaleza, a 3 de novembro de 1829. Não chegou até nós a planta dêsse primeiro farol do Mucuripe, que provàvelmente constava de pequeno torreão de alvenaria de tijolo, em cujo tôpo, por trás de vidraças que o defendiam do vento e da chuva, se acendiam aquêles candeeiros de azeite de peixe que o presidente Manuel Joaquim Pereira da Silva comprara antes mesmo de obter o rescrito imperial para fazer a obra. Nenhum documento iconográfico existe que nos possa dar uma idéia de como era êsse sinal luminoso nos anos distantes do Primeiro Reinado e da Regência.

Já o mesmo não se dá quanto ao segundo farol, que lhe sucedeu com a maioridade de D. Pedro II. Êsse durou até as primeiras décadas do século XIX e dêle abundam gravuras e fotografias, mesmo algumas em que figura como verdadeiro símbolo da capital do Ceará. Foi arrematada a sua construção no próprio Palácio do Govêrno, a 10 de maio de 1840. Estava concluído seis anos depois, a 17 de novembro de 1846. Constava dum edifício básico octogonal de alvenaria de tijolo, que até hoje subsiste, sôbre o qual se erguia uma tôrre cilíndrica de ferro. No interior desta, uma escada de caracol levava até à plataforma superior, onde estava a lanterna. Era um farol dióptrico de 4ª ordem, 33 metros acima do nível da preamar, milhas de distância, o que era mais do que suficiente para as

necessidades da navegação naquela costa alvíssima, sempre espanada de nuvens ou nevoeiros, com profundidade que permitia aos navios de maior calado passarem a uma milha da ponta do Mucuripe.

O terceiro farol, mais aperfeiçoado e potente, prescindiu da antiga tôrre de ferro e foi assentado, tal como está até hoje, diretamente sôbre o eirado do edifício básico de alvenaria de tijolo construído na era de 1840. Êle substituiu o segundo na segunda década do nosso século. Agora, as obras do novo pôrto de Fortaleza, sito na enseada do Mucuripe, modificaram completamente o traçado da ponta de terra e o aspecto do farol. Do lado de Fortaleza, ao norte, o risco da curva praieira, desde a Volta da Jurema até o extremo da lâmina de areia que apunhala o mar, é inteiramente outro, pois os cais que dela partem, os aterros feitos, os grandes armazéns edificados e os perfis dos guindastes, entremeados à mastreação dos vapôres atracados, tiraram completamente a antiga feição do litoral. Essas obras, modificando o sistema das correntes marinhas, determinaram outras alterações substanciais ao longo da costa, tendo o mar, desde o Meireles até a Praia Formosa, invadido as terras e até destruído bairros inteiros da cidade. Do lado do sul, entre o Mucuripe e o Cocó, a linha costeira permanece a mesma, muito embora se avistem de longe, surgindo do areal, as partes mais altas das edificações e aparelhos do novo pôrto. E o farol no extremo da língua arenosa que avança para o Atlântico não é mais o esbelto fuste branco de outrora, plantado ali como um círio devocional, mas um bloco acachapado e pintado de vermelho, que suja com escura mancha o colorido forte — branco, verde e azul da paisagem.

Assim, o progresso vai matando as paisagens dêste pobre Brasil. Não se contenta em modificar ou destruir os edifícios, modifica e destrói também a própria natureza. Se existe alguma defesa para os templos, mosteiros e outras relíquias da arquitetura de antanho, nenhuma há para os monumentos da natureza. O velho Mucuripe está se acabando, deixou de ser a sigla de Fortaleza. Perdeu o seu significado tradicional. Seria ao menos um consôlo para os que amam o passado como ver-

dadeira e única raiz da nacionalidade que, em memória do mesmo, em homenagem à tradição, recordando Martim Soares Moreno, que ali tomou o navio dos franceses, e todos aquêles que ali defenderam a continuidade da nossa formação luso-cristã, se desse ao pôrto moderno, mecânicamente aparelhado e destinado a brilhante futuro, o nome que figura em documentos de outrora: Pôrto de S. Luís do Mucuripe. A Terra da Luz não poderia ter tido melhor símbolo do que um farol. Êste ilumina as águas do pôrto atual, mas essas águas são aquelas mesmas, onde, no século XVIII, como diz o saudoso Barão de Studart, "se embarcavam e descarregavam todos os gêneros de comércio entre o Ceará e a capitania de Pernambuco". "Em data de 29 de outubro de 1799, acrescenta, dizia o citado governador estar intentando concluir o *resto do molhe*, que a natureza começou em Mocoripe, com o que ficarão *como em rio morto* arrumadas as embarcações de maior lotação." E termina: "Mocoripe classificou João Carlos (de Oyenhausen e Grevenburg, futuro marquês do Aracati) de pôrto *que até agora tem sido injustamente desacreditado.*"

Como se vê, a idéia de assentar o pôrto de Fortaleza na enseada do Mucuripe vem do fim do século XVIII fazendo seu caminho. Ou desde antes, pois foi o ancoradouro preferido dos interlopos franceses e dos conquistadores flamengos. Estudou-o e recomendou-o para pôrto da capital cearense em 1875 Sir John Hawkshaw. O governador Bernardo Manuel de Vasconcelos, em 1799, tem a primazia de ter procurado construir ali um pôrto, prolongando com um molhe o arrecife natural. A realização dos nossos dias deve-se ligar a êsse passado pelo nome antigo.

O MÍSTICO DE QUIXERAMOBIM

Há dúvidas quanto à data certa do nascimento de Antônio Vicente Mendes Maciel, celebrizado sob o apelido de Antônio Conselheiro, na então vila de Quixeramobim, no coração do sertão cearense. Alguns autores indicam o ano de 1830, outros o de 1835; mas o documentado Barão de Studart afirma ter sido o de 1828. Seu pai, Vicente Mendes Maciel, segundo o depoimento de João Brígido, que, na meninice, conheceu o filho e com êle brincou, salvando-o mesmo de morrer afogado num poço profundo onde se banhavam, era homem bonito e taciturno, desconfiado e cortês, valente, surdo e perigoso quando bebia. Aliás, todos os Maciéis podiam ser considerados mais ou menos perigosos, inclusive as mulheres, tendo ficado famosa entre elas, na luta entre Maciéis e Araújos, Helena Maciel, irmã do Conselheiro, que mandou matar de tocaia a Luciano de Araújo, no dia do seu casamento. Todavia, eram gente de posses e de certa educação, tanto assim que o fanatizador de Canudos foi algum tempo professor. Vicente Mendes Maciel, seu pai, era comerciante e proprietário.

O Barão de Studart, sem se deter nos pormenores dos motivos que conduziram o Conselheiro à vida mística e errante, diz o seguinte: "Desgostos domésticos o levaram a uma vida de ascetismo e peregrinação pelo interior do Ceará, Sergipe e Bahia." O primeiro escritor a assinalar sua presença e ação em livro foi o grande Sílvio Romero. Em 1879, dezoito anos antes da pavorosa tragédia de Canudos, escrevia nos seus "Contos Populares": "Um indivíduo criminoso do Ceará saiu a fazer penitência a seu modo e inaugurou prédicas públicas...

No seu percurso veio ter aos sertões da Bahia e fundou uma igreja em Rainha dos Anjos. Chamava-se Antônio e o povo o denominou *Conselheiro*. Passou por Sergipe, onde fêz adeptos. Pedia esmola e só aceitava o que supunha necessário para sua subsistência, no que divergia dos nossos mendigos vulgares. Não tinha doutrina sua, e andava munido de um exemplar das "Horas Marianas", donde tirava a ciência! Era um missionário a seu jeito. Com tão poucos recursos fanatizou as populações que visitou, que o tinham por *Santo Antônio Aparecido!* Pregava contra os *pentes de chifre* e os *chales de lã*, e as mulheres queimavam êsses objetos para o satisfazer. A musa popular vibrou a seu respeito e exalou-se em quadras como estas:

Do céu veio uma luz
Que Jesus Cristo mandou;
Santo Antônio Aparecido
Dos castigos nos livrou!

Quem ouviu e não aprendeu,
Quem souber e não ensinar
No dia do Juízo
A sua alma penará."

Assim, o folclore precedeu a história ao assinalar a existência do Conselheiro nos áridos sertões da Bahia, à margem do Vasa-Barris. A história entraria em cena no ano de 1897, quando teve fim a tragédia preparada pelo enovelar das circunstâncias, como pedra rolando da montanha. Até mais ou menos essa data, o núcleo de fanáticos que rodeava o místico de Quixeramobim fixado definitivamente no sertão baiano vivera ignorado de todo êste imenso País. Mas, então, estava em curso a edificação da famosa Igreja Nova de Canudos, cujas tôrres se destinavam a ser esfarinhadas pelos canhões *Krupp* do Exército Nacional. De tôda parte chegavam donativos em materiais e dinheiro de contado. O Conselheiro encomendou as madeiras ao comissário ou subdelegado de polícia da cidade próxima de Juàzeiro da Bahia, que se entregava a

êsse comércio na região do S. Francisco. Fêz-lhe o pagamento adiantado, mas o fornecimento não se realizou no prazo convencionado e o negociante ímprobo, valendo-se de sua posição policial, negou-se a restituir a importância recebida. Disso resultaram perseguições policiais aos fanáticos do arraial sertanejo e o revide dos mesmos em correrias e tocaias.

Perturbada desta sorte a ordem pública e ameaçado o sertão de ser conflagrado, o govêrno do Estado determinou o envio de fortes destacamentos policiais, que foram lamentàvelmente batidos. Cada uma dessas derrotas armava os partidários do Conselheiro com os fuzis *Comblain* e a respectiva munição conquistados aos policiais mortos ou feridos. O presidente Luís Viana recorreu por fim ao govêrno federal e a imprensa assoalhou que o núcleo de puro misticismo sertanejo, símile do do mestre Quiou, do da Pedra Bonita e do do futuro Juàzeiro do Padre Cícero, não passava duma cidadela monarquista que ameaçava as instituições republicanas. O jagunço, monarquista por instinto, armado por mãos misteriosas, segundo os jornais, queria a volta ao Brasil, dominado pelo barrete frígio militar e positivista, da coroa e do trono...

O embate ia ser tremendo. O litoral contra o sertão. O presente contra o passado. A primeira expedição federal a Canudos sob o comando do coronel Febrônio de Brito retirou acossada de emboscadas, deixando nas mãos da jagunçada vitoriosa mais armas e mais cartuchos. Aprestou-se a segunda com elementos das três armas. Nas imediações do arraial, quando se preparava a investi-lo, seu chefe, o famigerado coronel Moreira César, morreu atingido no ventre por uma bala de ponta de chifre. Depois, processou-se a derrota completa da sua coluna, que mal conseguiu salvar a artilharia das mãos dos perseguidores e deixou no caminho o cadáver de seu substituto, o coronel Tamarindo, dependurado duma árvore pelos vencedores. Seguiu-se, depois, a terceira, que, através de misérias e tropeços, graças ao numeroso efetivo e à superioridade do material de guerra, logrou, após homérica resistência, apoderar-se da chamada Tróia de Palha e exterminar bàrbaramente seus derradeiros habitantes. Euclides da Cunha pin-

tou a côres indeléveis êsse monstruoso episódio. Mais discreto, porém não menos condenatório, sôbre êle o sóbrio Barão de Studart escreve estas linhas: "Para êsse fim houve recurso aos meios mais desumanos, que não convém registar a bem dos nossos foros de nação civilizada e cristã."

Nas vésperas do aniquilamento total da sua obra de ignorância e fanatismo, que a heroicidade matuta iluminou de auroras e ocasos trágicos, o místico de Quixeramobim sucumbiu à disenteria que lavrava nas suas hostes. O reconhecimento do seu cadáver consta dêste mal redigido documento: "Aos seis dias do mês de outubro de 1897, os abaixo-assinados examinaram, por ordem superior, os escombros da casa denominada Santuário, residência de Antônio Vicente Mendes Maciel, o Conselheiro, onde se presumia existirem seus despojos mortais, dando como resultado o exame, que se limitou à situação e hábito externo, o seguinte: Na encosta da parede interna, numa das três seções em que se divide a referida parede, encontrou-se uma sepultura guardando um cadáver com os seguintes caracteres: braços cruzados no peito, deitado sôbre uma esteira de carnaúba e envôlto num lençol branco. Vestia longa túnica de pano azul costurado na fímbria; a cintura abotoada daí até a gola, tendo por baixo dessa túnica uma camisa e ceroula de algodão nacional. Calçava alpercatas de sola. O cadáver media um metro e sessenta de comprido, era de côr morena e idade presumível de sessenta ou cinquenta e cinco anos. Estava em comêço de putrefação e apresentava cabelos negros, longos e bastos, fronte estreita, rosto largo e magro de maçãs salientes, guarnecido de barbas longas, nariz destruído na porção musculosa, a maxila inferior, como a superior, desprovida de dentes; mãos descarnadas e pés pequenos. Concluído o exame, que não pôde ser levado adiante por deficiência de meios, reconhecemos pelos sinais descritos e pelo testemunho de muitos prisioneiros e várias pessoas presentes, entre as quais o membro presente da comissão acadêmica, João Pondé, ser o corpo de Antônio Vicente Mendes Maciel, conhecido por Antônio Conselheiro, que aí residia como chefe de um núcleo de fanáticos e aventureiros da povoação de Canudos, no sertão da Bahia. Seguem-se as assinaturas: *dr. José Cúrio* (major médico), *dr. Mourão, dr. Gouveia Freire* (capitães médicos), *dr. Jacob Gayoso* (tenente médico), *João Pondé* (6º anista de medicina)."

Aludindo a essa ata de reconhecimento *post mortem*, afirma Euclides da Cunha que o cadáver foi decapitado a faca e a cabeça trazida para o litoral, "onde deliravam multidões em festa". E conclui: "Que a ciência dissesse a última palavra. Ali estavam, no relêvo de circunvoluções expressivas, as linhas essenciais do crime e da loucura..."

A lembrança de Antônio Vicente Mendes Maciel, o Conselheiro ou o Bom Jesus Conselheiro, como lhe chamavam os fanáticos, que o divinizavam em vida, permanece ainda marcada em pedra e cal na velha cidade sertaneja cearense de Campo Maior de Quixeramobim, sua terra natal. Ali se pode ver, na travessa de Santo Antônio, a casa de residência de seu pai, onde possìvelmente êle nasceu. No livro nº 35 do Cartório local do 1º Ofício, a cargo do tabelião Miguel Fenelon Câmara, também se pode ver, admiràvelmente conservada, a assinatura do Conselheiro na escritura de venda do referido imóvel por dois contos e duzentos e vinte três mil réis, isto é, 2.223 cruzeiros, a 3 de setembro de 1857. Estava êle, então, em plena mocidade, de 22 a 29 anos, conforme as datas que dão para o seu nascimento os que o biografaram. Longe estaria nesse momento de imaginar a trágica mensagem que lhe cabia trazer ao Brasil republicano. A letra é normal, serena, límpida e de pessoa letrada.

O Conselheiro foi um verdadeiro Ghandi sertanejo da resistência ativa e armada...

A IGREJA DA CONCEIÇÃO DA PRAINHA

A crença na Imaculada Conceição de Maria precedeu de séculos a decretação do respectivo dogma pela Santa Sé. Essa crença se manifestava no culto, nas representações artísticas tradicionais de Nossa Senhora, esmagando com o pé a serpente infernal, no confronto que se fazia de sua imagem com a de Eva, nos pórticos das catedrais góticas, e nas Ordens postas sob seu patrocínio e invocação: Ordem Monástica da Conceição, criada em 1484 pela fidalga portuguêsa Beatriz da Silva, que o papa Inocêncio VIII aprovou em 1489 e seguia a regra de Santa Clara; Ordem Eqüestre da Conceição, fundada em 1617 por Fernando I, duque de Mântua, e Carlos Gonzaga, duque de Clèves, confirmada em 1625 pelo papa Urbano VIII; Ordem Honorífica da Conceição de Vila Viçosa, instituída no Rio de Janeiro a 6 de fevereiro de 1818 por D. João VI, rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Assim, a Bula Ineffabilis de 8 de dezembro de 1854, do Santo Padre Pio IX, veio tão-sòmente oficializar, no seio da Igreja, sob a forma dogmática, uma crença antiga, que fôra durante muito tempo até teològicamente discutida entre os dominicanos e os jesuítas, êstes seus defensores.

Vemos da origem das duas Ordens, a religiosa e a honorífica, que a devoção da Imaculada Conceição tinha fundas raízes em Portugal. Daí a multiplicação dos templos sob sua invocação em todo o mundo português, a abundância, no mesmo, dos topônimos alusivos à Nossa Senhora da Conceição e dêste nome dado a milhares e milhares de pessoas. Diz-se até que D. João IV, devoto de Nossa Senhora da Conceição, a ela

consagrou sua coroa, em voto feito quando diante da ameaça castelhana perigava de novo a independência do Reino. Por isso, a coroa real portuguêsa era aposta na fachada de tôdas as capelas e igrejas dedicadas à Mãe de Jesus nos domínios lusitanos e jamais os reis da Dinastia Bragantina puseram sôbre a cabeça aquela coroa. De fato, vemos os retratos de todos êles, empunhando às vêzes o cetro, mas sempre tendo-a ao lado, sôbre uma almofada vermelha. No entanto, os imperadores do Brasil, retratados em trajes majestáticos, cingem a coroa imperial. E, algum tempo depois de ser coroado, criou D. João VI a Ordem da Conceição de Vila Viçosa, reunindo nessa denominação a crença na Imaculada e a lembrança do lugar, onde se ergue o paço dos duques de Bragança e de onde saiu D. João IV para restaurar a liberdade da nação.

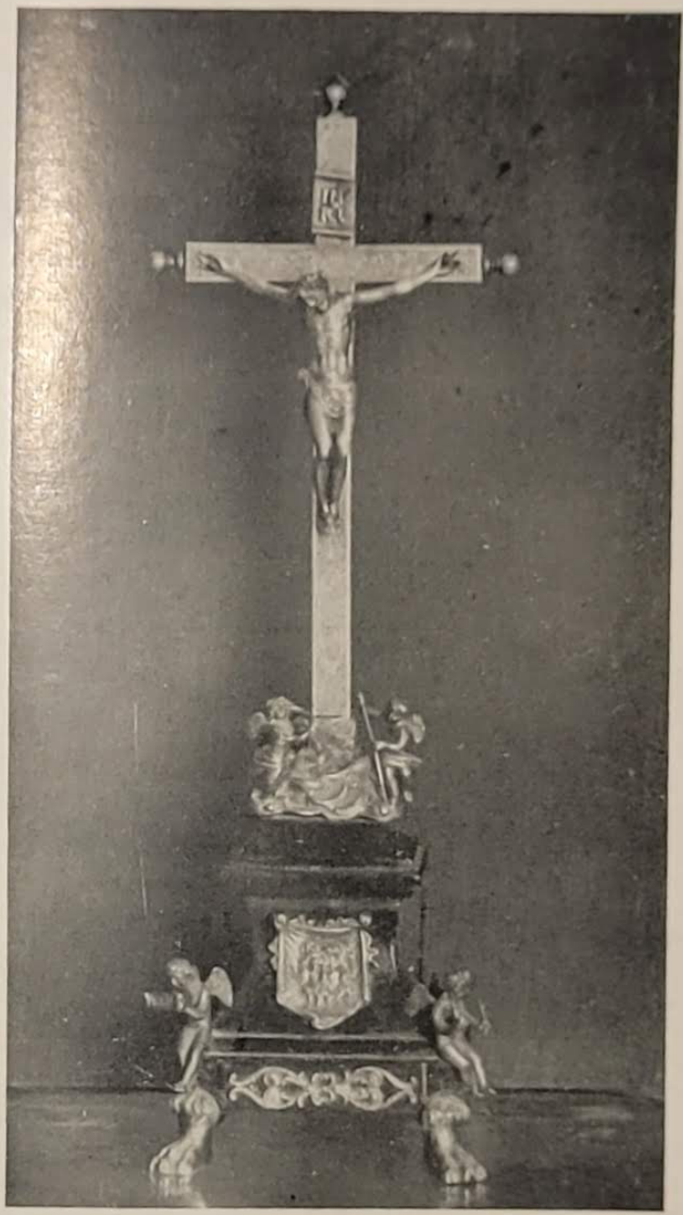
A igreja da Conceição Velha de Lisboa, que el rei D. Manuel reedificou para os freires da Ordem de Cristo, assentada na ribeira, em face do pôrto, foi modêlo para se erigirem no Brasil templos da mesma invocação voltados para o mar. O mais belo e famoso dêles é a magnífica igreja da Conceição da Praia, na cidade do Salvador, tôda de pedras lavradas em Portugal e de lá trazidas nos porões dos barcos, devidamente numeradas, a fim de serem montadas, segundo o risco do arquiteto, dêste lado do Atlântico. Felizmente, bem conservado, êsse templo admirável, com suas tôrres em losango sôbre a fachada dominadora, contempla a baía de Todos os Santos, cujas águas azuis se estendem até o vulto distante de Itaparica.

Fortaleza, capital do Ceará, quis imitar Lisboa e a Bahia, na medida de suas posses. Tem por isso sua igreja da Conceição da Prainha, junto à qual se edificou depois o Seminário Episcopal. Ergue as afiladas tôrres no cimo dum outeiro, em face de íngreme ladeira, olhando os coqueirais sussurrantes e o verde mar pontilhado de manhã e à tarde pelas velas das jangadas. A fachada singela, de alto a baixo forrada de azulejos brancos, com filêtes azuis nas cimalhas e portadas, resplandece ao luar ou rebrilha aos raios do sol.

Justifica-se sua relativa pobreza em relação à Conceição Velha e à Conceição da Praia com a pobreza da terra e por ter

sido erguida à custa de esmolas, graças ao esfôrço incansável dum homem simples e devoto de Nossa Senhora, Antônio Joaquim Batista de Castro. No ano de 1839, êle requereu ao bispo de Olinda, D. João da Purificação Marques Perdigão, licença para levantar uma capela dedicada à Virgem da Conceição no chamado outeiro da Prainha, onde residia. Deferida a solicitação, a 8 de dezembro do mesmo ano reunia na sua residência as pessoas com que formou a respectiva Irmandade, decidindo-se nesse momento o local do futuro templo. Encarregou-se da planta o engenheiro austríaco José Antônio Seifert, natural de Carlsbard, radicado no Ceará, onde morreria deixando descendência, tendo casado com minha tia-avó d. Maria da Cunha, filha do capitão-mor dos índios da Paupina, João da Cunha Pereira. A êle deve Fortaleza o risco do palácio da Assembléia Provincial, a reedificação da matriz, depois Sé-catedral, criminosamente demolida, o portão em puro estilo clássico do antigo Mercado da Farinha, também destruído, e outras obras. Foi também o construtor do chamado Sobradinho Azul da praça dos Voluntários, pôsto abaixo pela edilidade para o prolongamento da rua conselheiro Liberato Barroso, antiga das Trincheiras.

Antes de prontas as tôrres da Conceição da Prainha, quando se cobriu o corpo da edificação e se pôs a cruz de ferro no cimo da frontaria, colocou-se um pequeno sino ao lado, sob um tejadilho, prêso a duas altas carnaúbas, e o vigário de Fortaleza, padre Carlos Peixoto de Alencar, benzeu a construção. A Irmandade escolheu, então, para *padrinho da ereção,* a um cidadão importante, Manuel Rufino de Oliveira Jamacaru. Foi o primeiro ato de ingratidão contra o homem que ideara a capela e tudo vinha fazendo para ver realizada a sua criação. É verdade que o sr. Jamacaru contribuíra de entrada para as obras com a respeitável quantia na época de 300 mil réis. Os maiores doadores que lhe seguiram os passos foram sua mulher, d. Antônia Bernarda do Espírito Santo, Francisco F. Borges, Antônio de Oliveira Borges e Antônio Caetano de Abreu.



Crucifixo do padre Ibiapina no Museu Diocesano de Sobral.

Antônio Joaquim Batista de Castro, o fundador da igreja da Prainha, continuou a angariar donativos para o seu acabamento e teve a dita de ouvir ali a primeira missa no dia 8 de dezembro de 1841. Êle tinha a curiosa alcunha de Galinha Branca e morava no sopé da ladeira, numa casa térrea, à esquina da rua do Chafariz, hoje José Avelino, que pertenceu após sua morte ao barão de S. Leonardo, depois à baronesa, em seguida a Floriano Xavier da Silveira, estando agora transformada em armazém de mercadorias de exportação. Na "Gazeta do Norte" de Fortaleza, de 27 de outubro de 1885, lê-se esta notícia: "A 25 de outubro, faleceu Antônio Joaquim Batista de Castro, fundador da capela de Nossa Senhora da Conceição, que deixou quase construída, tendo iniciado as respectivas obras em 8 de dezembro de 1839. Nascido em 1816, empregou quase tôda a sua vida no culto daquela imagem, fundando também a Irmandade, que se fêz notar pela ausência no seu entêrro. Ocupava o lugar de sacristão do bispado. À sua família, com especialidade ao nosso amigo, capitão Antônio Joaquim da Silva Murta, os nossos sentimentos."

Nem a Irmandade foi ao seu entêrro! Mas o templo que levou cêrca de 50 anos a ser construído lá está de pé, glorificando em frente do mar a Imaculada Conceição e perpetuando, para os que remexem os folhiços do passado, o modesto nome do velho Galinha Branca, que aos 79 anos de idade deixou êste mundo e suas ingratidões em busca da Senhora da Conceição, que tanto servira pela vida além.

ESTE LIVRO PERTENCE AO DNP
DEVOLVA-O COM PONTUALIDADE

O APÓSTOLO DAS SANTAS CASAS

Da aliança espiritual do frade trinitário D. Miguel de Contreiras com a rainha D. Leonor, viúva de D. João II de Portugal, nasceu a 15 de agôsto de 1498, na capela da Piedade, no claustro da Sé de Lisboa, sob a invocação de Nossa Senhora da Terra Sôlta, a famosa Misericórdia, instituição peculiar destinada, segundo seu compromisso, a dar pão ao faminto, roupa ao esfarrapado, teto aos sem lar, consolação aos presos, resgate aos cativos, remédio aos enfermos, educação aos órfãos, criação aos enjeitados, salvação aos condenados e sepultura cristã aos indigentes. Menos dum ano depois, a 14 de maio de 1499, fundava-se a segunda Misericórdia de Portugal no claustro da Sé do Pôrto. Foram surgindo em seguida pelo país afora outras Misericórdias, de modo que, no Ano da Graça de 1755, nêle se contavam 231.

Não passou nos limites do tempo e do espaço o influxo dessa obra de benemerência da grande rainha. Faz notar o conde de Sabugosa, seu provecto historiador, que, depois de se espalhar em todo o país, floresceu "com igual pujança no Brasil". A nossa primeira Santa Casa da Misericórdia foi a da vila de Santos, cujo nome, segundo o padre Serafim Leite, nela teve "procedência simples e gloriosa", pois veio do de seu hospital dedicado a todos os santos. Braz Cubas plantou a vila em 1543 e deve ter fundado sua Santa Casa no mesmo ano ou no seguinte. Segue-se-lhe em antiguidade a do Rio de Janeiro, estabelecida pelo venerável José de Anchieta em 1582, conforme narra o padre Simão de Vasconcelos. No seu hospital foram recolhidos e tratados os doentes e feridos da

esquadra espanhola de D. Diogo Flores Valdez, empenhada em luta com os corsários que infestavam então os nossos litorais.

Seria obra para muitos volumes a história das Misericórdias, Santas Casas ou Caridades em nosso País, criadas primeiro nas capitais e províncias, depois nas cidades de melhor categoria e por fim mesmo em modestas povoações sertanejas. Impressionante capítulo dessa história é, sem dúvida, a ação do famoso padre Ibiapina, verdadeiro Apóstolo das Santas Casas, semeando-as pelos ressequidos sertões nordestinos. Seu biógrafo, Celso Mariz, classifica-o como "uma das maiores figuras apostolares do Brasil", mesmo "a maior que até hoje lutou no Nordeste por um ideal de trabalho e fé". Em verdade, no interior das antigas províncias do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, realizou formidável obra de assistência e educação.

O padre José Antônio Maria Ibiapina nasceu nas vizinhanças de Sobral, no Ceará, a 5 de agôsto de 1806, bacharelou-se em Olinda, em 1832, foi professor de Direito Natural, juiz, chefe de polícia, deputado-geral e advogado. Aos 47 anos de idade, amargurado e desiludido da vida, fêz-se sacerdote, encontrando seu verdadeiro caminho, compenetrando-se da razão de sua presença neste mundo. Entrando pelo sertão agreste como missionário, acudiu abnegadamente aos coléricos da Paraíba em 1856. E de então por diante prosseguiu na desvelada tarefa de dotar de instituições caritativas as localidades por onde passava. Ao princípio, foram hospitais de emergência para os atacados de cólera. Mais tarde se tornariam Caridades ou Misericórdias na verdadeira extensão da palavra. Assim procedeu, fundando-as em Sobral, Barbalha, Acaraú, Milagres, Missão Velha, Crato, Angicos, Açu, Acari, Mossoró, Pocinhos, Pombas, Campina Grande, Santa Fé, Cajàzeiras, Santa Luzia do Sabugi, Sousa, Cabaceiras, Areia, Gravatá de Jaburu, Bezerros e Baixa Verde. Do Ceará a Pernambuco. De 1863 a 1879, mais ou menos. Cada uma delas com seu orfanato, seu educandário, sua roda de expostos, suas enfermarias.

Falecido na Casa de Caridade de Santa Fé, a 19 de fevereiro de 1883, aos 77 anos de idade, o padre Ibiapina escreveu

BIBLIOTECA
DIRETÓRIO ACADÊMICO NOGUEIRA DE PAIVA

de fato a mais bela e movimentada página da história das Misericórdias no Brasil. Nêle renascera aquela abnegada devoção à causa dos pobres e dos sofredores que iluminara a grande alma da rainha de Portugal, D. Leonor. A seu respeito escreve Celso Mariz: "Ibiapina era incansável. A cavalo, sob a chuva ou o sol de fogo, as vestes quentes, a alimentação sêca do interior de então, êle andava para um lado e para outro, estava ao Norte e ia para o Sul, trilhava o mesmo caminho para trás, e retrocedia ao ponto de regresso. Galgava a serra do Araripe e logo descia ao Piranhas. Quebrava daí para Baixa Verde e subia de novo ao Ceará. Varava, então, pelo Rio Grande do Norte, para os brejos da Paraíba. Daí voltava a frente para o Cariri Velho ou arriscava um salto a Pernambuco. Marchava rumo de Triunfo, a Oeste, ou corria ao Norte a salvar de apertos as Casas de Caridade de Santa Luzia do Sabugi e Açu. E sempre aproveitando o tempo e os itinerários combinados ou forçados, para ver, sondar os costumes, verificar as diferenças, doutrinando, ensinando, curando, erguendo de passagem novos açudes, latadas, capelas, cemitérios. Batizando, casando, harmonizando, aconselhando o trabalho e a bondade, amando, ralhando, civilizando."

Temos de considerar tamanha grandeza apostólica derramada nos ásperos sertões nordestinos sob o luminoso reflexo da caridade daquela rainha portuguêsa, D. Leonor, que iniciou o estabelecimento das Santas Casas como instituições de caráter especial, idéia que os descobridores, colonizadores e povoadores lusos espalharam na África, no Oriente e no Brasil, a serviço de Deus, alargando a Fé e o Império. O exemplo admirável do padre Ibiapina, Apóstolo das Santas Casas no Nordeste, faz-nos, assim, com que nos debrucemos sôbre o passado a contemplar serenamente a luz do sol dos mortos, que é aquela que melhor e mais constantemente ilumina os caminhos da humanidade.

OS PIONEIROS DA CULTURA DO CAFÉ

Nem sempre os produtos agrícolas que fazem em determinada época a riqueza duma região são dela orginários ou nela foram inicialmente cultivados. Quase sempre ali chegam após várias experiências em outras partes e como resultado de diversas tentativas anteriores que se malograram ou ficaram contidas dentro de certos limites. No decurso da história econômica dos povos, êsse fenômeno tem sido constantemente observado.

Foram os antigos colonizadores portuguêses mestres na transplantação de grãos e frutos preciosos, e de tal modo alguns dêles se tornaram aqui e ali tão opimos e abundantes que hoje são tomados como autóctones. A maioria de nossas melhores frutas veio de terras estranhas: a ata, pinha ou fruta-de-conde, da África; a goiaba branca ou vermelha, das Antilhas; o abacate, da América Central; a manga e a jaca, da Índia; a fruta-pão, da Oceania; o cáqui, do Japão; a carambola, da China. Entre suas colônias da África e da Ásia, também, os navegadores lusos permutaram plantas. A história dessas transplantações ainda está por ser feita e, quando o fôr, nos dará uma interessantíssima visão da obra civilizadora de Portugal no mundo.

Dentro dêsse panorama, o caso do café é digno de nota, é típico, porque demonstra a tese com que iniciamos êste rápido estudo. A cultura dessa rubiácea da Etiópia, que os jornais classificaram como preciosa, desenvolveu-se extraordinàriamente nas províncias, hoje Estados, do Centro-Sul do País: Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo, alas-

trando rumo a Oeste e invadindo agora o Paraná; mas não foi aí que teve início. É já ponto pacífico da história do café no Brasil que êle veio do Extremo-Norte, através do Nordeste, para o Sul, onde se fixou e atingiu o apogeu. Sua marcha está definitivamente documentada.

A 27 de maio de 1727, chegava a Belém do Pará o capitão-tenente Francisco de Melo Palheta, trazendo, às escondidas, de Caiena, na Guiana Francesa, cinco mudas de cafeeiros, as primeiras que se plantaram no nosso País. Cêrca de quatro anos mais tarde, a 25 de janeiro de 1751, a "Gazeta de Lisboa Ocidental" estampava em suas páginas a notícia de que tinha dado entrada no pôrto daquela cidade, vindo do Norte do Brasil, um carregamento de café, *superior em qualidade ao do Levante*, acrescentando que, no lugar onde fôra colhido, prudentemente não indicado, havia já carga do mesmo produto para vinte navios.

As primeiras plantações de café no Brasil, segundo se sabe, foram feitas com entusiasmo e proveito na região amazonense do Rio Branco, no Pará e no Maranhão, desde a introdução das mudas de Melo Palheta, na primeira metade do século XVIII. Até 1748 chegaram, conforme notícias da citada Gazeta, muitos carregamentos de café brasileiro a Lisboa. Mas, dentro de pouco tempo, êsse comércio fenecia, porque as colheitas minguavam, até que cessou de todo. Foi então, sem dúvida, que começaram nas zonas nordestinas, a principiar pelo Ceará, novas tentativas da cultura do cafeeiro.

No ano de 1747, o capitão-mor da vila de Sobral e da ribeira do Acaracu, hoje Acaraú, no norte da capitania do Ceará Grande, tronco de ilustre família, José de Xerez Furna Uchoa, plantou no sítio de sua propriedade, "Santa Úrsula", na serra da Meruoca, um pé de café, que viveu 114 anos, pois, conforme afirma o historiador cearense Barão de Studart, ainda existia em 1861. Foi êle que forneceu sementes para os cafèzais plantados naquela serra e na da Ibiapaba, que lhe fica próximo. Sua história é muito interessante.

O capitão-mor José de Xerez Furna Uchoa, potentado sertanejo, era natural da vila de Goiana, em Pernambuco, locali-

Antigo solar do coronel Sombra em Maranguape.

dade que deu grande número dos mais antigos povoadores do Ceará, fidalgo de quatro costados, com brasão de armas e vasta parentela em Portugal. Numa viagem que fêz à Metrópole para conhecê-la, de 1743 a 1746 mais ou menos, foi até Paris, onde, visitando o famoso Jardim das Plantas, deparou alguns cafeeiros presenteados ao rei Luís XV por navegadores holandeses que os haviam trazido do Oriente. José de Xerez Furna Uchoa teve logo a idéia de plantar o precioso arbusto nas suas terras da Meruoca e não descansou enquanto não a viu vitoriosa.

Exercia o govêrno da França sob a égide real o famoso duque de Choiseul, ministro todo-poderoso como o marquês de Pombal no Reino Lusitano e o conde de Aranda na Espanha, aliado, pode-se dizer, do primeiro na luta contra os jesuítas. Naturalmente, por intermédio da representação diplomática portuguêsa na capital da França, conseguiu Furna Uchoa forte recomendação para o duque, diante da qual lhe mandou entregar duas daquelas mudas de café oferecidas ao seu rei. Trouxe-as o capitão-mor para o Nordeste do Brasil com os maiores cuidados. Todavia, uma delas não resistiu à demorada travessia do Atlântico. A outra foi a que durou 114 anos no sítio Santa Úrsula. Assim, o primeiro cafeeiro do Ceará veio diretamente de Paris e pertenceu a Luis XV.

A tentativa de Furna Uchoa não teve imitadores naquelas priscas eras. Durante quase um século, 97 anos exatamente, não se difundiu no Ceará, fora da Meruoca, o cultivo do café. Só em 1824, dois anos após a Independência, Antônio Pereira de Queirós, dono do sítio Munguaipe, e Filipe Castelo Branco, proprietário do sítio Bagaço, ambos na serra de Baturité, iniciaram o plantio da rubiácea. As mudas ou sementes usadas pelo primeiro dêsses agricultores eram procedentes da região do Cariri, ao sul da província, limítrofe com a de Pernambuco. As do segundo tinham vindo do Pará. Foi êsse o comêço das plantações de café, *à sombra*, de Baturité, que mais tarde se tornariam sobejamente conhecidas pela superior qualidade do seu produto. Até hoje os cafèzais da citada serra continuam a produzir ótimo café, que é consumido no Ceará, onde mal

chega para as encomendas. Dali o plantio se espalhou pelas outras serras frescas da redondeza: Aratanha, Pacatuba, Maranguape.

As sementes vindas do Cariri eram de procedência pernambucana, pois na zona chamada do *agreste*, na província de Pernambuco, a cultura cafeeira já vinha sendo experimentada desde alguns anos antes de 1824. Mais ou menos por essa mesma época, o cafeeiro foi plantado na Paraíba, onde até nossos dias goza de justa fama o café de Mamanguape, rival em cheiro e sabor do de Baturité.

Desta sorte, vê-se que foram os nortistas e nordestinos os pioneiros do cultivo do cafeeiro em nosso País: no Pará em 1727, no Ceará em 1747, vinte anos depois. No comêço do século XIX, êle era introduzido no Sul, onde o esperava glorioso desenvolvimento.

É interessante que tenhamos devido as primeiras mudas de café à França: as de Caiena e a de Paris.

Igreja-matriz de Baturité.

Solar Dutra. Baturité. Residência típica dos antigos plantadores de café.

O PATRIARCA INVISÍVEL DE MARANGUAPE

D. Pedro II deveu a antecipação de sua maioridade aos 14 anos, contra a letra expressa da Constituição do Império, que a marcava aos 18, ao Partido Liberal. Essa revolução parlamentar executada com a rapidez dum passe de mágica foi verdadeira salvação para o Brasil anarquizado pela experiência republicana da Regência. Todavia, o golpe liberal não obedeceu a êsse pensamento de reconstrução monárquica e resultou sòmente da necessidade de impedir o predomínio dos conservadores levados ao poder pelo último regente, o marquês de Olinda. No ministério organizado por êste, figurava Bernardo de Vasconcelos, cujo gênio político atemorizava os liberais. O único meio de evitá-lo seria assentar no trono o jovem monarca, cuja anuência se conseguiu com facilidade. E, assim, subiram às curuis do govêrno da nação aquêles homens que desde algum tempo propagavam de todos os modos o movimento denominado maiorista e eram vulgarmente conhecidos pela famosa rubrica — *os Andradas e seus amigos.*

Serviu-se D. Pedro II do apoio do Partido Liberal para subir ao trono; mas, logo que pôde, sacudiu longe sua pretensa tutela. O gabinete da maioridade caiu a 23 de março de 1841 e o moço imperante escolheu para formar o novo govêrno a nata conservadora, gente capaz e com certa unidade de vistas: o marquês de Paranaguá, o futuro marquês de Abrantes, os futuros viscondes de Sapucaí e do Uruguai, o velho José Clemente Pereira e o futuro visconde de Sepetiba, Aureliano de Sousa Coutinho, pessoa de sua intimidade.

BIBLIOTECA
DIRETORIA ACADÊM

Para solidificar a paz imperial, que difícilmente se estava conseguindo firmar no País profundamente conturbado desde a abdicação forçada de D. Pedro I, a 7 de abril de 1831, eram necessárias leis que restituíssem a fôrça e o prestígio perdidos pela autoridade. Daí as de 23 de novembro e 3 de dezembro de 1841, restabelecendo, a primeira, o Conselho de Estado e reformando, a segunda, o Código do Processo de 1832. Esta última, na opinião dos liberais, valia por verdadeira lei de segurança.

Indignado com tais medidas, o Partido Liberal apeado do poder chamou a isso o *regresso* e preparou-se para a luta, decidido, como ficou posteriormente provado pelos fatos, a recorrer até às armas. Ameaçou de início o monarca, enviando à sua augusta presença uma comissão composta por Nicolau de Campos Vergueiro, Gavião Peixoto e Sousa Queirós, portadora de enérgica representação da Assembléia Provincial de S. Paulo, pedindo a revogação pura e simples daquelas leis. O imperador não se dignou recebê-la. Então, articulou-se a revolução, que se devia ligar aos Farrapos, ainda em armas no Rio Grande do Sul. Esperava-se, além disso, a adesão de Minas Gerais, conduzida pelos Ottonis e outros corifeus do liberalismo maçônico, a qual se daria tardiamente. Julgava-se possível a repercussão do movimento na Bahia, em Pernambuco, na Paraíba e no Ceará. E uma das razões invocadas para maior probabilidade de êxito era a concentração, por causa da luta contra os Farrapos, de quase todo o exército nos Pampas do Sul, o que deixava a Côrte e as demais províncias desguarnecidas de tropa de linha.

Tendo ciência dos boatos que fervilhavam nas rodas políticas e conhecimento de certos manejos na própria capital do Império, o chefe de polícia do Rio de Janeiro, Eusébio de Queirós, declarava em ofício ao juiz municipal da 2a. Vara: "Os conspiradores, em um País onde há tantos meios de conspirar para assim dizer pùblicamente, não têm necessidade de confiar a parte criminosa de seus projetos a papéis que depois lhes possam servir de documentos. Os cúmplices são bastante interessados em guardar o segrêdo, e acresce que os mais dêles só sabem da parte que lhes é encarregada, e muitas vêzes só recebem instruções vagas, mesmo sem saberem que servem a um plano concentrado de revolta."

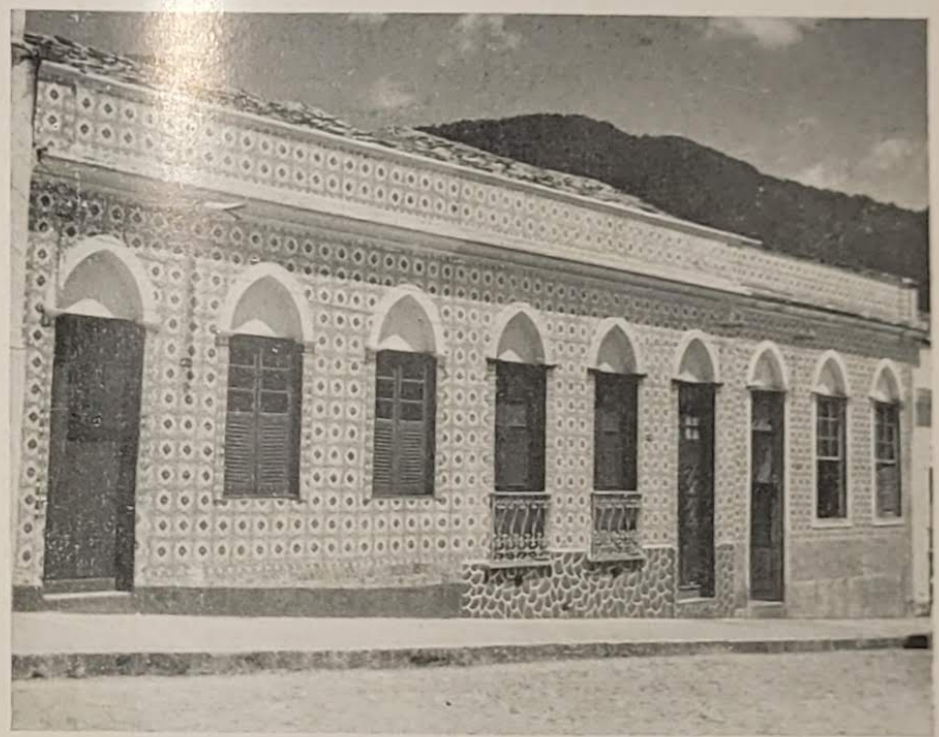
Êsse *plano concentrado de revolta*, segundo se assoalhava por tôda parte, era obra duns tais *Patriarcas Invisíveis*. Rumorejava-se à bôca pequena que os principais dêstes eram, em S. Paulo, o brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, a quem davam o apelido de *Rei*, e o dr. Gabriel Rodrigues dos Santos, professor da Faculdade de Direito, a quem alcunhavam de *Vice-Rei*. De fato, quando estourou a revolução liberal em Sorocaba e ali se constituiu o govêrno rebelde, o primeiro foi aclamado presidente e o segundo, secretário. Vencido o movimento, ambos correram a refugiar-se nas hostes sulinas dos seus irmãos Farroupilhas. Êstes curiosos informes se encontram no raro e precioso livro "Autobiografia de Francisco de Assis Vieira Bueno", publicado em Campinas, em 1899, na página 14: "Seguiu-se logo a rebelião de 1842, que infalìvelmente me teria colhido na sua rêde, se tivesse rompido na capital, pois eu me achava filiado a um dos clubes revolucionários chamados dos *Patriarcas Invisíveis*." Na página 35, se encontram as alcunhas do *Rei* e do *Vice-Rei*, que tinham "na intimidade" os dois cornacas da gorada intentona, que a espada do barão de Caxias cortou pela raiz.

Processavam-se os conluios dos tais *Patriarcas Invisíveis*, não sòmente em S. Paulo, mas também no Rio de Janeiro, a horas mortas da noite. Nas rodas da rua do Ouvidor, cochichava-se sôbre êsses *clubes secretos*. A par dêles, havia ainda uma sociedade composta de *170 Exaltados*, que desejavam a luta de qualquer maneira, fôsse como fôsse, desempenhando o papel de verdadeira *tropa de choque* dos *Patriarcas Invisíveis*. Cada um dêsses clubes secretos compunha-se ùnicamente de 5 associados. "Cada um dêsses associados, escrevia em 1879 Pinto Júnior no volume "Movimento político da província de S. Paulo em 1842", ia formar um novo clube de cinco, e êstes, outros, de forma que milhares de associados se entendiam por meio de seus respectivos clubes e chefes parciais, como centros de quem recebiam a instrução e ordens, sem que cada um

dos revoltosos pudesse conhecer os nomes, senão dos cinco membros do seu respectivo clube, o que tornava muito diminuto o comprometimento em caso de traição." Como se vê, não se tratava pròpriamente de clubes no sentido atual desta palavra, eram antes células revolucionárias. Os nomes mudaram. O processo é o mesmo usado pela técnica revolucionária secreta de nossos dias.

Essa teia de clubes ou células preparou e deflagou o movimento revolucionário em S. Paulo, que o brigadeiro Luís Alves de Lima e Silva, então barão de Caxias, que acabara de pacificar o Maranhão da Balaiada, esmagou com a extraordinária rapidez dum golpe estratégico. Deve-se atribuir sobretudo às dificuldades de comunicações da época o rompimento tardio de Minas Gerais, que o mesmo general jugulou, depois de vencer os paulistas. Na Bahia, onde os elementos revolucionários haviam sofrido pesada derrota na Sabinada, em 1837, nenhum ousou pôr a cabeça de fora. Também não houve manifestação alguma em Pernambuco. Na Paraíba, o fato de o presidente Pedro Chaves usar tirânicamente da odiosa arma do recrutamento forçado contra seus adversários políticos dava esperanças de rebelião, mas nenhuma perturbação da ordem se registrou. A adesão do Ceará era esperada pelos *Patriarcas Invisíveis,* porque ali os liberais se achavam perseguidos desde o assassínio de seu prestigioso chefe, o major João Facundo de Castro Meneses, atribuído a manejos da espôsa do presidente da província, brigadeiro José Joaquim Coelho, mais tarde barão da Vitória.

O dr. José Lourenço de Castro e Silva, parente do major Facundo, médico e líder da política liberal, tinha ligações conhecidas e faladas com os tais *Patriarcas Invisíveis* de S. Paulo, em cujo jornal "Tibiriçá" freqüentemente colaborava. Outras personalidades importantes do Ceará também estavam secretamente articuladas com aquêles chefes misteriosos, sendo uma delas, segundo se sabe, o coronel Joaquim José de Sousa Sombra, mandachuva da cidade de Maranguape, vizinha de Fortaleza, aninhada ao pé da fresca e ubérrima serra



Casas nobres de Maranguape, revestidas de azulejos, típicas da época da riqueza cafeeira.

do mesmo nome, onde vicejavam pomares e os cafèzais frutificavam à sombra das ingàzeiras.

Nascido em S. Bernardo das Ruças, a 6 de setembro de 1819, e falecido na capital cearense a 23 de fevereiro de 1911, era o coronel Sombra descendente de velhos troncos portuguêses e iniciou sua vida no serviço militar. Tomou parte eficiente e brilhante na repressão da rebeldia de Sobral em 1840 contra o presidente da província, padre José Martiniano de Alencar. "Seguindo para o Rio de Janeiro, — escreve o probo historiador Barão de Studart — hospedou-se em casa do senador Alencar, onde assistia às sessões secretas da *Sociedade dos Invisíveis*, o celebre comitê político do qual se irradiaram todos os movimentos patrióticos daquela época. Obedecendo a um plano daquela associação, transportou-se em companhia do chefe político dr. José Lourenço de Castro e Silva, e outros, ao Pajeú das Flôres, lugar determinado para a reunião de todos os chefes de influências políticas dos sertões do Ceará e Pernambuco, a assentar as bases dum movimento sedicioso. Falhou, porém, a revolução pelas medidas tomadas a tempo pelo govêrno, e Sombra foi processado e pronunciado como um dos autores da rebelião, e só milagrosamente escapou com seus companheiros, da justiça, ou, antes, da morte certa. Anistiado, voltou ao Ceará."

Êsse *escapou da morte certa* é mera figura de retórica. No Segundo Reinado, ninguém foi condenado à morte por crime de natureza política. Na revolução liberal dos *Patriarcas Invisíveis*, em 1842, nem o padre Feijó, nem Nicolau de Campos Vergueiro, apanhados com a bôca na botija, sofreram qualquer penalidade, além da simples prisão no momento da luta. O saudoso Barão de Studart, biografando o coronel Sombra, traz ao domínio da história mais uma prova de que o movimento sedicioso, rotulado de liberal em 1842, devia estender-se além de S. Paulo e Minas ao Nordeste; que foi desencadeado pelos misteriosos *Patriarcas Invisíveis*, os quais, no Rio de Janeiro, se reuniam na residência dum dos chefes da revolução branca da maioridade, o senador José Martiniano de Alencar, onde o coronel Joaquim José de Sousa Sombra foi

ESTE LIVRO PERTENCE AO DNP

iniciado nos seus segredos, para se tornar agente nos sertões nordestinos do plano por êles preconcebido e traçado.

Vê-se, portanto, que a teia dos *Patriarcas Invisíveis* em pouco tempo se estendera a quase tôda a nação e até na pequena e então pouco conhecida cidade do Maranguape havia um dêles. Daí, sem dúvida, o prestígio político de que gozou e fêz uso até adiantada velhice. É por demais curiosa a necessidade que têm certos homens de se tornarem *invisíveis* para atuarem no cenário político nacional. Não seria mais decente e mais bela essa atuação sem essa invisibilidade?

O CRIME DA LAGOA DO GARROTE

Fortaleza, capital do Ceará, no princípio Vila do Forte, nasceu de fins do século XVII a começos do XVIII à sombra dos muros duma cidadela lusa que defendia o grande maceió ou pocinho, formado na embocadura do riacho Pajeú. Os holandeses chamaram-lhe Marajatiba e a fortaleza lusitana se erguera no local antes ocupado pelo forte flamengo Schoonenborch. Em memória dêsse pocinho, até minha adolescência se chamou Bêco do Maceió o prolongamento da antiga rua do Chafariz, hoje José Avelino, o qual corria quase aos pés da falsa-braga daquela obra fortificada, posta sob o patrocínio de Nossa Senhora da Assunção. Reformou-a, na época da Independência, o coronel do Estado-Maior de 1a. Classe, Pedro José da Costa Barros, algum tempo presidente da província, meu tio-bisavô.

Entre duas colinas, a em que se erguia a fortificação, Marajaik dos holandeses e até agora denominada do Outeiro, corria o Pajeú, que vinha das matas da Aldeota divagando ao sabor dos acidentes topográficos. A cidade surgiu numa ala de pequenas casas perpendiculares à parte traseira do forte, a rua do Quartel; depois, formou uma praça, a da Sé, inscrita numa volta do riacho e pelo seu tortuoso vale acima e abaixo se estendeu, formando a rua Direita, a mais torta de tôdas, por sinal, que muito tem mudado de nome. Foi rua de Baixo, Conde d'Eu e Sena Madureira. Teve, depois, um trecho alargado, retificado e crismado em Alberto Nepomuceno.

Nos tempos idos, segundo sabemos através dos velhos cronistas, dos documentos antigos e do estudo da topografia

urbana, dois córregos cortavam as dobras da colina Marajaik, cujo ponto culminante e divisor de águas ficava na rua Formosa, agora Rio Branco, onde se erguia o sobrado do conselheiro Rodrigues Júnior e hoje se vê o edifício Diogo. O primeiro dêsses córregos, vindo da parte norte da antiga Lagoinha, na rua Tristão Gonçalves, ex Trilho-de-Ferro, fluía pelas quadras das ruas Amélia, presentemente Senador Pompeu, Barão do Rio Branco ou Formosa, da Palma ou Major Facundo, Boa Vista ou Floriano Peixoto, entre a travessa das Hortas, depois rua Senador Alencar, e a rua das Flôres, crismada em Castro e Silva. Justamente no local de sua passagem pela rua Major Facundo, construiu por volta de 1845 a 1847 um grande sobrado o negociante Pacheco, que, empobrecido, se suicidaria em Paris. Foi em seguida do barão de Aquirás, a cujos herdeiros meu pai o adquiriu. Nêle fui criado desde que nasci até os 21 anos de idade. Vendido ao coronel José Gentil, êste o demoliu e no seu terreno, reunido à casa vizinha, construiu novo prédio de cimento armado. Êsse sobrado ficava soterrado, quando se calçara a rua, devido a ocupar o leito do córrego antigo. Em frente, ficavam as cocheiras e o quintal da residência do dr. Rufino de Alencar, que dava para a rua Floriano Peixoto. Descia-se para êsse quintal por cinco ou seis degraus. Era a marca da continuação do leito. Êsse ribeiro ia desaguar no Pajeú, na parte meridional da atual praça da Sé.

Documentava o curso do segundo córrego o escoamento das águas pluviais na parte da rua Barão do Rio Branco, além do sobrado do conselheiro Rodrigues Júnior. Vinha do lado meridional da Lagoinha, cruzava as ruas 24 de Maio, General Sampaio e Senador Pompeu, descia pela de D. Pedro I e, na Major Facundo, na quadra que antecede a praça do Carmo, entrava por um boeiro no quintal da antiga residência do dr. Pedro Frota. Através dos terrenos da casa do dr. Gil Amora, à rua Floriano Peixoto, e das residências da rua da Assunção, ajudado duma nascente ou ôlho-d'água por ali existente, ia formar a lagoa do Garrote, de onde sangrava para o Pajeú.

Como se vê, êste curso de água, que tradicionalmente está para Fortaleza como o Spree para Berlim, o Rimae para Lima, o Manzanares para Madri e o Ilisso para Atenas, devia seu maior volume de águas ao tributo das duas lagoas, a Lagoinha e a do Garrote. Formavam-no sob os cajueirais e jatobàzais do Outeiro e da Aldeota vários ribeiros e as águas que corriam dos alagadiços e baixadas paralelos ao velho calçamento da Messejana, hoje bulevar Visconde do Rio Branco. Um pouco ao lado da lagoa do Garrote, separado desta pelo início daquele calçamento, o Pajeú fôra aprisionado num açude de alvenaria de tijolo com comportas, construído na sêca de 1845 pelo presidente padre José Martiniano de Alencar, pai do grande José de Alencar, e restaurado mais tarde pelo dr. José Júlio de Albuquerque Barros, barão de Sobral. Dessa obra, que existiu até 1920 mais ou menos, não resta mais o menor vestígio. Por sua vez, a lagoa do Garrote também se viu aprisionada em margelas de cimento, para se tornar o lago central de belo jardim público, no govêrno do coronel Luís Antônio Ferraz, o primeiro da era republicana, pelo engenheiro Romualdo de Barros. Chamou-se àquele logradouro Parque da Liberdade. Depois, da Independência. É atualmente a Cidade da Criança.

O nome Garrote dado à lagoa e, por extensão, durante algum tempo, ao bairro compreendido entre o Pajeú e a rua da Assunção, a praça do Coração de Jesus e a dos Voluntários, nasceu do seguinte: Perto desta última, na rua do Cajueiro, atual Coronel Bezerril, ficavam outrora os açougues da cidade. Aquilo era semideserto e cheio de mato. Abatia-se o gado debaixo das árvores. Espostejava-se e vendia-se a carne à sombra dos cajueiros. Havia pequenos currais, onde as reses eram prêsas de véspera. Uma feita, um garrote destinado à matança fugiu dum dêsses cercados e se amontou, como dizem os sertanejos, nos matagais próximos. Durante muito tempo o perseguiram, sem que alguém conseguisse deitar-lhe a mão, apesar das batidas feitas na mataria e das esperas na bebida da lagoa. Afinal, num dia o laçaram e mataram. Dêsse episódio veio o topônimo, segundo a tradição que ouvi da gente velha, na minha infância.

O saudoso jornalista Hugo Vítor, que estudou proficientemente a história da capital do Ceará, deu curso a outra história interessante sôbre o Garrote: "Aquêle era o lugar de descanso dos comboieiros... Apenas umas casinhas ali por perto, meio ocultas, no mato. Numa delas, morava Pedro Labatut (que nada tinha a ver com o famoso general, seu homônimo, vindo ao Ceará para combater Pinto Madeira, após encher-se de glória na Bahia). Labatut era casado com uma Alencar, mas teve a tentação de desviar uma cunhada, e a sogra, d. Chancha, irmã de d. Bárbara, equipou um cabra bom, lá do Cariri, com um clavinote cheio até o gogó. Rondou êle a casa por alguns dias, pôs tocaia, até que, afinal, uma noite descobriu Labatut e fêz o *serviço* a jeito, indo homiziar-se no engenho dos Alencares, no Alagadiço (Messejana). O crime, auxiliado pelo sombrio das árvores, fêz com que o chefe de polícia mandasse cortá-las, clareando aquêle lado marginal da lagoa."

A memória dêsse assassínio ficou guardada no folclore cearense, numa quadra que registrei em 1921, no meu livro "Ao som da viola":

Ôlho mau, eu te arrenego!
Vai-te para Belzebu!
Por ti, Pedro Labatut
Caiu duro como um prego.

Essa trova tornou-se popular na antiga Fortaleza; mas sua composição com as rimas em 1-4 e 2-3, contrária ao estilo dos cantadores do povo, geralmente 2-4, sem rimas em 1-3, demonstra origem erudita ou semi-erudita. Pedro Calmon, em seu livro sôbre o folclore na história do Brasil, citou-a e comentou-a, atribuindo-a à morte do general Labatut, o que é lamentável equívoco.

Ôlho-mau era a alcunha que tinha na Assembléia Provincial, de que fazia parte, o padre Antonino Pereira de Alencar, chefe do Partido Liberal, devido a um defeito em um dos olhos. A quadra, feita e propalada por seus adversários, visava a atribuir-lhe participação direta no crime de que fôra vítima o *D. Juan* do Garrote. Não se sabe ao certo até hoje quem foi o verdadeiro mandante do homicídio, se a senhora d. Chancha, se o próprio padre Antonino, vulgo Ôlho-mau. A justiça da época não quis ou não pôde esclarecer a autoria do feito. Estamos muito distanciados no tempo para podermos opinar sôbre o assunto.

UMA TRAGÉDIA DO SERTÃO

Entre Jaguaribe-mirim e Santa Rosa, à margem esquerda do rio Jaguaribe, erguem-se entre a garrancheira da catinga as arruinadas paredes duma casa antiga, em que se notam vestígios de incêndio. É tudo o que resta da fazenda senhorial do Boqueirão, pertencente a Manuel da Cunha Pereira e seu filho José Leão da Cunha Pereira, que nela morreu de maneira trágica. O episódio é um dos mais impressionantes das antigas crônicas do sertão do Ceará. O velho Manuel da Cunha Pereira era primo-irmão de meu bisavô paterno, o capitão-mor dos índios da Paupina, João da Cunha Pereira. Diz o historiador João Brígido que êle "procedia, em linha reta, do coronel de cavalaria Antônio da Cunha Pereira, casado com d. Paula de Sousa Cavalcante, que se estabeleceram no Jaguaribe, nos fins do século XVII, vindos de Pernambuco; família a mesma chamada Barbosa Cordeiro, entroncando no coronel Pedro da Cunha de Andrade, da ilha da Madeira, e sua mulher, d. Ana de Vasconcelos, neta de Arnaud de Holanda, bisneta de Henrique de Holanda, barão de Rhenonburg, que, dizem as crônicas, foi cunhado do papa Adriano VI. Jaboatão vai até ligar os Cunhas Pereiras a Nuno da Cunha, que foi capitão-mor do Malabar; a Tristão da Cunha, e a D. Luís de Ataíde, que foi 1º conde e senhor de Atouguia; a Isabel de Frois, que teve a imensa fortuna de ser criada da senhora rainha D. Catarina; a Cavalcânti, que era fidalgo florentino, a Jerônimo de Albuquerque"...

Tôda essa genealogia, o citado historiador a foi buscar no autor do "Novo Orbe Seráfico" e dela vinha o orgulho dos

Cunhas Pereiras. O sertão não se dava bem conta dela e os rotulava, desde fins do século XVIII, simplesmente como os Cunhas do Boqueirão, respeitando, porém, seu prestígio e sua fôrça. Manuel da Cunha Pereira tornara-se no comêço do século XIX um dos maiores potentados do Jaguaribe, acostumado a fazer justiça pelas próprias mãos.

A primeira vez que as crônicas cearenses se referem ao seu filho José Leão, tenente-coronel de cavalaria auxiliar ou de milícias, foi por ocasião da expedição enviada contra o major português Cunha Fidié, ao tempo da independência, o qual seria assediado e capitularia em Caxias, no Maranhão. Juntara-se com os homens de seu comando às tropas de Tristão de Alencar e José Pereira Filgueiras, distinguindo-se pela ferocidade na luta. Sua segunda aparição se deu quando dos últimos sucessos da Confederação do Equador no interior do Ceará. Seu pai recusara-se a acompanhar Tristão de Alencar nessa aventura republicana e tivera por isso os vaqueiros surrados e a fazenda saqueada. Quando Tristão, acossado do litoral, demandou o sertão e se chocou em Santa Rosa com as fôrças imperiais do coronel Amorim, êle, que o vinha perseguindo, a fim de vingar o velho Manuel da Cunha Pereira, atacou-o pela retaguarda e o desbaratou. Na fuga, Tristão foi morto por um de seus sequazes, Venceslau Alves de Almeida.

José Leão era o primogênito da família, aliás, numerosíssima e muito ramificada, nascido das primeiras núpcias de Manuel da Cunha Pereira. Êste enviuvou relativamente cedo e casou pela segunda vez com d. Joana Sebastiana da Rocha, a qual lhe deu dois filhos: Sabino e Salvador, ambos terríveis. D. Joana ficou viúva e, contrariando a vontade dos filhos e do enteado, casou com um neto de seu defunto marido, o capitão Joaquim Manuel da Cunha. Para isso foi necessária dispensa especial da Santa Sé, obtida dificilmente através do prestígio do bispo de Olinda. Todos os Cunhas Pereiras do ramo principal condenaram essa união, considerando-a incestuosa. Daí surgiu grave malquerença entre êles e outros parentes que apoiavam aquêle esdrúxulo casamento. Governava o Ceará o senador José Martiniano de Alencar, inimigo dos Cunhas do

Boqueirão desde o feito de Santa Rosa. Sabino da Cunha tentou liquidar o padrasto a veneno e a tiro, mas não o conseguiu, pelo que o presidente Alencar o mandou prender. Estava sôlto em 1839, quando Joaquim Manuel, que andava a recolher dízimos de gados, pernoitou na fazenda Barrinha, armando sua rêde na alpendrada. De manhã estava morto, sem que seus companheiros se houvessem apercebido de qualquer coisa. Uma pinta de sangue na camisa, sôbre o peito, denunciou a maneira como fôra assassinado. Alguém deslizara silenciosamente até êle, ferrado no sono, na calada da noite, e lhe enfiara diretamente no coração um sovelão agudo de coser surrões de couro.

Atribuído o crime aos Cunhas do Boqueirão, os parentes da vítima entoaram o canto da vingança. Assumiu a direção desta o cunhado de Joaquim Manuel, Francisco José de Sant'Ana, vulgo Pataca, que já estava desavindo com José Leão por lhe atribuir ter mandado o facinoroso major Ângelo do Gado Brabo matar seu irmão, o turbulento tenente-coronel Quixabeira. As ameaças recíprocas levaram as duas parcialidades a pedirem garantias ao govêrno, mas êste nada pôde fazer. O fato é que, enquanto Pataca aliciava na Paraíba e no Rio Grande do Norte um bando de criminosos para seu serviço, Sabino da Cunha se desmandava em insultos e desafios aos seus inimigos, obrigando nas eleições ditas *a bacamarte* de 31 de março de 1840 seu parente e partidário do Pataca, Manuel de Holanda da Cunha, a cheirar o chicote com que ia apanhar.

Depois de uma baldada tentativa para assassinar Sabino, de tocaia, Pataca tomou posição numa ilhota do Jaguaribe, de onde vigiava a fazenda do Boqueirão. Acompanhavam-no seus cunhados Manuel de Holanda da Cunha e José Francisco da Cunha, o Poeira; dois assassinos famosos, Antônio Gonçalves Carneiro, o Beira d'Água, e Antônio Cabaceira; os escravos Luís e Benedito; os capangas fornecidos por diversos amigos, brancos, cabras, mulatos e caboclos de maus bofes, Manuel Carlos de Esdinhares, Luís Bôca de Fogo, Manuel Lopes, Ventania, Manuel Martins de Magalhães, Manuel Davi do Caxaçó e o espião Manuel José. Fornecia-lhes comida o fazendeiro João da Cunha. Mas o chefe político da vila próxima de S. Bernardo das Ruças, coronel Inácio Ribeiro Bessa, notou aquêle ajuntamento suspeito e mandou um portador prevenir seu amigo José Leão.

Êste chegou à fazenda do Boqueirão na tarde de 17 de junho de 1840. À noite, o Pataca a cercava com sua gente. Teve de participar da luta e nela pereceu. Os sitiantes não deixaram ninguém dormir, dando tiros, gritando desafios e insultos. Para resistir àquele ataque, Sabino contava sòmente com José Leão, o mensageiro do coronel Bessa, defensor forçado, três guarda-costas e um adolescente, Firmino, filho mais velho de José Leão. Ao todo, 7 homens contra 14. O que lhes valia era a casa, que resistiu aos assaltos. Quando conseguiram os inimigos botar-lhe as portas abaixo, os sitiados meteram-se num quarto interno, onde tinham a mala de pólvora. José Leão correu a alapar-se na estrebaria. Aí a gente do Pataca desmanchou a cêrca dos currais, empilhou-a de encontro à porta do aposento, de onde os cinco homens se defendiam a tiro, e tocaram fogo. As labaredas os ameaçavam e a fumaceira os asfixiava, não lhes permitindo abrir um buraco nas paredes por onde pudessem escapar. Pelas seis horas da manhã, violento estampido se fêz ouvir, uma espécie de vulcão irrompeu do meio do incêndio: era a mala de polvora que fazia ir tudo pelos ares. Os cadáveres encontrados mais tarde na grande coivara estavam estorricados e irreconhecíveis. Só se identificou o de Sabino por um anel de brilhantes que trazia no dedo.

Os cangaceiros do Pataca acuaram José Leão, que se defendia como uma fera, no fundo da estrebaria e nela penetraram, escudando-se por trás de d. Maria Gomes, sua mulher, que tinham aprisionado. Aproximando-se dêle, que não podia atirar, Manuel de Holanda da Cunha e José Francisco da Cunha conseguiram acertar-lhe duas balas. Tombou mal ferido e o cabra Cabaceira o ultimou, sangrando-o na carótida. Depois, foi o saque no meio das ruínas, em presença da infeliz viúva, que, com os filhos menores chorando, se lamentava ao pé do cadáver do espôso.

BIBLIOTECA DIRETÓRIO ACADÊMICO NOGUEIRA

Depondo no processo feito na delegacia de polícia de S. Bernardo das Ruças a 29 de agôsto de 1842, o cangaceiro Beira d'Água declarou que os três matadores de José Leão tomaram antes todo o dinheiro e prata da viúva, apoderando-se da baixela, da espada e das pistolas do morto e até dos cordões de ouro da infeliz; que Manuel Davi ficou com um bule e facas de prata, Manuel Lopes com os arreios e uniformes, coletes e rêdes, Bôca de Fogo com uma espingarda, Ventania com um chapéu fino, Manuel Martins com uma roupa de couro. Não escaparam nem as imagens e redomas do oratório, nem as rêdes de dormir. O que não foi possível carregar se lançou ao fogo, inutilizando-se, assim, mais de 20 contos de réis, soma importantíssima naquela época, de letras e papéis de crédito. O cadáver de José Leão ficou até sem a camisa.

Os vizinhos e amigos do tenente-coronel José Leão, alertados ao longe pelo clarão do incêndio, correram em seu socorro, mas chegaram tarde. O bando do Pataca não esperou a reação e pôs-se em retirada. Um daqueles amigos, Francisco Galuxo, fêz fôrça para alcançá-lo, porém só conseguiu tirotear com os retardatários, ferindo um dêles, que ia carregado com as almofadas de rendas da fazenda do Boqueirão.

O folclore cearense conservou oralmente a memória dessa tragédia em algumas quadras significativas:

O Pataca e o Pereira
São homens até, até;
Pra matarem Zé Leão
Fazem trincheira da muié.

O Pataca diz que tem
Um alqueire de feijão
Pra comer com as queixadas
Do defunto Zé Leão.

O Pataca diz que tem
Um anel de ouro fino,
Que lhe custou a tirar
Do dedo do Balduíno.

Êsses versos, como as denegridas e solitárias paredes do Boqueirão dos Cunhas, guardam até hoje a lembrança duma das maiores tragédias do sertão da minha terra, senão a maior.

O CRUZEIRO DE FREI SERAFIM DE CATANIA

No ano de 1847, frei Serafim de Catania, natural da província de Messina, na Sicília, realizando no Ceará missões que se tornaram famosas, erigiu em Fortaleza o Cruzeiro da Sé. Fêz o diligente e virtuosíssimo capuchinho o mais belo cruzeiro do Brasil, um monumento de simbologia cristã e de arte religiosa clássica, que merecia conservado carinhosamente como expressão duma época.

O cruzeiro compunha-se de alta e forte cruz de madeira de lei plantada sòlidamente sôbre um pequeno edifício octogonal com colunas coríntias aos cantos. Nos intervalos das mesmas, viam-se painéis em baixo-relêvo. No 1º, à frente, a cena do Calvário: Jesus crucificado, Nossa Senhora das Dores, Santa Maria Madalena, S. João Evangelista, o Centurião, a lua, o sol, e os precitos de acôrdo com o texto evangélico de S. Mateus: *Et tenebrae factae sunt super universam tenam.* No 2º, diante da Cruz, Nossa Senhora da Piedade com o Filho morto nos braços, Santa Maria Madalena beijando-lhe os pés e S. João, apoiando-lhe a cabeça e dizendo a exortação de Jeremias: *O vos omnes qui transitis per hanc viam, attendite et videte, si est dolor sicut dolor meus.* No 3º, o sepulcro guardado pelos soldados com as três cruzes ao fundo, lembrando o versículo: *Et possuit illud in monumento quo novo.* No 4º, olhando a matriz, esta inscrição epigráfica: *D.O.M. Auxilio pietate devotioneque cearentium imperante Pedro II Ignatio Correa Vasconcellos Presidente monumento istud, P.F. Seraphinus a Catana ordine F. F. M M. capucinorum, Provinciae Messanensis Alumnus Siculus Cujus Diocesis Pernambusensis*

ESTE LIVRO PERTENCE AO DNP
DEVOLVA-O COM PONTUALIDADE

missionarius apostolicus pridie nonas Aprilis erexit quinto nonas Maii benedictionem impertiit et cancellis ferris subscripsit et adornavit. Anno Domini MDCCC XXXX VII. Assim, graças à piedade e à devoção dos cearenses, dizia em resumo o latim da legenda, se erigiu o monumento, sendo Imperador D. Pedro II e presidente da província Inácio Correia de Vasconcelos, graças ao missionário apostólico da Diocese de Pernambuco, frei Serafim de Catania, capuchinho siciliano. Começado a construir em maio, em abril fôra bento e rodeado por uma grade de ferro.

A cúpula do edifício oitavado, guarnecido de frisos, de redondos e de meias-canas, era rematada pela coroa do Império. Nas cartelas do seu bôjo, liam-se estas inscrições: *O crux ave spes unica; Hac lacrymarum vale; Pis adange gratiam; Reisque dele crimina*. No meio da coroa imperial perfilava-se "o majestoso e respeitável madeiro", no dizer duma descrição contemporânea, com 33 palmos de haste, 20 de braço e 7 polegadas de grossura, sustido, para suportar qualquer ventania, por quatro vergalhões de ferro, que, presos nos extremos do braço, vinham fincar-se no solo. Nas extremidades da cruz grandes florões entalhados. No centro, um resplendor dourado, saindo duma nuvem, que parecia baixar do firmamento. Sob o florão do vértice, em pesada tabuleta de chumbo o escrito de Pilatos: I.N.R.I. Abaixo, a coroa de espinhos e os 3 braços de metal, e a Verônica com a face de Nosso Senhor pintada a côres. Pendente dos braços, de cobre esmaltado de branco, o Santo Sudário em que piedosamente José de Arimatéia envolveu o corpo do Senhor: *involvit illud in sindone munda*, narra S. Mateus.

Sôbre o braço esquerdo da grande cruz, repousava o Jarro da Mirra que foi dada a beber ao Cristo, o Cálice do Horto das Oliveiras, a Cana Verde que serviu de cetro de escárnio e a Torquês com que se arrancaram os cravos para libertar o divino corpo do instrumento do suplício. No braço direito, a Lanterna que alumiou a marcha de Judas, quando guiou os esbirros, os Dados com que os legionários disputaram ao jôgo a Túnica Inconsútil, o Braço de Marco, que esbofeteou Jesus e o

Martelo, que cravou os pregos da crucificação. Das pontas dos braços, pendiam os azorragues da Flagelação.

Cruzadas à frente da Cruz, a lança do Centurião e a haste com a esponja de fel; por trás, as escadas que serviram a descer o Senhor Morto. Ao pé e à direita da Cruz, a Coluna da Flagelação com a corda que amarrou o Cristo enrolada em espiral. Pendurada ao lado, a bôlsa com os 30 dinheiros de Judas. Sôbre o capitel, o Galo, que cantou quando Pedro negou a Cristo: *Prius quam gallus cantet, ter me negabis*, dissera-lhe o Messias.

Sôbre os capitéis das oito colunas coríntias que separavam os painéis, viam-se outras tantas imagens de argamassa pintada: Santa Maria Madalena, S. João Evangelista, Santa Maria Cleofa e Nossa Senhora; a Religião, a Fé, a Caridade e a Esperança.

Tôda essa fábrica era de boa alvenaria de tijolo, de escolhidas madeiras de lei, de chumbo fundido e cobre modelado. A alta grade de ferro batido que a circundava, sólida e simples, ostentava nas oito faces, inscritas em círculos, grandes cruzes da Ordem de Malta, e, nos cantos, curiosos dispositivos para suspender luminárias, contemporâneos dos em que se penduravam os lampiões de azeite de peixe da primitiva iluminação da cidade.

Êsse venerável Cruzeiro da Sé, inaugurado com grandes festas, mantinha viva a mais pura tradição da arte religiosa, seu caráter simbólico e ensinante. Era, em verdade, uma súmula da Paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo expressa em todos os seus símbolos e servindo de ensinamento evangélico a quem quer que o contemplasse. Ergueu-o frei Serafim de Catania, por longos anos lembrado pelos sertanejos do Ceará, na época justamente em que a velha Sé de Fortaleza sofria reformas que a melhoravam, dirigidas por um arquiteto austríaco, natural de Carlsbad, José Antônio Seifert, que fêz o portão clássico do Mercado de Cereais, hoje desaparecido, e o pórtico, também clássico, do Palácio da Assembléia Provincial.

O falecido arcebispo de Fortaleza, D. Manuel da Silva Gomes, no afã de substituir a velha Sé por moderna catedral

em estilo gótico imitado em tijolo, mandou demolir o templo e o seu cruzeiro. Não houve protestos nem pedidos que o demovessem. No entanto, a nova catedral, até hoje inconclusa, poderia levantar-se em outro local e ficar na sua antiga praça a igreja tradicional, onde quase todos os moradores da cidade se tinham batizado, crismado e casado. Gerações e gerações haviam amanhecido e adormecido ao som dos sinos da Sé. A vida citadina durante quase um século se regulara pelo bater das horas do seu relógio. A história, a tradição, o costume, o sentimento geral, tudo mandava poupar a pobre matriz cearense. D. Manuel teimou, decidiu matar de vez uma grande tradição. A dinamite derrubou a igreja, a picareta pôs abaixo sem contemplação o cruzeiro de frei Serafim de Catania, no qual tôda a gente aprendera simbòlicamente os episódios da Paixão e ao pé do qual tôda a gente rezara comovida as ladainhas de Nossa Senhora, em maio, o responso das almas, em novembro. Não se concebe a destruição duma obra daquela feição e natureza. Muitas vêzes, com pruridos de renovadores, bispos e vigários, incapazes de compreender o valor dos monumentos a seu cargo, se tornam os piores vândalos. São, assim, os maiores inimigos da verdadeira arte religiosa e da própria história de suas paróquias e dioceses. Que se há de fazer quando o báculo se transforma em camartelo? *Quod non fecerunt barbari fecerunt Barberini...*

O SENHOR FEUDAL DO FECHADO

Escreveu Pascal que é por demais perigoso mostrar a animalidade do homem sem apontar a sua grandeza, sendo pior deixá-lo na ignorância de ambos e convindo, portanto, fazer-lhe ver êsses dois aspectos de sua personalidade. Devem estas sábias palavras do insigne pensador francês servir sempre de base àqueles que estudam o fenômeno do cangaceirismo nos sertões nordestinos em tôdas as suas modalidades, porque os chamados bandidos ou bandoleiros por êle produzidos oferecem-nos exemplares humanos de complexa psicologia, algumas vêzes dignos até do título de heróis.

Em livro que a respeito publiquei há perto de 40 anos, disse: "Os bandidos não são produtos exclusivos das terras brasileiras do Nordeste. Em todos os povos, têm existido com denominações diversas. O jagunço não é criminoso por mero acidente do seu caráter; não é criminoso, as mais das vêzes, por si próprio. Êle termina uma série de antecedentes os mais variados ou é um elo na seriação de causas as mais diversas."

Dentro dessas linhas gerais deve ser enquadrada històricamente a figura de um dos mais famosos cangaceiros do sertão cearense na segunda metade do século XIX, o José Antônio do Fechado, nascido em Canindé no Ano da Graça de 1824, sob o govêrno do nosso primeiro imperador. Quando veio ao mundo, já se espraiava a milagrosa nomeada do padroeiro daquela terra — S. Francisco das Chagas. No fim do século XVIII, as autoridades coloniais tinham aldeado naquele rincão, ao fundo do antigo Sertão dos Ratos, que se estendia pelas ribeiras do rio Ceará até aquelas paragens, os índios da nação Canindé,

até êsse tempo acampados na povoação de Monte-mor-o-Novo da América, depois vila e enfim cidade de Baturité. E já em 1775 o português Francisco Xavier de Medeiros edificava ali a primeira capela dedicada ao Pobrezinho de Assis. A construção, em grande parte feita de esmolas, levou 20 anos. Ao ser terminada, em 1795, o glorioso santo obrou o primeiro milagre, salvando da morte certa um operário que caíra do andaime da tôrre. A notícia correu célere por todo o interior cearense, iniciando-se, então, as peregrinações que fariam do Canindé a Compostela ou a Lourdes do Ceará. Passaram-se 22 anos e o bispo de Pernambuco, D. frei Antônio de S. José, elevou, em concessão especial de 10 de junho de 1817, a capela a matriz, tal a importância que adquirira. Um alvará de D. João VI, de 30 de outubro do mesmo ano, aprovou a citada concessão. Todavia, o povoado do Canindé sòmente seria elevado à categoria de vila, com tôdas as suas prerrogativas municipais, por ato do govêrno imperial de 29 de julho de 1846. Tinha, nessa data, José Antônio do Fechado a idade de 22 anos.

Seu pai, o capitão José Bernardo de Sousa Uchoa, antigo presidente do senado da câmara, proprietário da fazenda do Fechado, era um dos homens mais influentes da localidade. Representante legítimo por sua posição, educação e tendência do antigo patriarcalismo feudal que informou a vida pastoril nordestina e degenerou, mais tarde, no coronelismo, lutava pelo domínio da política municipal e, naturalmente, se tinha muitos amigos, também fizera muitos inimigos. Entre êstes, o maior era o tenente-coronel Manuel Mendes da Cruz Guimarães. No sertão, o ódio dos pais passa para os filhos e as famílias se empenham em lutas renhidas, que se propagam através das gerações como na Itália medieval.

No ano de 1852, quando o Império Brasileiro atingia seu apogeu, militarmente com a vitória de Caseros, politicamente com a conciliação dos partidos realizada pelo futuro marquês do Paraná, diplomàticamente com a orientação do futuro visconde do Uruguai e financeiramente com o ágio do papel-moeda sôbre o ouro, na vila do Canindé se processaria com violência a eleição para o novo juiz de paz, que devia substituir o que

completara o quadriênio. O triunfo na mesma demonstraria quem de fato tinha eleitorado e prestígio no município. Exercendo o cargo de delegado de polícia, o capitão José Bernardo de Sousa Uchoa disputava-o contra seu rival, o tenente-coronel Cruz Guimarães, e seu braço direito era o filho José Antônio, em plena virilidade sertaneja.

Tinha o moço renome de valente. Os inimigos paternos lhe haviam atribuído a morte dum tal Marcolino, que raptara uma moça e com ela casara contra a vontade da família. Achava-se José Antônio na companhia dum amigo, Carlos Sales, parente da jovem, quando êste se encontrou com o raptor e lhe tirou a vida. As opiniões sôbre o caso dividiram-se. Os mais apaixonados acusavam veementemente a José Antônio. Os seus amigos e parentes eximiam-no de tôda a culpa. Alguns havia que admitiam ter êle ajudado o companheiro a consumar o crime. Submetido a processo e levado ao Tribunal do Júri, este o absolveu. As más línguas, porém, nunca o perdoaram.

No dia da eleição, houve grande e grave conflito entre os partidários dos Uchoas e os dos Cruz Guimarães. A briga começou a cacête e faca na igreja, onde se realizava o pleito, acabando em tiroteio pelas ruas, durante o qual morreu baleado o tenente-coronel Manuel Mendes da Cruz Guimarães. Apontou-se José Antônio como autor do feito. Foi outra vez processado e submetido a julgamento. De novo, os juízes de fato o absolveram. Murmurava-se que desta, como da primeira vez, por influência da família e do seu partido político.

No decurso do tempo, por êste ou por aquêle motivo, quatro assassínios se atribuíram a José Antônio. Mais duas vêzes processado e julgado, foi absolvido. Diziam os amigos que era homem valente, cavalheiresco e generoso, capaz de praticar as mais belas ações. Assoalhavam os inimigos que não passava duma fera e moviam-lhe contínua, implacável perseguição. Refugiado em sua fazenda do Fechado, cercado de acostados fiéis, verdadeiros *bravi*, êle acabou não se deixando mais citar pela Justiça e resistindo à prisão, de armas em punho. Certa vez, um destacamento de mais de cem praças cercou-lhe a casa e foi repelido com muitas perdas, depois de violento assalto.

BIBLIOTECA
DIRETORIO ACADEMICO NOGUEIRA DE PAULA

O barão feudal sertanejo continuou entocado. Nos últimos anos da Monarquia, conta-se que o comandante da Polícia do Ceará, moço destemido, decidiu acabar com o José Antônio. Levou consigo numerosa tropa, acampou-a nas proximidades do Fechado e, antes de desencadear o ataque, vestido à paisana, montou a cavalo e explorou os arredores. Queria conhecer bem o terreno onde pisava. Numa volta de estrada, encontrou um homem já encanecido, porém forte, sadio, musculoso, de fisionomia simpática, voz suave e lhana, maneiroso e afável, bem montado, com o qual se pôs a conversar. Aproveitando a ensancha, o oficial procurou obter informações sôbre o cangaceiro, pois que o cavaleiro era, segundo parecia, morador nas cercanias.

O desconhecido contou-lhe que a casa do Fechado constituía verdadeira fortaleza, com paredes e portas à prova das balas daquele tempo, que lá havia tantos capangas que *cada estaca das cêrcas era um homem armado*, todos êles bravos e fiéis. Depois, narrou minuciosamente o que sabia da vida do José Antônio, das injustas acusações de que era vítima, dos atos de justiça que praticava e das razões de honra pessoal que o levavam a não se submeter às autoridades. Assim, conversando lado a lado, chegaram a uma encruzilhada, onde se despediram. O comandante declinou, sorridente, seu nome e qualidade, fazendo oferecimentos corteses. O outro sorriu, tirou o chapéu, apertou-lhe a mão e disse-lhe com a maior calma dêste mundo:

— Minha casa fica ali adiante, por trás daquele morro. Estou lá às suas ordens. É a fazenda do Fechado e eu sou o José Antônio.

Picou o cavalo com as esporas e sumiu-se na catinga. O oficial ficou estarrecido no meio da estrada. Contam que voltou ao acampamento e regressou a Fortaleza, recusando-se a perseguir o caudilho sertanejo. Esta é uma das narrativas, decerto lendárias, que contribuíram para aureolar de prestígio aos olhos do povo a figura dêsse senhor feudal do século XIX.

Em avançada idade, atingiu o limiar do século XX, de vez que faleceu em 1918, com 94 anos de idade, na fazenda da Lagoa das Pedras, onde nos últimos tempos de sua vida passara a residir. Durante alguns anos, foi obrigado a morar em Fortaleza, capital do Estado, a fim de evitar a perseguição política que lhe moviam na terra natal. E o curioso é que se casou aos 86 anos. Fibra extraordinária a dêsses velhos sertanejos criados em contato com a natureza agreste e rude, formadora duma raça de fortes. Dêles diria Júlio César o que disse dos belgas, que eram os mais viris dos povos da Gália, porque viviam longe das cidades, isto é, dos centros de civilização e amolecimento, de tôdas as coisas que *ad affeminando animos pertinent*.

ESTE LIVRO PERTENCE AO DANP
DEVOLVA-O COM PONTUALIDADE

UMA CALÚNIA CONTRA ANTÔNIO CONSELHEIRO

Corre mundo com foros de verdade a falsa história do matricídio de Antônio Conselheiro. Diz-se que Antônio Vicente Mendes Maciel, depois rei espiritual de Canudos, matou a própria mãe, com um tiro, quando esta, vestida de homem, fingia penetrar-lhe em casa como amante de sua espôsa, após haver denunciado a infidelidade conjugal da mesma. O infatigável pesquisador cearense Ismael Pordeus tem publicado na imprensa de Fortaleza documentos colhidos nos arquivos municipais da velha cidade sertaneja de Quixeramobim que destroem completamente essa invencionice. Ela não passa duma calúnia da propaganda organizada contra o chefe dos fanáticos que trouxeram em cheque a República.

Diz o assento de casamento de Antônio Conselheiro: "Aos sete dias do mês de janeiro de 1857, nesta matriz de Quixeramobim, pelas oito horas da noite, depois de preenchidas as formalidades de direito, assisti a receberem-se em matrimônio e dei as bênçãos nupciais aos meus paroquianos Antônio Vicente Mendes Maciel e Brasilina Laurentina de Lima, naturais e moradores nesta freguesia de Quixeramobim, esta filha natural de Francisca Pereira de Lima e aquêle filho legítimo de Vicente Mendes Maciel e de Maria Joaquina do Nascimento, ambos já falecidos, sendo dispensados do impedimento do terceiro grau atinente ao segundo, de consanguinidade lateral desigual; foram testemunhas José Raimundo Façanha e Pedro José de Matos; do que para constar mandei fazer êste assento que assino. O vigário interino *José Jacinto Bezerra.*"

O padre José Jacinto Bezerra, irmão do depois desembargador e ilustre jurista dr. Francisco de Assis Bezerra, substituía nesta data o vigário colado, cônego Antônio Pinto de Mendonça, afastado da sua freguesia por ter sido eleito deputado provincial. Como se vê do documento, Antônio Conselheiro, ao casar-se em 1857, já era órfão de pai e mãe, não podendo, portanto, ter assassinado esta no melodramático episódio que corre falsamente por sua conta.

O pai de Antônio Conselheiro foi casado duas vêzes. Da primeira em 1834: "Aos trinta e um de agôsto de mil oitocentos e trinta e quatro, pelas cinco horas da tarde, em casa de morada do contraente Vicente Mendes Maciel, omitidas as diligências do costume por ser o casamento feito *in articulo mortis,* assisti ao recebimento dos contraentes Vicente Mendes Maciel, filho natural de Maria Manuela do Sacramento, já falecida, com Maria Joaquina de Jesus, filha natural de Feliciana Maria Francisca, em presença das testemunhas José Antônio de Barros e José Raimundo Façanha, casados: os nubentes, naturais e moradores desta freguesia de Santo Antônio de Quixeramobim logo receberam as bênçãos nupciais: do que para constar fiz êste assento que assino. O vigário *Frutuoso Dias Ribeiro.*"

Da segunda, dois anos após ter enviuvado, em 1836: "Aos doze dias de fevereiro de mil oitocentos e trinta e seis, pelas oito horas da noite, na matriz desta Freguesia, omitidas as denunciações do estilo, de licença minha o reverendo Frutuoso Dias Ribeiro casou e deu as bênçãos nupciais a Vicente Mendes Maciel, viúvo por falecimento de sua mulher Maria Joaquina de Jesus, com Francisca Maria da Conceição, filha legítima de Inocêncio Alves Freire e Joana Maria da Conceição, já falecidos: foram testemunhas Francisco das Chagas Pinto e José de Sousa Nogueira, casados; todos moradores nesta Freguesia, do que para constar, do assento que me foi remetido, fiz o presente têrmo que assino. O Vigário *Pinto de Mendonça.*"

No arquivo do Arcebispado de Fortaleza se guarda o registro de óbito do pai de Antônio Conselheiro, falecido a 5

de abril de 1850, de constipação, conforme então se dizia, e sepultado na capela do Senhor do Bonfim da sua cidade natal, o qual demonstra não ter êle contraído terceiras núpcias. Antônio Conselheiro, filho do primeiro leito, nasceu, segundo o Barão de Studart, em 1828, segundo Ismael Pordeus, em 1831. Ao vir a êste mundo, seu genitor ainda vivia em concubinato com aquela que só seria sua legítima espôsa, de acôrdo com o documento acima estampado, *in articulo mortis*. Desta sorte, como a poderia ter matado a tiro, já homem e casado?

Nos documentos relativos aos casamentos do pai do chefe de Canudos, o nome de sua mãe oferece duas variantes, o que era comum naquele tempo, Maria Joaquina de Jesus e Maria Joaquina do Nascimento. De sua comparação se verifica tratar-se de uma mesma e única pessoa. Ela faleceu em 1834, pois suas núpcias se realizaram *in articulo mortis*. Se o desenlace se não deu logo após o ato, ocorreu fatalmente antes de 1836, porque em fevereiro dêste ano já o viúvo casava outra vez. Ora, o Conselheiro sòmente casaria vinte anos mais tarde, em 1857, sendo impossível que tivesse morto a própria mãe.

Aos poucos, correndo o tempo, com o surgimento de documentações e testemunhas, vão-se aclarando os vários pontos ainda obscuros da vida do homem que comandou a heróica resistência da Tróia de Palha dos sertões baianos. Em 1849, por exemplo, o dr. José Víctor Ferreira Nobre informava que Antônio Conselheiro cursara as aulas de latim de seu avô, o professor Manuel Antônio Ferreira Nobre, na cidade de Quixeramobim. Nessas aulas, fôra colega do velho e temível jornalista João Brígido dos Santos, como êste muitas vêzes afirmara em seus escritos.

O Brasil está à espera duma história definitiva, mas história verdadeira, não a tapeçaria violentamente grandiosa de "Os Sertões", faiscante de cientificismo literário, sôbre o místico sertanejo, que soube armar o braço do jagunço para uma resistência sem-par nos anais da humanidade.

O NAUFRÁGIO DA COMISSÃO DAS BORBOLETAS

No dia 4 de fevereiro de 1859, desembarcava em Fortaleza, do paquete nacional "Tocantins", vindo do Sul, a famosa Comissão Científica nomeada pelo govêrno imperial para estudar as condições naturais das províncias do Norte e colhêr material orgânico e inorgânico para o Museu Nacional. Propusera sua criação em sessão de 20 de maio de 1856 o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. D. Pedro II aceitou o alvitre e a 11 de julho seguinte o ministro do Império Luís Pedreira do Couto Ferraz, barão do Bom Retiro, oficiava ao então visconde de Sapucaí, presidente daquela entidade, comunicando a acolhida do govêrno à proposta e encarregando o Instituto de indicar as pessoas habilitadas para a missão.

Presidia à Comissão Científica o eminente Francisco Freire Alemão, natural de Campo Grande, subúrbio carioca, onde nasceu a 24 de julho de 1797 e faleceu a 11 de novembro de 1874, aos 77 anos de idade. Aureolavam-no numerosos títulos: cirurgião pela antiga Escola Médico-Cirúrgica, fundada por D. João VI, no Rio de Janeiro, doutor em Medicina, pela Faculdade de Paris, professor de Botânica e Zoologia da do Rio de Janeiro, médico da Imperial Câmara, do Conselho de Sua Majestade o Imperador, comendador da Rosa, comendador de Cristo, cavaleiro da Real Ordem Napolitana de Francisco I, membro honorário da Academia de Medicina, sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e de várias associações literárias e científicas do País e do estrangeiro, e presidente da Sociedade Velosiana. Tinha vindo do nada e pelo próprio esfôrço galgara tôdas essas posições. Botânico de vasta nomeada, havia quem o considerasse superior, diz

Sacramento Blake, a Ildefonso Gomes, frei Leandro, frei Veloso, Alves Serrão e Arruda Câmara. Além da presidência da Comissão, tinha a seu cargo a Seção de Botânica da mesma, sendo seu ajudante seu irmão Manuel Freire Alemão, doutor em Medicina, falecido em 1863, autor de algumas monografias sôbre matéria médica. Em colaboração, ambos escreveram os 3 volumes dos "Trabalhos da Comissão Científica", acompanhados dos relatórios das Seções de Zoologia e Geologia, respectivamente feitos por Manuel Ferreira Lagos e Guilherme Schüch de Capanema, publicados pela Casa Laemmert. São de sua autoria muitas notícias, pareceres e observações sôbre Medicina, Botânica e Mineralogia. De sua ida ao Ceará resultaram interessantes estudos insertos após sua morte por Martins Costa no tomo I da "Revista Farmacêutica" de 1884: "Notas colhidas na Província do Ceará — Moléstias observadas no Crato — Plantas medicinais".

Chefiava a Seção de Zoologia da Comissão Manuel Ferreira Lagos, nascido no Rio de Janeiro em 1816 e aí falecido em 1871. Fizera com distinção todo o curso médico, mas não quisera defender tese para ter o grau de doutor. Condecorado com as Ordens brasileiras da Rosa e de Cristo, com as estrangeiras da Legião de Honra, da Instrução Pública de França e do Medjidié da Turquia, era secretário perpétuo do Instituto Histórico, 1º oficial da Secretaria dos Negócios Estrangeiros e diretor da Seção de Zoologia do Museu Nacional. Traduziu em 1840 a memória sôbre o descobrimento da América no século X pelos noruegueses, da autoria de Carlos Cristiano Rafn, e comentou em sua "Análise" a viagem de Castelnau pelo interior do Brasil, refutando suas inverdades e afirmações levianas. De volta do Ceará, leu no Instituto Histórico suas interessantíssimas "Observações de costumes, de preconceitos, de usos, de festas populares e até de palavras especialíssimas e de significação exclusiva da população menos civilizada do Ceará", precioso documentário folclórico e lingüístico que lamentàvelmente se perdeu por não ter o autor entregue o manuscrito, a fim de ser publicado na revista da Casa.

Manuel Ferreira Lagos levou como seus auxiliares e preparadores João Pedro Vila Real e Lucas Antônio Vila Real. O primeiro deixou descendência em Fortaleza. Um filho seu, do mesmo nome, foi ali funcionário da câmara municipal.

A cargo de Guilherme Schüch de Capanema estava a Seção de Geologia e Mineralogia da Comissão. Mineiro de origem alemã, nascido em 1824, foi um dos grandes cientistas do Brasil. Doutor em Ciências Físicas e Matemáticas pela Escola Militar do Rio de Janeiro, engenheiro pela Escola Politécnica de Viena d'Áustria, professor, conselheiro de Estado, major honorário, comendador da Rosa e de Cristo, membro do Instituto Histórico e de várias academias e sociedades culturais nacionais e estrangeiras. Barão de Capanema, enfim, por decreto de 26 de fevereiro de 1881, publicou muitos trabalhos especializados sôbre Matemática, Geologia e Mineralogia, inclusive em 1878 seus "Apontamentos sôbre as sêcas do Ceará". Auxiliava-o o dr. Miguel da Silva Coutinho.

Não tendo êle ido logo para Fortaleza, substituiu-o interinamente o chefe da Seção de Astronomia e Geografia, 1º tenente Giacomo Raja Gabaglia, filho de italianos, natural de Montevidéu, onde nascera a 28 de julho de 1826, ainda quando o Uruguai estava anexado ao Brasil como Província Cisplatina. Morreu no Rio de Janeiro, a 24 de janeiro de 1872. Depois de cursar aí a antiga Academia de Marinha, concluiu o curso da Escola Militar com o grau de bacharel em Matemáticas. Reformou-se em 1868, no pôsto de capitão-tenente, que equivale hoje ao de capitão-de-corveta. Lente catedrático da Academia de Marinha, pertencia ao Instituto Histórico e tinha as Comendas da Rosa e de Aviz. Entre seus trabalhos publicados, contam-se os "Ensaios", em cuja 1ª parte trata do pôrto de Fortaleza e em cuja 2ª aborda a questão das sêcas. Há mais outros "Ensaios" sôbre "os melhoramentos tendentes à prosperidade da província do Ceará".

Giacomo Raja Gabaglia tinha como ajudantes o dr. Agostinho Vítor de Borja Castro e os 1ºs tenentes João Soares Pinto, Amado Caetano Brito de Sousa Gayoso, Basílio Antônio de Siqueira Barbedo e Antônio Alves dos Santos Sousa. Borja Castro, doutor em Matemáticas, ex-oficial do Imperial

Corpo de Engenheiros, era lente de engenharia civil da Escola Politécnica.

Participava da Comissão Científica como chefe da Seção de Etnografia e de Narrativa o grande poeta Antônio Gonçalves Dias, que acabava de regressar do Velho Mundo, onde estudara a mando de nosso govêrno o desenvolvimento da instrução pública. Era seu auxiliar o dr. Francisco de Assis Azevedo Guimarães. Terminados os trabalhos da Comissão, o autor de "Os Timbiras" foi para o Amazonas, onde permaneceu um semestre "em sucessivas investigações", de cujas fadigas e incômodos muito sofreu sua saúde. Em 1861, estava no Rio, enfêrmo. Em 1862, viajando para o Maranhão em busca de melhoras, resolveu de Pernambuco ir para a Europa. Na volta, dois anos após, pereceu no naufrágio do "Ville de Boulogne". De sua presença e estudos nessas excursões ao Ceará e à bacia amazônica nasceram suas tão pouco conhecidas obras: "Amazonas", versando o problema da existência, origem, usos e crenças das amazonas em face dos testemunhos de Orellana e Cristobal de Acuña, e "O Brasil e a Oceania", memória comparativa dos selvagens brasileiros com os daquela parte do mundo, publicada após sua morte.

Integravam finalmente a Comissão o pintor José Reis Carvalho, 6 artífices e 1 trabalhador ou técnico em metais.

Como se vê do elenco acima, dos títulos e sucintas notas biográficas e bibliográficas dos seus componentes, o govêrno imperial constituiu essa Comissão Científica com o material humano adequado que possuía de melhor. Dos seus copiosos relatórios se verifica que ela procedeu a estudos sérios. No entanto, como talvez se esperasse da mesma, não um material informativo para base dos estudos relativos às Ciências Naturais e sim a resolução concreta de problemas seculares, o que absolutamente não podia ser o seu escopo, nenhuma outra no Brasil foi tão combatida e desmoralizada no parlamento e na imprensa. Tudo servia de pretexto para metê-la a ridículo e as maiores calúnias choveram-lhe em cima. Puseram-lhe um apelido que logo pegou devido à sua coleta de insetos para o Museu: Comissão das Borboletas...

Basta um episódio final para mostrar a que ponto chegou essa campanha de descrédito. Por volta de 1856 ou 1857, construiu-se em Fortaleza, num terreno baldio existente à esquina da rua Amélia, hoje Senador Pompeu, com a de S. Bernardo, entre aquela e a atual General Sampaio, fronteiro à fachada lateral da igreja de S. Bernardo, um barco a vela, que foi empurrado sôbre rolos até o mar pelo Garrote e a rua de Baixo, agora Cidade da Criança, rua Sena Madureira e avenida Alberto Nepomuceno. Armado em hiate, fêz o comércio de cabotagem dos pequenos portos costeiros, até que a Comissão Científica o alugou para trazer do Camocim a Fortaleza o material geológico, mineralógico, zoológico e etnográfico colhido pelos chefes das diversas seções no interior da província. Na travessia da foz do Acaraú para Fortaleza, o "Palpite" foi a pique, perdendo-se tôda essa preciosa coleta. Logo se começou a boquejar que o naufrágio fôra proposital, a fim de que se perdesse a *papelada* da Comissão das Borboletas e jamais se pudessem apurar as *comidelas* dos seus membros. Ora, isso não entra na cabeça de ninguém. Nem os homens de ciências e letras, indicados pelo Instituto Histórico, que o govêrno imperial nomeara para proceder àqueles estudos, eram capazes de malversações dessa natureza, nem, se elas tivessem existido, haveria necessidade de afundar um navio para encobri-las. Isso se faria por processos mais seguros e menos trabalhosos no simples manejo da tal *papelada*. O que de fato se perdeu foi o resultado de pesquisas e colheitas interessantes, que, como vimos, produziram trabalhos escritos ou publicados de real valor para o estudo do homem e da natureza nordestina. Mas a atoarda foi de tal monta que essa lastimável perda não chegou a ser compreendida, de tal modo os gases deletérios da maldade a envolveram. Sem dúvida, já é tempo dum historiador consciencioso fazer ressurgir do olvido a verdadeira atuação da esquecida Comissão Científica. Com o naufrágio do "Palpite" naufragou de vez a sua boa fama. E, além disso, não foi mais possível publicar o resultado integral das explorações feitas.

ESTE LIVRO PERTENCE AO DANP
DEVOLVA-O COM PONTUALIDADE

O POETA DO CAJUEIRO E DA JANGADA

O coronel João Antônio Machado era um dos homens mais importantes da cidade de Fortaleza no comêço da segunda metade do século XIX. Comerciante rico, habitava o grande sobrado de dois andares, à esquina das ruas Major Facundo e Municipal, em frente à praça do Ferreira, construído no comêço da segunda década daquele século pelo famigerado coronel Conrado Jacob de Niemeyer, quando dominou o Ceará e o ensangüentou após a derrota da revolução de 1824. No local do mesmo sobrado, ergueu-se mais tarde o hotel Excelsior. Comandante superior da Guarda Nacional, o coronel Machado obrigava seus oficiais e praças a uma disciplina exemplar e era digno de se verem o brilho e o garbo daquela milícia nas paradas dos dias de gala. Todavia, sua importância e prosápia militar iriam um dia encontrar pela proa a perigosa metralha dos versos dum poeta.

Foi no caso do peru gordo da Jacarecanga... Encontrava-se em Fortaleza a famosa Comissão Científica, de que faziam parte Freire Alemão, o barão de Capanema, Antônio Gonçalves Dias e outras celebridades, a qual deveria estudar cientìficamente por proposta do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro todos os aspectos do Norte do País. Parte dessa comissão com seu material de estudos se aboletara num grande edifício construído entre os morros do bairro acima citado, o qual serviria mais tarde de Lazareto, seria depois Fábrica de Curtumes e acabaria o que hoje é — Escola de Aprendizes Marinheiros. Ali deveria realizar-se certo dia opíparo almôço, entre cujas iguarias figurava um gordíssimo peru recheado.

Entre os principais convivas, figuravam o senador Tomás Pompeu de Sousa Brasil, com quem a Comissão Científica tinha íntimas e constantes relações, o grande poeta Gonçalves Dias e o vate cearense Juvenal Galeno, cantor do cajueiro e da jangada.

Infelizmente, a hora do banquete ansiosamente esperado coincidia com a duma revista da Guarda Nacional e Juvenal Galeno era alferes do 1º. Batalhão de Fuzileiros. Ficou, pois, no terrível dilema: peru ou parada? Mas a companhia dos sábios da Comissão, do erudito senador Pompeu e do excelso cantor dos Timbiras o decidiu: para o diabo o dever militar e para o papo o gordo peru com o seu saboroso recheio. Foi, pois, ao almôço e faltou ao exercício. O coronel João Antônio Machado não aceitou as explicações posteriores do poeta e o mandou recolher prêso ao estado-maior. Juvenal Galeno revidou com versos satíricos, que fizeram época, "A Machadada, Poema Phantastico", impresso em 26 páginas, no ano de 1860, na Tipografia Americana, de Teotônio Estêves de Almeida, opúsculo que é atualmente raridade bibliográfica de alto valor. Essas rimas arrasavam o velho comandante superior e, antes que viessem a público, delas transpirou circunstanciada notícia. Isto levou os amigos do poderoso coronel a intervirem, procurando evitar a publicação, uns junto ao impressor, oferecendo-lhe até subôrno, o que êle repeliu, outros junto ao poeta, que não cedeu uma linha. "A Machadada" saiu mesmo e não houve como escapar a vítima aos seus terríveis golpes.

O autor dêsse pequeno poema satírico, que vingava o alferes prêso, então com 24 anos, mereceria em 1876, por ocasião de seu casamento com d. Maria do Carmo Cabral e Silva, filha do comendador Cabral de Melo, em presença do bispo do Ceará, D. Luís Antônio dos Santos, uma poesia em latim composta pelo padre Jerônimo Tomé da Silva, mais tarde arcebispo da Bahia e primaz do Brasil, que assim o saudava:

Salve ferta dies; Juvenalis tu inclyte vates...

O ínclito poeta Juvenal, no dizer do futuro D. Jerônimo, imortalizar-se-ia na história literária do Ceará e do Brasil como aquêle que mais profundamente haveria de sentir as vibrações

da alma de sua gente e a singela beleza das paisagens naturais de sua terra natal. "A Machadada" fôra simples assomo vingativo da mocidade; mas, antes de rimá-la, publicara no Rio de Janeiro, em 1856, os "Prelúdios Poéticos". Tinha 20 anos, pois nascera em Fortaleza a 27 de setembro de 1836. Filho de José Antônio da Costa e Silva e de d. Maria do Carmo Teófilo e Silva, era primo pelo lado paterno do grande historiador Capistrano de Abreu e, pelo materno, do grande jurista Clóvis Beviláqua e do grande romancista Rodolfo Teófilo. Conta o Barão de Studart que, quando Juvenal Galeno adolescente estêve na cidade do Aracati e ali estudou latim na aula régia, "ouvia igualmente as lições de um seu amigo, que se empregava a desmanchar fardos de fumo e a fazer e vender charutos. Êsse charuteiro mais tarde freqüentou o seminário de Olinda, empreendeu uma viagem à Terra Santa e cingiu com brilho a Mitra pernambucana; chamou-se D. Manuel de Medeiros".

Depois, Juvenal Galeno estêve no Rio de Janeiro e fêz parte do grupo de políticos e literatos que freqüentavam a famosa casa de Paula Brito, em cujo periódico "Marmota Fluminense" estampou seus primeiros trabalhos poéticos. O pai do poeta, proprietário de magnífico sítio na serra da Aratanha, desejava que o filho estudasse na província fluminense a cultura do café, a fim de implantar melhoramentos na sua exploração agrícola. Mas êle deixara-se levar pelos sonhos da alma, abandonando as realidades prosaicas e preferindo ao trato com os fazendeiros escravocratas do Sul o convívio com a roda espiritual de Paula Brito: Machado de Assis, Quintino Bocaiúva, Joaquim Manuel de Macedo, Teixeira e Sousa. "Na mesma mesa em que tirava as provas dos "Prelúdios Poéticos" na tipografia de Soares de Pinho, tirava também Melo Morais Pai as provas da sua "Fisiologia das Paixões."

Em 1865, o aparecimento em Fortaleza das "Lendas e canções populares", que recebeu os aplausos de Pinheiro Chagas, Araripe Júnior, José Feliciano de Castilho, Marques Rodrigues, Franklin Távora, Fernandes Pinheiro e Machado de Assis, sagrava Juvenal Galeno como inexcedível aedo da alma

do Ceará. Como prosador, receberia as palmas de José de Alencar, ao editar em 1871 as "Cenas populares". Em seguimento, viriam outros trabalhos rimados ou não, mas nenhum com a mesma fôrça.

Juvenal Galeno, sendo um letrado, um erudito, que longos anos exerceu o cargo de bibliotecário público em Fortaleza, nascera com a bossa de menestrel praieiro e sertanejo. Era o transmissor do sentimento popular puro, que encontrava uma ressonância admirável no seu gênio poético. De tal forma que algumas de suas quadras se espalharam entre o povo, e a gente não sabe hoje em dia se são dêle ou se são do poeta. Por exemplo:

Cajueiro pequenino
Carregadinho de flor,
Eu também sou pequenino
Carregadinho de amor.

Minha jangada de vela,
Que vento queres levar?
De dia vento de terra,
De noite vento do mar.

O grande Juvenal Galeno fechou os olhos para esta vida ingrata a 7 de março de 1931. Antes, a cegueira os havia fechado, desde 1907, durante 24 anos. Atravessou a existência serenamente, nesse triste período, sempre modesto e puro, legando-nos em sua obra a paisagem da praia e a paisagem do sertão, a poesia simples e ingênua do seu povo sofredor, crendices, superstições, formas folclóricas, o sentimento popular, a alma da raça, tudo o que é raiz imperecível da terra cearense. Seus versos espontâneos, leves, cristalinos e simples como água da fonte se imortalizaram, como vimos, na alma da gente rústica. Foi o Homero modesto do vaqueiro e do pescador, o Mílton humilde da terra nordestina.

Henriqueta Galeno, sua dileta filha e secretária dedicada, carinhosamente conserva como um douto instituto a casa em

que durante longos anos viveu em Fortaleza, na rua General Sampaio, o Poeta do Cajueiro e da Jangada. Ali a sua memória é constantemente cultuada, o seu espírito permanece invisível, mas vivo, como ensinamento perpétuo de amor às nossas coisas e ao nosso passado, desafiando o ceticismo das gerações que, recusando mergulhar nessas fontes de vida, se encaminham para o abismo. A alma de Juvenal Galeno palpita entre aquelas paredes que guardam as ressonâncias de sua lira, a qual êle fêz erguer como um símbolo romântico, no alto da fachada. É consolador saber-se, no meio da agitação infrene do nosso tempo, da existência dêsse remanso romântico, verdadeiro templo das letras cearenses.

UMA CEARENSE VOLUNTÁRIA DA PÁTRIA

Para a galeria das heroínas brasileiras, em que figuram Maria Úrsula de Abreu Lencastre, Joana Pereira, Bárbara Heliodora, Bárbara de Alencar, Joana Angélica, Maria Quitéria de Jesus Medeiros, Ana Néri, Rosa da Fonseca e tantas outras, o Ceará contribuiu com uma figura hoje esquecida, mas que merece ser lembrada. Trata-se de Jovita Alves Feitosa, humilde sertaneja que se alistou, em trajes masculinos, como voluntário da pátria, quando o Brasil inteiro ofereceu seus filhos, cheios de entusiasmo, para a guerra provocada pelos insultos à nossa soberania e à nossa bandeira lançados pelo ditador do Paraguai, Francisco Solano Lopez.

Jovita Alves Feitosa, da velha e tradicional família cearense dos Feitosas, que, durante longos anos, nos tempos coloniais, se empenhara em luta de vida e morte com a família rival dos Montes, dando origem à famosa guerra sertaneja dos Montes e Feitosas, nasceu a 8 de março de 1848, na povoação do Brejo Sêco, no sertão dos Inhamuns. Há dúvidas quanto à sua filiação. Em depoimento prestado no Rio de Janeiro, declarou ser filha de Maximiniano Bispo de Oliveira e de Maria Alves Feitosa; no que prestou ao chefe de polícia da província do Piauí, disse que os nomes dos pais eram Simeão Bispo de Oliveira e Maria Rodrigues de Oliveira, sendo neta do baiano Simões Dias.

Aos doze anos de idade, perdeu a mãe, levada pela terrível epidemia de cólera que varreu os sertões nordestinos em 1860 e viveu em companhia do pai até ir morar em Jaicós, no Piauí, com um tio chamado Rogério, que era mestre da

banda de música local. Trazia o desejo de dedicar-se à arte musical; mas as notícias da guerra e do entusiasmo que despertava na mocidade brasileira alcançaram aquêle longínquo rincão e a mocinha sertaneja decidiu-se a ir combater pela pátria ameaçada. Para isso, deixando a casa do tio em segrêdo, caminhou setenta léguas a pé e chegou à cidade de Teresina, capital da província, vestida de homem, tendo cortado os longos cabelos a faca e cobrindo a cabeça com um chapéu de couro, de vaqueiro.

Nesses grosseiros trajes masculinos se apresentou no Palácio da Presidência e se ofereceu como voluntário da pátria, segundo noticiou a imprensa local. Tinha de 17 a 18 anos de idade, feições de índio, isto é, acabocladas, e falar desassombrado. A propósito, o jornal teresinense "Liga e Progresso" estampava esta nota: "Em um dêstes últimos dias apareceu no Palácio da Presidência, pedindo para ser alistado voluntário da pátria, um jovem de 17 anos de idade, pouco mais ou menos, de estatura regular, vestido simplesmente de camisa e calças, e trazendo na mão um chapéu de couro. S. excia. o sr. dr. Franklin Dória (*barão de Loreto, presidente do Piauí*), aceitando-o como tal, lhe ordenara que, no dia seguinte, se apresentasse para ser aquartelado. Algumas pessoas, porém, notaram e ficaram prevenidas sôbre os sinais característicos dêsse jovem voluntário, que mais lhes indicavam ser uma mulher do que um homem, e não o perderam mais de vista. Às 5 horas da tarde do dia designado para o aquartelamento do jovem voluntário, uma multidão imensa o acompanhava para a casa do sr. dr. chefe de polícia, onde, chegando, declararam algumas pessoas que êsse indivíduo, que se dizia voluntário da pátria, era uma mulher disfarçada em homem. O sr. dr. Freitas mandou entrar o suposto voluntário e procedeu ao interrogatório que aqui damos à publicidade."

O referido interrogatório nos fornece a data exata do acontecimento que, então, agitou a cidade de Teresina: 9 de julho de 1865, pouco menos dum mês após a vitória do Riachuelo. Livre de ferros e de qualquer coação, diz o documento oficial, a rapariga foi inquirida pelo chefe de polícia em pessoa, na

presença de testemunhas e do escrivão Raimundo Dias de Macedo, respondendo com a maior clareza ao que lhe foi perguntado. Deu a filiação a que nos referimos e nome de Antônia Alves Feitosa. Jovita era apelido caseiro. Viera dos Inhamuns, no Ceará, e estivera sete meses em Jaicós, no Piauí, na residência dum tio. Vivia de suas costuras. Saíra de Jaicós a 20 de outubro e viera na companhia dos voluntários conduzidos pelo capitão Cordeiro, com o único fim de ver se podia ser aceita para a guerra do Paraguai.

"Perguntado se não era amásia de algum dos voluntários com quem veio, respondeu que não tinha relações com êsses homens, e que os acompanhou sòmente porque vinham para a capital, tendo por muitas vêzes declarado, quando indagaram da sua viagem, que se ia apresentar como voluntário da pátria."

Tomara roupa de homem por lhe dizerem que, como mulher, não seria aceita no exército. Seu sexo fôra descoberto, na feira, por outra mulher que notara suas orelhas furadas e a apalpara no seio, apesar de sua oposição. A mesma mulher dera parte do que descobrira ao inspetor do quarteirão e êste a mandara conduzir à polícia por dois soldados. Chorava em presença da autoridade por se sentir envergonhada. Não sabia carregar uma espingarda, mas sabia atirar com ela, tendo disposição para aprender a arte da guerra, suportar os trabalhos da campanha e matar o inimigo. Se o govêrno a não aceitasse como soldado, sujeitar-se-ia a seguir para o Sul do País, onde se ocuparia com o que fôsse próprio ao seu sexo. Todavia, o seu grande desejo era ser soldado. Seu pai ainda vivia no Brejo Sêco, no Ceará, em companhia de seus irmãos menores. O irmão mais velho, Jesuíno Rodrigues da Silva, partira já para a guerra. Sabia ler e escrever mal.

Outro jornal piauiense noticiava que Jovita tinha por intento "bater-se com os monstros que tantas ofensas têm feito às suas irmãs de Mato Grosso; vingar-lhes as injúrias ou morrer nas mãos dêsses tigres sedentos". Afinal, Jovita assentou praça e recebeu as divisas de 1º sargento. A imprensa afirmou que ela se apresentava nas ruas de Teresina de farda e saiote,

mostrando-se resoluta e satisfeita. O pai, que fizera uma viagem a Caxias, no Maranhão, foi vê-la em Teresina e deitou-lhe a sua bênção.

Jovita embarcou para a Parnaíba a 10 de agôsto de 1865, em companhia de 460 voluntários. No vapor "Gurupi", seguiu para S. Luís do Maranhão, de onde veio para o Rio de Janeiro, no "Tocantins", aí chegando a 9 de setembro. Por tôda parte despertava a curiosidade pública. Acorriam multidões para contemplá-la e aclamá-la. Suas fotografias saíam diàriamente na imprensa e rara era a pessoa que não possuía uma.

No mesmo ano de 1865, a Tipografia Imparcial, de Brito & Irmão, publicava no Rio de Janeiro um pequeno folheto sob o título "Traços Biográficos de Jovita, Voluntária da Pátria", de autoria de *Um Fluminense*. Nêle, a cearense é descrita desta forma: "É um tipo índio. Tem uma estatura mediana, maneiras simples e sem afetação, despida daquela gravidade, que impõe um respeito profundo, bem proporcionada, rosto redondo, uma cútis amarelada, cabelos curtos, crespos e dum negro acaboclado, mãos de homem e sêcas, pés grandes. Seus olhos negros, cheios de luz, a tornam simpática, seus lábios fechados com alguma graça ocultam dentes alvos, limados e pontiagudos. Uma serenidade d'alma estende-se pelo seu todo e mesmo lhe assegura uma confiança que a tranqüiliza."

Um Fluminense confessa que estêve com ela, que o surpreendeu pela singeleza e tranqüilidade da atitude. Trajava calças brancas, blusa de chita aberta ao pescoço, em tôrno da qual se via um rosário e uma corrente de ouro. Enquanto falava, brincava com bonecas sôbre uma mesa. Achou-a um tanto enigmática. Disse que tinha muita raiva dos paraguaios e lamentava que a não aceitassem como soldado. Estimava D. Pedro II. Sentia-se vivamente contrariada.

A 16 de setembro de 1865, o ministro da Guerra baixava o seguinte ofício ao comandante do Batalhão de Voluntários do Piauí: "Não havendo disposição alguma que permita a mulheres terem praça nos Corpos do Exército, nem nos da Guarda Nacional, ou de Voluntários da Pátria; não pode acompanhar o corpo sob o comando de v. s. com o qual veio da

província do Piauí a voluntária Jovita Alves Feitosa na qualidade de praça do mesmo corpo, mas sim como qualquer outra mulher das que se admitem a prestar junto aos Corpos em campanha os serviços compatíveis com a natureza do seu sexo, serviços cuja importância pode tornar a referida voluntária tão digna de consideração, como de louvores o tem sido pelo seu patriótico oferecimento: o que declaro a v. s. para seu conhecimento e govêrno. Deus guarde a v. s."

Jovita apelou dessa resolução ministerial; mas o ministro manteve o seu ponto de vista, louvando o seu oferecimento e oferecendo-lhe os meios para retornar decentemente ao seio de sua família. Outras voluntárias da pátria, que lhe seguiram o exemplo, também não foram aceitas. Em Pernambuco, d. Mariana Amélia do Rêgo Barreto, com 18 anos de idade, moça de boa família, que pretendeu alistar-se no 5º de Voluntários. No Rio Grande, d. Joana Francisca Leal Sousa. Em Alagoas, outra de que o nosso folclore conserva a lembrança nestes versos satíricos:

Sinhá Mariquinha
da saia comprida,
da crista de galo,
do pé de galinha,
não foi recebida
na tropa de linha.

A pobre Jovita viu, assim, desabar o seu sonho heróico que as manifestações públicas tinham acalentado. Exercitara-se em Teresina no manejo das armas e fôra promovida a sargento. Em S. Luís do Maranhão, fôra hospedada em casa do tenente Campos, ajudante de ordens do presidente da província, assistindo a um espetáculo em sua honra no teatro do empresário Vicente Pontes de Oliveira, onde a artista d. Manuela recitara, empunhando a bandeira imperial, versos de Moniz Barreto. Aparecera no palco rodeada pelos atores da companhia, fardados de voluntários da pátria, cantando em côro um hino de Libânio Colás com letra de Juvenal Galeno,

o grande poeta popular de Fortaleza. O povo cobrira-a de flôres. Um negociante português, Boaventura Coimbra de Sampaio, ofertara-lhe magnífico fardamento de pano fino. O juiz de direito Antônio Francisco de Sales deu-lhe um jantar em sua residência, comparecendo ao mesmo todos os oficiais do seu batalhão. Na Paraíba, fôra recebida por uma comissão de homenagem, que a presenteou com um anel de brilhantes. No Recife, o presidente levou-a ao Teatro Santa Isabel no seu camarote, sendo saudada por um poeta, que recitou uma poesia a ela dedicada, terminando por êstes versos:

Peço palmas para a moça
Que ocupa um lugar ali.
Ela vale uma epopéia;
Erguei-vos, nobre platéia,
Essa amazonas aplaudi!

Depois, tudo isso desabou. Veio o crepúsculo do esquecimento. Anoiteceu na sua alma. E a pobre Jovita terminou seus dias ninguém sabe como... Melancólico o fim dessa heroína que sonhara vingar na guerra as mulheres de Mato Grosso violentadas e mortas pelos invasores da pátria.

NO RIO DE JANEIRO

AS AVENTURAS DO CANOA DOIDA

Alexandre Francisco Cerbelon Verdeixa, alcunhado o Canoa Doida, deixou fama imperecível na crônica antiga do Ceará. João Brígido, seu primeiro biógrafo, diz que se não sabe ao certo o local de seu nascimento: Rio do Peixe, na Paraíba, Goiana, em Pernambuco, ou Crato, no Ceará. Inclina-se a considerá-lo pernambucano. Afirma que, desde pequeno, se assinalou pelas travessuras maldosas no gênero das do lendário Pedro Malasartes. Não conheceu o pai. A mãe, d. Feliciana, cavilosa e piedosa, oscilava entre "as asneiras do marido e as diabruras do filho", casada em segundas núpcias com um professor de latim, boêmio e piegas, Joaquim Teotônio Sobreira.

Em 1824, Verdeixa passou das traquinadas da infância às aventuras da adolescência, alistando-se nas fôrças republicanas da revolução de 1824 que, sob o comando de José Pereira Filgueiras e Tristão Gonçalves de Alencar, ocuparam a vila cearense de Jardim, "tomando parte no massacre dos presos e na *roda de pau* que se lhes aplicou, dando de cacête, com as duas mãos, em muitos pacientes, até caírem inanimados". Após a derrota dos rebeldes, passou-se para os legalistas do coronel Agostinho José Tomás de Aquino.

Durante seis anos, de 1824 a 1830, cursou o seminário de Olinda, ordenando-se em 1831 e sendo logo nomeado vigário de Lavras, no sul do Ceará. Como e porque se decidiu a seguir a carreira eclesiástica, quando até então não denotara a menor propensão para ela e os pendores naturais do seu espírito o inclinavam a outros rumos, é coisa que jamais se

BIBLIOTECA
DIRETÓRIO ACADÊMICO NOGUEIRA DE PAULA
ESTE LIVRO PERTENCE AO DANP
DEVOLVA-O COM PONTUALIDADE

conseguiu saber. Que se poderia esperar dum sacerdote, sem vocação formal e sem preparação adequada, sôlto num meio agitado como a região do Cariri naquele tempo? Teceu ali uma "enredada diabólica", malquistando o coronel Agostinho com Pinto Madeira, o infeliz rebelde de 1832, satirizou o perverso advogado Simplício José da Rocha, levou à ruína o juiz leigo Antônio da Rocha Moura, desancou em versos o famigerado João André Teixeira Mendes, o Canela Preta, e até nos casamentos que celebrava ofendia os noivos com pilhérias indignas do seu sagrado ministério. Daí o ódio que o cercou e o obrigava a viver sempre de sobreaviso, ocultando-se ou fugindo.

Teve de deixar o sertão e vir para Fortaleza, onde se tornou logo inimigo do presidente da província, o padre e senador José Martiniano de Alencar. Enganou os pobres índios mansos que ainda viviam na povoação de Arronches ou Parangaba, fazendo-os assinar uma representação em têrmos tais que os levou à cadeia. Blaterava por tôda parte contra o presidente Alencar e, caçado pela polícia, refugiou-se na casa do negociante português Martinho Borges, onde demorou o tempo que quis, obrigando-o a tratá-lo a vela de libra sob a ameaça de denunciar-se às autoridades, o que acarretaria os piores aborrecimentos no seu hospedeiro, verdadeira chantagem. Ia a cavalo insultar Alencar debaixo das janelas do palácio do govêrno, gritando-lhe a alcunha — Padre Cobra! e fugindo imediatamente a galope

Juiz de paz em Baturité, praticou as maiores arbitrariedades. Quando o quiseram prender, escondeu-se num buraco coberto por uma tábua sôbre a qual sua mãe plàcidamente fazia renda, trocando os bilros na almofada. Mal os beleguins, que o não tinham encontrado, se distanciavam, insultava-os duma janela. Voltavam, davam busca na moradia e nada. Êle estava no buraco sob as saias rodadas de d. Feliciana.

Envolvido numa tentativa de morte contra o presidente brigadeiro José Joaquim Coelho, mais tarde barão da Vitória, defendeu-se pessoalmente no júri a que o submeteram, encalacrando seu companheiro, o velho capitão-mor Barbosa.

Quando êste lhe perguntou porque lhe fizera tanto mal, respondeu que, se êle fôsse sôlto, passaria fome na cadeia, porquanto até ali vinha comendo do que a família do respeitável ancião mandava. Corria que tinha o dom da presciência, avisando as pessoas dos desastres iminentes que as ameaçavam e adivinhando a chegada das patrulhas que o procuravam. Ia se tornando aos poucos um personagem lendário.

Tantas fêz que se viu forçado a procurar outros ares. Embarcou para o Sul e conseguiu a nomeação de vigário de Carapebus, na província do Rio de Janeiro. Ali "amotinou contra si todos os espíritos", de forma tal que o amarraram às costas dum cavalo e o levaram até fora dos limites da paróquia. Encontrando um conhecido no caminho, disse-lhe que aquela boa gente o amava tanto que o levava daquele jeito para que não fugisse aos seus carinhos...

Era uma alma feita de violentos contrastes, ora de energúmeno, ora cheia de "doçura angélica". Suas aventuras foram sempre, no fundo, traquinadas ou molecagens. Parece que não deixou de ser criança. Não falam os seus cronistas de eventos amorosos na sua vida agitada e inquieta, em que as paixões políticas do momento predominam. Contudo, sabe-se que deixou dois filhos e duas filhas.

Em 1848, de novo no Ceará, redige o "Juiz do Povo", panfleto à maneira do "Père Duchêne", de Herbert, na Revolução Francesa, mal escrito e atrevido, que atacava tudo e todos em prosa e verso. Vigário de Soure, a antiga Caucaia, ali lhe imputaram crimes de morte. Prêso em Pacatuba por escrever libelos anônimos, foi mandado sob escolta para Fortaleza. No caminho, convenceu aos soldados que o deviam amarrar para não fugir. Assim o fizeram e, ao entrar na cidade, o povo, vendo um sacerdote ajoujado e lacrimoso, encheu-se de indignação, atacou a guarda e o libertou.

Deputado provincial nas legislaturas de 1848 e 1868, apesar dos 20 anos que as separam, em ambas nada mais fêz senão pilhérias, travessuras e meter os colegas em ridículo. De Fortaleza saía para as vilas próximas — Maranguape, Pacatuba e Baturité, onde pintava o sete. Irrequieto e andejo, aca-

bou mudando-se para o Aracati, de onde regressou moribundo à capital da província, embarcando num pequeno veleiro. Morreu, pouco depois de desembarcado, na Santa Casa de Misericórdia, segurando nas mãos hirtas um pacote com 400 mil réis, pelos quais vendera um velho escravo que o servia. Fôra, na verdade, uma canoa doida, levada aos trambolhos pelo rio da vida, figura curiosa do nosso passado a desafiar um estudo psicológico.

O boticário Antônio Rodrigues Ferreira (1801-1859), primeiro urbanista de Fortaleza.

O PRIMEIRO URBANISTA DE FORTALEZA

À cidade de Fortaleza, alegre, luminosa e bela capital do Ceará, viverá eternamente ligado o nome de Antônio Rodrigues Ferreira, o Ferreira Boticário, como sempre ouvi dizer na minha meninice e adolescência. Se Paulet, oficial do antigo Exército Português, auxiliar de confiança do famigerado governador Sampaio, em fins do século XVIII, lhe traçou a planta regular em tabuleiro de xadrez, numa e noutra margem do riacho Pajeú, a cujo curso obedeceu a antiga rua Direita, por sinal a mais torta de tôdas, a primeira realização urbana do plano geométrico se deve à visão e energia construtiva do velho Ferreira. E eis por que a primitiva praça Municipal, onde se situava sua farmácia, que ainda alcancei com o seu nome, centro da vida citadina, recebeu a denominação de praça do Ferreira, tão espalhada e conhecida em todo o Brasil, como a do Largo da Pólvora de Belém, a do Viaduto do Chá, de São Paulo, a da avenida Afonso Pena, de Belo Horizonte, a da rua Quinze, de Curitiba, a da rua Chile, da Bahia, a da rua da Praia, de Pôrto Alegre, ou a da rua do Ouvidor, do Rio de Janeiro.

Biografando o Ferreira Boticário, escreveu o desembargador Paulino Nogueira, documentado historiador cearense: "O político que mais legítima, benéfica, extensa, desinteressada e exemplar influência exerceu na generosa política conservadora do Ceará teve por berço província mui distante, por pai cidadão de modestíssima condição e sempre foi pobre de bens de fortuna." De fato, nasceu Antônio Rodrigues Ferreira no ano de 1801, na então Vila Real da Praia Grande,

hoje cidade de Niterói. Seu pai fôra soldado e desertara na campanha contra Artigas. Sua mãe morreu, deixando-o menino. Começou a vida como praticante duma farmácia, cujo dono pertencia à facção liberal avançada. Em 1824, recrutado para servir na Cisplatina, desertou e conseguiu embarcar para o Recife, onde o acolheu e protegeu o negociante português Manuel Gonçalves da Silva. Conheceu em casa dêste a um comerciante rico e importante de Fortaleza, Antônio Caetano de Gouveia, cônsul de Portugal, o qual o trouxe para o Ceará como seu caixeiro. Chegou à capital cearense em época trágica e difícil: campeava a terrível sêca de 1825 e a reação monárquica fuzilava na pequena praça, depois transformada em Passeio Público, ao pé do quartel de Linha e da fortaleza, os líderes da derrotada Confederação do Equador.

A amizade entre Antônio Caetano de Gouveia e Antônio Rodrigues Ferreira mais se estreitou quando o caixeiro humilde, valendo-se dos conhecimentos práticos de medicina e farmácia que tinha, lhe salvou a espôsa dum parto difícil. Requereu mais tarde no Recife a licença para o protomedicato, obteve-a e fundou a farmácia do seu nome na própria casa onde viveria longos anos e da qual sòmente sairia cadáver. Às funções de farmacêutico aliou as de médico ou prático de curar, atendendo com desvêlo e caridade aos pobres, o que lhe deu grande popularidade. Casou-se em 1827 com u'a moça do Aracati, retirante da sêca de 1825, d. Francisca Áurea de Macedo. Dêsse feliz consórcio não houve filhos.

O Partido Liberal no Ceará tinha o apelido de chimango e era norteado por duas grandes e notórias famílias da província: Alencar e Castro. Ferreira, vítima do seu primeiro patrão, o boticário liberal de Niterói, que contribuíra, sem dúvida, para o seu recrutamento forçado por senti-lo contrário às suas idéias, nunca formaria em suas agitadas hostes. Quando no início do Segundo Reinado se constituiu no Brasil, com os antigos corcundas, camelos, reacionários ou portuguêses e os liberais moderados, o Partido Conservador, êle criou o do Ceará em estreita aliança com um homem então de grande prestígio, o comendador Antônio Machado, cujo sobradão, construído pelo engenheiro militar Conrado Jacob de Niemeyer, à esquina das ruas Municipal e Major Facundo, onde hoje se encontra o hotel Excelsior, ainda alcancei. Receberam os conservadores cearenses a alcunha de caranguejos. A fundação dêsse partido em Fortaleza realizou-se a 16 de dezembro de 1840, data que serviu de título ao jornal por êle publicado e redigido por Miguel Fernandes Vieira, da família apelidada caracará ou carcará. Êsse órgão seria mais tarde crismado como "Pedro II" e teria existência longa e gloriosa.

A "enorme e crescente popularidade" de Antônio Rodrigues Ferreira tornou-o "o maior obstáculo oferecido ao adversário armado até os dentes" e uma "verdadeira potência política". Minada pelas angústias da luta política do marido, a espôsa, que era de compleição débil, não resistiu aos sustos das eleições tumultuosas de 1842, quando êle foi levado à presidência da câmara municipal, deixando-o viúvo. Durante 18 anos seguidos, de 1842 a 1869, êle foi vereador e presidente da municipalidade da capital cearense, cuja planta mandou levantar. Aumentou-lhe as ruas. Modificou o traçado defeituoso de outras. Demoliu vielas e becos esconsos. Abriu praças ou alargou e regularizou outras, como a que tomaria seu nome, pondo abaixo o chamado beco do Cotovelo que a cortava em diagonal e levando-a até a antiga rua Pará. Desapropriou a linha de casebres denominada Quartos do Agostinho, em face da velha praça Carolina, para no seu terreno levantar o edifício da Assembléia Provincial ainda hoje de pé. Também limpou a praça da Sé da velha casaria de taipa que a constringia e enfeava. Fêz novo alinhamento na praça do Garrote, mais tarde dos Voluntários da Pátria. Ajudou a construir a Santa Casa de Misericórdia. Cavou e revestiu de aduelas e margelas de pedra de Lisboa um grande cacimbão, a fim de fornecer água aos moradores, em cada uma das principais praças da cidade. Lançou a pedra fundamental da capela de Nossa Senhora das Dores, que se tornaria a igreja atual do Coração de Jesus. Introduziu outros muitos melhoramentos na cidade de que foi o primeiro urbanista.

Mas a face mais bela da vida dêsse grande fluminense que se tornou cearense pelo coração e que sòmente a sua morte revelaria foi a da caridade constantemente oculta. Êle cumprira durante a sua existência o preceito evangélico de ignorar a mão esquerda o que dava a direita. Antônio Rodrigues Ferreira morreu como bom cristão, com todos os sacramentos da igreja, às 9 horas da noite de 29 de abril de 1859, de um aneurisma da aorta. Então se verificou a falta que ia fazer nos auxílios discretamente concedidos a viúvas, órfãos e donzelas pobres.

Antes de morrer, escreve o biógrafo citado, virá "o triste espetáculo das eleições realizadas pela lei de 19 de setembro de 1855, que dividiu as províncias em círculos eleitorais de um só deputado e incompatibilizou a magistratura, triunfo dos liberais"... Sepultaram-no no antigo cemitério de S. Casimiro, sito nas proximidades da atual Estação da Estrada de Ferro, do qual, em 1880, quando foi extinto, transladaram seus ossos para o de S. João Batista. Antônio Rodrigues Ferreira ainda na hora da morte ignorava o destino de seu pai, que metera o pé no mundo desde a guerra de Artigas, tanto assim que dispôs em seu testamento: "Declaro que, não tendo descendentes, ao meu pai, se existir, no tempo de minha morte, que em direito é meu legítimo herdeiro, lhe será transmitido o domínio e posse de todos os meus bens." Êsse testamento traz a data de 27 de abril de 1859, antevéspera da morte do testador. É caso raro o dos filhos legarem seus bens aos pais.

A praça do Ferreira, sita no coração de Fortaleza, perpetua o nome dêsse grande, nobre e puro vulto do seu passado. Terá se acabado no nosso País essa raça de homens ou sòmente estarão êles excluídos pelo aventureirismo e a desonestidade sistemàticamente dos arraiais da administração pública e da política partidária? Creio que, diante de exemplos como o de Ferreira Boticário, em que vemos o esfôrço para vencer, a modéstia, a honradez, a eficiência, a caridade, a religião e o patriotismo de mãos dadas, é essa pergunta a que há de forçosamente ocorrer ao espírito da mocidade.

O NETUNO DE ÁGUA DOCE

A 10 de abril do Ano da Graça de 1649, os holandeses do capitão Matias Beck, dirigidos pelo engenheiro Ricardo Caar, iniciaram no tôpo da colina denominada Marajaitiba, banhada pelo rio Marajaik, a construção do forte Schoonenborch, com os materiais e a artilharia do antigo fortim de S. Sebastião, que Martim Soares Moreno erguera em 1611, na foz do rio Ceará. Foi esta a semente da vila do Forte, crismada no século XVIII como vila da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção do Ceará Grande. Sua primeira via pública, a rua do Quartel, nasceu ao pé da caserna levantada junto à fortificação em 1689. De 1698 em diante, quando esta foi restaurada, passou a chamar-se de Nossa Senhora da Assunção.

Na crista da colina, ao pé do conjunto, ainda hoje existente, da fortaleza e do quartel, começou a viver a capital do Ceará. Deu-se àquela plataforma natural fronteira ao mar o nome de Campo ou Largo da Pólvora. Com o tempo, as edificações o limitaram a um retângulo, dum lado o quartel, do outro a Santa Casa de Misericórdia, e, no terceiro, casas de moradia, baixas, humildes, de biqueiras corridas, das quais algumas ainda existiam, vai para um quarto de século. Elas formavam duas quadras cortadas pelas ruas da Boa Vista, hoje Marechal Floriano, da Palma, atual Major Facundo, e Formosa, agora Barão do Rio Branco. Essas três vias principais da cidade nascente desembocavam naquela praça aberta sôbre o oceano, cuja vista alegrava os olhos e cuja viração refrescante descansava os corpos.

Sendo a primeira praça da povoação e estando ao lado do

quartel, da fortaleza e das prisões, foi naturalmente local de execuções de penas de morte. Vencida a revolução de 1824, foram ali espingardeados o padre Gonçalo Mororó, o capitão Carapinima, Pessoa Anta, Ibiapina e Bolão, implicados nesse movimento republicano. Daí o ter o Campo da Pólvora seu nome mudado mais tarde para praça dos Mártires.

Em 1850, verificando ser o local preferido para passeios matutinos e vesperais dos moradores próximos, ideou o presidente da província dr. Fausto Antônio de Aguiar transformá-lo num Passeio Público, como era uso terem tôdas as cidades em Portugal e no Brasil. O govêrno provincial, porém, só realizou êsse projeto em 1864. A praça foi ajardinada e arborizada. Mas a parte em ladeira que descia até à praia do Maceió, onde outrora haviam ancorado os maracatins de Matias Beck, foi sòmente cercada, constituindo uma espécie de pequeno sítio ou chácara, que a câmara municipal alugava a particulares para hortas e capinzais. Estêve alguns anos na era de 1860 ocupado dessa forma por meu avô, o capitão José Maximiano Barroso. Sòmente anos mais tarde nesse terreno inclinadíssimo da encosta da colina Marajaitiba se fariam as grandes muralhas de sustentamento que permitiriam os chamados Primeiro e Segundo Planos do Passeio Público, constituindo o principal, o do Campo da Pólvora, o Terceiro, no mesmo nível da cidade.

Êste recebeu um belo gradil de ferro batido com portões largos abrindo sôbre as fachadas do quartel, da Santa Casa e a rua major Facundo. Os outros foram murados, com gradil de portão sôbre a praia. No Primeiro Plano, arborizado e entouceirado de bambus, fêz-se um lago artificial alimentado por um braço do rio Pajeú, o Marajaik dos holandeses. Ao centro, sôbre um montículo artificial erguido numa ilhota, uma estátua de Netuno, brandindo o tridente, desafiava a verde e espumejante cavalaria das ondas. Havia animais soltos nesse pequeno e encantador parque: emas, cutias, veados, cisnes e patos. Aos poucos abandonado, tornou-se um antro de vadios, que transformaram o lago em piscina e os dois pavilhões em estilo oriental, que ornavam suas margens, em vespasianas.

Por volta de 1914, a câmara municipal o entregou à usina de eletricidade, que aterrou o lago e ergueu uma horrenda chaminé de ferro, destruindo a harmonia da paisagem. O pobre do Netuno levado para o lago do Parque da Liberdade, depois Cidade das Crianças, passou a ameaçar com o tridente inútil as águas doces da antiga lagoa do Garrote.

O Segundo Plano teve uma linda arborização de pitombeiras e pitangueiras, repuxos em cascatas artificiais, a Diana no Banho, de Jean Goujon, mirando-se no espelho dum tanque, e um cassino, onde havia um bar e bilhares. Também abandonado no correr dos anos, foi raspado bàrbaramente. Atualmente, é uma simples praça de esportes.

Enfim, o Terceiro Plano, de vida gloriosa nas tradições urbanas, conseguiu escapar a uma destruição total. Suas alamêdas ou avenidas perpetuavam os nomes dos mártires de 1824. Em frente à Santa Casa, a avenida Pessoa Anta; em frente ao quartel, a Bolão; em frente à rua Major Facundo, a Ibiapina; no centro, a Mororó; paralela a esta, a Carapinima, sombreada de imponentes castanholeiras. Em 1888, aumentou-se o atêrro adiante desta e construiu-se a avenida Caio Prado sôbre o Segundo Plano, com magnífica vista sôbre o litoral, entestando com o primeiro baluarte da fortaleza de Nossa Senhora da Assunção. Era o Passeio Público administrado pela câmara municipal, mas as obras de embelezamento correram por conta duma subscrição entre os amigos do presidente da província, Caio Prado. Em cada pilastra dos lampiões que iluminavam a balaustrada daquele excelente miramar, uma placa esmaltada afixava o nome dum dos doadores. Certa noite, os cadetes da Escola Militar, que então existia no Ceará, invadiram o Passeio, arrebentaram tôdas essas placas, mataram as emas, as cutias, os veados, os cisnes e os patos, devastaram os canteiros e assassinaram um velho vagabundo que ali costumava dormir debaixo de pequena ponte. Foi o início da decadência em que cairia aquêle parque original em planos sucessivos.

Ventilado, agradável sobretudo pela manhã, à tarde e à noite, era o Passeio Público nos bons tempos passados o

ponto de reunião preferido pela população fortalezense. Do pôrto se avistava a linha multicor de sua iluminação festiva. Num coreto chinês, as bandas militares tocavam às quintas e domingos. A gente fina enchia a avenida Caio Prado, cujas batalhas de *confetti* no Carnaval se tornavam famosas. A gente de menos tom freqüentava a Carapinima. O povo miúdo ficava na Mororó. Separação de camadas sociais natural e espontâneamente feita. Nas tardes comuns, diante do mar, onde floriam os lenços brancos das jangadas voltando da pescaria, à sombra das castanholeiras, havia o Banco dos Velhos, reunião de homens de prol para um bate-papo erudito, e o Banco dos Moços, no qual se juntavam estudantes de direito e jovens jornalistas. O Banco dos Velhos transferiu-se mais tarde para a praça do Ferreira, onde se tornou famoso sob esta singela rubrica — O BANCO.

O último plano do Passeio Público morreu aos poucos. Rebaixaram o gradil, arrancaram-no, depois, puseram anúncios no baobá plantado pelo senador Pompeu, retiraram as bandas de música, abandonaram os ajardinamentos, entupiram os tanques. No meio dessa desolação, o gesto branco das estátuas ficou paralisado no ar como um protesto inútil: o Gladiador, o Mercúrio alado, a mutilada Vênus de Milo. A freqüência tornou-se sórdida. A avenida Carapinima passou a feira de pássaros. Jumentos e porcos fossaram os gramados ressequidos A água dos repuxos secou para sempre. E agora, ao invés de se tomarem medidas que salvaguardem a tradição secular daquele recanto ilustre e glorioso, restaurando o que fôr possível restaurar, corre a notícia de que o velho Passeio Público será riscado do mapa urbano e transformado em ponto de estacionamento de automóveis. Será possível tanto desamor às nossas mais veneráveis tradições? Será possível que a mecanização materialista da época assassine a alma das cidades? Será possível que dentro em pouco, como única testemunha da glória morta do Passeio Público cearense, reste sòmente o Netuno de água doce banido à margem cimentada da velha lagoa do Garrote?

HISTÓRIA DA PRAÇA DO FERREIRA

No ano de 1825, em plena sêca, chegava à capital da então província do Ceará, ainda mergulhada nos pesadelos da revolução de 1824, Antônio Rodrigues Ferreira, natural da Vila Real da Praia Grande, hoje Niterói. Desertor e filho de desertor. O pai fugira do Exército Real em campanha contra Artigas na banda oriental. O filho, do Exército Imperial, cujo recrutamento forçado o levaria à luta na Cisplatina. Refugiara-se no Recife em casa do negociante português Manuel Gonçalves da Silva, onde o conheceu e de onde o trouxe para Fortaleza o abastado Antônio Caetano de Gouveia. Tinha, então, 21 anos e adiantada prática de farmacologia obtida na sua terra natal.

Suas receitas salvaram dum parto difícil a mulher de seu generoso protetor, que o ajudou a obter da Junta Médica de Pernambuco licença para êle montar botica e se estabelecer no trecho da antiga rua da Palma, fronteiro ao esconso largo da Feira Nova. Ainda conheci na adolescência, com outros donos, a Farmácia Ferreira. Casado em 1827 com a aracatiense Francisca Áurea de Macedo, não deixou prole na terra que o acolheu e a que dedicou tôda a devoção de sua alma.

Em pouco tempo, o Boticário Ferreira tornou-se popular pela sua caridade e sociabilidade. Seu estabelecimento com jôgo de gamão e a boa *roda-de-calçada* para o bate-papo foi um ponto de encontro procurado pela gente graúda. A política acabou envolvendo-o e a tendência natural de seu espírito o levou às hostes da facção *carcará* do Partido Con-

servador, obediente ao mando dos Fernandes Vieira, que tomou, por sua causa, o nome de *partido da botica*. Homem de bem a tôda prova, Ferreira não se deixou contaminar pelos ódios e personalismos inerentes às lutas eleitorais nos meios pequenos, cercando-o sempre, por isso, o respeito e a estima de todos.

De 1842, quando enviuvou, a 1859, quando morreu, Ferreira Boticário viu-se contìnuamente eleito para a câmara municipal, que presidiu. Nunca pretendeu posições provinciais ou gerais. Dedicou-se inteiramente à política da cidade onde vivia. No exercício da vereança, foi verdadeiro urbanista. Procedeu ao levantamento da planta urbana, abriu algumas praças, alargou ou retificou o alinhamento de outras, destruiu os casebres que enfeavam certos locais, indenizando seus moradores, deu grande impulso à construção da Santa Casa da Misericórdia e demoliu o beco do Cotovelo que atravancava em diagonal o largo da Feira Nova, criando ali a grande praça que imortaliza seu nome e se tornou o verdadeiro coração de Fortaleza.

Tempos mais tarde, a quatro quadras de distância, debruçado sôbre o mar, se faria o Passeio Público. Com suas alamêdas ladrilhadas, seus altos gradis, seus gramados, suas pitangueiras em sebe e suas flôres, pontilhado pelo gesto branco das estátuas clássicas, tornar-se-ia um logradouro aristocrático e discreto, onde a boa educação do tempo, nas noites de retreta, espontâneamente separava as classes sociais. A praça, no entanto, sem nenhum dêsses encantos, serviria para tudo e seria de todos, rueira, popular, indiscreta, capital dêsse espírito esfuziante como um foguete, surpreendente, brejeiro, ao mesmo tempo desafiador, rotulado de Ceará-Moleque. Espírito que nada leva a sério, levando, porque é muito menos demolidor do que parece, porque não passa duma atitude com que o cearense procura, com a piada inesperada e o casquinar do riso, enganar a dor e a fome, esconder a angústia, iludir o drama de sua própria miséria. Pouco caso do seu orgulho de mendigo-grão-senhor espanhol. Desafio do seu amor próprio ao sofrimento, que também se expressa no dito — *desgraça pouca é bobagem*. Verdadeiro *duluxe* dos Flambeau de Rostand da sêca. Como as crianças assobiam no escuro para não terem mêdo. Por isso, o Passeio Público morreu e a praça do Ferreira cada vez continua mais viva e palpitante.

Quando ao fim da primeira metade do último século se terminou sua retificação, não passava dum areal ensombrado de cajueiros, enquadrado por edificações térreas de bica e beira, que do lado norte dominavam o sobradão de dois pisos do comendador Machado, construído pelo coronel Conrado Jacob de Niemeyer, à esquina da rua da Palma, e o sobradão do velho Pacheco, sede da municipalidade, no canto da Boa Vista. No local do primeiro, ergue-se o hotel Excelsior; no do segundo, o Abrigo Central, espécie de Tabuleiro da Baiana. À sombra dos cajueiros, costume que ainda presenciei, descansavam os animais das tropas ou comboios que traziam gêneros do sertão e para lá levavam mercadorias. De espaço a espaço, ao redor, havia frades-de-pedra, marcos talhados num bloco inteiriço, de belo lioz português, encimados por uma cabeçorra, sob a qual se via uma cinta de ferro com duas argolas. Por elas se prendiam dum ao outro as correntes que impediam a animalada de invadir as ruas.

Na terrível sêca de 1877 a 1879, abriram no centro daquela quadra um cacimbão com aduelas de pedra lioz, que vinha de Lisboa como lastro dos veleiros e não custava caro. Ao lado, posteriormente, puseram um chafariz do sistema que os franceses denominavam *fontaine Wallace*: pedestal cilíndrico bojudo com quatro cariátides sustendo pequena cúpula protetora das bicas; tudo de ferro fundido. Criação do escultor francês Charles Le Bourg. Peça hoje digna dum museu. Vinha-lhe o nome do modêlo adotado pelo grande filantropo inglês Sir Ricardo Wallace, que doara cem dessas fontes à cidade de Paris em 1872.

Em três cantos da praça arenosa, quiosques de madeira e zinco, servindo de cafés: o Java, o Iracema e o do Comércio, êste em forma de rotunda. Ao ser ajardinado e cimen-

ESTE LIVRO PERTENCE AO DANP
DEVOLVA-O COM PONTUALIDADE

tado o histórico logradouro em 1902, os dois primeiros foram aumentados e melhorados, o terceiro se transformou em chalé assobradado e se construiu um quarto, o Elegante, do mesmo feitio. Êsses cafés eram uma das peculiaridades da terra.

No decurso do tempo, a praça do Ferreira assumiu o papel de *ágora* ou forum de todos os movimentos sérios e de tôdas as molecagens de Fortaleza. Rodearam-na cafés, restaurantes, bazares, cinemas, lojas de modas, alfaiatarias, livrarias, a própria companhia telefônica. Foi ponto de bondes de burros, de elétricos, de ônibus e de automóveis de aluguel, teve bancos para rodas de conversas e de anedotas, fêz-se local de comícios políticos e agitações rebeldes, freqüentaram-na os boêmios e os tipos de rua, nela se procederam às engraçadas e movimentadas eleições dos reis-da-potoca e dos estados-maiores da mentira, ali estrugiram as vaias humilhantes. Essa história peculiar dentro da história da cidade precisa ser escrita. A história da praça do Ferreira formaria um dos mais interessantes capítulos da história do Ceará. Seus aspectos materiais, sua feição panorâmica têm sofrido grandes mudanças. Sua alma, porém, não muda nunca. A opinião da praça continua, como sempre, a absolver e a condenar. No centro, mais ou menos onde existiu o cacimbão, apruma-se a Coluna da Hora, que não é mais do que uma pilastra encimada por um relógio. Passa êste ano o primeiro centenário da morte do Ferreira Boticário. Deviam pôr seu busto em bronze coroando essa peanha. Seu monumento singelo dominaria, assim, a área que êle abriu, o espaço que êle criou, há mais dum século, para as expansões intelectuais, morais e sociais da urbe que tanto amou como sua segunda pátria.

ABELARDO FERNANDES MONTENEGRO ESTÁ ESCREVENDO. JUNHO/81.

O MAJOR CAPOTE

O major Capote foi um dêsses heróis anônimos, destinados a uma vida apagada e ao esquecimento total depois de mortos. O heroísmo do major Capote não refulgiu no campo de batalha, nem nas polêmicas da imprensa, nem na tumultuosa arena da política; mas se exerceu no silêncio e na modéstia da vida comum. E quem vai mais se lembrar dessas coisas no meio da pressa e do materialismo contemporâneo? O Ceará olvidou-o. Contar-se-ão pelos dedos os cearenses que tenham ouvido falar no seu nome.

A 14 de junho de 1828, nascia na então vila do Aracati Antônio Vieira Capote. Criou-se entre os vastos carnaubais das margens do Jaguaribe, livre e pobre. Na adolescência, foi para Fortaleza, onde se empregou como caixeiro da casa comercial de Vitoriano Augusto Borges, tronco de ilustre descendência. Que poderia ganhar nessas priscas eras um caixeirinho da capital cearense? Pois o jovem aracatiense pôs de parte algumas moedas do seu parco salário e com essas economias comprou certo dia um carro-de-bois. Havia observado a deficiência de transportes de cargas entre o centro comercial da cidade e o ponto do seu embarque e desembarque. Empregou nesse serviço o veículo adquirido, ganhou dinheiro, economizou, comprou outro carro; depois, meia-dúzia dêles; afinal se tornou senhor daquele negócio. Enriqueceu e montou casa de fazendas na praça do Ferreira. Continuou a prosperar. Tornou-se pequeno o meio para suas metas. Mudou-se para o Recife. Em 1857, abria importante loja de jóias na rua general Câmara, esquina da dos Ourives, no Rio de

Janeiro, onde dentro de pouco tempo se tornaria figura quase popular, cercada de admiração e respeito.

Muito rico, tornou-se verdadeiro cônsul do Ceará. Todos os cearenses necessitados que o procuravam encontravam nêle amparo e auxílio. Auxiliou a educar e formar ou educou e formou inúmeros rapazes. O Barão de Studart fornece-nos o seguinte rol dos seus bolsistas: Cesídio Samico, Alfredo de Carvalho, José Pereira Valente, Roberto Samico, Carlos Miranda, Domingos Jaguaribe, Joaquim de Carvalho, Antônio Capote Valente, João Pedro Damasceno, Tristão Eugênio da Silveira e Eugênio Tristão. Há ainda muitos outros que foram omitidos. Pensionava viúvas e órfãos, o que só se soube depois de seu falecimento, quando começou a fazer falta.

Em 1865, período do apogeu de sua fortuna, hospedou principescamente o imperador e sua comitiva, em sua fazenda de Santa Fé, antiga Solitário, na província do Rio de Janeiro, por ocasião da inauguração ali duma estação da Estrada de Ferro D. Pedro II. Inimigo de Bernardino Pacheco, quando o visconde do Rio Branco, presidente do Conselho, o fêz nomear em 1872 tesoureiro da Delegacia do Tesouro no Ceará, atacou violentamente o poderoso ministro e grão-mestre da maçonaria, pela imprensa. Prêso e condenado por injúria, o soberano indultou-o. No ano seguinte, 1873, quando a Questão Religiosa abalava o País, ofereceu à justiça denúncia contra o visconde, acusando-o de arbitrariedades. Essa demanda que lhe trouxe grandes desgostos e os esforços que despendeu de 1877 a 1879 em prol das vítimas da terrível sêca que assolava sua terra natal minguaram-lhe a saúde. O enfraquecimento levou-o à tuberculose pulmonar que lhe tirou a vida no último ano da calamidade. Foi sepultado no cemitério de S. Francisco Xavier, no Caju.

No dia seguinte ao de sua morte, o grande jornalista Ferreira de Menezes escrevia do próprio punho e estampava na "Gazeta de Notícias" esta nota admirável: "Êle passava por aí sempre modesto, ninguém o apontava. Alguém lembrou-se um dia de escrever que êle estava no caso de representar sua província no senado. O que? O major Capote? Ora... E meia-

-dúzia de tolos pôs-se às gargalhadas. Pois bem, agora, que o viram morto, é que mediram de que tamanho era êsse homem de bem, êsse homem de caráter e apreciaram a enorme bôca esfomeada que êle enchia com as suas esmolas! Então, abundantemente, nos seus funerais, não houve quem não dissesse: — "Quem melhor e mais legìtimamente que êsse homem poderia representar o Ceará? Êle, simples indivíduo, aliviou tão corajosamente uma província inteira! Quantas vêzes, entretanto, o Ceará procurou um homem sem ver e sem se lembrar do major Capote? Coisas da vida!"

Até hoje, que me conste, na cidade de Aracati, terra natal dêsse herói antigo, que não foi senador, nem presidente, nem deputado, mas era capaz de *encher de esmolas a enorme bôca esfomeada* das vítimas duma sêca com o dinheiro ganho honestamente, vintém a vintém, não em polpudas mamatas ou aventuras cambiais, não existe sequer um beco com o nome do major Capote. Em Fortaleza, muito menos. À pátria nada se deve pedir, disse Siqueira Campos, nem mesmo compreensão.

LAJES SEPULCRAIS INGLÊSAS NO CEARÁ

Os dicionaristas portuguêses e brasileiros registram a palavra *calçada* de modo geral como rua, caminho ou estrada empedrada. A mesma acepção se lhe dá na França: um engenheiro de *ponts et chaussées* é um engenheiro de pontes e estradas. No entanto, em Lisboa, com o tempo, o têrmo acabou restringido à mera indicação de rampas ou ladeiras pavimentadas, por exemplo: calçada dos Caetanos. No Nordeste brasileiro, a restrição tomou outro sentido: calçada é simplesmente o passeio das casas que margeia as ruas.

Da Bahia ao Pará, a história dessas calçadas urbanas, bem estudada, poderá fornecer interessantíssimo capítulo para um livro sôbre nossos antigos usos e costumes. Nasceram nos primeiros tempos da colonização, de terra bem socada, sustentadas por meios-fios de carnaúba, toras de madeira, tábuas ou batoques enterrados muito juntos, o que absolutamente não destoava das vias públicas sem qualquer pavimentação, empoeiradas ou enlameadas. Depois, com o estabelecimento das olarias, fizeram-se calçadas de tijolos de tabatinga ou de barro vermelho.

Todavia, as cidades, sobretudo as capitais litorâneas, foram crescendo, enriquecendo, civilizando-se. Empedraram-se as suas ruas principais. As calçadas acompanharam naturalmente êsse progresso e passaram a ser de pedra. Na segunda metade do século XIX atingiram o apogeu, feitas cuidadosamente de lajes quadradas ou retangulares, bem lavradas, de tamanhos variadíssimos, de arenito, granito, basalto, mesmo do

claro e poroso lioz de Lisboa. Vinham de várias procedências: Grã-Bretanha, França, Flandres e Portugal.

As calçadas tornaram-se até luxuosas com êsse esplêndido material. Os restos que ainda existem dessa época demonstram isso. Os donos das moradias nobres, solares e sobrados, traziam-nas sempre lavadas e polidas. Para gozar a frescura da noite, as famílias nelas se reuniam em poltronas austríacas, cadeiras de rotim e espreguiçadeiras de pano, deliciando-se em animados bate-papos. As chamadas *rodas-de-calçada* tornaram-se um hábito social, celebrado até nas páginas literárias. Algumas delas, aqui ou ali, tiveram papel de relêvo como ponto de reunião da gente melhor da terra e mesmo de próceres políticos.

Nas cidades marítimas nordestinas e nortistas, à exceção da Bahia, a boa pedra não era bastante e faltavam canteiros profissionais capazes de reduzi-la a lajes perfeitas. De onde vinha e como vinha êsse ótimo material? Êle até hoje testemunha, no que resta, a intensidade do tráfego de navios a vela entre o Brasil setentrional e a Europa, ao tempo da Monarquia. Éramos, então, um País quase sem indústria e grande exportador de gêneros tropicais e de matérias-primas, essencialmente agrícola, como já se convencionou dizer. Os veleiros europeus, ainda não derrotados pelos paquetes a vapor, buscavam nossos portos para carregar açúcar, café, cacau, arroz, algodão, couros e madeiras. Vinham algumas vêzes trazendo produtos manufaturados que não davam para lhes abarrotar os porões e, na maioria dos casos, em lastro. Êsse lastro, necessário ao bom equilíbrio da embarcação no mar, constituía-se de areia ou pedras brutas, de movimentação difícil e inútil, que se lançava fora no pôrto de chegada. Armadores e capitães, em busca de melhor proveito das viagens de ida e volta, procuraram obter lastros que lhes permitissem carregamento e descarga fáceis, sendo aproveitados no destino do barco e dando assim algum lucro. Seria, como vulgarmente se diz, dois proveitos num saco.

No início do século XIX, após as guerras napoleônicas, a Grã-Bretanha substituiu tôda a sua antiga artilharia de

costa. Adquirida em hasta pública e posta nos veleiros como lastro, foi levada para o Levante e para o Brasil. Ali e aqui chegando, eram os velhos canhões de ferro desembarcados e logo vendidos aos governos locais interessados em armar suas desguarnecidas fortalezas. Por essa razão, tanto nos litorais do antigo Império Otomano quanto nos do Império Brasileiro se encontram a granel enferrujadas peças de grosso calibre, tendo na bolada, sob a característica coroa inglêsa, as siglas dos monarcas Jorge II e Jorge III, G.R. 2 e G.R. 3. Esgotado o estoque dessas bôcas de fogo, buscou-se outro material que as substituísse com vantagem. E os navios passaram a trazer nos seus porões, bem arrumadas, as lajes de variado tamanho, diversa qualidade e múltipla procedência, que descarregavam, vendiam por preços acessíveis e iam servir para as admiráveis calçadas das nossas cidades marítimas.

Durante certo tempo, foi tal a procura dessas pedras de obragem, sobretudo nas Ilhas Britânicas, que as ruínas foram saqueadas e até os velhos cemitérios foram pilhados. Por isso, muitas vêzes, nas calçadas nortistas e nordestinas, se deparavam lápides de formato estranho e lousas sepulcrais, que ainda ostentavam as epigrafias denunciadoras de sua fúnebre origem. Na minha infância, conheci duas delas, emparelhadas, na calçada do lado sul da antiga travessa das Hortas, hoje rua Senador Alencar, em Fortaleza, entre as ruas Major Facundo e Formosa, esta crismada em Barão do Rio Branco. Ficavam ao fundo da casa comercial do sr. Arruda, ao lado dum portão de entrada para o quintal do negociante Areias. Ali permaneceram até a segunda década do século XX, quando cimentaram o passeio e desapareceram.

Quando estêve em Fortaleza, no ano de 1859, fazendo parte da famosa Comissão Científica de estudos do Norte, chefiada por Freire Alemão, o barão de Capanema observou essas lápides funerárias, que lhe causaram certa impressão. Tanto assim que, nos folhetins que escrevia, sob o pseudônimo de Manuel Francisco de Carvalho, para o "Diário do Rio de Janeiro" sob o título de "Zig-Zag", nos quais se metia a engraçado,

o famoso cientista a uma delas se refere no de nº. XXX. Diz êle: "A respeito desta pedra, pedimos vênia para ajustar uma certa continha com os srs. inglêses. Acham êles muito ridículo chamarmos Pintos, Corujas, Carvalhos, Pereiras. Traduzem êsses nomes lá para o seu idioma rebenta-língua, e riem-se a bom rir à nossa custa. Ora, se nós pagarmos na mesma moeda, perguntaremos que jeito lhe acham em chamar-se um leal súdito de Sua Majestade Britânica, a quem Deus guarde, o sr. Boi, ou o sr. Galo, ou o sr. Porco, com licença da palavra! A mesma lápide que veio parar na calçada cearense, muito naturalmente a trôco de dinheiro, dá pano para as mangas. Reza o respectivo letreiro o seguinte: THE BURIAL PLACE OR RICHARD WOOD-FINE. Ora, isso traduzido significa nada menos do que: AQUI JAZ RICARDO MULTA DE PAU. E agora? façam favor de rir-se de nos chamarmos Mr. Chiken ou Mr. Peartree."

Infelizmente, o barão de Capanema não transcreveu a inscrição da outra campa que durante cêrca de setenta anos ali fêz companhia àquela a que se refere. Quase cem anos depois, nenhuma das duas se encontra mais naquele local, "passeio dum dos becos da cidade", como escreve o geólogo-folhetinista do "Zig-Zag". O único documento ainda existente da presença dessas lajes sepulcrais inglêsas na antiga travessa das Hortas é o folhetim do "Diário do Rio de Janeiro". De onde se pode inferir, como dizia Musset, que o homem jamais escreve na areia, pois, como o papiro egípcio e o pergaminho medieval, o papel impresso tem mais vida do que as pedras.

BIBLIOTECA
DIRETÓRIO ACADÊMICO NOGUEIRA DE PAULA

A REPÚBLICA CEARENSE DE 1890

Pouco tempo depois da proclamação da República, quando se reuniu a Assembléia Constituinte encarregada de lhe dar conformação jurídica e se começou a falar em regime federativo, lavrou grande confusão por êsse imenso Brasil afora. Nas capitais das antigas províncias do Império que iriam se transformar da noite para o dia em Estados quase soberanos, houve sérias dúvidas, fundas divergências e variadas interpretações quanto à nova ordem de coisas. Se se procedesse a um estudo dêsse período de transição, de Norte a Sul do País, se encontrariam episódios e atos por demais interessantes. Vejamos para exemplo o que ocorreu no Ceará.

Em seu número 15, de 6 de abril de 1890, o "Relâmpago", jornal que se publicava em Fortaleza, trazia disparatado artigo de fundo, do qual transcrevo alguns tópicos:

"Feliz Ceará! Ingrato chefe do poder executivo do Estado Livre do Ceará (*sic*)! Feliz Brasil! que em tempos monárquicos falava em dividir-se, colocando um neto do Imperador no Norte, ficando o respeitável velho D. Pedro de Alcântara no Sul!... O povo é soberano e constitui-lhe o dever de fazer suas leis e tratar e advogar do bem do Estado, porque os negócios enveredam no desperdício, na decadência e no mal... O que queremos nós? Se é uma República confederada, para que êsse movimento de tropas? Nos Estados confederados todo cidadão é militar e tem em sua casa o seu armamento e a sua equipagem."

Infere-se dêsse aranzel que já se havia pensado em dividir o Brasil em duas monarquias, o que se sabe fôra idéia de

Holanda Cavalcânti, apoiado na França, mas para dar a coroa do Norte a uma irmã de D. Pedro II; que o Ceará já se julgava um Estado Livre; e que o articulista pensava que tôdas as confederações deviam obrigatòriamente ser como a Suiça, onde os cidadãos-soldados conservam em casa o armamento do govêrno...

Mais adiante, continua o jornal fortalexiense: "O sr. ministro da Justiça da República Cearense, em sua palestra última... O sr. João Lopes, ex-ministro..."

Esta revelação é mais sensacional do que as outras. Como seriam êsses ministros da tal *República Cearense?* Simples secretários de Estado, rotulados oficiosamente ou irônicamente de ministros, ou ministros mesmo de verdade? Eram ministros mesmo de verdade e, nessa qualidade, assinaram durante algum tempo, felizmente pouco, o então magro expediente do Estado. Depois, tudo fizeram para apagar a cincada ridícula que tinham cometido e por isso as crônicas não tratam do caso, sendo necessário escarafunchar velhas papeladas para encontrar referências que permitam exumar a sua carcaça.

Reunida a Constituinte na Quinta da Boa Vista, começou-se a falar de República Federativa, que muitos confundiam com Confederada. Dizia-se que cada uma das antigas províncias do Império seria transformada em Estado autônomo; completamente livre, afirmavam outros. As idéias federativas, importadas dos Estados Unidos por obra e graça de Rui Barbosa, eram mal compreendidas. Os jornais, completamente desarvorados, ora afirmavam que o País seria organizado em Federação, ora que os Estados se agrupariam numa Confederação. A diferença específica entre êsses regimes escapava à sua ignorância e curta visão. Daí a desconexão de idéias do "Relâmpago". Asseguravam ainda que cada Estado seria quase independente, devendo cuidar de suas relações exteriores, organizar tropas e esquadras, ligando-se sòmente à comunhão geral em caso de agressão estrangeira.

O resultado de tudo isso foi a proclamação da República Cearense, com sua bandeira e seu ministério. Aclamou-se chefe do poder executivo da mesma, como textualmente escrevia

o "Relâmpago", o comandante do batalhão do Exército sediado em Fortaleza, coronel Luís Antônio Ferraz. Constituiu-se o ministério da *nova nação* da seguinte maneira: ministro da Marinha o capitão do pôrto, comandante Emílio Lobato, *the right man in the right place;* das Relações Exteriores, o então tenente Alexandre Barbosa Lima, que se notabilizaria mais tarde como governador de Pernambuco e prolongaria no parlamento republicano sua ação política; da Guerra, o major Manuel Bezerra, veterano do Paraguai e amigo pessoal de Deodoro e Floriano Peixoto; da Fazenda, João Cordeiro, que seria longos anos senador pelo Ceará e se extinguiria no mais triste dos esquecimentos; do Interior e Justiça, o jornalista João Lopes Ferreira Filho, pai dos escritores e poetas Tomás e Oscar Lopes, deputado federal e algum tempo até presidente da câmara.

A engraçada República Cearense teve vida curtíssima. Cartas, jornais e notícias do Rio de Janeiro, bem como a opinião de pessoas competentes, passado o primeiro fervor da proclamação, abriram os olhos daqueles inexperientes republicanos e, como nos "Gatos" de Fialho de Almeida, retiradas as cadeiras, o ministério improvisado caiu de ... costas...

O mais interessante é que, na sôfrega ânsia de imitação, que é um dos piores males do Brasil, onde ninguém se quer dar ao trabalho de refletir, muitas cidades do interior entenderam de macaquear as capitais das ex-províncias e novos Estados, proclamando Repúblicas e instituindo ministérios. Foi o que, por exemplo, sucedeu com a famosa República Icoense, levada na troça durante muitos anos pelo Ceará inteiro.

Nos tempos da Colônia e da Monarquia, o Icó, velha cidade situada em pleno coração do Ceará, na região outrora habitada pela tribo indígena que lhe deu o nome, foi verdadeiro empório comercial e social do sertão. Orgulhosos por êsse motivo, seus habitantes andavam sempre de teiró com os das cidades próximas. Durante muitos anos, o Icó disputou a primazia em riqueza, fidalguia e importância ao próprio Aracati, cidade sita à foz do Jaguaribe, que, pelo seu pôrto do Fortim, "importava diretamente da Europa", segundo diziam os ma-

tutos de bôca aberta. Com o correr do tempo, as sêcas e outras crises, o Icó decaiu, o Aracati também, e a vida comercial se deslocou para Sobral, ao norte, e Crato e Juàzeiro, ao sul.

Apesar de sua decadência, não pôde o Icó em 1890 suportar que Fortaleza, a capital invejada, lhe passasse a perna em matéria de republicanismo ou republicanidade. Em tudo mais, podia ser; mas nisso não! Em Fortaleza fôra proclamada a República Cearense e instituído o Estado Livre do Ceará, com seu competente ministério. Pois bem, o Icó não lhe ficaria atrás.

Reuniram-se os vereadores na casa da câmara, proclamaram a República Icoense, instituíram o Estado Livre do Icó, aclamaram um chefe do poder executivo ou presidente e organizaram um ministério. Desta sorte, segundo sempre foi voz geral no Ceará, a velha e respeitável cidade sertaneja teve ministros da Justiça, da Fazenda, das Relações Exteriores, da Guerra e, o que é inacreditável, estando o Icó em pleno sertão, da Marinha... Dizia-se em Fortaleza que êste fôra o sr. José Pinto Coelho de Albuquerque, pai de honrada família, que morreu no cargo de administrador dos Correios. Nenhum documento, a não ser a tradição oral, comprova essa alegação.

Dêste modo curioso, nasceram no Ceará os primeiros brotos da árvore da República, a cuja sombra vamos vivendo enquanto Deus fôr servido.

A JUSTIÇA DE PIRES DA MOTA

O padre Vicente Pires da Mota, um dos notáveis estadistas do Império, nasceu na capital de S. Paulo a 1.º de setembro de 1799, em pleno regímen colonial, e ali faleceu aos 83 anos de idade, no dia 30 de outubro de 1882, antevéspera da Abolição e da República. "Presbítero secular, quando se fundaram as Academias de Direito no Brasil, — escreve Sacramento Blake — foi um dos primeiros matriculados na de S. Paulo, onde recebeu o grau de doutor, foi lente e diretor desta Faculdade. Administrou sua província natal, assim como as do Paraná, de Minas Gerais, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e do Ceará."

Era nessa peregrinação administrativa pelas diversas províncias do vasto Império Brasileiro que os homens de Estado da Monarquia se formavam no trato dos indivíduos e dos negócios públicos. Transferidos do Rio Grande do Sul ao Amazonas, os presidentes despedaçavam as molduras dos seus regionalismos, perdiam o contato com suas famílias e suas tribos, despersonalizavam-se no sentido local e, aprendendo a conhecer e sentir as gentes e coisas de todo o Brasil, se tornavam viva e profundamente brasileiros. Era essa uma escola notável de administradores que o aventureirismo republicano veio destruir, sobretudo, porque a Federação matou o todo nacional em benefício dos estreitos sentimentos e interêsses estaduais, que acabaram prevalecendo. Daí as ondas gaúchas, paulistas, mineiras ou paraibanas que assaltaram os empregos federais, conforme a procedência do presidente da República.

Palácio da Luz. Fortaleza.

Pátio interno do Palácio da Luz, construído por Silveira da Mota.

Antes de atingir às curuis da governança provincial, os políticos da Monarquia passavam por várias iniciações: uns na magistratura, como promotores, juízes municipais, juízes de direito e desembargadores em vários lugares do País, porque a carreira era de âmbito nacional; outros como chefes de polícia ou secretários provinciais, também removíveis, ainda outros nas sessões do parlamento. O padre Vicente Pires da Mota não escapou à regra geral. Sòmente governou as províncias acima enumeradas, depois de ter sido deputado à Assembléia Legislativa do Império em duas legislaturas, de 1835 a 1837 e de 1840 a 1841. Afinal atingiu o ápice de sua carreira como comendador da Ordem de Cristo, grande dignitário da Rosa e conselheiro de sua majestade o imperador.

Apesar de ter escrito pouco, pois dêle sòmente se conhecem os *Relatórios* oficiais, a *Tese* que defendeu perante a Congregação da Faculdade de S. Paulo para o lugar de professor catedrático da mesma e alguns artigos na fôlha política paulista "O Farol", era homem de sólida cultura e fino espírito. Mas a tais dotes sobrelevavam seu caráter firme, a seriedade de sua vida e a energia calma com que sabia resolver situações difíceis.

Deixou no Ceará, que governou com independência, alheio às maledicências e intrigas duma politicagem mesquinha, fama de justiceiro e enérgico, cujos derradeiros ecos ainda se faziam ouvir nas crônicas dos velhos jornalistas e nas palestras das pessoas idosas, quando de minha adolescência. Ouvi muitas vêzes meu primo, o padre Vicente Salasar da Cunha, que me batizou, referir-se ao administrador paulista com estas expressões:

— Aquêle era um padre danado!

A palavra *danado* tem na linguagem popular do Nordeste a significação de levado, de astucioso, de inteligente, de ativo, de bravo. Presta-se a tôdas estas interpretações. E as histórias que se contavam de Pires da Mota pintam melhor o seu caráter do que qualquer estudo psicológico.

Êle reformou o velho casarão quadrado da atual praça General Tibúrcio, em Fortaleza, ao lado da igreja do Rosário,

que serve de casa do govêrno, desde que foi trocado com a câmara municipal pela residência colonial murada dos antigos governadores da capitania do Ceará Grande, na antiga rua de Baixo, destruída criminosamente para aumento do mercado de cereais e frutas. Crismaram de certo tempo para cá êsse casarão pomposamente de Palácio da Luz. Seu pátio interno, com uma galeria coberta de tipo colonial, foi obra do padre Vicente Pires da Mota, coisa que bem poucos cearenses hoje sabem.

Estava êle uma tarde fiscalizando o trabalho dos pedreiros nesse pátio, quando um contínuo da secretaria do govêrno passou esgueirando-se rente à parede, de chapéu enterrado na cabeça, fazendo como se o não visse. De gênio assomado, o padre avançou para o empregado e com um safanão e estas palavras lhe atirou longe a cobertura:

— Então, *seu* cachorro, já se não tira mais o chapéu ao presidente da província?!

Ao bater o chapéu no chão atijolado, da sua copa se derramaram um bocado de feijão, um embrulho rasgado de farinha de mandioca e uns pedaços de tripa sêca. O dono daquilo tudo permanecia lívido e imóvel. Pires da Mota, dominado o ímpeto, perguntou-lhe:

— Que é isso?

— Sr. presidente, explicou humildemente o contínuo, eu sou muito pobre e moro longe da cidade; por isso tôdas as tardes vou ali ao mercado e compro o jantar para minha mulher, minha mãe e quatro filhos. É pouca coisa, porque ganho uma miséria. Como sou funcionário do Palácio e não me fica bem sair do mesmo, levando embrulhos de comida, para que não pensem que vivo dos restos do sr. presidente, escondo as minhas compras dentro do chapéu... Por essa razão, não me descobri e cumprimentei v. exa. como era do meu dever... V. exª. queira me perdoar e prometo que não farei mais isto...

O homem fêz menção de abaixar-se para apanhar o chapéu e o que dêle caíra. Pires da Mota deteve-o, segurando-lhe o braço com fôrça:

— Não, senhor! Absolutamente não! Quem derramou fui eu, eu é que devo apanhar e desculpar-me, rapaz, pois não podia adivinhar, não é verdade? Colheu a batina entre as pernas, acocorou-se e juntou as compras do contínuo na copa do velho chapéu. Entregou-lho com os olhos úmidos e um sorriso largo:

— Vá com Deus para sua casa e não volte amanhã nem depois. Dou-lhe dois dias de folga e vou tratar de aumentar-lhe o ordenado, fique descansado.

E, empurrando o homem que chorava e queria beijar-lhe a mão, ordenou, ríspido:

— Suma-se da minha presença, *seu* diabo!

Certa manhã, uma velha magra e mal vestida procurou Vicente Pires da Mota no Palácio do Govêrno. Disse ao ajudante de ordens que precisava falar-lhe com urgência. O presidente recebeu-a e dela ouviu esta queixa misturada com lágrimas:

Era viúva, paupérrima, vivendo de costuras e rendas de almofada numa casinha da lagoa da Jacarecanga. Criava uma neta, filha única de seu filho único, órfã de pai e mãe, a qual acabava de completar 16 anos. Um barbeiro, que trabalhava na travessa das Hortas e morava no seu bairro, arrastara a asa à menina e a desencaminhara. Agora se negava a reparar o mal. Depois de tentar todos os recursos, desesperada, ela vinha apelar para o sr. presidente, que era também padre, a fim de ver se era possível fazer-se justiça.

— Se o que me conta fôr verdade, respondeu Pires da Mota, farei a justiça que a senhora deseja e rápida. Volte amanhã por esta mesma hora e traga a sua netinha.

Mal a velha se retirou, mandou chamar a autoridade policial e encarregou-a de indagar da veracidade do que lhe contara a anciã. À noite, estava informado de ser tudo exato. No dia seguinte, a avó compareceu com a neta, rapariguinha alourada e débil, já em adiantado estado de gravidez. Mandou-as sentar e ordenou ao ajudante de ordens que introduzisse na sala o tal barbeiro, autor da façanha. Era um mulato pachola, de gaforinha, bem vestido, que de início teve um so-

bressalto diante das duas mulheres, mas logo se dominou e tomou atitude petulante.

O presidente com mansidão perguntou-lhe se era o pai da criança. Aquiesceu com a cabeça.

— Então, por que não se casa com a mocinha? continuou Pires da Mota.

— Porque ganho pouco e não posso sustentar família.

— Bem, falou o Padre, eu lhe arranjo um emprêgo.

— É, o senhor pode arranjar, mas eu não quero me casar.

— Por que, meu filho?

— Porque não fui o primeiro, embora não negue que o filho é meu.

— Isso dizem todos os que fazem o que você fêz, tornou Pires da Mota.

— Pode ser, porém não caso, declarou o barbeiro.

— Está bem! E, dirigindo-se ao ajudante de ordens, o presidente ordenou:

— Capitão, sente-se aqui na minha mesa e vá escrevendo o ofício que lhe vou ditar. E recitou, articulando bem as palavras, uma a uma, enquanto a pena de pato rangia correndo sôbre o papel em letras rasgadas:

" Ilmo. e exmo. sr. major comandante do Corpo Fixo da província do Ceará, no Quartel da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção."

Tossiu e continuou:

— "Tenho a honra de apresentar-lhe o cidadão..."

— Como é seu nome, rapaz?

— Felisbelo Martins.

— Muito bem... Prosseguiu o ditado:

"... o cidadão Felisbelo Martins, que vai recrutado por minha ordem e deverá ser embarcado para o Sul pelo primeiro paquete..."

— É o mais que v. ex.ª me pode fazer, interrompeu o mulato, assentar-me praça... Não quero outra coisa...

— É o mais? murmurou o presidente, já vai ver se é o mais... E ditou:

— "Logo após ter verificado praça no supradito Felisbelo Martins, ordeno, como comandante das Armas da província, que no mesmo sejam aplicadas 250 chibatadas, com a tropa formada em quadrado, por ter faltado ao respeito devido ao presidente da mesma província dentro do Palácio do Govêrno..."

O barbeiro estava lívido. Atirou-se aos pés de Pires da Mota:

— Sr. presidente, me perdôe pelo amor de Deus! Eu caso, sr presidente, eu caso... E começou a chorar.

O padre levantou-o com brandura:

— Pois é, não precisa chorar, rapaz, você casa e faz muito bem. Eu serei padrinho do casamento e lhe arranjarei um emprêgo. Se você tratar bem esta menina, ficaremos amigos para sempre... Mas não diga nunca que isso é o mais que eu posso fazer, porque ainda posso fazer muito mais por você, *seu* tolo!...

Era assim a justiça patriarcal dos velhos estadistas do Império.

O VELHO PALÁCIO DA LUZ

De uns tempos a esta parte, convencionou-se chamar ao velho casarão da praça General Tibúrcio, que serve de sede ao govêrno cearense, Palácio da Luz. O nome é bonito, não há dúvida, inspirando-se no glorioso apelido que o Ceará mereceu por ter sido o arauto da emancipação dos escravos, — Terra da Luz. Aliás, é moda batizar os paços da governação pelo Brasil afora com títulos tradicionais ou impressionantes: Palácio dos Campos Elíseos em S. Paulo, da Liberdade em Belo Horizonte, da Aclamação na Bahia, dos Leões em S. Luís, do Ingá em Niterói, de Karnak em Teresina, o que lembra o velho Egito, da Alvorada em Brasília e outros.

A sede do govêrno do Ceará, que já suportou um bombardeio de artilharia de 16 para 17 de fevereiro de 1892, quando foi deposto o general José Clarindo de Queiroz, um assédio de barricadas populares na deposição do dr. Antônio Pinto Nogueira Acióli, em 24 de janeiro de 1912, e um tiroteio violento em 1914, abriga há mais dum século os representantes do poder público. Começou sendo um casarão particular, *fora de portas*, diz João Brígido, pois a cidade se compunha, então, da praça do Conselho, depois da Sé, de umas quatro ruas, sendo uma, a Direita dos Mercadores, ao longo do Pajeú até a praia, e da praça Carolina, mais tarde do Mercado, do Comércio e José de Alencar, que não chegava até aquêle ponto. Edificou-o para sua residência particular o capitão-mor Antônio de Castro Viana, nos últimos anos do século XVIII, "de tijolo de côco e barro extraído das imediações da fortaleza; os rebocos foram de cal recebida do Aracati, donde primitivamente também vinha a telha".

Em 1801, quando o referido capitão-mor faleceu no cargo de tesoureiro da Fazenda Pública, achava-se em débito de avultada soma para com esta. Por êste motivo, a Junta de Fazenda penhorou-lhe o prédio e o vendeu à câmara municipal precisada de sede, pela grande quantia na época de 800 mil réis, servindo de fiador na transação, porque a referida câmara não dispunha no momento de dinheiro em espécie, um dos homens mais ricos e prestigiosos da capitania, o capitão-mor dos Inhamuns José Alves Feitosa.

O senado da câmara viu-se obrigado a criar um impôsto especial para pagar a sua nova casa. Foi o chamado *Subsídio das Aguas Ardentes*, "que consistia, refere o historiador já citado, em 4 mil réis sôbre pipa importada dêsse precioso líquido, que, ainda em 1814, em ata de sua sessão, dizia o senado, ser *objeto de luxo*. Vinha de Pernambuco". Conseguia-se um palácio à custa da cachaça.

O casarão ocupava a esquina da rua denominada do Rosário, que corre entre êle e a igreja dessa invocação, sôbre o terreno em declive para o vale do Pajeú, tendo como sua dependência tôda a área compreendida entre êle e as ruas do Rosário e antiga do Cajueiro. Em julho de 1803, o ouvidor Cabral a mandou cercar com altas estacas de pau-ferro, espontadas e seguras com travessas de madeira pregadas a prego. Nelas se abria um portão de tábuas, com ferrôlho e chave, protegido por um tejadilho. A obra, terminada em dezembro, custou 90 mil réis e delimitou o perímetro em que hoje se levantam os corpos da edificação, terraços, pátios, jardim e quintal do Palácio da Luz, uma quadra inteira na parte central e mais importante da cidade de Fortaleza. No tempo do futuro marquês do Aracati, João Carlos de Oyenhausen e Grevenburg, os soldados da guarda, mal pagos e famintos, pulavam a cêrca para furtar as goiabas do governador...

Antes de vir para o solar do capitão-mor Viana, a câmara ocupava uma casa da antiga praça do Conselho, edificada entre 1721 e 1727 por 400 mil réis, tirados do impôsto dos açougues

ou *talho das carnes* pelo governador Manuel Francês. Nela residiram alguns governadores da capitania e foi vendida, depois, ao mestre régio Ávila por 90 mil réis. Sempre maus os negócios oficiais. Devido a essa venda, êles que, antes, assistiam no quartel da fortaleza, passaram a habitar uma casa de terraço de tijolo e grandes portões, ao lado do Mercado de Cereais, que foi demolida entre 1928 e 1930, para aumento dêste. Deitava para a rua Direita dos Mercadores, do Comércio, de Baixo, do Conde d'Eu e Sena Madureira, que todos êstes nomes teve no decurso do tempo. Pertencia a Raimundo Vieira da Costa Perdigão e rendia de aluguel 40 mil réis por ano. Imagine-se se tivesse sido congelado por uma lei do inquilinato, que beleza! Ao mesmo foi mais tarde adquirida.

Em 1809, a câmara recebeu-a em troca da do capitão-mor Viana. Para esta vieram os governadores; para aquela foram os edis, que dali sòmente sairiam para o sobrado de Francisco José Pacheco de Medeiros, o famoso Pachecão, após a Independência, nêle permanecendo até há poucos anos. Êsse último paço municipal foi pôsto abaixo para o alargamento da praça do Ferreira e construção dum abrigo de cimento armado, espécie de Tabuleiro da Baiana.

Ocuparam o Palácio da Luz desde 1809 todos os capitães-mores e governadores da capitania do Ceará Grande, presidentes da província e comandantes das armas, presidentes, interventores e governadores do Estado. A lista é longa, pontilhada de homens notáveis como Manuel Inácio de Sampaio, Pedro José da Costa Barros, padre José Martiniano de Alencar, Manuel Felizardo de Sousa e Melo, brigadeiro José Joaquim Coelho, padre Vicente Pires da Mota, José Bento da Cunha e Figueiredo, Diogo Velho Cavalcânti de Albuquerque, Heráclito Graça, o barão de Catuama, o barão de Sobral, Miguel Calmon du Pin e Almeida, Antônio Caio da Silva Prado e Jerônimo Rodrigues de Morais Jardim, sem falar nos do período republicano.

Compunha-se o prédio, ao princípio, sòmente da parte térrea, na esquina fronteira à igreja do Rosário, onde durante muitos anos funcionou a Secretaria do Interior e, depois, se

Entrada da falsa prisão de d. Bárbara de Alencar na fortaleza de Nossa Senhora da Assunção.

instalou a Secretaria do Govêrno, bem como da parte que lhe seguia até a cêrca de pau-a-pique já referida. Fêz-lhe obras Barba Alardo em 1811. Em 1839, o presidente João Antônio de Miranda aumentou a edificação até a rua de Baixo, construindo o grande salão central e a parte assobradada que deita para a mesma. Em 1844, o tenente-coronel Inácio Correia de Vasconcelos levantou o terraço que se segue ao sobrado, perlongando a referida rua. Em 1854, o padre Pires da Mota edificou a sala-de-jantar, unindo-a por alpendradas à ala primitiva e por um belo terraço ajardinado, com painés de azulejos e estatuetas de louça do Pôrto, ao terraço, de Vasconcelos. Em 1878, José Júlio de Albuquerque Barros, barão de Sobral, fêz o passadiço coberto e com rótulas que completa a moldura do pátio interno, dando-lhe um ar conventual, tanto que, visitando-o, em 1913 ou 1914, Paul Adam julgou, como escreveu, achar-se em um mosteiro antigo. Eis o que diz no fim do último capítulo de "Les visages du Brésil": *Au palais du Président, il est un vieux cloitre rose et blanc, dallé de céramiques claires.*

Afinal, outras modificações de pouca monta foram levadas a efeito em algumas das administrações republicanas. Do mobiliário antigo, estragado em grande parte pela metralha em 1892, havia ainda até 1929 alguns dunquerques de espelho, com tampo de mármore, jarrões de porcelana e grandes espelhos de molduras douradas no salão, e tôda a guarnição da sala-de-jantar em nogueira esculpida. Depois de 1930, tudo isso desapareceu. *Quod non fecerunt barbari fecerunt Barberini...* E os Barberini, sobretudo das intervenções, não foram poucos...

Em 1811, quando estêve de passagem pelo Ceará, o viajante inglês Henry Koster freqüentou as reuniões que dava no casarão do capitão-mor Viana, recentemente trocado com a câmara municipal, o governador Luís Barba Alardo de Menezes. Eram pequenas recepções improvisadas, com chá, café, conversa e jogos de cartas, que faziam passar o tempo agradàvelmente. Nas datas solenes, ao pé do retrato do príncipe regente de Portugal, sob um rico dossel, o governador, de

grande uniforme, recebia num estrado alto as homenagens das pessoas gradas e, à noite, dava-lhes um jantar de gala, em que tudo era "excelente e adequado". Acrescenta Koster que êsse administrador construíra a parte central do paço, empregando nessa obra trabalhadores índios, aos quais pagava a metade do que custavam os braços livres. Era, então, o palácio o *único edifício assoalhado em tôda a vila.*

Longe vão êsses bons tempos. Em nossos dias, apesar do nome pomposo e ilustre, o Palácio da Luz não corresponde mais ao ambiente em que se encontra. A vila antiga é uma cidade moderna, viva e bela, de mais de 300 mil habitantes, uma das principais e melhores do País. As edificações de 1808, 1811, 1839, 1844, 1854 e 1878 não se integram mais no sentido e na forma de viver da atualidade. O velho Palácio da Luz, carregado de tradição e de história, não está mais de acôrdo com a esplêndida capital onde se encontra. Isto é uma grave ameaça que pesa sôbre êle, porque em nossa terra ninguém sabe conservar a alma das coisas, há mesmo o desprêzo, senão o ódio, pelo que chamam velharias. E, ao invés de construírem um paço novo, adequado a seus fins e ao ambiente, destinando o antigo, devidamente restaurado, a serviços públicos de natureza educativa ou cultural, sem dúvida um dia porão abaixo as veneráveis paredes que abrigaram tantas figuras ilustres do nosso passado e resistiram impávidas aos canhões *La Hitte* de 1892. Perderia Fortaleza um edifício desgracioso e velho, mas impregnado, para os que se habituaram a vê-lo desde a mais tenra infância e a ouvir falar dêle, da mais viva e humana simpatia. Êle por si só representa uma peregrinação ao passado, dessas que sòmente podem realizar os que aprenderam a compreender com Maurício Barrés o romantismo sem-par das coisas mortas.

A FALSA PRISÃO DE DONA BÁRBARA DE ALENCAR

Desce-se da bateria da cortina da velha fortaleza de Nossa Senhora da Assunção do Ceará para a falsa-braga da mesma por uma rampa abobadada, hoje quase atupida de entulhos, no meio da qual se vê, do lado esquerdo, uma portinhola de acesso a uma espécie de masmorra cavada no miolo de terra do baluarte superior, sem outro respiradouro além daquele postigo. Outrora teve ela uma grade de grossos varões de ferro.

Correu algum tempo a lenda de ali ter estado prêsa com seus filhos a famosa heroína da revolução de 1817, dona Bárbara de Alencar. Deu origem a isso a leviana asserção do historiador Pedro Thèberge no seu "Esbôço histórico da Província do Ceará": "Chegaram os presos sem novidade a S. Bernardo, de onde foram remetidos para o Ceará. Aí Sampaio prendeu-os em u'a masmorra, que havia feito praticar debaixo do chão, no interior da fortaleza, a qual estremecia sôbre suas cabeças, tôdas as vêzes que se davam salvas; e estas eram renovadas a cada momento, como que por acinte aos presos, aproveitando-se para isso tôdas as notícias favoráveis à contra-revolução, a fim de torturar mais as vítimas no cárcere obscuro e úmido que ocupavam."

Êsses presos eram, além de dona Bárbara, o diácono José Martiniano de Alencar, depois padre, presidente da província e senador do Império, e Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, mais tarde herói da Confederação do Equador, morto no combate de Santa Rosa, na revolução de 1824. O primeiro, emissário dos revolucionários pernambucanos para levantar o Ca-

BIBLIOTECA DIRETÓRIO ACADÊMICO

riri, onde sua família gozava de grande prestígio, fôra do Recife por terra ao famoso sítio Pau-Sêco, naquele fértil vale descoberto outrora por um escravo da Casa da Tôrre de Garcia d'Ávila, da Bahia. Dona Bárbara de Alencar era pernambucana, nascida no Riacho da Brígida, mas comprara aquela propriedade aos padres da Missão do Miranda, depois vila e hoje cidade do Crato, ali vivendo das fainas agrícolas. José Martiniano convenceu-a, a Tristão Gonçalves e outros parentes a apoiarem o movimento emancipador e republicano. Abortada a revolução, graças sobretudo à energia do conde dos Arcos, foram êles presos e conduzidos para Fortaleza. Governava a capitania o digno e enérgico Manuel Inácio de Sampaio.

Baseado na lenda corrente, sem a menor prova histórica, o capitão Beltrão Castelo Branco, quando comandou o 46º. Batalhão de Caçadores no Ceará, teve a idéia de colocar na bôca da pseudo-masmorra uma placa comemorativa. Inaugurou-a solenemente a 21 de abril de 1928 o coronel Luís Sombra, então comandante do 23º. de Caçadores. A lápide diz o seguinte: AQUI GEMEU LONGOS DIAS D. BÁRBARA DE ALENCAR, VÍTIMA EM 1817 DA TIRANIA DO GOVERNADOR SAMPAIO.

Não há maior mentira histórica gravada na pedra do que essa. O saudoso historiador cearense desembargador Paulino Nogueira destruíra havia muito tempo a afirmação inconsiderada de Thèberge, mostrando claramente que aquêles revolucionários de 1817 estiveram presos em "estreitíssimo e imundo calabouço no antigo quartel de 1ª. linha, entre a cadeia do crime e a fortaleza" até seguirem para a Bahia, o que não permite justificação ao êrro cometido. Foram os presos antes devidamente revistados, agrilhoados e postos em rigorosa incomunicabilidade. É tradição oral na família Alencar que o comandante da guarda remexia com a baioneta os alimentos que lhes mandavam, para ver se não continham bilhetes, venenos, limas ou pequenas armas. Dona Bárbara ocupou uma prisão separada da de José Martiniano e Tristão Gonçalves, que ficaram juntos. A história das salvas continuadas, que se davam por acinte e tortura, não passa de mera fantasia.

Outro consciencioso historiador cearense, o dr. João Nogueira, filho do desembargador citado, declara textualmente: "Dona Bárbara nunca estêve recolhida àquela prisão." E acrescenta êste curioso episódio: "Tristão, enfurecido com o tratamento que recebia na prisão, rasgou um braço e escreveu com sangue em u'a mortalha de cigarro: *Hoje ou amanhã na ocasião da comida fugiremos, dê no que der.* E enviou êste bilhete a dona Bárbara. Esta, conhecendo a têmpera do filho e prevendo as conseqüências de sua tentativa, mandou, por um oficial, o bilhete ao governador. Sampaio, ao ler o bilhete escrito com sangue, enternece-se; o que prova que não era pròpriamente um tirano, como muitos o chamam, mas vítima dum dever mal compreendido. Manda imediatamente passar os presos para um quarto mais espaçoso e arejado, e permite-lhes que tomem roupas, tanto para cobrirem o corpo como os grilhões, bem assim que façam a barba e cortem o cabelo, que já tinham muito grandes. A comida é melhorada e o tratamento mais humanizado até embarcarem..." Finalmente, o dr. João Nogueira opina com a maior franqueza: "O governador Sampaio deve ser olhado como um homem honrado que cumpriu integralmente um de seus ásperos deveres; e êste conceito em nada diminui a glória dos revolucionários de 1817..." Na verdade, o governador defendeu o seu Rei e as instituições do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, sem recorrer à pena de morte como fêz na Bahia o conde dos Arcos.

Dona Bárbara e os Alencares nunca poderiam ter sido metidos naquele covil que a lápide mentirosa assinala, porquanto aquilo não era prisão, mas simples paiol para guardar as munições de salva, do serviço comum da fortaleza e a palamenta de sua artilharia: lanadas, soquetes, murrões, bota-fogos. A portinhola gradeada, agora desaparecida e que daria a idéia de masmorra, sabe-se que fôra mandada colocar em 1854 pelo presidente da província, padre Pires da Mota, a fim de ser ali encerrado um criminoso de morte, cuja temi-

bilidade não permitia mais ficasse na cadeia pública da capital cearense. Tratava-se de João Francisco Tavares, vulgo João Chico, já condenado à pena última por homicídio, o qual matara numa rixa o assassino Guilherme, seu companheiro de presídio, e noutra andara trocando facadas com um galeote negro.

João Chico, natural da então vila do Ipu, tirara bàrbaramente a vida a uma pobre mulher, dentro de sua própria casa. O júri sertanejo condenou-o à fôrca. Enquanto esperava o julgamento do recurso que interpusera à Relação do Recife, fôra transferido para a cadeia de Fortaleza, servira de carrasco numa execução na cidade do Aracati e espalhara a desordem por onde passara.

Submetido a novo júri, viu-se condenado à morte. O Poder Moderador negou-lhe a graça pedida. Como ninguém o pudesse conter na prisão, cujas paredes não ofereciam a precisa segurança para uma fera humana dêsse quilate, o presidente da província mandou limpar, caiar e gradear o covão da falsa-braga, a fim de o isolar em lugar seguro. Isso, 37 anos depois da prisão de d. Bárbara. João Chico não chegou, porém, a ser transferido para essa cripta da fortaleza, pois o aviso do ministério da Justiça de 18 de dezembro de 1854, chegado ao Ceará na primeira semana de janeiro de 1855, ordenou sua imediata execução.

Levaram-no logo, algemado e acorrentado, para a vila do Ipu e lá o enforcaram com tôdas as formalidades legais, na manhã de 27 de janeiro de 1855, no mesmo local onde, dez anos antes, havia sido morto pela mão do carrasco o escravo Estêvam, que matara seu feitor adormecido com a mão do pilão com que socava milho. A fôrca fôra, pois, armada defronte do cruzeiro da matriz.

O preparo dessa prisão de emergência que não chegou a ser utilizada é tudo quanto a pesquisa histórica encontra no fundo da lenda da masmorra de dona Bárbara de Alencar, que a fantasia pintou abalada pelas contínuas descargas dos canhões e a leviandade oficial coroou com uma epigrafia falsa e caluniosa. A glória da heroína de 1817 não precisava dessas

mentiras douradas pela imaginação ou pela parcialidade dos pósteros, nem da acusação feita sem a menor justificativa a Manuel Inácio de Sampaio, administrador dos melhores que teve o Ceará no período colonial.

ESTE LIVRO PERTENCE AO DANP
DEVOLVA-O COM PONTUALIDADE

UM VELHO SOLDADO CEARENSE

A 25 de março de 1873, falecia na cidade do Rio de Janeiro, aos 70 anos de idade, o brigadeiro Francisco Xavier Tôrres, nascido em Fortaleza, no ano de 1803, com praça de cadete na antiga Companhia de Artilharia do Ceará, a 5 de agôsto de 1806, *sem benefício de sôldo e pão*, isto é, sem perceber vencimentos do erário público. Como se vê, entrara para as fileiras aos 3 anos de idade, sistema usado nessa época para favorecer com o maior tempo possível de serviço a nobreza militar. Criavam-se, assim, aquelas assinaladas dinastias de soldados que atravessaram tôda a época imperial e algumas chegaram na República até nossos dias. A 28 de março de 1814, com 11 anos, deu Francisco Xavier Tôrres baixa do serviço militar, naturalmente para poder cursar os estudos secundários, voltando ao seio da tropa a 1º de maio de 1821 e sendo a 19 de novembro do mesmo ano promovido a 1º cadete porta-bandeira.

Tanto no Brasil-Reino como no Brasil-Império, os filhos de militares que assentavam praça o faziam como cadetes. Êste nome se originava do dos filhos segundos ou mais moços das casas fidalgas, que, devido ao morgadio ou primogenitura, que reservava aos filhos mais velhos os títulos, prerrogativas e fortuna da família para que se mantivessem e se não destruíssem pela divisão equitativa entre os irmãos, eram obrigados a seguir a carreira das armas, a eclesiástica e, mais tarde, a da magistratura. Deu isso origem à nobreza militar, à nobreza clerical e à nobreza de toga.

Os cadetes eram soldados rasos com certos privilégios: usavam farda de pano fino, davam sòmente sentinela das armas e não encobertas, podiam comer à mesa dos oficiais e eram presos no estado-maior. Forneciam ainda nas escoltas reais e imperiais os batedores do côche dos soberanos. Na nossa vida militar, houve 1ºs e 2ºs cadetes. Êstes eram os filhos de oficiais subalternos até o pôsto de capitão; aquêles, os dos oficiais superiores, de major a coronel, e dos oficiais generais, de brigadeiro a marechal do Exército. Usavam os primeiros duas estrêlas prateadas ou douradas na manga do uniforme; os segundos, uma estrêla.

Teve Francisco Xavier Tôrres o pôsto de 1º cadete por ser filho do sargento-mor ou major do mesmo nome, casado com d. Ana Tôrres, ambos naturais de Pernambuco. Aos 1ºs cadetes competia, nas unidades em que eram incluídos, o honroso encargo de conduzir a bandeira. Foi êsse o início da vida militar da figura mais marcante do Ceará nos fastos de nossos Exército da Independência, ao meado do Segundo Reinado.

Como porta-bandeira, tomou parte na famosa Expedição Auxiliadora, que, sob o comando de Tristão Gonçalves de Alencar e José Pereira Filgueiras, seguiu do Ceará para o Piauí e o Maranhão, a fim de bater a tropa portuguêsa do major Cunha Fidié, contra a qual valentemente lutou no campo do Retiro do Jenipapo e sitiou em Caxias, onde foi forçada a capitular.

A 11 de setembro de 1824, recebia o galão de alferes do 22º Batalhão de Caçadores da 1ª Linha, na guarnição de Fortaleza, a 12 de outubro passava a tenente, depois a secretário do comando das armas e seguia com seu corpo para o Maranhão, de onde regressaria à terra natal em 1826, já no pôsto de capitão, a que ascendera no ano anterior.

A revolução de 1824, que permitira a proclamação da efêmera República do Equador em Pernambuco, convulsionara a província do Ceará. O fermento da anarquia permanecia no sul da mesma, na região do Cariri. Os excessos dos liberais e republicanos determinavam naturalmente uma reação conservadora, que teve foros de absolutista, a qual se polarizaria em 1831, depois da abdicação de D. Pedro I, na rebelião de Pinto Madeira. Desde 1829 se achava aquela zona em ebulição. O major Francisco Xavier Tôrres foi mandado para a vila do

Crato com uma fôrça expedicionária e ali manteve a ordem, retirando-se em agôsto de 1830 e deixando tudo em paz.

Assumiu em 19 de outubro de 1831 o comando das armas, isto é, o govêrno militar da província. A sua ausência do Cariri permitira a explosão reacionária de Pinto Madeira. Contra êle marchou com tôdas as fôrças disponíveis no início de 1832, batendo-o no combate do Icó a 4 de abril. O general Labatut, enviado pela Regência contra os rebeldes do Crato, depois de assumir o comando das tropas em operações, louvou em ordem do dia a atuação do major Tôrres.

Dessa data até 1834, teve o referido militar sério dissídio com a autoridade civil, sendo mandado prêso para o Rio de Janeiro, de onde regressou, justificado, a retomar o comando de seu corpo de caçadores na guarnição de Fortaleza.

Vamos encontrá-lo no ano de 1835 prestando serviços na restauração da ordem no Pará anarquizado pela Cabanagem. Distingue-se na tomada de Turiaçu e exerce o comando militar nessa vila, nas de Ourém e de Bragança, perseguindo sem descanso as guerrilhas dos rebeldes. Três anos permanece no interior paraense, onde lhe chega em 1838 a promoção a tenente-coronel. Só em maio de 1839 volta ao comando da guarnição do Ceará, para, de agôsto a dezembro, manter a ordem pública na vila de Sobral, tomando ali atitude contrária ao presidente padre José Martiniano de Alencar.

A Balaiada se espraiava pelo Maranhão e, através do Piauí, atingia as fronteiras setentrionais cearenses. Contra ela, o tenente-coronel Tôrres avançou com um batalhão provisório de caçadores e outras fôrças auxiliares, batendo-os das Algodoeiras e da Baíba até Angicos Brancos e Frecheiras, que tomou de assalto, no interior piauiense. Apesar de enfêrmo, continuou no pôsto até janeiro de 1841, viajando depois para a Côrte e retornando em junho ao Ceará, onde comandou a 1ª legião da Guarda Nacional e de novo o batalhão provisório de caçadores.

Sòmente em 1847 seria o tenente-coronel Tôrres graduado e, depois, efetivado no pôsto de coronel. Serviu no Batalhão de Caçadores do Pará em 1850, comandou as armas em Pernambuco no ano seguinte e participou, sob o comando do então conde de Caxias, da campanha contra Rosas, tendo entrado em Montevidéu e guarnecido a colônia do Sacramento em 1852. De regresso ao Rio de Janeiro, recebeu a comenda da Ordem de Cristo.

Até 1859, serviu em Alagoas, Pernambuco e Pará, no comando de batalhões de infantaria das respectivas guarnições. Nesse ano, foi transferido para o Corpo de Estado-Maior de 2.ª Classe, apresentando-se no Rio de Janeiro. Mais tarde, exerceu as funções de assistente do ajudante-general ou chefe de estado-maior da guarnição, como se diria hoje, em S. Luís do Maranhão. Em 1861, inspecionou os corpos sediados no Piauí e no Ceará e, em 1863, os da província maranhense. De fevereiro de 1865 a julho do mesmo ano, dirigiu o Arsenal de Guerra de Belém. Em novembro seguinte, tomava parte nas operações da campanha do Uruguai sob as ordens do marechal visconde de S. Gabriel, tendo entrado em Montevidéu, de onde regressou ao Rio de Janeiro a 27 de janeiro de 1866 para ser reformado no pôsto de brigadeiro, que corresponde ao de general-de-brigada atual, por sofrer de moléstia incurável.

Apesar de enfêrmo e reformado, ainda serviu como comandante da fortaleza de Santa Cruz em 1867 e numa comissão especial do ministério da Guerra em 1871. Galardoou-o o govêrno imperial com a venera da Ordem da Rosa.

A vida militar do brigadeiro Tôrres, como ficou tradicionalmente conhecido em sua terra natal, detém-se no limiar da campanha do Paraguai. Veterano da guerra da Independência e das contendas civis que tiveram por teatro o Norte do País — Pintismo, Cabanagem e Balaiada, marchou para as lutas platinas à frente de seus caçadores, a pé por duas vêzes, contra D. Juan Manuel de Rosas e a favor de D. Venâncio Flôres. Tinha mais de 60 anos, quando o Exército Imperial desafrontou a nação ferida pela invasão paraguaia de Mato Grosso e do Rio Grande do Sul. A espada que deveria brandir em sua defesa contra Solano Lopez seria empunhada por outros grandes soldados cearenses que se cobriram de glória: Antônio Tibúrcio Ferreira de Sousa, o bravo comandante do 12º de Infan-

taria, cognominado o Treme-Terra, José Clarindo de Queiroz, soldado aos 15 anos de idade, e o taciturno, impoluto, disciplinado e heróico Antônio de Sampaio, ferido de morte em Tuiuti, à frente da sua famosa Divisão Encouraçada, patrono da Infantaria Brasileira.

A tradição militar cearense conta desde os tempos do Brasil-Reino com essas grandes figuras.

O ASSASSÍNIO DO MAJOR FACUNDO

O major João Facundo de Castro Menezes, chefe do Partido Liberal e comandante do Batalhão dos Nobres de Fortaleza, foi assassinado no comêço da noite de 8 de dezembro de 1841. Acabara de jantar em sua residência, que ficava na antiga rua da Palma, esquina da da Assembléia, do lado chamado da sombra, dando a frente para esta e o oitão, onde se abriam as janelas do sótão, para aquela. A sala de refeições deitava duas sacadas sôbre a rua da Palma. A uma delas se debruçou o major, em companhia da espôsa. A cidade não tinha iluminação regular e a noite estava bastante escura. Em frente, havia na outra esquina um prédio em construção, com andaimes e montões de materiais. Ali, sùbitamente brilhou um lume. A mulher do major viu-o e disse-lhe:

— É melhor entrarmos. Aquilo me pareceu um bacamarte que mentiu fogo.

Mal acabava de falar, ouviu-se o estrondo dum tiro. João Facundo tombou morto, a cabeça esfacelada pela metralha do trabuco. Ela caiu ferida a seu lado.

Ouvi inúmeras vêzes na minha meninice contar essa história. A casa de meu avô ficava na mesma quadra da em que morrera o major, onde está hoje o edifício João Lopes. A de meu pai, onde fui criado, erguia-se uma quadra adiante e já não existe mais. Na infância, ainda alcancei os letreiros *Rua da Palma* à esquina desta com a das Flôres, porém desde muitos anos o nome fôra mudado, em memória da vítima de 1841, para rua do Major Facundo. Muitas tardes, ao sair com meu pai, passando pela velha residência do major, já ocupada pela

casa de ferragens Vilar, que a derrubou e no seu lugar fêz nova edificação, até agora existente, êle me mostrava a porta em que fôra transformada a sacada do crime. Essas coisas não se esquecem nunca. Assim, desde a idade de razão, foi-me familiar o cenário da tragédia que abalou a capital cearense há mais dum século, durante as lutas políticas que se sucederam à maioridade forçada do senhor D. Pedro II.

O auto de corpo de delito que o capitão-mor Joaquim José Barbosa mandou, como juiz de paz, proceder no dia seguinte ao crime, 9 de dezembro de 1841, pelo "cirurgião-mor da província do Ceará Grande", Joaquim da Silva Santiago, e pelo cirurgião Francisco José de Matos, verificou: "uma ferida longa sôbre a parte lateral média e inferior do crânio do lado direito, com fraturas ou grandes destruições nos ossos parietal, escamosa do temporal e coronal até a apófise, todos do mesmo lado direito com extensão de duas polegadas de bôca circularmente penetrando a cavidade do crânio, em direção oblíqua para a base posterior e inferior do occipital, com perdimento e destruição do cérebro e grossos vasos; outro ferimento junto ao côndilo esquerdo do occipital, contendo uma polegada de extensão triangularmente, sem fratura da sutura comboidia e destruição da porção cerebelar..." Como se vê, a trabucada arrebentou o crânio da vítima. Os ferimentos da espôsa, d. Florência de Andrade Bezerra e Castro, não foram de natureza grave, sendo produzidos pelos estilhaços da carga do bacamarte, que se espalharam ao alcançar a chumbada principal o alvo visado. Êsse crime abalou a cidade e ecoou em todo o País.

Era, no entanto, esperado desde algum tempo, devido ao rumo que estava tomando em todo o Império, desde que o regente Feijó passara o govêrno a Pedro de Araújo Lima, a luta entre os Partidos Conservador e Liberal. A ascensão dos conservadores, corcundas, caranguejos e mais tarde saquaremas às cumeadas do poder deixara furiosos e despeitados os liberais, chimangos e posteriormente luzias. Recorreram logo à manobra da Maioridade, assentando no trono um imperador adolescente, que pretendiam manobrar. Saiu-lhes o ano bissexto e recorreram às armas com as revoluções de Minas e S. Paulo. Essa terrível luta pelo predomínio político, muito acesa entre 1839 e 1842, repercutiu de modo terrível em tôdas as províncias do Brasil. Não lhe podia fugir o Ceará, terra onde sempre fermentaram profundos rancores partidários e sempre houve, por isso, explosões sangrentas. O assassínio do major Facundo se enquadra nesse período conturbado. Tanto que, em presença do jovem monarca, a 5 de janeiro de 1842, leram discursos condenatórios do bárbaro atentado, logo depois estampados no jornal carioca "O Maiorista", o senador padre José Martiniano de Alencar, o deputado padre Carlos de Alencar e o presidente da Assembléia Provincial cearense, dr. José Lourenço de Castro e Silva.

A vítima do terrível tiro da noite de 8 de dezembro de 1841 sofrera antes alguns atentados. Escapara duma emboscada que lhe puseram na antiga rua da Ponte, em lugar êrmo, para quando voltasse duma reunião familiar festiva na praia do Meireles, e da pontaria de assassinos apostados na antiga praça Carolina, onde estêve o Mercado, quando se achava em casa de seu parente e amigo, o capitão-mor Barbosa, sobradão à esquina das ruas da Boa Vista e da Assembléia.

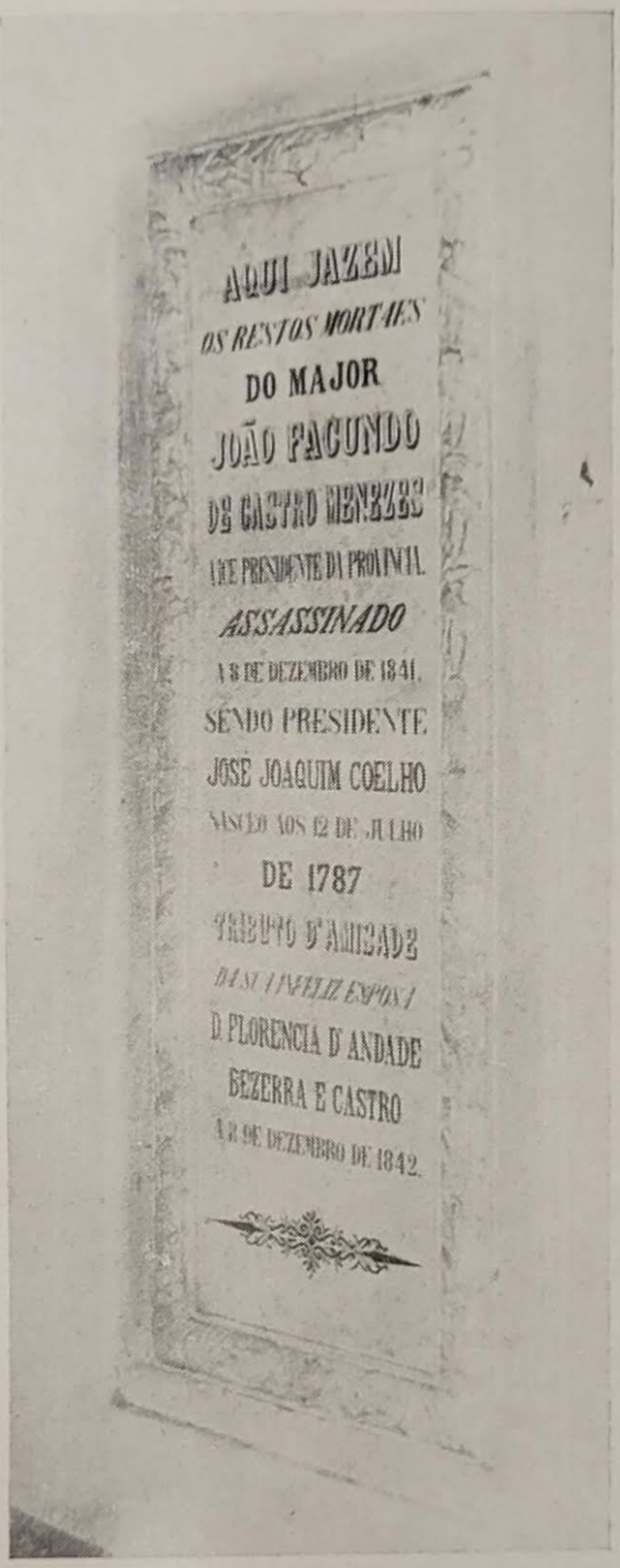
Escreveu o probo historiador Barão de Studart que João Facundo de Castro Menezes "foi a influência mais legítima e real que teve a província do Ceará". Filho da gloriosa cidade do Aracati, onde nasceu a 12 de julho de 1787, descendente de importantes troncos familiares pernambucanos — Barbosas, Bezerras, Castros, Menezes, iniciou a vida no comércio da cidade natal, mudando-se para Fortaleza em 1818. Devido às suas qualidades pessoais, à fortuna que adquiriu, aos postos que exerceu, à confiança que nêle depositava seu partido e à chefia da importante família Castro, desde o raiar da Independência teve notável atuação nos sucessos políticos locais. Sua oposição em 1822 à junta governativa, composta por Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, José Pereira Filgueiras e o padre Gonçalo Inácio de Albuquerque Mororó, levou-o prêso ao Rio de Janeiro, onde D. Pedro I o mandou pôr em liberdade. Na época da Confederação do Equador, em 1824, não se conformou com

os manejos de Tristão Gonçalves e se viu obrigado a deixar a terra natal. Lutou contra a reação violenta de Conrado Jacob de Niemeyer, que fêz correr em Fortaleza lágrimas e sangue. Negando seu apoio à regência de Pedro de Araújo Lima, combateu, como presidente da Assembléia Provincial, a administração do presidente Manuel Felizardo de Sousa e Melo. Em conseqüência do ato da Maioridade, o então presidente do Ceará Francisco de Sousa Martins passou o exercício do cargo ao major João Facundo, que muito trabalhara para êsse golpe político. Coube-lhe, portanto, "a honra de ser o primeiro a governar o Ceará depois que D. Pedro II foi declarado maior".

O chefe liberal se encontrava em luta contra os adversários no seio da Assembléia Provincial. Seu amigo íntimo, parente e correligionário, presidente da mesma, o médico dr. José Lourenço de Castro e Silva, a fim de evitar uma votação que lhe não parecia segura naquela câmara, deitou arsênico, segundo os inimigos, grande quantidade de tártaro emético, segundo os amigos, nas jarras de que se tirava água para os deputados. Os que beberam pouca quantidade tiveram sòmente vômitos e se retiraram, sem dar número. Os que beberam maior quantidade sofreram incômodos mais sérios. Alguns houve que adoeceram gravemente. Propalou-se logo por tôda a cidade a notícia de ter sido a Assembléia envenenada. Ela contribuiu para que os enfermos, impressionados, se capacitassem de que estavam às portas da morte. E foi um deus-nos-acuda nos arraiais partidários: os conservadores a acusarem de envenenadores aos liberais, à bôca pequena, nos pasquins e nas fôlhas; os liberais a se defenderem de todos os modos possíveis, porém postos, sem dúvida, em situação bastante falsa, pouco defensável, pela maldade ou leviandade do dr. José Lourenço. Êsse é o episódio da história cearense conhecido como o *Envenenamento da Assembléia*. Contribuiu muito para o trágico remate que foi a morte do grande chefe liberal.

Entre os deputados que mais gravemente adoeceram com a água da Assembléia se achava o famigerado mandachuva dos sertões do Icó, coronel Agostinho José Tomás de Aquino, que o historiador João Brígido considera "lôbo carniceiro,

Major João Facundo de Castro Menezes, prócer liberal assassinado em 1842.



Sepultura do major João Facundo na igreja do Rosário em Fortaleza.

tramoso e sereno, capaz das maiores perfídias e crueldades sem um franzir de cara, sempre a falar manso e adocicado, ainda mesmo arrancando um desgraçado aos braços da mulher e dos filhos para fazê-lo fuzilar". Coronel das antigas milícias, desde cedo mergulhado nos azares das contendas matutas, depois de agitada vida, faleceria a 19 de janeiro de 1842, um ano e poucos dias após a morte de João Facundo, segundo se dizia, em conseqüência da droga tomada na água da Assembléia, pois nunca mais gozara saúde desde que a bebera.

O coronel José Agostinho, que foi vice-presidente da província, comendador da Ordem da Rosa e dignitário da do Cruzeiro, pertencera na primeira fase de sua vida pública às hostes liberais chefiadas pelo major Facundo; na segunda, passara-se para as conservadoras, que obedeciam no Icó ao comando da família Fernandes Vieira, apelidada de Carcará. Era grande o ódio político entre os Carcarás e os Castros. Escutei, na meninice, muitas vêzes minha avó paterna, d. Isabel Alexandrina da Cunha Barroso, contar que o coronel José Agostinho se retirou muito doente de Fortaleza, após beber a água envenenada ou tartarizada, carregado numa rêde aos ombros de seus escravos, pois não podia montar a cavalo. De viagem para o Icó, hospedou-se nos arredores de Messejana, no sítio Curió, de meu bisavô, o capitão-mor João da Cunha Pereira, onde ela escutou o enfêrmo dizer a êste, seu pai, as seguintes palavras textuais:

— Eu talvez não escape desta, mas o Facundo não fará outra, juro-lhe!

O coronel sertanejo responsabilizava pelo fato, não o dr. José Lourenço, considerado seu agente material, mas o chefe do partido, que julgava naturalmente autor intelectual e mandante do atentado.

Além disso, a atuação dêste na presidência da província, quando Sousa Martins a deixara, adiando por uma portaria a reunião da Assembléia e substituindo por seus amigos nas funções públicas e postos da Guarda Nacional os conservadores que os exerciam, armou maiores ódios. Acresce que, em virtude dos sucessos da Maioridade e do efêmero triunfo dos

liberais, tinha pegado fogo a política local, com sedições e outras graves perturbações da ordem no Icó, no Aracati, em S. Bernardo e Sobral, havendo até esboços de jaquerias matutas. Exonerado o presidente padre José Martiniano de Alencar a 23 de março de 1841, em virtude da queda do gabinete liberal no Rio de Janeiro e subida ao poder dos conservadores com Vilela Barbosa, marquês de Paranaguá, de novo assumiu a administração provincial, a 6 de abril, o major João Facundo. A 9 de maio, era nomeado presidente o brigadeiro José Joaquim Coelho, barão da Vitória. Ora, os conservadores tinham Facundo como uma espada de Dámocles suspensa sôbre as cabeças, enquanto fôsse vice-presidente e pudesse eventualmente substituir os presidentes, mesmo estando de cima os conservadores, como então se dera. Foi talvez essa a gôta de água que encheu o cálice e determinou o horrível atentado de 8 de dezembro, que estamos a explicar històricamente e não a justificar de qualquer maneira.

Biografando o assassinado, escreveu o Barão de Studart: "Decorridos tantos anos depois do triste sucesso, pode-se hoje dizer sem rebuço o nome dos criminosos. Foram êles: a mulher de José Joaquim Coelho, mandante, Antônio Abraão e Chagas, executores, coronel Agostinho e Joaquim Jacarandá, intermediários. Aliás, a baronesa da Vitória nos últimos tempos de sua vida não mais escondia a parte importante que tomara na tragédia."

O coronel José Agostinho já vimos quem fôsse. Joaquim Ferreira de Sousa Jacarandá era um alferes truculento, que serviu de ajudante de ordens a alguns presidentes do Ceará, inclusive o brigadeiro Coelho, sendo da intimidade do Palácio. Antônio Manuel Abraão, prêto fôrro e facinoroso, viera de Crateús, sertão de gente bravia, nas fronteiras do Piauí. Pedro José das Chagas, *cabra*, isto é, mestiço de caboclo e prêto, maranhense de Caxias, andara outrora metido na Balaiada. Tudo leva a crer que o coronel José Agostinho conseguiu o apoio da mulher do brigadeiro Coelho, muito ofendida pelos insultos do partido contrário, por intermédio do alferes Jacarandá para a consumação do atentado com certas garantias de impunidade. Todavia, na opinião da família Castro e dos liberais, sempre foi a baronesa considerada "mandante do crime".

Procedeu-se a inquérito sôbre o mesmo. Houve processo. Foram levados a júri aquêles que a voz pública indicava como implicados diretamente no assassínio. Enquanto o alferes Jacarandá, absolvido da primeira vez, era condenado a galés perpétuas na apelação e de novo absolvido pelo voto de Minerva no terceiro júri, Agostinho José Tomás de Aquino e a espôsa do presidente não sofriam o menor incômodo, os matadores mercenários Chagas e Abraão se viam com sentença definitiva de prisão perpétua nas costas. Ainda foram felizes por escaparem da fôrca. A corda quebra sempre pelo lado mais fraco.

O major João Facundo de Castro Menezes foi sepultado na velha igreja do Rosário, a mais antiga de Fortaleza, no corredor esquerdo que leva à sacristia, de pé, na parede de alvenaria, com esta lápide de mármore branco, emoldurada de florões, em que se lê o seguinte, em letras cabídulas, monacais e deitadas: *Aqui jazem os restos mortais do Major João Facundo de Castro Menezes — Vice-Presidente da Provincia — Assassinado a 8 de Dezembro de* 1841, *sendo Presidente José Joaquim Coelho — Nasceo aos 12 de julho de* 1787 *— Tributo d'amizade de sua infeliz esposa D. Florencia d'Andrade Bezerra e Castro — A 8 de Dezembro de* 1842.

Quando menino e estudante do Liceu, meu caminho para o mesmo, que ficava na praça dos Voluntários, era pela rua do Rosário. Ao passar entre o Palácio do Govêrno e a velha igreja, seguia, para aproveitar a sombra fresca, pelo passeio desta e sempre olhava por entre as rótulas coloniais de urupema a grande lápide branca com as acusadoras palavras mandadas gravar pela viúva inconsolável: *sendo Presidente José Joaquim Coelho*... Foi essa a primeira epigrafia que meus olhos viram, olhos destinados no decurso da vida a andarem decifrando tantas, para contar aos outros as memórias que elas guardam do nosso passado.

O MAIS AMADO GOVERNANTE DO CEARÁ

Durante os vinte e um anos que vivi em Fortaleza, — infância, adolescência e primeira mocidade, uma das cenas que mais me inpressionavam a mente juvenil era a romaria anual ao cemitério de S. João Batista, no dia de Finados. Desde o alvorecer até o cair da tarde, ondas de povo se deslocavam rumo àquela necrópole pela antiga rua das Flôres, que se estendia em linha reta do Cruzeiro da Sé até o portão fúnebre, obra de arte em ferro batido, com as foices e ampulhetas da Morte em alto relêvo. Ambos êsses monumentos, — o Cruzeiro e o Portão, desapareceram consumidos pelas renovações apressadas e criminosas de que tem sido vítima a minha cidade natal.

Relembro como se fôra ontem essa comemoração dos mortos. As famílias ornamentando as sepulturas dos entes queridos e em tôrno delas permanecendo a rezar horas a fio. Havia até algumas que ali passavam o dia inteiro, levando, para se entreterem com os trabalhos de crochés e bordados, as crias da casa, alimentando-se com as merendas postas em cestas, como num piquenique. Era useira e vezeira nisso a conhecidíssima senhora d. Maria do Rosário, irmã do falecido barão do Crato, Bernardo Duarte Brandão, deputado e vice-presidente da província na Monarquia, filho do famoso potentado sertanejo do Icó, Bernardo Duarte, de quem se contavam histórias mirabolantes em questões de negócios e dinheiro. Grande criadora de pintos, d. Maria do Rosário transportava ao cemitério em balaios as galinhas chocas e os pintinhos que estava alimentando. Desta sorte, ao pé do mausoléu de sua

família, estabelecia a veneranda e fidalga dama um verdadeiro acampamento de sua domesticidade matriarcal.

O mais curioso nesses dias de Finados da Fortaleza de há mais ou menos meio-século era a fidelidade com que o povinho do Outeiro, das Areias e dos morros do Moinho e do Coroatá, favelas daquele tempo, levava à necrópole de S. João Batista, às braçadas, as flôres que conseguia colhêr ou adquirir para a ornamentação dum túmulo que ficava literalmente afogado pelas grinaldas, coroas, palmas e ramalhetes daquela extraordinária veneração popular. Logo à entrada do campo-santo, à direita de quem transpõe o portão, êsse túmulo se ergue, sóbrio, majestoso e imponente: alta coluna clássica de granito rosado decepada pelo raio.

Em volta se podiam ver os sepulcros dos generais Sampaio e Tibúrcio, heróis das guerras sulinas, de Antônio Ferreira, o Boticário, reformador da cidade, chefe político de prestígio singular, de muitos outros homens eminentes nas várias atividades sociais, carregados de serviços ao Ceará e ao Brasil. Nenhum dêles, no entanto, atraía daquela forma as homenagens anônimas da arraia miúda. E, enquanto o sol chispava sôbre suas lousas nuas ou ornadas com meia-dúzia de coroas, a coluna partida mal dominava o mar de flôres que subia do seu pedestal.

Durante cêrca de 30 anos, êsse culto intenso perdurou. Sòmente com o advento de novas gerações foi, aos poucos, diminuindo de intensidade até que afinal se apagou, sumiu e desapareceu no silêncio mortal do esquecimento, pesado manto com que a mão implacável do tempo acaba sempre cobrindo o homem e tôdas as obras de sua mente e de seu esfôrço.

Qual o indivíduo merecedor de tão espontânea, contínua e fiel homenagem, que tantos anos se prolongou além da morte? Um profeta? Um apóstolo? Um benfeitor? Um grande estadista? Um militar coberto de louros nos campos de batalha? Um poeta inspirado? Um sábio consumido pela dedicação ao estudo? Não. Fôra simplesmente o penúltimo presidente da província do Ceará no regime monárquico, que conquistara aquela popularidade em breve tempo com suas maneiras

BIBLIOTECA
DIRETÓRIO ACADÊMICO NOGUEIRA DE PAULA

fidalgas, sua liberalidade, seus atos estabanados à maneira de D. Pedro I, sua desenvoltura, a nobreza de seus gestos, a generosidade de suas ações, a beleza do seu físico másculo, a alegria da sua mocidade viril, o encanto pessoal do seu modo de ser, a expansão natural do seu temperamento de paulista de antiga estirpe. O povo adora os homens dêsse feitio. Por isso, o povo cearense adorou na vida e na morte a Antônio Caio da Silva Prado.

Todo o povo: nobreza, clero e arraia miúda. Todos os amaram sob os nomes singelos de Caio Prado. A gente de prol deu seu nome à avenida do Passeio Público fronteira ao oceano, então lugar de reunião dos grã-finos, pondo em cada pedestal dos seus lampiões a gás o apelido dum membro da alta roda. A municipalidade batizou da mesma forma a praça fronteira à antiga Sé. E o poviléu deu-lhe anualmente a oblata sem-par das suas flôres no dia de Finados.

Para essa invulgar popularidade de Caio Prado em Fortaleza, com grande irradiação por todo o Ceará, contribuiu também o fato de falecer o moço paulista no exercício de seu alto cargo, ceifado aos 35 anos pela febre amarela. Seu entêrro foi espantosa consagração. E não houve cearense da minha geração que se não criasse ouvindo no seio de sua família a todo instante se recordar a figura saudosa de Caio Prado.

Fazendo-lhe o necrológio, o grande e truculento jornalista do Ceará de ontem, João Brígido dos Santos, traçou em verdadeira água-forte o seu retrato: "... homem que deslumbrava pelo seu todo principesco, talento, caprichos e excentricidades; saliente pelas liberalidades e pelas vinganças, sem nenhum escrúpulo diante da lei, sem nenhum pêso ou medida para os dinheiros públicos, à sua disposição, hábil e com muito senso prático, mas destituído das noções peculiares de govêrno local; dum esfôrço titânico, mas grande dissipador do tempo, obrigado, por isso, a fazer tôda a sua correspondência telegràficamente e seus trabalhos de gabinete a horas perdidas da noite. O palácio da presidência era um salão aberto a todo momento, dançava-se ao meio-dia. As festas ruidosas e as recepções eram contínuas em sua casa e dum esplendor que deslumbrava... Bom e complacente para seus amigos, quanto implacável para seus adversários... Caio Prado gravava as mentes e o sentido à população do Ceará... Com um irmão no govêrno, considerado o árbitro da situação, com uma família de milionários, com um pé na República e outro no Império, apalpando a civilização nascente e as esplêndidas esperanças do futuro; viajado, amestrado em línguas européias, festejado da mocidade que desponta e olhado com interêsse pelas damas; bonito, robusto, gracioso, era o nome repetido a cada momento, a entidade do dia, a preocupação das gentes."

Retrato êste em verdade magistral! Nada lhe falta, pelo que sempre ouvi contar. Caio Prado tinha em volta de sua pessoa uma côrte formada pela nata da sociedade de Fortaleza. Acompanhado por ela, levava vida social intensa, movimentada e rumorosa, tanto no Palácio do Govêrno como nas residências dos amigos e nos sítios mais aprazíveis da redondeza: Meireles, Messejana, Parangaba, Soure e Maranguape. Eram partidas, serões, bailes, piqueniques e cavalgadas sem parar. Todavia, essas distrações não bastavam a impedir sua administração de se manter em dia, graças àquele "esfôrço titânico" a que se refere João Brígido e que se exercia muitas vêzes "a horas perdidas da noite".

Antônio Caio da Silva Prado, bacharel e doutor em Direito pela Faculdade de S. Paulo, nasceu nessa cidade a 3 de junho de 1853. Era irmão de Eduardo Prado, o grande escritor e panfletário, autor do famoso livro "A Ilusão Americana". Foram seus pais o dr. Martinho da Silva Prado e d. Veridiana Valéria da Silva Prado. Nomeado presidente da província do Ceará a 28 de março de 1888, assumiu o cargo a 21 de abril. Iniciou seu govêrno sob o signo da calamitosa sêca denominada pelos sertanejos dos *três oitos*, como a de 1877 fôra a dos *dois setes*. Não completou um ano de govêrno. A morte levou-o a 25 de maio de 1889.

A generosidade com que soube acudir à miséria dos retirantes, tanto na distribuição dos socorros enviados pelo govêrno monárquico quanto nas dádivas de seu próprio bôlso particular, também necessàriamente concorreria para conquis-

tar o coração do povo cearense. Nenhum morto logrou jamais naquela terra tão grande e tão duradoura consagração. Caio Prado não foi sòmente o presidente da província, rico, fidalgo, belo, prestigioso, como era visto pela alta roda que girava em tôrno de sua dinâmica social; foi, ao mesmo tempo, o que é um contraste singular e curioso, o administrador que, sem demagogia barata, conseguiu presidir os corações dos seus governados. Afinal, o mais amado governante da minha terra.

O 26º DE VOLUNTÁRIOS EM ITORORÓ

O coronel Felipe de Araújo Sampaio, veterano da Campanha do Paraguai, contou ao ilustre homem de letras e senador pelo Ceará, Manuel do Nascimento Fernandes Távora, um episódio daquela luta memorável, que o mesmo incluiu num esplêndido discurso sôbre a recuperação do Nordeste. Vamos procurar resumi-lo do melhor modo possível. No ponto culminante da peleja para tomar a ponte de Itororó, chave do caminho que permitiria o ataque pela retaguarda à linha fortificada de Lopez, no Piquisiri, o então marquês de Caxias teve de assumir espetacular atitude, a fim de levar suas tropas à vitória. Desembainhando a espada e impelindo o cavalo à frente da infantaria açoitada pela metralha, o velho estratego lançou à história uma frase de antologia: — "Siga-me quem fôr brasileiro!" À testa da carga contra aquela nova Arcole se achava o 26º Batalhão de Voluntários da Pátria, constituído de cearenses, que imediatamente cercou o velho marechal e, opondo seus peitos às descargas do inimigo, pode-se dizer que lhe salvou a vida, enquanto as outras tropas transpunham o arroio e ocupavam as posições artilhadas dos paraguaios. Nessa refrega, o 26.º de Voluntários foi quase aniquilado. Dissolvido por êsse motivo e mandados incorporar seus remanescentes a outras unidades, narrou o coronel Araújo Sampaio e repetiu o senador Távora, o comandante do 26º, coronel Figueira de Melo, dirigiu-se à frente de seus comandados ao quartel general do marquês de Caxias e lhe declarou de viva voz que vinha agradecer "o modo estranho pelo qual os recompensou, mandando dissolver o batalhão que lhe salvou a vida em Ito-

roró"! Compreendendo o sentimento que ditava tais palavras, o marquês pôs o coração acima da disciplina e mandou reconstituir com elementos de outros corpos o glorioso 26º.

Nesse relato houve, sem dúvida, forte lapso de memória por parte do bravo coronel Felipe Sampaio, visto como êle contraria de modo absoluto na última parte a verdade histórica, como passaremos a mostrar.

A batalha de Itororó travou-se a 6 de dezembro de 1868. Sangrenta e terrível, nela de fato o general-chefe pessoalmente se empenhou, conduzindo de espada em punho a última carga através do estrado da ponte varrido pela metralha. Entre os batalhões que o rodeavam e seguiam estava de fato o 26º de Voluntários, mas não sob o comando de Figueira de Melo, já falecido, sim do coronel Barreto Leite, ferido durante a ação. Rio Branco, sempre bem documentado, diz que o batalhão cearense perdeu em combate 109 homens, entre mortos e feridos. Isto não o impediu de tomar parte mais de um mês depois, a 11 de dezembro, na batalha de Avaí, onde sofreu novas perdas. Segundo o "Diário do Exército", só foi dissolvido, quando da reorganização geral das fôrças imperiais, nas vésperas da batalha de Lomas Valentinas, que durou de 21 a 23 do mesmo mês. Seus remanescentes, oficiais e praças, foram incorporados à infantaria de linha. Dissolveram-se mais alguns corpos de voluntários e guardas nacionais, depois dessa batalha, a fim de se travar com unidades reforçadas o ataque final a Ita Ivaté, em 27 de dezembro. Essas dissoluções obedeceram à necessidade de se recompor o Exército, completando os quadros dos batalhões menos desfalcados com os punhados de homens a que outros ficaram reduzidos, de vez que o comando não dispunha de depósitos ou reservas, onde buscar novos soldados. Tudo isso foi devidamente explicado pelo próprio Caxias, quando, após a campanha, o atacaram no senado por êsse motivo. Não existe nenhum documento militar que comprove a reclamação do comandante do 26º, que, como já foi dito, não podia ser Figueira de Melo, e era o coronel Barreto Leite. Aliás, o 26º, como outros não menos gloriosos batalhões de voluntários, seria recomposto, ao fim da guerra,

com oficiais e praças cearenses de várias procedências, para o efeito do regresso ao torrão natal.

O coronel Figueira de Melo morreu tràgicamente no começo da guerra. Francisco Frederico Figueira de Melo, diz o Barão de Studart em seu "Dicionário Bio-Bibliográfico Cearense", "foi o comandante do 26º de Voluntários, e dizer isso é fazer-lhe o elogio de herói; regou com seu sangue os campos do Estero Bellaco e de Tuiuti, na campanha contra o Paraguai. Fazendo com seu batalhão o serviço de vanguarda, depois de postar as sentinelas quis experimentar se elas estavam alertas e se cumpriam as ordens, que tinham, de atirar sôbre quem lhes aparecesse, saiu de uma barraca por noite escura e de repente se apresentou diante de uma das guardas; o soldado não hesitou e fêz fogo; Figueira caiu redondamente morto; a bala do seu soldado varou-lhe o coração".

Êsse bravo cearense devia ser homem de espírito combativo e até certo ponto rancoroso, pois deu na sua terra, quando moço, um exemplo único de se fazer afilhado dum indivíduo, a fim de poder descompô-lo pela imprensa no outro, sem eiva de suspeição, como se infere desta "Declaração Importante", estampada na Tipografia Patriótica, de Francisco Luís de Vasconcelos, em Fortaleza: "Francisco Frederico Figueira de Mello faz ciente ao respeitavel Publico que no dia 24 de Agosto do corrente anno crismou-se e tomou por padrinho ao sr. Manoel José d'Albuquerque para na qualidade de afilhado poder dizer seus sentimentos sem passar pela nota de suspeito. Meu padrinho! Vm. convença-se e fique sabendo que he tido por hum caluniador de profissão, e que nos seus escriptos só manifesta maldades e hum genio demasiadamente intrigante: o Publico já está cansado pela publicação do seu 16 de Dezembro, ao qual denomina infame. Devendo Vm. persuadir-se por huma vez que o Ceará o despreza e não quer em seu seio homens que só tratão de perturbar e intrigar tudo, arrependa-se e arripie em tempo sua marcha; e pague com gratidão os obséquios recebidos da familia a quem Vm. injustamente atassalha. Receba este conselho de seu afilhado. *Francisco Frederico Fi-*

ESTE LIVRO PERTENCE AO DANP
DEVOLVA-O COM PONTUALIDADE

gueira de Mello. Ceará, 25 de 1839." É a mais original descompostura que conhecemos.

Presidia os destinos do Ceará o conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira, quando, a 6 de abril de 1865, os voluntários da Pátria alistados na província, cêrca de 500, embarcaram para o Sul no paquete "Jaguareí", sob o comando do coronel da Guarda Nacional José Nunes de Melo. Chegando ao Rio de Janeiro no dia 20, foram aquartelados no Asilo Santa Leopoldina, em Niterói, sendo organizados e instruídos pelo major de engenheiros Godefroi. A 22 de junho, seguiu para a guerra sob o número 26. Estêve o batalhão em Concórdia, entrou em Corrientes, atravessou na vanguarda do Exército o Paraná, participou das batalhas do Estero Bellaco e de Tuiuti em 1866. Permaneceu na famosa Linha Negra, fêz a primeira marcha de flanco com Caxias, combateu em Surubi, venceu os tremedais do Chaco, bateu-se em Itororó e Avaí, quando foi dissolvido por não ter mais do que um pugilo de homens.

A Figueira de Melo, que o comandou no início da campanha, sucedeu Sebastião Crisóstomo de Melo Tamborim, oficial de artilharia, que foi morto na surprêsa de Cambiocá, antes da segunda marcha de flanco. Em seguida, foi seu comandante o major, depois coronel, Barreto Leite, sob cujas ordens, como já se viu, lutou em Itororó. Êstes dados históricos demonstram à saciedade a impossibilidade do episódio narrado pelo coronel Felipe de Araújo Sampaio, de boa fé, valendo-se sòmente da memória, ao ilustre senador Távora, que de boa fé a repetiu. Do que se infere ser bastante perigoso fazer história por ouvir dizer.

GARGÂNTUAS E PANTAGRUÉIS DO CEARÁ ANTIGO

O povoado cearense da Guaiúba ergue-se à margem da estrada de ferro que leva ao sertão, nas abas da serra da Aratanha. Teve um *dono*, nos tempos que lá se foram, quando, segundo o inimitável João Brígido, "os homens de bem andavam de casaca, rabicho, chapéu de Braga, e calções curtos, e as mulheres vestiam *situés*, e eram bem bonitas". A musa popular perpetuou numa trova o apelido do *dono da Guaiúba*:

Pacatuba é de Medeiro,
Guaiúba, de Domingão,
Pacatuba pra café,
Guaiúba para algodão.

Êsse Domingão, famoso no seu tempo pela glutonaria e pela fôrça descomunal, "comia uma espetada de carne ao almôço com um cacho de bananas", afirma o cronista citado. Contam seus descendentes que devorava uma banda de carneiro assada, enquanto esperava que a outra metade cozinhasse para comê-la depois. Verdadeiro Gargântua, digno de uma página de Rabelais. Sua voz "pesada e retumbante enchia tôda a serra". Nas formaturas da Guarda Nacional, de que fazia parte, como tenente, desde o período regencial, era encarregado por isso de repetir as vozes de comando, poupando-se, assim, o fôlego do corneteiro. Do seu magnífico sítio Rio Formoso, acordava de manhã aos berros o escravo que zelava por outra propriedade sua, o sítio Côrte, a 5

quilômetros de distância:— Benedito, ó Benedito! Logo depois, o negro acudia ao apêlo.

O Domingão chamava-se Domingos da Costa e Silva. Sua família era das mais importantes da província. Casado com d. Maria Joaquina dos Santos, que se uniu em segundas núpcias com o capitão João Facundo, dêsse consorcio houve quatro filhos: Olímpia, Constantino, Estrêla e Solon. A primeira filha casou com o português Antônio Correia de Melo, irmão do comendador João Correia de Melo, abastado agricultor em Maranguape. A segunda desposou outro membro da mesma família lusa, José Correia de Melo. Constantino foi marido duma filha do padrastro, d. Sinhá Facundo. Solon da Costa e Silva, um dos concessionários da primeira companhia de bondes de Fortaleza, também notável pelo grande apetite, teve três espôsas, Rosa Teófilo e sua irmã Luíza, e Maria Abreu, filha do coronel Telésfero Caetano de Abreu. O Domingão era irmão de José da Costa e Silva, pai do grande poeta do cajueiro e da jangada, Juvenal Galeno; de d. Liberalina, mulher de José Albano, baronesa de Aratanha; de d. Florentina, casada com Antônio Justa, e de d. Joana, casada com José Justa, pai do dr. José Lino da Justa, médico notável, homem de letras e deputado federal em várias legislaturas. Todos êsses parentescos entrelaçavam os donos de importantes explorações agrícolas nas serras do Maranguape e da Aratanha, com influência social e política nas então vilas do Maranguape e Pacatuba.

João Brígido entendia que colecionar pequenos fatos, ditos e anedotas de tempos idos era dar uma perfeita imagem dos mesmos tempos. Foi nesse sentido um precursor dos métodos de Diehl, o grande mestre da história bizantina, que preconizou o estudo acurado da intimidade dos indivíduos das várias camadas sociais como o melhor meio para o historiador sentir e compreender uma época. Está no caso a crônica do famoso Domingão. O cronista do Ceará antigo acrescentava à sua lição prática estas admiráveis palavras: "Deve todo o mundo conhecer a sua progênia, e não é bom ter das coisas passadas uma idéia que minta. A feição peculiar dos tempos é coisa que escapa à percepção dos nossos homens de estudo. Muito moço notável supõe que a gravata de hoje é a mesma que usava nosso pai Adão. Verdadeiro engano. De trinta em trinta anos, tudo muda, até o feitio dos telhados."

O Domingão da Guaiúba é figura a nos dar uma idéia aproximada da "feição peculiar dos tempos" em que viveu. Verdadeiro senhor feudal, do tipo daqueles que costumavam dizer — quem come do meu pirão prova do meu cinturão, afirmava-se sempre generoso e despótico, com uma sensibilidade à flor da pele. "Honrado agricultor", chama-lhe João Brígido na pequena página que lhe dedicou entre os seus "Bons, Burros e Bravos". Sua mesa farta acolhia quem quer que lhe penetrasse os umbrais solarengos. Seus assomos de violência apagavam-se sùbitamente, como sùbitamente se acendiam, o que é privilégio dos fortes. Nunca se dignou tocar em moeda de cobre, porque não queria dinheiro que lhe sujasse as mãos. Ao receber qualquer quantia que lhe devessem, apenas indagava do pagador o total e a mandava guardar sem contar, pois não admitia que os outros fôssem menos honestos do que êle. Certa feita, pediu ao barão de Aratanha, seu cunhado, dez contos de réis por empréstimo, soma valiosíssima na época. Achando-se em Fortaleza algum tempo depois e passando pela casa do titular, que conversava com Antônio Justa, também seu cunhado, ouviu êste dizer em voz baixa àquele:

— Lá vão passando teus dez contos de réis!...

O Domingão mandou pagar a dívida antes de vencido o prazo da promissória, nunca mais pediu nada ao barão e cortou relações íntimas com Antônio Justa. Homem de antes quebrar que torcer, ainda não amolecido pelos requintes da civilização.

No Museu do Instituto do Ceará conserva-se uma relíquia do Domingão: sua formidável bengala, cujas dimensões dão bem a idéia de sua gigantesca estatura. Êsse bordão de miolo de aroeira pesa um quilo e quatrocentos gramas, mede um metro e dez centímetros de comprimento, dez centímetros de circunferência e três e meio de diâmetro.

Domingão teve um rival não menos famoso, o Peixotão do Riacho do Sangue, nos sertões do Jaguaribe. Verdadeiro Pantagruel. Atribuíam-lhe, depõe João Brígido, "comer duma vez a ossada de uma rês, e untar-se da graxa, como um hotentote, para dormir". Fazendeiro rico, deixou renome de ser tão forçudo quanto o caudilho José Pereira Filgueiras, desatolador de carros-de-bois, que o povo dizia ter o braço de uma cana só, isto é, com um osso inteiriço, disparando com êle estendido um bacamarte, sem lhe sentir o recuo. "Conta-se, escreve o autor de "O Ceará — lado cômico", que outro famanaz daqueles sertões, para metê-lo à bulha, entrara a cavalo na latada da sua casa, e, dando mão dum esteio dela, erguera o animal nas pernas, perguntando qual o caminho em que devia prosseguir a viagem... Peixotão, querendo desforrar-se, com u'a mão apanhou uma tora de carnaúba e com esta lhe apontou o caminho, dizendo:— Por ali, meu senhor!"

Depois, vem o comentário, que me não furto a citar para gáudio dos leitores e ponto final dêste escrito: "Mas êstes gigantes não sabiam o que era chá, vinho, pastéis, etc... Viviam de carne, leite e mel. Naqueles tempos se almoçava um cosido de carne sêca picadinha, com pirão, maxixes ou jerimum; por sobremesa rezava-se um *bendito*. As quantidades e qualidades eram tudo. Qualquer dos indivíduos indicados era de corporatura descomunal, e havia muitos da mesma têmpera."

Terá se acabado no Brasil essa raça de gigantes, tão avantajada no físico quanto no moral?

Catedral de Sobral.

O CENÁRIO HISTÓRICO DE LUZIA-HOMEM

Os três grandes romances sertanejos do Ceará não são obras de pura ficção, porque se baseiam em fatos reais e descrevem ambientes históricos. Cabe-lhes perfeitamente o conceito de Eça de Queiroz: "sob a nudez forte da verdade o manto diáfano da fantasia". De acôrdo com os estudos críticos de Ismael Pordeus, por exemplo, a história de "D. Guidinha do Poço" não é mais do que a de d. Marica Lessa, mandante do assassínio do espôso, em Quixeramobim. Nas redondezas da antiga vila da Imperatriz, depois Itapipoca, decorreram vários episódios do "Maria Rita", de Rodolfo Teófilo, figurando em alguns dêles o padre Bulhões, personagem do período colonial cearense no comêço do século XIX, que na verdade existiu e celebrou missa na igreja de pedra levantada pelos índios mansos na antiga povoação de S. Bento da Amontada. Comparando o "Luzia-Homem", de Domingos Olímpio, com a realidade, provar-se-á a tese enunciada no início dêste parágrafo.

Domingos Olímpio nasceu em Sobral, algum tempo Fidelíssima Cidade Januária, em homenagem a uma das irmãs de D. Pedro II, a 18 de outubro de 1850. Formou-se em direito no Recife em 1873. Em 1879, estava no Pará. Veio para o Rio de Janeiro na aurora da República. Abolicionista e jornalista, aqui publicou o seu romance, que teve grande êxito. Depois, foi esquecido. Em 1929, o benemérito livreiro Castilho decidiu fazê-lo voltar à tona em nova edição, que tive honra e prazer em prefaciar. Nessa apresentação modesta, escrevi: "... sua obra-prima, romance realista, cruamente

realista mesmo, com admiráveis lances trágicos, de estilo claro, de linguagem vibrante, em cujos fundos de paisagens sertanejas as figuras se movem virilmente recortadas; de entrecho rude como o próprio meio em que se passa, com inesquecíveis e inapagáveis traços de psicologia, e nas suas páginas o "sertão tostado como terra de maldição ferida pela ira de Deus" se alonga sob a soalheira da sêca impiedosa, como se a gente o estivesse vendo. Outros terão descrito tão bem, nenhum, penso eu, descreveu melhor a alma, a terra, o sofrimento e a imensa luz do meu pobre Ceará."

O cenário principal do romance é a cidade sertaneja de Sobral, invadida pelos retirantes ou flagelados, como hoje se diz, durante a terrível sêca de 1877 a 1879. A antiga aldeia Acaracu, segundo Milliet de Saint Adolphe, nêle surge com suas ruas tradicionais: a do Menino Deus, a do Rosário, o beco da Gangorra; com seu velho sino da câmara, o Rendengue, tocando a horas certas; com suas igrejas, cujas tôrres brancas avultam ao longe na planura batida de sol — a matriz da Conceição, dominando o casario, a do Rosário com seu cruzeiro "sôbre um sólido pedestal de alvenaria", onde se rezava o têrço. Há referência, a propósito dos socorros às vítimas do flagelo que assolava os sertões, em setembro de 1878, ao barão de Sobral, que governava a província, dr. José Júlio de Albuquerque Barros: "O doutor José Júlio deu ordem para facilitar a saída do povo." E a novela se inicia na construção da nova cadeia pelos retirantes, que assim faziam jus às rações e diárias que recebiam.

Essa obra devida ao engenho do mestre pedreiro João Braga, personagem real, se alevantava no alto dum outeiro antes reservado à matança do gado para abastecimento da população. "O morro do Curral do Açougue — escreve o novelista — emergia em suave declive da campina ondulada. Escorchado, indigente de arvoredo, o cômoro, enegrecido pelo sangue de reses sem conto, deixara de ser o sítio sinistro do matadouro e a pousada predileta de bandos de urubus..." Observando o trabalho dos retirantes nessa edificação, diz o próprio Domingos Olímpio que o francês Paul, então de passagem por Sobral, anotara ter visto "u'a mulher extraordinária carregando uma parede na cabeça".

Era a heroína do romance, Luzia-Homem, sertaneja forçuda, que a sêca tangera, em companhia da velha mãe, do rincão natal e viera ter à cidade, onde se empregara nas obras da cadeia. Alta, robusta, decidida, tivera das companheiras o apelido pelo qual logo se tornara conhecida. No entanto, tôda a sua fôrça e estatura não a impediam de ser esbelta e graciosa, capaz de despertar o amor no sexo oposto. Ela existiu de fato. Domingos Olímpio não a tirou da própria imaginação: tirou-a da existência real. Seus músculos desenvolvidos não só lhe permitiam levar à cabeça sôbre uma tábua, empilhados, tantos tijolos que ao observador francês pareceram uma parede, como conduzir para os amassadores de barro enorme jarra de água e mais ainda: "De outra feita, removera e assentara no lugar próprio a soleira de granito da porta principal da prisão." Ela lá se conserva e quem visita a cadeia de Sobral, construída em 1878 no alto do Curral do Açougue, até hoje pode ver essa muda testemunha da passagem de Luzia-Homem por aquela cidade.

Dois homens tomaram-se de amôres pelo virago do sertão: Crapriúna, soldado do destacamento, violento, brutal, capaz de tôdas as vilezas para a consecução de seus fins; Alexandre, jovem trabalhador, delicado e dedicado, pronto a todos os sacrifícios. O enrêdo não passa da luta de ambos pela mulher desejada, que o escritor coloca num ponto de sublimação contrastante com sua natureza física. Quando sobrevém a tragédia final em que Crapriúna arrasta Luzia-Homem, ela deixa êste mundo, conservando aquela pureza de mulher do interior que soubera sempre defender através das piores vicissitudes.

O cuidado de Domingos Olímpio em cifrar-se no seu romance aos dados da realidade chega ao ponto de se não permitir sequer a apresentar um personagem secundário que não tenha existido. É, por exemplo, o caso do comandante do destacamento local a que pertencia o Crapriúna: o sargento Carne-Viva. Êsse militar chegou ao pôsto de capitão e nêle morreu. Quando menino, ainda conheci sua viúva, vivendo pobremente

BIBLIOTECA DIRETÓRIO ACADÊMICO NOGUEIRA DE

do pequeno sôldo deixado pelo marido e da venda de *papelões de renda*, isto é, modelos de desenhos para as rendeiras, numa casinha de taipa, de porta e janela, já desaparecida, na rua 24 de Maio, quase ao chegar à antiga praça da Estação ou Castro Carreira, em Fortaleza. Andava ruas acima e ruas abaixo com seu saco de *papelões* às costas, muito curvada, arrastando os passos, e, como tivesse panos ou manchas esbranquiçadas na pele do rosto e dos braços, a garotada a chamava Velha-Onça do que dava grande cavaco.

Estas rápidas revelações sôbre o livro de Domingos Olímpio vêm mais uma vez demonstrar que o maior romance de todos é a própria vida, pois que dos seus episódios reais é que saem as obras-primas da impròpriamente denominada literatura de ficção. Nenhuma ficção, em verdade, mais cheia de imprevistos e aventuras do que a própria existência.

Cadeia Pública de Sobral, em cuja construção trabalhou Luzia-Homem.

O CHAGAS DOS CARNEIROS

A página 131 do seu hoje raríssimo livro "O Ceará", editado em Fortaleza no ano de 1899, no capítulo "Nossos Antigos — Bons, Burros e Bravos", crônicas e episódios que equiparam seu autor ao famoso Ricardo Palma, do Peru, escreve João Brígido: "No naufrágio do "Bahia" escaparam os cegos, morrendo muita gente que via. Quando se perde um dos sentidos, ordinàriamente aproveitam os outros, como para estabelecer-se a compensação."

Êsse naufrágio deu muito o que falar. Dêle se ocupou Machado de Assis. Mereceu até, anos depois, um poema da lavra de Isidoro Martins Júnior, publicado no nº 5 da "Revista do Norte", em abril de 1891. Essa revista era dirigida por Machado Dias, imprimia-se na Tipografia Apolo, no Recife, e recebia colaboração, entre outros, de Clóvis Beviláqua e Artur Orlando. O poema, sob o título "O Naufrágio" e o subtítulo "A propósito do sinistro do Bahia", atribuía êste ao Acaso, que chama de *bandido audaz,* afirmava que Dante não vira pior cena nos círculos do Inferno e terminava, imprecando. sob a manifesta influência de Guerra Junqueiro:

Horas após o sol apontava ao nascente
Sarjando de escarlate a vastidão dormente,
Iluminando tôda aquela cena horrível...
E, enquanto Jeová sonolento, impassível,
Espraiava no azul o seu olhar cansado,
— O olhar do velho Deus secular e sagrado,
Para encher-se de luz e do eflúvio da aurora;

O Acaso bestial lá em baixo, lá fora,
Olhava com prazer os náufragos levados
Pelas águas cruéis co'os membros retesados
Na ânsia derradeira! Ó Velho Deus! não sei
Quem mais cruel: se tu, se o Acaso, não sei!

A ode de Isidoro Martins Júnior é documento da profunda impressão causada pela catástrofe. Desde a mais tenra infância, fui testemunha de referências e narrativas sôbre a mesma, pois nela minha família perdera um casal de primos estimadíssimos, o filho e a nora de uma irmã de meu avô paterno, irmão e cunhada do padre Vicente Salasar da Cunha, o sacerdote que me batizou, o qual por milagre se salvara a nado.

Na noite de 24 para 25 de março de 1887, navegavam ao longo da costa, entre Pernambuco e a Paraíba, o paquete "Bahia", da Emprêsa Brasileira de Navegação, o Lóide atual, e o vapor "Pirapama", da Companhia Pernambucana de Navegação, ambos carregados de passageiros. O primeiro rumava para o Sul e o segundo para o Norte. Havia luar, o céu estava claro e o mar iluminado e calmo como um lago. A umas 35 milhas do pôrto do Recife, os dois barcos deviam cruzar-se. Todos dormiam a bordo e, com certeza, também os vigias e timoneiros, porque se não compreende de outra forma que tenham violentamente abalroado, com as piores conseqüências para um dêles.

Mário Sette, em seu livro "Barcas de vapor", edição de 1945, dá a versão pernambucana do sinistro, no capítulo "Um naufrágio de outrora": "O Pirapama" colidira com o "Bahia", que procedia da Paraíba e destinava-se ao Recife, onde amanheceria. Reunidos no convés e enquanto se preparavam as baleeiras para possível salvamento, os passageiros do "Pirapama" viram o "Bahia", a tôda fôrça das suas máquinas, afastar-se do local do desastre e de repente desaparecer. O exame do casco do navio pernambucano não exigira seu abandono. Poderia voltar a Pernambuco sem risco de naufragar. E, assim, o fêz. Após uma demora de meia-hora, ainda, a fim de apurar o destino do "Bahia", o que não conseguiu. A algumas milhas, porém, o "Bahia" fôra ao fundo..."

A versão cearense é muito diferente e tudo leva a crer seja a verdadeira. Está nos jornais da época e no depoimento dos náufragos. Foi de fato o "Pirapama" que abalroou o "Bahia", tanto que do choque saiu quase intacto, podendo alcançar o Recife horas depois sem perda duma só vida. Entrementes, arrombado por d'avante, o "Bahia" soçobraria com rapidez, os porões e a casa das máquinas invadidos ràpidamente pelas águas. O que fêz o seu comandante, o bravo 1º tenente Aureliano Isaque, morto no seu pôsto, junto com o imediato Silvério Antônio da Silva, foi procurar dar tôda a fôrça às hélices, enquanto possível, a fim de aproximar o navio da costa e o encalhar, o que tornaria mais fácil a salvação das duzentas vidas pelas quais era responsável.

Não se pouparam na época críticas ao procedimento do comandante do "Pirapama", demandando a segurança do pôrto, quando não corria perigo imediato, sem lançar ao mar um escaler para socorrer os náufragos. Como admitir que, ferido de morte pela estocada recebida, pudesse o "Bahia" fugir a tôda velocidade para tão longe que o "Pirapama" o não conseguiu encontrar! Isso não entra na cabeça de ninguém. Não estamos aqui, porém, para apurar, depois de 70 anos, as responsabilidades do abalroamento e suas trágicas conseqüências, sim para comentar aquelas poucas linhas do velho João Brígido sôbre o naufrágio e os cegos que dêle saíram com vida.

Mário Sette descreve, naturalmente de acôrdo com as notícias dos jornais do Recife, alguns pormenores da tragédia, que, então, abalou o País: "Mais de 200 pessoas tentaram salvar-se agarradas a tudo que pudesse mantê-las à flor d'água. Bóias, salva-vidas, tábuas, colêtes de cortiça... Alguns conseguem alcançar a costa, vivos. Grande parte ali chega jogada pelas vagas, já cadáveres. Barcaças das praias de Goiana acodem, por terem visto, com o luar, o afundamento do "Bahia", que tentava se avizinhar o mais possível do litoral. Talvez os barcaceiros e jangadeiros tivessem também ouvido a explosão das máquinas. Recolhem os náufragos como lhes é possível..."

Seja dito entre parêntesis que só o comandante do "Pirapama", com a pele salva no pôrto do Recife, não vira a direção tomada pelo "Bahia" e não ouvira o estrondo das máquinas superaquecidas, explodindo ao contacto da água fria do mar. Ouvi muitas vêzes o padre Vicente Salasar da Cunha contar que uma dessas barcaças de Goiana o havia recolhido e que u'a mulher dos barcaceiros lhe atirara uma saia velha com que cobrira sua nudez, pois despira a batina e as ceroulas a fim de poder nadar.

O vapor da Companhia Pernambucana "Jiquiá", seguido do rebocador "Moleque", saíra do Recife em socorro dos náufragos pela manhã de 25 de março. Era natural que só encontrassem cadáveres boiando entre os restos da explosão. Dezenas de corpos iam ter às praias, irreconhecíveis, roídos pelos peixes, mutilados pelos tubarões. Entre passageiros e tripulantes, perderam-se mais de 40 vidas.

"Contavam-se episódios dolorosíssimos, de fazer frio nos corações, relembra Mário Sette. O daquela criança de 5 anos que se desprendeu dos braços da mãe, no momento em que ambas iam ser salvas, e desaparecera no mar. O de um casal encontrado num derradeiro abraço. O de u'a mulher que deixou de ser recolhida numa prancha que não podia suportar mais o pêso de ninguém. Pediu, chorou, gritou, mas era impossível atendê-la. O instinto de conservação dos demais salvados não consentia no sacrifício... E a pobre mulher debateu-se, debateu-se e foi para o fundo. Em compensação, havia na bôca de todos o caso estranho de uma cega que se salvara. Narrou como se dera tudo:— dormia no camarote com o marido, quando ouviram ambos o estrondo e sentiram o choque. O marido sobe rápido ao convés para ver o que se dera e, ao se certificar do perigo iminente, viera buscá-la. Tentam tomar uma das baleeiras do vapor. Mas a cega, ao pular para dentro da embarcação, erra o alvo e cai dentro d'água. Separa-se assim do espôso, mas reage. Ao cair resignou-se a morrer e chamou por Nossa Senhora de Lourdes. Tentou boiar de costas. Boiou durante duas horas. Afinal foi socorrida por uns marinheiros que tinham obtido salvamento em cima duma capoeira de galinhas. Por fim, uma barcaça recolhe a todos. A cega estava salva..."

João Brígido fala de cegos que se salvaram. Houve, além da cega acima referida, um cego, que eu conheci pessoalmente, da infância até a mocidade. Faleceu aí por 1912, dois anos depois que deixei Fortaleza pelo Rio de Janeiro, ou mais tarde, não sei bem quando. Era o famoso Chagas dos Carneiros, Francisco das Chagas, sertanejo alto, magro, de olhos encovados, sobrancelhas hirsutas, cabelos desalinhados sob o chapéu de palha *casco-de-peba,* sempre de ceroulas apresilhadas nos tornozelos, calças arregaçadas logo abaixo dos joelhos e camisolão branco. Essa figura popularíssima na capital cearense perambulava pelo Brasil inteiro a pedir esmolas. Quando desaparecia da terra natal, percorria os sertões do Maranhão, do Piauí, da Paraíba e de Pernambuco até o S. Francisco, a pé, de vila em vila, de cidade em cidade, ou então estava viajando de *vapor-gaiola* pela Amazônia, de paquete da carreira regular para o Rio e S. Paulo. Numa dessas andanças se achava no "Bahia".

Como escapou, contou-me certa feita. Era bom nadador, desde a infância, nos rios e açudes do sertão. Na ocasião do perigo, atirou-se ao mar e, depois de nadar algum tempo, sem saber em que direção, aproximou-se duma capoeira de galinhas, na qual dois náufragos se agarravam. — Ceguinho, disse um dêles, aqui não há lugar para você. Se se agarrar, ela vai ao fundo com mais êsse pêso! — Está bem, respondeu o Chagas, eu não preciso dessa armação, pois sei nadar bem. Só quero um favor: um dos senhores me vire no rumo da praia que eu vou bater lá. Assim fêz um dêles e com o seu *nado-de-cachorro,* lento, mas seguro, o cego dirigiu-se para o litoral. Quase ao atingi-lo, uma jangada pernambucana o pescou.

Perdera, no entanto, os seus carneiros. Andava sempre com 4 ou 6 dêsses animais, servindo-lhe um de guia à ponta duma corda. Os outros caminhavam à sua frente, ao seu lado ou às suas costas, em plena liberdade, fazendo retinir os chocalhos que traziam aos pescoços e cujos sons indicavam ao Chagas os seus movimentos e onde se achavam. Êle morava

ESTE LIVRO PERTENCE AO DNP
DEVOLVA-O COM POUTU...

numa choupana das *areias* da rua Formosa, hoje Barão do Rio Branco, isto é, na parte em que já não havia mais calçamento, em companhia de sua velha mãe, que sustentava com seus ganhos. Esta, com anil, urucu e outros corantes, pintava os carneiros de côres garridas: verde, azul, vermelho e amarelo. Depois de sua morte, reduzidos a dois, os carneiros passaram a ser sempre brancos como os fizera a mãe natureza.

Eram êles parte dos acessórios com que o extraordinário cego ganhava honestamente a vida. Conduzia a tiracolo um saco, que continha suas gaitas, um caixão com um greta ensebada de cêra de abelha e uma espécie de palheta também coberta da mesma cêra. Verdadeiro jogral ambulante, sentava-se ao meio-fio dum passeio, logo rodeado de crianças e basbaques, e dava início ao espetáculo com solos de gaita, passos de dança e cantorias, a que se seguia uma partitura musical executada com a palheta a guinchar na greta da caixa e a ponteira ferrada do bastão a batucar e raspar com estridência o piso empedrado. Êle só valia por uma orquestra. Por fim, os carneiros entravam em cena. O Chagas fazia do bordão espingarda e os ia fuzilando, com os lábios a imitarem tiros, enquanto êles caíam e pareciam mortos. Tombado o último, o que o cego sabia pelo som do cincerro, dava um berro:— Ressuscita, cambada! E a carneirada o rodeava aos pulos, berrando de alegria.

O Chagas era monarquista ferrenho. Tirava o chapéu, quando falava em D. Pedro II. Para êle, a República era a Lei do Cão, a Lei do Diabo, como para os jagunços de Canudos e os fanáticos do Contestado. Serviam-lhe os carneiros para desabafo dêsse modo de sentir. O mais adestrado, o guia, tinha o nome de Mimoso. Êle o chamava para perto, batia-lhe ligeiramente com o bastão nas costas, dava duas ou três mucicas na corda, sinais do que devia fazer, e começava o espetáculo, na verdade digno de ser visto:

— Mimoso, como foi que o Deodoro proclamou a Lei do Cão?

O carneiro empinava-se e berrava alto.

— Mimoso, como foi que o Moreira César morreu em Canudos? Aí estendia a mão e segurava o pescoço do animal, que logo caía de lado, estrebuchava e se punha a estertorar...

Era natural que a criançada aos bandos acompanhasse pelas ruas afora o cego que escapara ao naufrágio do "Bahia". Dizem que os humildes não têm história; no entanto, são êles que fazem a história. Esta é como um livro que tem títulos, subtítulos, letras maiúsculas. Ninguém leria o livro que só tivesse maiúsculas e títulos. E é nessas letras minúsculas da história que palpita mais forte a sua humanidade.

PRIMEIRO CONTO-DO-VIGÁRIO NO CEARÁ

No domingo 18 de março de 1888, o "Pedro II", órgão do Partido Conservador, que se publicava em Fortaleza, capital da província do Ceará, enchia tôda a sua primeira página e meia-coluna da segunda com o minucioso relatório do delegado de polícia, major Pedro de Araújo Sampaio, sôbre, como dizia o intróito da redação, "o audacioso roubo de que foi vítima o nosso amigo Antônio Coelho de Brito e Albuquerque, importante fazendeiro em Baturité, por uma seção de gatunos aqui estacionada, parte de temível quadrilha que funciona em várias capitais desde o Rio de Janeiro até o Pará".

Tratava-se, como se verá, dum típico conto-do-vigário. A 9 de março, Antônio Coelho de Brito e Albuquerque queixara-se à polícia que, na véspera, um tal Antônio dos Santos entabolara conversa com êle no Passeio Público e no dia seguinte, à hora do almôço, fôra buscá-lo no hotel Francês, onde se hospedava, à rua da Boa Vista, levando-o ao quarto nº 5 do hotel do Universo e ali o apresentando a um estrangeiro que disse chamar-se Carlos Meinard. Êste e Antônio dos Santos, mostrando-se desejosos de conhecer a serra de Baturité, pediram ao fazendeiro lhes desse alguns informes por escrito. "De fato escrevera em um cartão as indicações que aquêle foi pedindo em forma de itinerário, colocando entretanto uma bôlsa de couro com que se achava no hotel Francês, e que como de costume conduzia, sôbre a mesa, ficando com o braço esquerdo sôbre as correias da mesma bôlsa. Satisfeitas aquelas exigências, entregou a Santos o cartão escrito e retirou-se para o aludido hotel Francês, onde chegando e indo em seguida

deitar a bôlsa em uma malota de viagem, para a qual se preparava, notou achar-se a dita bôlsa aberta pelo lado exterior e cortada a capa pela parte interior, por onde fôra substituído o maço de dinheiro em cédulas por uma porção de papel envôlto em envelope que contém um emblema. Sentindo-se assim roubado pelos dois aludidos estrangeiros, voltou incontinenti ao hotel do Universo, onde já encontrou fechado o quarto nº 5, tendo ambos desaparecido sem serem vistos pelas pessoas do referido hotel, que se achavam no salão do bilhar."

A polícia cearense, segundo os têrmos do relatório, parece ter dado crédito a esta mal contada história. Ora, para fornecer informações sôbre uma viagem à serra de Baturité, não precisava a vítima dos dois espertalhões sair do seu hotel e ir para o quarto do outro, a encontrar-se ali com terceira personagem, levando nove contos de réis, soma elevadíssima para a época, dentro duma bôlsa de couro. Brito e Albuquerque, fazendeiro rico, conversado de véspera por Antônio dos Santos, deve ter sido induzido hàbilmente a uma transação em que, querendo ser mais esperto do que os dois finórios, ficou sem o seu rico dinheiro e com o paco da praxe. Mas isto não lhe convinha confessar na sua queixa. Dêste modo, não nos diz qual a modalidade de conto-do-vigário que lhe foi aplicada.

O delegado Pedro de Araújo Sampaio tomou rápidas providências, sendo Antônio dos Santos e Carlos Meinard presos à tarde no lugar Damas, a meio-caminho entre Fortaleza e Parangaba, para onde se dirigiam. O primeiro, na opinião da polícia cearense, dizia-se espanhol, mas era "de nacionalidade duvidosa", recusando-se a assinar o nome. Provàvelmente tinha outro, informando o chefe de polícia do Rio de Janeiro que, na Côrte, já respondera a júri e estava fichado como cáften. Alugara o quarto nº 5 do hotel do Universo na manhã do dia do roubo e em seu poder não foi encontrado dinheiro algum. O segundo, também fichado como cáften, atendia também pelos nomes de Carlos Bossi, sendo italiano. Muito falante, negou-se, no entanto, a responder ao interrogatório que lhe foi feito e em seu poder se encontrou parte do dinheiro do queixoso.

A testemunha Manuel Pereira dos Santos, ouvida pelo

delegado, fêz uma declaração sôbre Carlos Meinard, que lança alguma luz quanto à natureza da transação em que o fazendeiro de Baturité foi lesado: afirmou ter ouvido o italiano dizer que Brito de Albuquerque era mais criminoso do que êles, pois "lhe dera com as próprias mãos o dinheiro que dizia roubado por maior quantia de dinheiro falso".

Das averiguações policiais procedidas em tôrno do caso, resultou a prisão de outro indivíduo tido como chefe ou inspirador da quadrilha, o espanhol Serafim Gran y Ferré, conhecido pela antonomásia de Catalão, desde fevereiro de 1888 residindo no hotel-restaurante de Antônio José da Cunha Café. Dizia-se homem de recursos e proprietário duma charutaria em Belém do Pará, mas o chefe de polícia dessa cidade, bem como os de Pernambuco e Rio de Janeiro informavam que êle não passava de mentor duma quadrilha de ladrões. Em seu poder foi encontrado algum dinheiro que procurava esconder com o pretexto de ir à privada. Fôra visto, no dia 9 de março, às 11 horas da manhã, logo após o roubo do hotel do Universo, em companhia de Antônio dos Santos.

A polícia cearense chegou à conclusão de ser Serafim Gran y Ferré companheiro antigo de operações ilícitas de Meinard e Santos, tendo respondido a júri no Rio de Janeiro em 1884 e sido expulso da capital do Império como cáften. Eis o que a seu respeito declara textualmente o delegado Sampaio: "Catalão é bem apessoado, franco em gastos de dinheiro com os da sua conivência, jogador e escamoteador habilíssimo... acusado do roubo de quatro contos de réis no hotel onde morava em Belém, praticado por uma quadrilha de ladrões de que é membro, tendo antes vendido a charutaria que falou ainda possuir na travessa das Mercês..."

O caso Catalão, como ficou rotulado nos anais do crime em Fortaleza, deu muito que falar, mas nenhum resultado adveio para o lesado no conto do dinheiro falso, que ficou mesmo sem seus cobres e viu os implicados absolvidos por falta de provas pelo Tribunal do Júri. Foi advogado de Serafim Gran y Ferré o dr. Paulino Nogueira Borges da Fonseca, ilustre jurista e historiador, mais tarde desembargador dos mais

notáveis na Relação do Ceará. A prisão do espanhol, conforme se depreende do requerimento por êle dirigido em 9 de abril de 1888 ao chefe de polícia, dr. Francisco Pauleta Bastos de Oliveira, era bastante rigorosa: "Serafim Gran y Ferré, preso na cadeia publica d'esta capital, vem umildemente requerer a V. Excia. se sirva conceder-lhe ter a porta de sua prisão aberta, p. deste modo poder respirar n'um ambiente mais saudavel: o supplicante toma-se (*sic*) a liberdade de dirijir-se a V. Excia. visto o Sr. Administrador ter protestado não poder fazer nada a seu favor por ter severas ordens de V. Excia." Informando o papel, declarou êste ser inconveniente o que requeria o prêso, o que motivou o indeferimento da petição.

Depois do júri, o advogado Paulino Nogueira requereu ao presidente do Tribunal da Relação, em 24 de setembro de 1889, lhe fôsse dada por certidão a sentença absolutória de Serafim Gran y Ferré, confirmada em grau de recurso, o que foi feito. Também serviu como advogado de Catalão e seus companheiros de vigarice o major Justino Xavier. Tanto assim que, a 26 de janeiro de 1891, em vésperas de retirar-se da capital cearense, onde passara mais de ano e meio nas grades, o aventureiro escrevia a Paulino Nogueira: "Tendo que seguir viagem e não sabendo se regressar-ei; peço-vos que finalizando a cuestão e levantando o depozito, proceda-is como vos approuver cuanto a retribuição do trabalho do Sr. Justino Xavier."

O depósito era o dinheiro apreendido pela polícia em seu poder e que se dizia ter sido furtado por êle no Pará. Em face da sentença absolutória, foi levantado na tesouraria provincial sòmente a 10 de junho de 1892. Somara três contos e setenta e sete mil réis (Cr$ 3.077,00), dos quais a 17 do mesmo mês Paulino Nogueira pagou 200 mil réis ao major Justino Xavier. Quanto tomou pelo seu trabalho não sabemos; mas até aquela data Serafim Gran y Ferré estêve em correspondência com êle, procedendo de modo leal, o que era de espantar em pessoa da sua laia. A 12 de março de 1892, escrevia-lhe de Poços de Caldas: "Tendo-me retirado do Ceará sem que V. Sa. nessa estivesse, não pude cumprir com o que devia no entanto; deixei-vos uma carta em poder do vosso parente

major de Injenieiros, que dice-me o Sr. Tristão hera o incumbido de receber sua correspondencia; mais tarde, de Pernambuco, escribi ao Sr. major Justino Xavier, e como não recebe-se noticia alguma, vos dirijo a prezente por ter-me ditto o Sr. Dr. Serpa que V. Sa. hacha-se de novo no Ceará. Suplico-vos, pois, o favor de responder-me diciendo-me, se, levantou o dinheiro, para em cazo contrario, remeter-lhe a importancia do seu trabalho."

A 16 de maio seguinte, cheio de cuidado pelo pagamento do seu defensor no Ceará, Catalão lhe enviava esta carta da capital federal, dando seu enderêço na Espanha, em Reus, província da Tarragona, e colando na página final um recorte de jornal com a notícia dum roubo de que fôra vítima: "Comunico-lhe que fui victima d'um roubo de 5:510$000 e uma nota de 100 dolars (como poderá ver da noticia junta). O autor foi um empregado da companhia, da qual fui Secretario e como não poude-o provar fiquei sem o dinheiro. Deve fazer dous meises que hachando-me com a companhia em Poços de Caldas escribi-lhe pedindo-lhe que estava disposto a pagar-lhe seus onorarios pelo muito que por mim fez: hoje estou impossibilitado de o fazer pela razão verso exposta. Sigo a manhã para Europa com o saldo de meus ordenados que recebi do Sr. Honorio Palacios e a razão de retirar-me é que meu hirmão maior hacha-se sem esperança de vida e com toda hurjencia fui chamado: tenho certeza que o Sr. Levantará o dinheiro; porém, se assim não for, rogo-lhe encarecida-men-te escrever-me, pois tenho em Europa o suficiente para pagar-lhe o que por mim fez, e que jamais apagar-se-ha da minha memoria; se como espero levantar o dinheiro peço-vos que o saldo que tiver remeter-mo pois creio que ver-me-ei forçado a ficar no ceio de minha família para dirijir a caza de meu querido hirmão."

A companhia de que Serafim Gran y Ferré foi secretário era o Circo Chileno, de cavalinhos.

Em papel timbrado do Estabelecimento Balneário de Cardó, de S. Cabestany, em Tortosa, na província de Tarragona, o espanhol ainda escrevia a Paulino Nogueira, no dia 30 de junho de 1892: "Da Bahia comuniquei-vos ter sido victima d'um roubo que impossibilitou-me de satisfazer os vossos onorarios pelo que por mim fizestes na cuestão Bolilha (?) como n'aquella, vos repito que se não levantastes o dinheiro do tezouro comunicar-mo para vos remeter o que me dicen; e em cazo que tenha o levantado cobrar-se do seu trabalho e remeter-me o restante. Acho-me actualmente acompanhando a minha mana e meu cunhado nos banhos medicinais de Cardó e breve regressar-ei a Reus lugar de nossa rezidencia."

Tôda essa correspondência é muito curiosa. O aventureiro espanhol, jogador de profissão, acusado de vários crimes, envolvido num caso de conto-do-vigário no Ceará e atingido pelas piores acusações, sofre os rigores da cadeia, mas recebe plena absolvição no tribunal popular. Deixando Fortaleza e correndo mundo, sofrendo um roubo semelhante a verdadeiro talião, sòmente demonstra um cuidado: saldar a dívida para com o eminente advogado que o defendeu no momento mais grave de sua vida agitada. Dir-se-á que a isso estava ligado o interêsse de receber também o saldo da soma que a polícia de Fortaleza confiscara ao prendê-lo. Todavia, a preocupação com o pagamento do advogado é constante e sincera segundo tudo leva a crer. Na verdade, como se vê dos escritos, Serafim Gran y Ferré tinha família e situação decente em sua pátria. Deve ter sido um dêsses jovens que saem a correr mundo e nessa peregrinação perdem os escrúpulos, acabando na prática de atos menos dignos. Todavia, no fundo do seu ser, permanece um pouco de educação cavalheiresca recebida no ambiente familiar.

O caso Catalão, que despertou pelo ineditismo duma das modalidades do conto-de-vigário na Fortaleza de 1888 os mais vivos comentários, verdadeiro escândalo, permitiu à polícia local estender as rêdes para apanhar peixes maiores. Assim, agarrou Serafim Gran y Ferré e o processou; mas a justiça o eximiu de culpa e o restituiu à liberdade. Revivendo êsse episódio da história criminal do Ceará, a gente fica, diante dos documentos, sem saber como julgar o aventureiro espanhol que nêle desempenhou o papel principal.

FIDALGUIA DUMA BANDA SÓ

Velha cantiga cheia de ironia e muito conhecida no Nordeste brasileiro, sobretudo no Ceará, tem êste curioso *leitmotif*: *duma banda só*. Embora a tenha ouvido cantar inúmeras vêzes em minha meninice, só me lembro de dois de seus versos, que diziam assim:

Todos nós somos fidalgos,
Duma banda só...

No comêço do regime republicano, foi governador do Estado do Ceará o general José Clarindo de Queiroz, um dos heróis da campanha do Paraguai. Antes de ser deposto, em conseqüência de sua adesão ao golpe de Estado do marechal Deodoro, a tiros de fuzil e balas de canhão, por ordem do marechal Floriano Peixoto, no dia 16 de fevereiro de 1892, formara um grande partido político. Os que lhe faziam oposição, a fim de meterem à bulha o referido partido, ressuscitaram a velha cantiga numa paródia apropriada ao caso:

O balão pegou fogo,
Duma banda só.
Todos nós somos queirozes,
Duma banda só.

Recordo-me ainda de ouvir os cadetes da antiga Escola Militar do Ceará cantando em charola pelas ruas essa e outras coplas que a minha memória, lamentàvelmente, foi perdendo através dos anos.

Parece-me que a origem de tal cantiga popular, aproveitada para arma política, foi um fato ocorrido nos tempos coloniais, na capitania da Paraíba, e ao qual se refere Henry Koster nas suas "Viajens na parte septentrional do Brasil, de 1809 a 1815, compreendendo as Províncias de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Maranhão", da qual a edição original é em inglês, havendo uma tradução francesa de 1818 e uma brasileira, moderna.

Quando no comêço do século XIX, administrava a Paraíba o governador Amaro Joaquim, costumavam à noite praticar desordens pelas ruas indivíduos embuçados e mascarados. Diante das reclamações da população ordeira contra tais desatinos, o govêrno deu à polícia ordens severas para que todos os embuçados fôssem presos. Tendo sido essas determinações fielmente executadas, meia-dúzia dos tais valdevinos foi metida na cadeia, onde Amaro Joaquim verificou tratar-se de gente importante.

Entre êsses embuçados estava um tal Nogueira, filho bastardo dum dos homens mais ricos e influentes da cidade, e de uma mulata, sua amante. Apesar da ilegitimidade do seu nascimento, a família paterna tinha por êle a maior consideração. Todavia, sua conduta sempre fôra de verdadeiro celerado. Já cometera assassínios e violentara donzelas.

O governador Amaro Joaquim desejava fazê-lo julgar e condenar à morte; mas sentia ser impossível diante da fortuna e do prestígio da família Nogueira. Isso, porém, não o impedia de castigá-lo dentro dos limites de sua alçada. Mandou, pois, que o bastardo fôsse ao pelourinho e açoitado. Então, o réu reclamou contra a ordem, apoiado pela parentela, visto como a lei considerava aquela pena infamante, e êle, sendo meio nobre pelo lado do pai, não podia ser chicoteado em público.

A autoridade viu-se obrigada a reconhecer que êle era de fato nobre pelo lado paterno e plebeu pelo materno, não podendo aquêle lado ser ferido nos seus melindres de nobreza, mas podendo-o ser o da parte plebéia. Assim, mandou o governador que fôsse açoitado da banda ignóbil, cumprindo-lhe indicar qual fôsse. Executou-se a sentença dos açoites, seguida

de degrêdo para Angola; porém, Koster não diz que lado o prêso considerou fidalgo, se o direito, se o esquerdo, ou se o da cintura para cima, escolha esta última que seria mais inteligente, mais lógica e até simbólica.

Naturalmente é dêsse episódio que nasceu a cantiga popular:

Todos nós somos fidalgos.
Duma banda só.

Casa da Câmara e cadeia de Quixeramobim.

A VERDADEIRA D. GUIDINHA DO POÇO

Na última década do século passado, entre os tipos populares da cidade de Fortaleza, capital do Ceará, minha terra natal, andava uma velha desgrenhada, farrapenta e suja, que a molecada perseguia com chufas, a que ela replicava com os piores doestos dêste mundo. Vi-a muitas vêzes na minha meninice, ruas abaixo e acima, carregando uma sacola cheia de trapos, enfurecida, quando os garotos gritavam: — Olha a mulher que matou o marido! A gente adulta chamava-lhe a velha Lessa. Tinha terminado de cumprir sua pena na cadeia pública e andava assim de léu em léu, sem teto e sem destino, como um resto de naufrágio açoitado pelo mar. Sua figura acurvada e encanecida me impressionava, mas naquele descuidoso tempo longe estava eu de supor que contemplava na mendiga semitrôpega a figura central duma tragédia real e dum romance destinado a certa celebridade literária.

O romance é o de Manuel de Oliveira Paiva, escritor cearense nascido em 1861 e falecido em 1892, seminarista, cadete, abolicionista, jornalista e funcionário público: "D. Guidinha do Poço". Essa obra de ficção teve duas edições póstumas, a 1.ª na "Revista Brasileira" do Rio de Janeiro, em 1899, a 2.ª mais recentemente, logrando esta grande êxito e pondo em foco a personalidade esquecida do romancista da terra de José de Alencar, um dos fundadores da "Quinzena", na opinião de Sacramento Blake "a melhor e mais duradoura revista que teve o Ceará".

O que até recentemente se não sabia sôbre êste livro notável é que não passa duma história romanceada com a maior

fidelidade possível aos elementos humanos, sociais e paisagísticos da realidade. O romance narra simplesmente, com nomes e topônimos diversos, o crime cometido pela velha Lessa, a mulher que matou o marido da molecada fortalexiense de há mais de meio-século. Fêz essa identificação interessantíssima com exaustiva documentação na imprensa da capital do Ceará o ilustre historiador Ismael Pordeus, sem favor um dos maiores pesquisadores dos arquivos e documentários da Terra de Sol.

Leiamos as suas próprias palavras: "A acolhida elogiosa votada pela crítica literária nacional a "D. Guidinha do Poço" levou-nos à leitura dessa obra de Manuel de Oliveira Paiva. Logo nos primeiros capítulos — qual foi nossa surprêsa! — nos sentimos em frente a cenários que não nos eram estranhos, mas quase familiares, porque do município onde nascemos e vivemos até a mocidade. Identificando velhos sertões no livro, íamos, ao mesmo passo, sentindo que o tema versado não era também estranho. Já ouvíramos relato de história algo semelhante à romanceada por Oliveira Paiva. E, em consagrando maior atenção à leitura, conseguíamos identificar vários dos personagens ali existentes. Ao volvermos a última página de "D. Guidinha do Poço", fizemo-lo convictos, certos de que os cenários descritos retratavam os que se descortinam nos sertões de Quixeramobim. De todo, não era o tema versado obra ficcionista, mas história romanceada de um triste fato há cem anos ocorrido naquele município..."

Com abundância de pormenores e documentação, Ismael Pordeus ajusta os personagens, locais e acontecimentos da verdade histórica àqueles que sob o manto diáfano da fantasia se sucedem nas páginas do romancista. Desde a própria criação do município de Quixeramobim pela ordem régia de D. José I, de 22 de julho de 1766. Disfarça-o no romance o nome de Cajàzeiras. Mas até o levantamento do pelourinho simbólico vem contado com todos os ff e rr. De onde se depreende que Oliveira Paiva manuseou a documentação antiga da velha cidade sertaneja.

Nela, "três mulheres tristemente se celebrizaram em requintes de vingança e perversidade — Joaquina de tal, Helena Maciel e Maria Francisca de Paula Lessa, também conhecida por Marica Lessa ou Marica de Abreu". A primeira, acumpliciada a um escravo, assassinou o marido, o português José da Fama. O episódio foi relatado juridicamente pelo saudoso desembargador Paulino Nogueira no tomo VIII da "Revista do Instituto do Ceará" e literàriamente por mim em um dos capítulos do "Livro dos Enforcados". Da segunda, verdadeira Nemesis do sertão, se ocupou João Brígido. Também à mesma me referi em "Heróis e Bandidos".

A terceira, "mulher rica e da alta sociedade, mandou assassinar seu próprio marido, o coronel Domingos Víctor de Abreu e Vasconcelos, homem de bem e grande fazendeiro". No tomo XXVIII da "Revista do Instituto do Ceará", Eusébio de Sousa diz que o coronel Domingos fôra "morto na sua própria casa, no coração da cidade, por um seu escravo conhecido por Curumbé e a mandado de sua própria espôsa, fato negro ocorrido em 1853".

Ismael Pordeus compulsou no cartório do tabelião Antero de Albuquerque Lima, em Quixeramobim, o inventário do capitão-mor José dos Santos Lessa, pai de d. Marica Lessa, datado de 1834, para verificar que até nesse ponto Oliveira Paiva se cingiu à verdade histórica, pois coincidem com os bens do mesmo os haveres mencionados no romance. Do mesmo modo, as pessoas envolvidas no crime: D. Maria Francisca de Paula Lessa, Senhorinho Antônio Pereira da Costa, Francisco dos Santos do Nascimento e Manuel Ferreira do Nascimento, vulgo Curumbé, na realidade; D. Guidinha, Secundino, Silveira e Naiú, na ficção. "Numa casa hoje pertencente ao sr. Manuel de Araújo (Neuzinho) e na qual se acha atualmente instalada uma serraria do agrônomo José Maria de Sales Andrade", foi que se consumou o homicídio a 20 de setembro de 1853. "Há alguns decênios, existia, ainda visível, em uma das paredes internas dêsse imóvel, situado na praça da Matriz, u'a mancha escura, que, segundo afirmavam pessoas de idade avançada, teria sido ali impregnada quando o coronel Domingos Víctor de Abreu e Vasconcelos, ao ser apunhalado e pôr as mãos sôbre

a ferida, procurou apoiar-se, evitando tombar brutalmente ao chão."

O coronel Domingos Víctor, homem rico, "pacato e respeitável", no dizer de todos, verificando que sua mulher andava de amôres com um sobrinho pernambucano, Senhorinho Antônio Pereira da Costa, sem bulha nem matinada, dela se afastou, deixando-a na fazenda onde co-habitavam e passando a residir na então vila de Quixeramobim. Vivia, no entanto, tão desassossegado, receando qualquer atentado por parte da espôsa, cujo caráter conhecia, que pedira garantias de vida às autoridades e andava pelas ruas sob a guarda do destacamento policial. Mas, certa manhã, ao receber em casa seu afilhado e agregado Curumbé, que lhe vinha pedir a bênção, êste o apunhalou. "Aos gritos de socorro partidos de uma velha escrava, cozinheira do coronel Abreu, acorreu o vigário da freguesia, que retirou a arma homicida ainda cravada no ombro esquerdo da vítima, ouvindo, então, esta mencionar, algumas vêzes, o nome do seu assassino. Enquanto esta última cena se passava na sala de visitas, um menino, filho da escrava e que presenciara a negra ação do criminoso, saíra correndo no seu encalço, a gritar: — Peguem o Curumbé, êle matou o coronel Abreu! Aos insistentes apelos do menino, acudiram várias pessoas a perseguir o criminoso, que foi detido, enfim, por dois homens, já à saída da vila, na rua do Velame..."

O prêso confessou ter atuado por ordem de d. Marica, que o delegado no mesmo dia foi buscar na fazenda Canafístula e trancafiou na cadeia, no andar térreo da câmara municipal. Mulher rica e mandona, estava certa de desafiar a justiça e obter ràpidamente a liberdade. Todavia, saiu-lhe o trunfo às avêssas. Condenada a 30 anos de prisão, depois de rumoroso e agitado processo, terminou "seus últimos anos de vida na mais extrema miséria, implorando a caridade pública nas ruas de Fortaleza e dizendo impropérios aos moleques que lhe atiravam ditos irreverentes ou lhe lançavam em rosto o ter mandado assassinar o marido. Circunstância especial: conservou sempre como residência, mesmo depois de cumprida a pena, a cela em que estivera reclusa, durante tanto tempo,

na cadeia da capital, daí saindo apenas para pedir esmolas. Jamais quis tornar a Quixeramobim: orgulho ou remorso"?

Curumbé, o mandatário da cruel fazendeira, enviado pelo júri para Fernando Noronha, segundo parece, ali viu se extinguir sua vida. Senhorzinho ou Senhorinho conseguiu escapar à tropa enviada para agarrá-lo e afundou-se anônimamente no sertão. Santos, também. De Curumbé ou Corumbé ocupou-se, há muitos anos, em interessante crônica na revista "O Malho", o escritor cearense Odilon Jucá, que, sob o pseudônimo de Anastácia, nos deixou interessante descrição de d. Marica Lessa: "... esmolava pelas ruas de Fortaleza um triste molambo de mulher, corcunda, olhos a destilarem raiva e rosto simiescamente peludo... Esmolava orgulhosamente, sempre de mau humor, arremetendo contra os que não ouviam ou fingiam não ouvir a sua voz de súplica expelida num timbre imperativo e espectral. Atirava nomes soezes a quem lhe estendia a mão com u'a miserável moeda de cobre, um dobrão azinhavrado de 40 réis... Cumprira já 30 anos de pena judiciária na cadeia pública, de onde, por hábito com aquêle ambiente sombrio que casara em harmonia com a sua alma, ou por não ter onde ir acostar a ossada mal jeitosa, não quis mais sair."

Ismael Pordeus, no seu excelente trabalho de confrontação da verdade histórica com a ficção nela inspirada, transcreve as resenhas do crime feitas pelos jornais coevos, verificando que, antes de determinar a morte do espôso pelo punhal do Curumbé, d. Marica procurara envenená-lo, o que se encontra descrito no romance de Oliveira Paiva.

Termina êste com a prisão de d. Guidinha do Poço: "Guida vinha no Marreco. A um lado e outro os soldados e paisanos da escolta, êstes armados de garrucha e faca, uns montados, outros a pé. Apesar da indignação e assombro públicos, temiam as autoridades que no caminho lhes viessem tomar a prêsa. Guida entrou sobranceira pela rua Grande, o cavalo numa *estrada alta*. A chapelina um tanto para trás, deixando a testa quase no sol. A saia de montaria, de bretanha, arfava ao vento, produzindo uma irritação estranha aquêle pano branco na alma enlutada da população..."

Esta soberba, como vimos do que antes ficou dito, não abandonou na extrema miséria, após 30 anos de cárcere, a velha mendiga Marica Lessa, êsse *molambo de mulher* do cronista de "O Malho", a verdadeira D. Guidinha do Poço, como o demonstrou Ismael Pordeus. Do seu estudo podemos concluir que nenhum romance se compara ao romance da vida, ao romance da história.

A TRÁGICA MORTE DO COMENDADOR GARCIA

A morte do comendador José Nogueira de Amorim Garcia, vítima de bárbaro crime, causou grande comoção na opinião pública do Ceará. Era êle homem de posição e respeito, chefe prestigioso da política oficial no município de Quixeramobim. A cidade sertaneja engalanava-se para a inauguração da estação da Estrada de Ferro de Baturité, que acabava de alcançá-la, quando, na véspera, sábado, 10 de março de 1894, o comendador foi morto a pauladas nas imediações de sua residência, à qual se dirigia depois de tomar as últimas providências para a grande festa do dia seguinte. Encontraram-no agonizando, caído de bôrco, coberto de sangue, a cabeça despedaçada pelos golpes brutais dum grosso cacête de bater cal, alguns ferroviários que recolhiam aos lares após o preparo da estação a ser inaugurada. Calculou-se ter sido o homicídio cometido mais ou menos às 11 horas da noite.

As autoridades locais procederam imediatamente às diligências necessárias a elucidar o crime e a prender seus autores; depois, o próprio chefe de polícia da capital entraria diretamente em ação, tal a importância política e social da vítima. No dia 13 de março, o secretário da Justiça, coronel Valdemiro Moreira, determinava a prisão e rigorosa incomunicabilidade do velho coronel Teófilo Lessa, de seu filho, o tenente-coronel Fausto Lessa, e do amigo íntimo de ambos, o bacharel Diomedes Teodoro da Costa, como mandantes do feito. O mandatário, segundo indicavam as diligências procedidas, fôra o trabalhador da estrada de ferro Irineu Dias, natural do Piauí, que, depois de cometido o delito, tomara perto da cidade um

cavalo de sela ali à sua espera e se afundara no sertão. A polícia deitou-lhe as mãos na cidade do Ipu, ao pé da serra da Ibiapaba, quase na raia do Piauí. Não foi necessário apertá-lo muito para que confessasse plenamente a autoria do assassínio.

As paixões políticas locais tiveram largo campo de ação no processo para a devida apuração do crime, de vez que o coronel Teófilo Lessa, embora na oposição, tinha grande influência eleitoral e o promotor de justiça da comarca pretendia suceder a Amorim Garcia na chefia do partido situacionista. Era êle o dr. João Paulino de Barros Leal, mais tarde deputado estadual, que se celebrizou por ter apresentado um projeto mandando mudar a capital do Estado, de Fortaleza para Quixeramobim, sob os mesmos argumentos invocados para a transferência da capital do País para o planalto central. Daí a interessante paródia de famosos versos de Francisco Otaviano feita a seu respeito pelo mulato Lafayette, crítico e verrineiro terrível, no seu jornal humorístico "O Figarino", em Fortaleza:

Quem passou numa assembléia e muito mal
Um único projeto apresentou,
Quem veio ver se passava a capital
Daqui pra sua terra, mas falhou,
Foi o novo deputado João Paulino
Que veio ver se mudava e não mudou...

D. Maria Casimira Teófilo e d. Maria de Nazaré Lessa, espôsas dos presos, deram procuração para a defesa dos mesmos ao advogado Justiniano de Serpa, o qual a 24 de março requeria em seu favor um *habeas-corpus,* negado pelo Tribunal da Relação. Quando a polícia, tomando conhecimento do homicídio, concluiu suspeitando dos Lessas, obedeceu ao velho aforisma — procura o criminoso naquele a quem o crime aproveita. Dêste ponto de vista, fatos anteriores justificavam-lhe a ação.

Algum tempo antes, estando o comendador Amorim Garcia hospedado em Fortaleza, aonde viera a negócios, em companhia de Fausto Lessa, numa pensão existente no sobrado, depois moradia do conselheiro Paula Rodrigues, na antiga rua Formosa, da sua mala desapareceram três ou quatro contos de réis. Atribuiu êle o furto a Fausto Lessa, moço dado ao jôgo e estroinices. Moveu-lhe mesmo um processo, ainda em curso quando foi morto a bordoadas por Irineu Dias. Naturalmente, o velho coronel Lessa tomou no caso o partido do filho. E o bacharel Diomedes, que tivera pretensões contrariadas pela vítima e gozava da intimidade dos Lessas, conforme era voz corrente, envenenava constantemente a inimizade que a fatalidade criara entre êles e Amorim Garcia.

Li cuidadosamente os autos do processo dessa causa célebre nos anais de minha terra natal, não só movido pelo interêsse do historiador como pela semi-esvanecida lembrança do comendador Amorim Garcia, que era meu parente longínquo e freqüentava até ser assassinado a casa de minha família. Tinha eu de quatro a cinco anos e me punha a cavalgar sôbre seus joelhos. A 1.ª testemunha jurada sôbre os Santos Evangelhos, d. Teresa Benvinda de Barros Leal, mulher do promotor, declarou *ter visto com um binóculo,* na noite que estava clara, o indigitado Fausto Lessa na porta de sua residência. Depois de se haver recolhido, ali chegou um indivíduo que bateu fortemente. Era o bacharel Diomedes. Fausto Lessa veio recebê-lo e ambos entraram juntos. Mais não disse nem lhe foi perguntado. Infere-se do depoimento que a respeitável senhora se dedicava a cocar a vizinhança, como escreveria Eça de Queiroz, com o auxílio formidável dum binóculo. Nessa noite de sangue, quando o comendador Garcia, a alguns passos de distância agonizava no barro do chão, ela cocava o movimento da rua e assistia a uma visita suspeita, fora de horas, dum inimigo da vítima a outro inimigo. Pelo depoimento da 2.ª testemunha jurada, d. Ana Benvinda Gurgel do Amaral, cunhada do promotor, que estava cocando as casas próximas em companhia da 1.ª, sabe-se que isso se passou pouco depois da meia-noite, que a vítima já tinha sido encontrada agonizante e que tudo lhes fôra noticiado por José Bernardes de Oliveira Cunha. Por isso se achavam vigilantes e de binóculo...

Passemos à 3.ª testemunha, d. Maria da Glória das Chagas, costureira, vizinha do coronel Teófilo Lessa. Ouvira da criada do mesmo que o seu patrão dizia ter pena do que ia suceder a Amorim Garcia, cuja sentença de morte estava lavrada. Também a filha de Teófilo Lessa lhe contara que o pai, convidado para as festas da inauguração ferroviária, sòmente iria à da estação e não ao baile, ao qual Garcia não teria o gôsto de comparecer. Ainda afirmou que Antônio Lessa, filho do coronel, lhe repetira a mesma coisa. Essas declarações eram de fato graves e exigiam acareações que não foram devidamente procedidas.

Francisca Joaquina do Nascimento, lavadeira, 4.ª testemunha, ao passar pela casa comercial do velho Lessa, escutara êste dizer em uma roda de amigos: — "Mando matá-lo!" Não sabia ao certo a quem se referia, mas julgava fôsse a Amorim Garcia, devido ao caso do furto que atribuíra a Fausto Lessa. A 5.ª testemunha, uma menor de 17 anos, Januária Maria da Conceição, confirmou as declarações da lavadeira, acrescentando ter ouvido dizer, em casa dos Lessas, que, quando seu partido subisse, fariam com Garcia a mesma cousa que êle estava fazendo com Fausto.

Até aqui tivemos as testemunhas femininas; vamos agora ouvir as masculinas. Quintino Francisco Rafael, também de 17 anos, criado de Fausto, a 6ª, disse que, perguntando a Joaquim Filipe da Costa, homem doente, vizinho dos Lessas, quem assassinou o comendador, êste respondeu ter sido Fausto, seu cunhado e Diomedes. A 7.ª testemunha, Joaquim Martins Júnior, português, de profissão marchante, assegurou ter em Fortaleza, em comentário ao furto do dinheiro por Fausto Lessa, escutado o sr. Frota, de Baturité, dizer que Amorim Garcia seria assassinado. Também ouvira de Antônio Diogo de Siqueira que o bacharel Diomedes, sendo advogado no interior de Pernambuco, incutira em um de seus constituintes ali a idéia de matar o vencedor da questão que pleiteava no fôro. Cesteiro que faz um cêsto é bem capaz de fazer um cento... Êste depoimento de oitiva destinava-se a incluir no processo o bacharel como instigador do crime de Quixeramobim.

A 8.ª testemunha foi Augusto Oliveira da Cunha. Ouvido em Fortaleza, onde residia, declarou que, na casa dum tal Pepedro, onde se encontrava com os Lessas, pai e filho, ao tempo do furto do dinheiro de Garcia, dos lábios de ambos escutara dizerem que, de volta a Quixeramobim, mandariam tirar a vida do acusador. Êle, então, aconselhou-os a não fazerem tal cousa e avançou que iria avisar a vítima. Aí ambos o ameaçaram de morte, se tal fizesse. E não avisou o comendador por não se ter mais avistado com êle. Estas afirmações, das mais importantes do processo, não tiveram as comprovações que se faziam mister.

José dos Santos Lessa, 9.ª testemunha, também de Fortaleza, processado com Fausto Lessa por Amorim Garcia como cúmplice no furto do dinheiro, depôs, dizendo que o comendador não lhe movia perseguição alguma, mas simplesmente exercia a defesa do seu direito. Em seguida, acrescentou nunca ter ouvido nada sôbre o crime; no entanto, se fôra praticado pelos Lessas, aliás, seus parentes, era de parecer que a instigação só poderia ter partido do bacharel Diomedes, amigo íntimo de Teóflio e Fausto, *inimigo acérrimo* de Garcia. Êste, terminou o depoente, era muito benquisto, mas tinha dois inimigos figadais: Diomedes e Toscano de Brito.

As autoridades ouviram por último a 10.ª testemunha, Cândido Primo da Cunha, criado de Teófilo Lessa, que contou o seguinte: achando-se dentro dum grande caixão de guardar farinha, a limpá-lo, não podendo ser visto do exterior, escutara o coronel Lessa, seu filho Fausto e o dr. Diomedes confabulando em voz baixa nas proximidades sôbre a eliminação do comendador. O coronel Teófilo manifestava-se contrário e o dr. Diomedes falava em tom tão apagado que não pudera entender nada do que dizia. No dia seguinte, seus amos o enviaram à estação do Uruquê, a fim de chamar Irineu Dias, o assassino, que prometera vir. A testemunha adiantou ainda ter ouvido dos lábios de Antônio Lessa o mesmo que dissera à costureira Maria da Glória das Chagas.

A arma do crime — longo e grosso pau de bater cal — foi encontrada suja de sangue e partida em dois pedaços pela vio-

ESTE LIVRO PERTENCE AO DANP
DEVOLVA-O COM PONTUALIDADE

lência dos golpes desferidos na vítima pelas costas, que lhe arrebentaram a base do crânio. Com êsses testemunhos e elementos seguiu o processo seu curso, baseado sobretudo na confissão do bárbaro executor, desencadeando uma onda de paixões, que, certamente, até certo ponto perturbaria a serenidade da justiça. No decurso das diligências e interrogatórios, outras pessoas foram envolvidas no inquérito, de modo que o júri de Quixeramobim, na memorável sessão de 7 de março de 1895, condenou Irineu Dias, o tenente-coronel Fausto Augusto dos Santos Lessa, Pedro dos Santos Lessa, Francisco Xavier Mocuba e Cândido Primo da Cunha, como incursos no art. 294, § 1.º, do Código Penal, a 30 anos de prisão simples e o coronel Teófilo dos Santos Lessa, no grau máximo do mesmo artigo e parágrafo combinado com os arts. 63 e 64, a 23 anos. A 29 de novembro do mesmo ano, o Tribunal da Relação de Fortaleza confirmava a sentença. Recordo-me ainda de, na minha infância, quando ia com pessoas de minha família ouvir missa na capela da cadeia pública, na qual servia meu primo, o padre Vicente Salasar da Cunha, avistar o velho Lessa com suas barbas e cabelos alvos como algodão sentado à porta do seu cubículo. Também muitas vêzes vi seu filho Fausto, indo às compras nas ruas da cidade como era costume na época, escoltado por dois soldados de polícia. As opiniões, segundo me recordo, dividiam-se quanto à sua culpabilidade, devido às deficiências do processo e à manifesta parcialidade do promotor João Paulino de Barros Leal. Todavia, a maioria das vozes concordava em apontar Fausto Lessa como principal mandante do bárbaro crime. O bacharel Diomedes escapara pela tangente, buscando outros ares.

Os réus impetraram a revisão do processo, alegando suas falhas e nulidades, ao Supremo Tribunal Federal. O procurador-geral da República deu parecer contrário fundamentado no do procurador-geral do Estado do Ceará e a 16 de março de 1898 assinavam o acórdão que negava provimento ao recurso, confirmava definitivamente a sentença e condenava os réus nas custas os ministros Aquino e Castro, Augusto Olinto, Pindaíba de Matos, Macedo Soares, Manuel Murtinho, Pereira Franco, Ribeiro de Almeida, André Cavalcânti, Bernardino Ferreira, João Barbalho e H. do Espírito Santo, êste último vencido quanto ao recorrente Pedro dos Santos Lessa, cuja condenação lhe parecia contrária às provas dos autos. Assim se desvaneceu a última esperança dos condenados pelo júri de Quixeramobim.

Os anos passaram. As paixões tornaram-se pó como aquêles sêres humanos que possuíram e agitaram. Hoje, o traiçoeiro homicídio pode ser analisado com frieza e imparcialidade. Tudo leva a crer que, de fato, Fausto Lessa mandou executar o crime pela mão venal de Irineu Dias, possìvelmente acicatado pelo ódio recalcado do bacharel Diomedes. A participação de Pedro dos Santos Lessa, Coruba e Primo da Cunha, de natureza secundária, parece ter sido punida com exagêro. Tudo também leva a crer que o coronel Teófilo não desejava tal vingança e nem nela tomou parte ativa. O que não podia fazer era denunciar ou acusar o filho. No caso do furto do dinheiro, conforme se sabe, procurara até uma composição pacífica com Amorim Garcia, indenizando-o do prejuízo, o que êste recusara. O velho sertanejo suportou com a dignidade do silêncio as conseqüências do mal que não praticara e não lhe fôra possível evitar. Razão de sobra tem o clássico, quando diz na "Efigênia na Taurida": "as desgraças nascem sempre umas das outras."

A IGREJA DOS ALBANOS

Descrevendo a cidade da Fortaleza, em 1895, o saudoso historiador Antônio Bezerra de Menezes dizia que a igreja do Sagrado Coração de Jesus, sita em frente ao Parque da Liberdade, hoje Cidade da Criança, era o seu mais belo templo e, acrescentava com manifesto exagêro, "só excedido pela Candelária do Rio de Janeiro e a Penha de Pernambuco". A primeira pedra dessa edificação foi assentada a 25 de setembro de 1878 por iniciativa do barão e da baronesa de Aratanha sob os auspícios do primeiro bispo do Ceará, D. Luís Antônio dos Santos, marquês do Monte Pascoal.

Achava-se a província no meio da terrível sêca que durou de 1877 a 1879 e quase a despovoou. Na sua capital, tangidos dos sertões em fogo, acumulavam-se aos milhares os retirantes famintos. A mão-de-obra era baratíssima. Aquela construção seria mais um meio de proporcionar trabalho e alimento a êsses infelizes. O govêrno compreendeu isso e contribuiu para ela com metade dos tijolos fabricados pelos flagelados que socorria.

Bezerra de Menezes dá alguns pormenores interessantes sôbre a igreja: "Sentada sôbre uma plataforma de dois metros de altura, domina pela sua composição grandiosa e singela. Sòlidamente construída, mas com certa leveza de estilo gótico simples (?), reúne muitas belezas resultantes da proporcionalidade da forma e da disposição arquitetural. Seu campanário eleva-se fantàsticamente (*sic!*), flechando os ares, e a sua larga fachada infunde o respeito dos grandes templos católicos. Interiormente não se vêem os arabescos intrincados, os

dourados tradicionais dos velhos templos, é tôda alva e nessa alvura reúne o tom suavíssimo da fé... Mede duzentos palmos de comprimento sôbre cem de largura; o adro é cercado de uma grade de ferro, prêsa a colunas de alvenaria, onde se elevam as estátuas dos doze apóstolos, feitas de bronze em tamanho natural. É também de bronze e mede três metros de altura a estátua de Jesus, que se acha colocada na fachada por sôbre o pórtico, que é de granito. Interiormente é o templo de três naves divididas por arcarias sôbre colunas dóricas. Os paramentos, as alfaias, as banquetas e por completo todo o acessoriado do ritual são de extremo gôsto e de tons leves e modernos."

Nessa descrição, ressalta um grande equívoco, decerto devido à limitada cultura artística do autor. A igreja nada teve nem tem de *gótico simples*. Por dentro e fora é tôdas neoclássica. Nos últimos tempos, sofreu modificações que a não valorizaram, antes pelo contrário. A tôrre perdeu a aguda flecha e recebeu em troca mais um andar com enorme relógio, encimado por um terraço em balaustrada, no qual se colocou a pesada imagem do Sagrado Coração, que antes figurava no grande nicho central da frontaria. Também dos nichos laterais da mesma tiraram os vultos brônzeos de S. Pedro e S. Paulo, que espetaram no canto da platibanda que corria por trás do frontispício triangular. Elas que tinham o seu tamanho calculado para a altura em que se encontravam ficaram diminuídas, insignificantes, mais em cima. O adro antigo foi recuado e retificado; as grades de frente, retiradas. Tudo isso alterou para pior o plano geral daquela construção que levara oito anos, de 1878 a 1886, quando, a 25 de março, solenemente, o segundo bispo, depois primeiro arcebispo do Ceará, D. Joaquim José Vieira, consagrou o altar-mor.

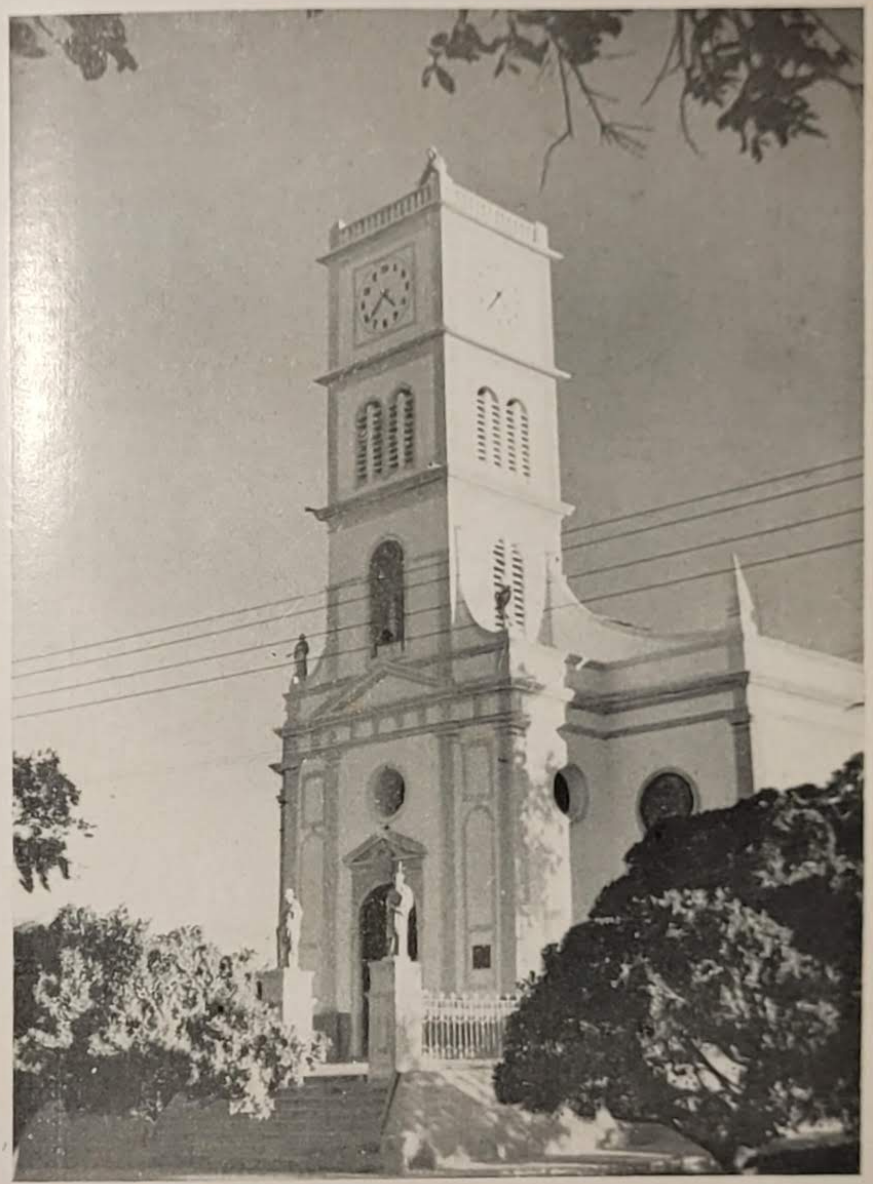
José Francisco da Silva Albano, o construtor da igreja, barão da Aratanha por decreto imperial de 3 de dezembro de 1887 e cavaleiro de S. Gregório Magno, nasceu em Fortaleza a 21 de maio de 1830 e aí faleceu a 13 de junho de 1901, com 71 anos de idade. Era filho de Manuel Francisco da Silva e d. Maria Angélica da Costa e Silva. Fêz grande fortuna no

comércio e sempre se distinguiu por sua piedade. Foi grande protetor da Santa Casa da Misericórdia e do Colégio da Imaculada Conceição. Sua espôsa, d. Liberalina Angélica da Silva Albano, que deixou o mundo a 10 de agôsto de 1900, era também muito dedicada ao serviço dos pobres e da religião. Os barões de Aratanha tiveram os seguintes filhos: José Albano e João Tibúrcio Albano, negociantes, d. Maria Albano Frota, casada com o dr. Antônio Epaminondas da Frota, d. Júlia, falecida na mocidade, d. Maria de Jesus, que se dedicou à vida religiosa, e d. Antônio Xisto Albano, que foi bispo do Maranhão e arcebispo titular de Betsaida. Entre seus netos, distinguiu-se sobretudo o poeta José Albano.

D. Antônio Xisto Albano nasceu em Fortaleza a 6 de agôsto de 1859. Estudou em França no Colégio dos Irmãos da Doutrina Cristã, em Dreux, no dos padres lazaristas em Montdedieux e no Seminário de S. Sulpício, em Paris, cujo arcebispo, o cardeal Richard, o ordenou a 30 de maio de 1885. Depois de viajar por diversos países da Europa, voltou ao Ceará, onde foi encarregado da igreja do Sagrado Coração de Jesus, que os pais tinham erguido expressamente para êle. Caso raro o dum sacerdote que se ordena e logo encontra um templo destinado à sua pessoa. Por essa razão, em geral, o povo de Fortaleza, no tempo decorrido entre 1886 e 1901, denominava a nova igreja muito naturalmente a *Igreja dos Albanos*.

Nesse último ano, nomeado bispo de S. Luís, D. Xisto Albano a deixou, depois de nela ter sido sagrado por D. Joaquim José Vieira, assistido pelos bispos do Pará e da Paraíba. Sua passagem pela cadeira episcopal do Maranhão, segundo depõe o barão de Studart, assinalou-se por fatos de relevância. Um lustro mais tarde, resignava à mesma e recebia o título de bispo de Betsaida *in partibus infidelium*, passando a residir em Paris, onde veio a falecer.

Como a maioria das edificações de todo o Ceará, a igreja do Sagrado Coração de Jesus foi feita de tijolos de tabatinga, modelados à mão, o mesmo que outrora os romanos empregavam nas suas construções para durarem séculos. Êsse tijolo chato, poroso, leve, com as marcas dos dedos, deixa-se infiltrar



Igreja do Sagrado Coração de Jesus, antes do desabamento

Igreja do Sagrado Coração de Jesus, depois do desabamento.

pela umidade das argamassas e forma com ela um corpo indestrutível, de modo que, para as destruições das suas grossas paredes, tem de muitas vêzes ser empregada a dinamite. Isso ocorreu, por exemplo, na demolição do teatro inacabado da antiga praça do Patrocínio e na da primitiva Sé. Todavia, há um limite de resistência para as obras levantadas com êsse tijolo. Os frades franciscanos que herdaram e conservam a Igreja dos Albanos o excederam, levantando mais um andar sôbre a tôrre e a fachada com relógio, balaústres e a grande imagem de Nosso Senhor. Veio um inverno excepcional. Tudo aquilo desabou.

Na sexta-feira, 15 de março de 1957, um "estrondo ensurdecedor", no dizer da imprensa local, às 13 horas e 20 minutos, abalou e surpreendeu a população fortalexiense. Era a Igreja dos Albanos que vinha abaixo. Descrevendo o desabamento, contou o repórter do "Correio do Ceará" que "a tôrre desceu na vertical, arrastando os laterais correspondentes e cobrindo a larga praça de compacta e gigantesca nuvem de poeira. A notícia do acontecimento atingiu, em poucos instantes, todos os quadrantes da cidade. E o povo começou a despejar-se do centro e dos arrabaldes rumo ao ponto do desmoronamento".

Mais ou menos metade do templo ruiu: tôrre, fachada e meia-nave principal. Por entre os montões de escombros, algumas colunas de pé continuaram a sustentar os arcos semidestruídos. Não houve, felizmente, vítimas a lamentar, embora ao pé da igreja ficassem os pontos de ônibus para vários lugares do interior, sempre cheios de gente. Também àquela hora não se achava ninguém nas naves ou na sacristia.

A Igreja dos Albanos será reconstruída. Ela está ìntimamente ligada à vida da capital cearense. Representa uma época de segurança e de fé, em que uma família notável podia dar-se ao luxo de erguer um templo para esperar o filho que se fazia sacerdote, que nêle exerceria o seu sagrado mister e nêle seria ordenado bispo. Tempo em que os filhos dos barões chegavam a príncipes da Igreja.

OS REIS DO CONGO

Os últimos Reis do Congo que houve em Fortaleza, minha terra natal, foram o negro Firmino, ex-escravo de meu pai, e a negra Aninha Gata. Esta ainda conheci aí por 1897 ou 1898, com pequena quitanda na antiga travessa das Flôres, entre as ruas Major Facundo e da Boa Vista, hoje Floriano Peixoto. O apelido lhe vinha de zangar-se com a molecada, quando miava perto dela. Respondia com desaforos e pedradas. Uma feita, queixou-se ao então delegado de polícia da capital, major Pedro de Araújo Sampaio, alegando ter sido Rainha do Congo e não ser possível sujeitar-se às molecagens da garotada, sobretudo quando, aos domingos, ia à missa na Sé. O major teve pena dela e mandou postar dois soldados no adro da antiga igreja, hoje criminosamente demolida, com ordem de prender quem molestasse a negra velha. Esta chegou tôda ancha para a missa e, quando os moleques começaram a miar, agitava o guarda-sol e gritava aos policiais:

— Prenda!... Prenda!...

Os soldados esbofaram-se a correr para todos os lados; mas os meninos ligeiríssimos voavam nas canelas e, das esquinas distantes, miavam como gatos nas noites de lua. Era de matar de rir a zanga e a empáfia da Aninha Gata, aos berros:

— Prenda!... Prenda!...

Desta sorte, vi morrer uma velha tradição que em outros lugares do Brasil durou mais tempo. Ela vinha de muito longe, provàvelmente da segunda metade do século XVII. O grande folclorista Pereira da Costa nos diz que a notícia mais remota que encontrou da instituição dos Reis do Congo em Pernambuco foi num antigo compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Vila de Igaraçu, datado de 24 de junho de 1706 e aprovado por uma provisão do bispo diocesano, D. Manuel Álvares da Costa, de 8 de abril de 1711. Ora, como o mesmo autor afirma que tal compromisso era copiado de outro da Irmandade do Rosário de Olinda, temos que convir na existência dos Reis do Congo antes de 1706. O de Olinda tinha de ser lògicamente mais antigo do que o do Recife e, se êste abrolhava ao meio da primeira década do século, é lícito supor que o outro fôsse de alguns anos antes. Sendo assim, nada nos impede de situar a origem da tradição da Congada na data indicada.

Êsses compromissos tinham tal caráter oficial que, ainda em 1870, a Assembléia Provincial do Ceará aprovava em lei o dos Reis do Congo locais. É que tal realeza com suas solenidades correspondia às remotas festas *Sacae* da Babilônia, transformadas em Lupercais e Saturnais romanas, nas coroações medievais do Papa dos Loucos e em outras válvulas para desafogamento das escravarias, dos servos e das plebes sofredoras.

Naturalmente baseado nessas analogias, Nina Rodrigues, o maior dos nossos africanistas, considera a coroação anual do Rei do Congo um simulacro de liberdade política, inspirado no interêsse de garantir a ordem, em proveito dos senhores brancos. Tinham êstes, como êle próprio escreve, "no seio das próprias agremiações de escravos, neste fingimento de protetorado, um aliado responsável e fiscal dos possíveis desvios da avultada colônia africana". E prossegue: "Nessa criação, representava o seu papel a influência dos sentimentos religiosos, tão poderosos nas instituições sociais das raças e povos incultos e inferiores. O culto de Nossa Senhora do Rosário tem sido sempre, desde os tempos coloniais, confiado no Brasil aos negros, escravos ou mais tarde livres, e em particular aos negros Bantus. Era desta confraria religiosa, deixada como partilha exclusiva aos negros, que os Reis do Congo tiravam a sanção divina da sua investidura, como, na licença dada pelas autoridades brancas à sua eleição, iam buscar a sanção temporal do cargo."

Em verdade, por todo o Brasil se reservavam aos pretos as irmandades de Nossa Senhora do Rosário e os templos de

sua invocação. Era quase tão privativo êsse culto que, nas capelas e igrejas do Rosário, geralmente só se encontram nos altares laterais santos de côr negra: Santa Efigênia, princesa da Núbia, S. Benedito e outros. A eleição e coroação do Rei do Congo, só ou com sua Rainha, se processava nessas confrarias. Depois, a autoridade policial ou legislativa, como no caso da Assembléia do Ceará, sancionava o fato. Daí a majestade de suas funções, que, mesmo depois de perimidas pelos novos tempos e novos costumes, em conseqüência da Abolição e da República, levavam a Aninha Gata a reclamar a assistência da polícia na defesa de sua pessoa insultada pelos moleques.

Nas celebrações anuais da sobrevivência dessa tradição, enriquecia-se o folclore com danças de todo caráter, mesmo as mímicas com gesticuladas representações totêmicas ou venatórias, com cantos em que boiavam ainda velhas vozes dos idiomas da África. Amantíssimos dessas cantorias e danças, os negros passavam nelas a noite tôda, como já o notara Barleus no Pernambuco holandês. As festas complicavam-se com ruidosas e espaventosas Embaixadas, de que eram gulosos os africanos, as quais se perpetuaram nas diversas formas que foi revestindo pelo tempo além o chamado Auto dos Congos.

Nesses autos, conservava-se a memória das lutas em Angola, nas quais tinham tomado parte expedições brasileiras, como também a de fatos ocorridos no nosso País. Por exemplo, ali por 1703, foi aniquilado o negro Camuango, famoso chefe de quilombo no sertão pernambucano. A isso se aludia em versos, infelizmente perdidos. Pereira da Costa conseguiu colhêr duas quadras sôbre os dois governadores e capitães-generais de Pernambuco, D. José César de Menezes e D. Tomás José de Melo, o primeiro tendo governado antes de 1787, o segundo dessa data até o ano seguinte. Eram ambos perversos e mulherengos, acusados também de desonestos, como dizem as trovas:

D. César já lá se foi,
Já deu vela a embarcação,
Já ficamos descansados
Dêsse tão grande ladrão.

D. César, quando se foi,
A pena que levou mais
Foi deixar os seus soldados
No poder de D. Tomás.

Essa liberdade de criticar, que se sente na musa popular de todos os povos, era o desafôgo dado aos inferiores naquelas festas em que se deleitavam com a ilusão da liberdade. Assim, quando se registraram revoltas de negros no nosso País, em 1807, 1809, 1813, 1826, 1827, 1828, 1830 e 1835, foram de Auçás ou Malés maometanos. Bantus ou Congos, Sussus ou Mandingas, Guruncis ou Galinhas, Achantis ou Minas, Tapas ou Nagôs, Bornus ou Adamauás e outros, todos se curvaram à fé católica, se irmanaram nas confrarias do Rosário e se embalaram na ilusória realeza anual do Congo.

O PADRINHO DO SERTÃO

O padre Cícero Romão Batista, fadado a tornar-se, pelo fanatismo que o cercou, verdadeiro Rei do Sertão durante longos anos, morrendo de velho, aureolado por imenso prestígio, nasceu na então vila do Crato, antes Missão do Miranda, na região meridional do Ceará, denominada Cariri, a 24 de março de 1844. Filho legítimo de Joaquim Romão Batista e de d. Joaquina Vicência Romana, ali fêz seus primeiros estudos, cursando a aula de latim do padre João Marrocos Teles, pai do professor e grande abolicionista José Teles Marrocos, que teria mais tarde grande influência sôbre o espírito do antigo aluno de seu pai. Deixando a aula régia, o jovem Cícero Romão Batista matriculou-se no famoso Colégio do Padre Rolim, em Cajàzeiras da Paraíba, onde foi condiscípulo do futuro arcebispo do Rio de Janeiro e primeiro cardeal do Brasil, D. Joaquim Arcoverde. Impelido por sua vocação religiosa, dêsse educandário passou ao Seminário de Fortaleza em 1866, com 22 anos de idade, recebendo as ordens de presbítero a 30 de novembro de 1870. Com permissão do bispo D. Luís Antônio dos Santos, voltou ao Cariri para fazer missão na freguesia do Trairi, onde residia sua família. Começou, assim, a pregação do seu apostolado, que lhe daria grande fama entre as incultas e abandonadas populações sertanejas, e, ajudada dos tão falados *milagres* da beata Maria de Araújo, chamada também Maria das Dores, se espalharia pelos mais longínquos sertões, do Maranhão à Bahia.

Como fôsse demasiadamente ativo nessa pregação, começaram a dizer que tinha o dom da ubiqüidade e multiplicava

sua presença nos lugares mais afastados. De fato, êle sucedia naquelas paragens mediterrâneas, distantes da civilização litorânea e esquecidas do poder público, aos missionários de antanho, aldeadores de índios e mestiços, e a outros mais recentes, que haviam retomado o fio da tradição catequista, como frei Serafim de Catania, franciscano ilustre, e o padre Ibiapina, criador de casas de caridade. Havia quem comparasse o novo apóstolo com êsses santos missionários, mesmo com o padre Antônio Vieira, que levara a palavra de Deus aos caboclos de Viçosa, e até ao padre Pinto, o grande Amanajara sacrificado pelo furor dos selvagens na serra da Ibiapaba.

Do Trairi foi o padre Cícero para o povoado do Juàzeiro, como capelão da pequena igreja de Nossa Senhora do Amparo, depois das Dores, ali existente graças a um patrimônio doado outrora pelo brigadeiro Leandro Bezerra Monteiro. Dentro em pouco, com as esmolas obtidas, transformava aquêle humilde templo, construído em 1829, noutro espaçoso e majestoso, que erigiu trabalhosamente de 1874 a 1875, bento pelo bispo do Ceará, quando foi inaugurar o Seminário do Crato, futura sede de bispado.

Fôra primeiro povoador do Juàzeiro o padre Ribeiro Monteiro, vindo de Jaguaribe-mirim com 12 escravos. O lugar chamava-se então Tabuleiro Grande, servindo de pousada entre o Crato, ex-Missão do Miranda, e Missão Velha. Havia nas proximidades Missão Nova. Êsses topônimos estão a mostrar a formação missioneira da região. E o que o padre Ribeiro Monteiro fêz, povoando o local, não passa, no fundo, também de uma nova missão estabelecida naquela paragem ainda pouco povoada. O padre Ribeiro Monteiro levantara uma capelinha sob a invocação de Nossa Senhora das Dores à sombra de grande juàzeiro ali existente, que viria dar o nome definitivo ao nascente povoado. Êle faleceu em 1856 cercado do respeito e do amor de todos que o conheceram.

O padre Cícero iniciou ali sua vida sacerdotal dominado por profundo misticismo. "Passava os dias e as noites, escreve o ilustre médico dr. Solano Neto, grande conhecedor da região caririense, entregue aos seus misteres de cura d'almas, a cele-

brar, a pregar, a rezar com os fiéis intermináveis orações, a confessar os inúmeros penitentes, que o procuravam de todos os recantos do Cariri, e os enfermos, nas suas residências, até altas horas da noite. Alheio às vaidades humanas, vestia sempre uma batina velha, desbotada pelo tempo. Era preciso, às vêzes, a mudassem os amigos, oferecendo-lhe uma nova que substituísse a já quase imprestável. Alimentava-se mal e em horas irregulares. Nem sempre sua resistência física suportava o excesso de trabalho." Lançava desta sorte as sementes daquele imenso prestígio que se alastrou pelos sertões afora, envolvendo mesmo as capitais litorâneas. Lembro-me, como se fôsse hoje, na minha infância de ver a rua Major Facundo, onde residia em Fortaleza, apinhada de gente do povo, do Passeio Público à praça do Ferreira, à espera da bênção por parte do padrinho Cícero, então hospedado no sobrado, ainda existente, do negociante português José Gomes Barbosa. E tenho nos cuvidos os comentários de meu pai com outros senhores, à porta do seu cartório, a respeito do misticismo ou fanatismo plantado no Cariri pelo famoso padre Ibiapina, que êle conhecera quando andara com seus destacamentos a prender cangaceiros no sul da então província do Ceará. "O padre Cícero, dizia, está recolhendo uma herança do passado."

Sua vida de penitência e de castidade impressionava as populações matutas e lhe dava a fôrça moral necessária à criação do seu poderio espiritual. Da sua castidade nunca houve a menor dúvida e nem seus piores inimigos, no auge das refregas políticas em que se envolveu, jamais lhe fizeram a menor acusação nesse capítulo. Aliás, o consenso geral sempre o considerou sacerdote de austeras virtudes. Para a ascensão vertical do seu prestígio e a transformação do anônimo lugarejo em que vivia numa verdadeira Meca dos Sertões, contribuiu extraordinàriamente a famosa beata Maria de Araújo. Na missa do dia 6 de março de 1889, ao receber a hóstia consagrada, devolveu-a cheia de sangue. O fenômeno repetiu-se e abalou todo o vasto interior nordestino. As peregrinações que buscaram o Juàzeiro tornaram-se verdadeiros êxodos. Sãos e enfermos, velhos e moços, homens e mulheres, todos quantos

tivessem um problema na vida fizeram promessas e correram para a sede dos milagres. Daí o crescimento constante do povoado. E, com o tempo, as explorações conseqüentes *a latere* da vida do criador daquele extraordinário movimento: vendas de foguetes e relíquias, sociedades de penitentes, espertalhões ou místicos transformados em beatos, até o famoso garrote do padre zelado por um tal de Zé Lourenço, que quase o transforma num verdadeiro Boi Apis venerado pelos ignorantes.

Do púlpito, o padre Cícero afirmou a veracidade do milagre e que se tratava do sangue de Nosso Senhor Jesus Cristo. A Igreja, diante dêsses fatos, moveu-se com sua sabedoria e sua prudência costumeiras. Os médicos declaravam não poder explicar o que ocorria. Não estava tão adiantada na época a região que se pudesse fazer a análise química dêsse sangue, o que de futuro iria permitir a afirmação de se tratar duma burla montada pelo professor Teles Marrocos com um formulário e corantes. O padre Glicério da Costa Lôbo, delegado do bispo diocesano, D. Joaquim José Vieira, no seu relatório excluía qualquer artimanha ou embuste por parte das duas beatas envolvidas no milagre, Maria de Araújo e Antônia Maria da Conceição. A segunda passaria logo a plano inferior e acabaria desaparecendo do cenário.

A 21 de novembro de 1891, depois de estudo meticuloso do caso, o eminente D. Joaquim José Vieira ordenou ao padre Cícero desdissesse do púlpito tratar-se do sangue de Nosso Senhor Jesus Cristo, tendo em vista ensinamentos teológicos. Poderia haver um milagre estupendíssimo na aparição daquele sangue para consolação dos fiéis e confusão dos ímpios, mas não podia ser o sangue verdadeiro de Nosso Senhor, porque Jesus Cristo não se transforma na hóstia, mas se transubstancia, o que é muito diferente, tanto que, desaparecido o acidente do pão, cessa a presença real e, se a hóstia consagrada apodrecer, não apodrecerá o Corpo de Deus. Êste acha-se nela de modo sobrenatural e glorioso. Nove padres e trinta fiéis apelaram para D. Joaquim reconsiderar sua decisão. O saudoso antístite recusou-se a tomar êsse pedido em consideração, acon-

selhando os reclamantes a se dirigirem ao seu delegado, padre Glicério da Costa Lôbo, para instruir o processo, e mandou o clero diocesano contestar dos púlpitos o que se afirmava no Juàzeiro. "Tudo foi debalde, em vão, como diz o dr. Solano Neto. Enquanto os bispos condenavam o milagre do Juàzeiro, as multidões dia a dia chegavam e queriam ver e ouvir o padre Cícero, assistir a missa e a comunhão da Maria de Araújo." Enquanto dos mais longínquos rincões vinham pedidos para o padre Cícero ser padrinho de batismo de milhares de crianças, o que o tornaria o *Meu Padim Ciço*, como ficou conhecido; enquanto corriam rios de tinta em acesas polêmicas por meio de folhetos, jornais e livros, o processo seguia seus trâmites e Roma se pronunciava, condenando a afirmação de estar o sangue de Nosso Senhor nas hóstias recebidas por Maria de Araújo. O padre Cícero obedeceu ao decreto da Sagrada Congregação do Santo Ofício e, impedido de celebrar, retirou-se para Salgueiro em Pernambuco, onde permaneceu até se acalmarem as ondas da tempestade que desencadeara.

O saudoso historiador e sociólogo cearense Irineu Pinheiro atesta a sua sinceridade no rumoroso caso. Maior milagre do que o da Maria de Araújo, na opinião de Solano Neto, foi chegar um padre a lugar onde havia sòmente uma capelinha, doze casas e um frondoso juàzeiro e transformá-lo numa cidade, hoje das maiores na interlândia nordestina com centenas de oficinas e fábricas, "o maior artesanato do Norte". O desenvolvimento tomado pelo Juàzeiro levaria seu chefe a participar da política. Isso era fatal. Demais, a complexidade dêsse progresso exigiria material humano de várias procedências que se acolheria à sombra protetora do grande místico e a exploraria em seu proveito. Até um belga, que se dizia conde, foi ter à Meca sertaneja. Em maio de 1908, ali chegaria, egresso do interior baiano, o médico Floro Bartolomeu, que se tornaria a egéria política do virtuoso sacerdote, como talvez tenha sido o professor Marrocos sua egéria intelectual ou religiosa... Não se pode ainda fazer um juízo histórico perfeito da extensão e profundidade dessas influências. Floro Bartolomeu foi deputado estadual e federal, até general honorário, falecendo

no Rio de Janeiro em março de 1926. Teve parte saliente nos sucessos que determinaram a sedição do Juàzeiro em 1914 contra o presidente coronel Franco Rabelo e a conseqüente intervenção federal. Conheci-o, então, muito de perto como secretário do Interior do govêrno do coronel Benjamim Barroso.

O padre Cícero tornou-se um centralizador de energias e é de reconhecer-se que procurou sempre impor a tranqüilidade e a ordem nos sertões. Um de seus primeiros atos nesse sentido foi o chamado Pacto de Paz de 1911, que publiquei em primeira mão e comentei no meu livro "Heróis e Bandidos", em 1915. Achava-se então o sul do Estado em permanente conflagração: deposição de chefes políticos, intrigas entre os mandões locais, disputas de influência pelos coronelões matutos, o que dava lugar a focos de criminalidade, à proliferação da cangaceiragem, a chacinas e até incêndios de povoações, como o de Aurora. Para o congraçamento geral, o padre Cícero reuniu todos os chefes políticos do Cariri na casa da câmara do Juàzeiro, a 4 de outubro de 1911, congraçando-os e levando-os à assinatura duma ata lavrada pelo tabelião de Milagres, Pedro da Costa Nogueira. Êsse documento solene de reconciliação e harmonia política determinava a cessação da proteção aos criminosos, a ajuda na sua captura e o fim das provocações entre os chefetes rivais. Êle marca o fim do cangaceirismo oficializado na região do Cariri. Assinaram-no o coronel Antônio Joaquim de Santana, de Missão Velha; o coronel Antônio Luís Alves Pequeno, do Crato, que depusera a bala seu antecessor, o coronel Belém de Figueiredo; o coronel Pedro Silvino de Alencar, do Araripe, que seria um dos caudilhos da rebelião de 1914, seria nomeado comandante do Batalhão de Polícia em Fortaleza, rosnaria ameaças ao govêrno do coronel Benjamim Barroso e seria por êste demitido pelo telefone; o coronel Romão Pereira Filgueira Sampaio, do Jardim; o coronel Roque Pereira de Alencar, de Santana do Cariri; o coronel Antônio Mendes Bezerra, do Assaré; o coronel Antônio Correia Lima, de Várzea Alegre; o coronel Raimundo Bento de Sousa Baleco, de Campos Sales; o padre Augusto Barbosa Menezes, de S.

BIBLIOTECA DIRETÓRIO ACADÊMICO NOGUEIRA

Paulo do Cariri; o coronel Cândido Ribeiro Campos, de Aurora; o coronel Domingos Leite Furtado, de Milagres; o coronel Raimundo Cardoso dos Santos, de Porteiras; o coronel Gustavo Augusto de Lima, de Lavras, meu amigo pessoal, destinado ao punhal dum assassino misterioso num bonde de Fortaleza; o coronel João Raimundo de Macedo, de Barbalha; o coronel Joaquim Fernandes de Oliveira, de Quixará, e o coronel Manuel Inácio Lucena, de Brejo Santo. Era a fina flor, como se vê, do coronelismo do Cariri, que o prestígio pessoal do sacerdote reuniu e pacificou. Até certo ponto o decidido nessa assembléia foi letra morta; mas o efeito moral teve uma amplitude que se repetiu mais tarde na vida da região, onde cessaram as sanguinárias lutas de pessoas ou clãs que a haviam tornado famosa.

O poder centralizador do Padrinho do Sertão se tornou manifesto até hoje na criação do Juàzeiro. Município pela lei estadual nº 1.028, de 22 de julho de 1911, anterior ao citado Pacto de Paz, pela lei nº 1.178, de 23 de julho de 1914 foi elevado a cidade. O decreto respectivo, assinado pelo presidente Benjamim Barroso, foi referendado por mim, então secretário do Interior. O padre Cícero morreu com 90 anos de idade. O Juàzeiro continuou a crescer. Deve andar beirando os 40 mil habitantes. Tem liceu, ginásio, escola de menores, orfanato, biblioteca, hotéis e sobretudo fábricas: de jóias, medalhas, agulhas, malas, calçados, cutelarias, relógios, armas de caça, motores pequenos. Com a energia do S. Francisco e o engenho dos seus filhos, não se sabe aonde irá parar. Nesse grande centro industrial do Estado, a memória do *Meu Padim* continua viva e o seu prestígio não se empanou, antes se purificou com a morte, na distância do tempo, afastado de influências de Marrocos ou Floros, cuja lembrança se esvanece por falta de conteúdo, livre da exaltação dos interêsses e das paixões, como o apóstolo e fundador daquele núcleo de trabalho, sempre pronto a uma palavra de amor ao próximo e a erguer a mão para abençoar as multidões que nêle criam, como o missionário que as compreendera e consolara, indicando-lhes um rumo a seguir. Por isso, todos os anos, neste País em que o

esquecimento é a moeda comum, milhares e milhares de romeiros vão orar no túmulo do Padrinho do Sertão e beijar os pés da sua estátua de bronze, erguida no coração da urbe a que êle verdadeiramente deu a vida espiritual para animar a vida material.

O ENFORCADO DO ACARAPE

Quando na tarde de 10 de fevereiro de 1903, algumas pessoas depararam com o corpo do coronel Emiliano Cavalcânti, num capão de mato à beira do caminho entre Redenção e o Riachão da Água Verde, êle pendia flàcidamente dum galho grosso de pau-branco. Deram o alarme. Vieram as autoridades, o próprio secretário do Interior e Justiça, desembargador Sabino do Monte, pois o morto era pessoa de importância, coletor estadual e chefe político. Tudo fôra preparado para simular um suicídio, mas por mãos brutas e primárias, de modo que logo se viu o criminoso embuste.

O cadáver vestia calça e blusa de brim branco, em cujos bolsos não se encontrou dinheiro algum, mas sòmente pequeno saco de pano dobrado e um boletim do jornal sobralense "Itacolomy". Os pés estavam sòmente com as meias e estas muito limpas, sem o menor vestígio de haverem tocado o chão. No tronco do pau-branco achava-se amarrado o seu cavalo com os arreios completos. Ao pé do mesmo tronco, arrumados com cuidado, o chapéu, o guarda-sol, as botas e as esporas. A cabeça encostava quase no ramo da árvore, em que se prendia a corda de carnaúba por um nó-de-porco, o que mostrava claramente que a vítima se não enforcara, mas fôra enforcada. A morte dera-se por asfixia, segundo o laudo médico, com separação das últimas vértebras cervicais. Viam-se nas roupas do morto vestígios de dedos sujos. Essas impressões digitais do assassino ou dos assassinos não tinham ainda naquele tempo o valor de hoje. Ao pé do enforcado, encontrou-se uma pequena rodela de fumo e era sabido de todos que êle não fumava.

Coletor estadual na cidade do Acarape, crismada em Redenção por ter sido o primeiro município cearense a libertar os escravos, o coronel Emiliano Cavalcânti residia com sua família na fazenda do Riachão da Água Verde. Três vêzes por semana, a fim de atender ao expediente da coletoria, fazia aquêle trajeto, ida e volta. Percorria aquela légua e meia em marcha vagarosa. No dia 9 de fevereiro, regressara de Redenção às três horas e meia da tarde, levando no bôlso trinta mil réis, entregues por seu auxiliar de confiança Vicente Rodrigues Martins, e um saquinho de mangas pendurado da sela. Não chegou em casa. O pequeno saco era o que se achava dobrado no seu bôlso. O dinheiro desaparecera.

A família alarmou-se e, à noite, seu filho Sindulfo dirigiu-se à cidade, onde lhe informaram que o pai partira mais cedo do que o costume. Na manhã seguinte, começaram as buscas e o rastejador João Calixto Duarte descobriu perto dum riacho os *riscos* do cavalo, que indicavam violento recuo do animal. Na direção dêsses *riscos,* pesquisou-se o mato e se encontrou "afinal o coronel Emiliano Cavalcânti enforcado, suspenso numa árvore de pau-branco, a dois palmos da terra".

Procedendo ao inquérito, o desembargador Sabino do Monte não se deixou iludir pelas aparências e declarou: "É minha convicção que a hipótese do suicídio não pode prevalecer, para subsistir, no caso corrente, um crime de homicídio perfeitamente caracterizado... Repelida, por absolutamente inaceitável, a idéia de que se servisse do cavalo, como base de operações para o suicídio, porque, se assim fôra, o cavalo ficaria sôlto pela impossibilidade do dono amarrá-lo no tronco da árvore, depois de enforcado; dado o suicídio voluntário do coronel Emiliano, êle só poderia efetuá-lo subindo pela árvore. Nesta, sentado ou escanchado ou inclinado, quanto possível, no ramo escolhido, teria primeiramente que cuidar do laço, passando a corda pela alça, para depois prendê-la à árvore com suas voltas e nós. O laço deveria ser formado de modo que a cabeça pudesse ser introduzida folgadamente, depois de ter efetuado no ramo da árvore as operações indispensáveis à segurança da corda. Devia ter livre o movimento do corpo e

dos braços para o comêço e o fim das operações, que seriam terminadas pela precipitação do corpo no espaço, depois de tudo completamente aparelhado. Mas o laço que cingia o pescoço do enforcado era tão estreito que não permitia a passagem da cabeça; a distância entre o nó da alça, na região superior da nuca até a árvore, onde a corda foi amarrada, tão curta que não excedia de meio-palmo... Ora, seria absolutamente impossível que alguém, cingindo o pescoço com um laço tão estreito e deixando de folga na corda a distância de meio-palmo, pudesse dar com ela duas voltas na árvore formando um grande *nó-de-porco*, e outro nó por cima com pontas curtas para um lado. Esta dificílima operação, além de tolher a liberdade de movimento de quem a praticasse, teria produzido inevitàvelmente a morte por asfixia antes de ser concluída. Sucede mais que a roupa branca havia de ressentir-se de vestígios próprios pela subida na árvore e as meias, estando os pés descalços, mostrariam indícios de haver com elas pisado o solo úmido e cheio de detritos vegetais. Mas a roupa branca só tinha vestígios impressos de dedos em desasseio, e as meias estavam muito limpas... Ao sair de Redenção para sua residência no campo, o coronel Emiliano conduzia um pequeno saco cheio de mangas. As mangas não foram encontradas; sòmente o saco vazio metido no bôlso da blusa. Também não foi encontrado o dinheiro entregue por Vicente Martins... Abaixo dos pés do enforcado, foi encontrada uma pequena roda de fumo. O coronel Emiliano detestava o fumo. Ninguém podia fumar junto dêle que logo não reclamasse. O fumo, portanto, não era dêle..." Os matadores boçais, além de levarem o dinheiro, carregaram as mangas...

Apurada a impossibilidade material do suicídio, verificado que seus últimos desgostos políticos não eram bastantes a levá-lo a atentar contra a própria vida e que tudo na sua coletoria se achava em ordem, impunha-se admitir, como disse a própria autoridade, que êle fôra "assassinado por malfeitores devidamente instruídos e que aguardavam emboscados sua passagem pela estrada, ao regressar para o seio de sua família. Escolhido o trecho da estrada... foi êle assaltado, quando, ao

Monumento à libertação dos escravos. **Acarape.** REDENÇÃO

passo lento do animal, o transpunha descuidosamente... Incontestàvelmente, deu-se na ocasião do assalto uma cena rápida para dominar o cavalo e subjugar o cavaleiro. O êxito pronto e imediato não podia ser duvidoso, sendo o coronel Emiliano homem de compleição fraca"... Demais, nunca andava armado.

Restava à Justiça procurar os mandatários e os mandantes do bárbaro crime, que roubava a numerosa família um chefe probo, digno e extremoso. Verificou-se que, a 4 de fevereiro, tinham sido vistos perto de Quinxenxê do Pirangi, deitados numa curva do rio, três homens desconhecidos e bem armados. Os mesmos pediram, na noite daquele dia, pousada numa casa do lugar Açude, desaparecendo pela madrugada. A 5 de fevereiro, os mesmos eram encontrados na estrada de Mulungu a Capivara. Um dêles andara perguntando o caminho certo para a estação de Calaboca. No dia 6, albergaram-se numa tapera da fazenda Lagoa Comprida. Dizia-se que êsses tipos eram componentes do bando do famoso cangaceiro José Dantas, que em dezembro do ano anterior estivera em Redenção. "Ora, a passagem dêsses homens suspeitos, vindos de longe; a cautela que empregavam para não serem vistos e conhecidos; o expediente que adotaram de não deixar rastos de sua marcha; seu destino para o Calaboca em S. João do Acarape, onde passa a estrada de rodagem; a certeza de que por ela transitava pela manhã e à tarde o coronel Emiliano Cavalcânti; a chegada provável dêsses no dia 7 ao lugar de seu destino; a ausência do coronel Emiliano nos dias 7 e 8 da Redenção; sua vinda no dia 9 e sua morte neste mesmo dia, à tarde, são circunstâncias que se agrupam para acreditar que êsses indivíduos vieram a chamado e foram os executores do crime." Assim, concluiu o relatório oficial.

Quem os chamou e lhes deu a ordem? Recaíram tôdas as suspeitas sôbre o coronel Juvenal de Carvalho, segundo a própria palavra oficial. "Êsses indivíduos, mercenários do crime, não tinham nem podiam ter interêsse na morte do coronel Emiliano. Sua morte só poderia aproveitar aos seus inimigos, entre os quais se destacava de maior prestígio na política local o coronel Juvenal de Carvalho. Foram íntimos amigos, sendo

ESTE LIVRO PERTENCE AO DNP
DEVOLVA-O COM PONTUALIDADE

então o coronel Emiliano chefe do partido no município de Redenção. Depois, romperam, ficando completamente distanciados por divergências profundas... Na luta travada entre ambos, ocorreram fatos de certa gravidade, em que o coronel Emiliano experimentou duras provações, considerando-se ameaçado na sua própria existência..."

A viúva do enforcado, d. Maria Teixeira Cavalcânti, apresentou queixa-crime contra o coronel Juvenal de Carvalho a 11 de outubro de 1922, historiando minuciosamente o homicídio. De acôrdo com o relatório do desembargador Sabino do Monte, ficara provada a hipótese do assassínio contra a do suicídio, tendo sido o mesmo cometido por malfeitores desconhecidos e foragidos, recaindo a suspeita grave de ser autor moral da trágica morte o coronel Juvenal de Carvalho, maior interessado na eliminação da vítima e seu inimigo rancoroso. A 27 de março de 1903, em conseqüência, a Justiça Pública pelo seu órgão competente denunciava o apontado. Houve sumário, mas o juiz sumariante, reconhecendo embora provada a existência do homicídio, julgou a denúncia contra Juvenal de Carvalho improcedente por falta de provas e insuficiência de indícios. Mas, como reza a queixa-crime da viúva, dezesseis anos após a tragédia, "se fêz, quando menos se esperava, completa luz sôbre ela: em interrogatórios regulares ante os doutôres chefes de polícia do Ceará e do Rio Grande do Norte, a 16 de outubro de 1919, declarou José Dantas Brasil, ocultando ainda não só a sua participação na referida cena, com as particularidades narradas, relativas aos seus demais comparsas, cujas provas absolutamente novas serão fornecidas por outros meios, que, efetivamente, os seus cangaceiros José Barbosa, Manuel Bento e Pedro Barbosa foram os autores da morte do coronel Emiliano, a mandado, mediante paga, do coronel Juvenal de Carvalho, chefe político do Acarape". A nova ação penal contra o coronel Juvenal de Carvalho, Vicente Ferreira do Vale, Manuel de Holanda, José Dantas Brasil e Pedro Barbosa, "os quatro primeiros como autores intelectuais e o último como autor físico do homicídio", obteve a pronúncia do coronel Juvenal e de José Dantas como mandantes e de Pedro Barbosa como mandatário na comarca de Baturité, a 7 de fevereiro de 1823. Mas o dinheiro e as influências dificultaram, entorpeceram e solaparam a ação da Justiça. Acabou ficando tudo por isso mesmo.

O episódio trágico vale històricamente como um exemplo do que é a luta política no interior pelo predomínio dum coronelão matuto, a qual não recua diante dos mais monstruosos crimes, como êsse brutal e estúpido atentado contra o infeliz coronel Emiliano Cavalcânti.

O MILAGRE DO JUÀZEIRO

De José Joaquim Teles Marrocos o utilíssimo "Dicionário Bio-Bibliográfico Cearense" diz tão-sòmente o seguinte: "Nasceu em novembro de 1849, na cidade do Crato. Residiu muito tempo em Fortaleza, onde se fêz conhecido como jornalista emérito e abalizado professor, assinalou-se na campanha da redenção dos cativos e construiu a capela de S. Benedito. De volta ao Cariri, distribuiu a mancheias os tesouros de seu saber a grande número de rapazes, fundou no Crato "A Vanguarda" e em Barbalha "O Jornal do Cariri" (1904), de grande formato, como fundara em Fortaleza, com Antônio Bezerra e Antônio Martins, o "Libertador" (1881). Seus últimos anos se escoaram entre obras de piedade e seus estudos dos clássicos de várias línguas, de algumas das quais era perfeito conhecedor. Faleceu em Juàzeiro com 68 anos de idade, a 14 de agôsto de 1910, vitimado por uma pneumonia. Dedicaram à sua memória justos e sentidos necrológios o "Cetama", nº 71, e o "Correio do Cariri", nº 300."

Recentemente, no livro "Um civilizador do Cariri", biografia do coronel Basílio Gomes da Silva, saíram a lume referências à atuação de Teles Marrocos no famoso caso dos milagres da beata Maria do Juàzeiro, fonte do prestígio e da mística que aureolaram a figura até hoje ainda não perfeitamente estudada do padre Cícero Romão Batista, verdadeiro Rei do Sertão nordestino. Essa beata, por ocasião de comungar, restituía a hóstia consagrada manchada de sangue, o qual tingia mesmo as toalhas com que enxugava a bôca. Daí a quadra folclórica que transitava no meio do povo miúdo:

Aquelas toalhinhas bentas,
Que de sangue vivem cheias!
Valei-me o Padrinho Cícero
E a Mãe de Deus das Candeias!

Houve inquérito eclesiástico a respeito e se verificou o embuste. Diz a citada biografia que êsses *paninhos*, recolhidos em 1891 à matriz do Crato, da mesma foram furtados, sendo achados posteriormente numa pequena caixa da beata do Juàzeiro, Bichinha, quando esta faleceu. Outros também se encontraram no espólio do professor Marrocos, juntamente com um formulário para o preparo de anilina solúvel. Daí se atribuir o tal milagre à *química* dêsse professor. A fim de reforçar essa acusação, vem êste parágrafo: "Marcado de jansenismo prático, traduzido na fuga à comunhão eucarística, de que se achava absolutamente indigno, o professor José Marrocos foi dispensado do seminário, já diácono. De então até a morte, não se confessava. De sua vez, o Patriarca de Juàzeiro (padre Cícero), por motivo de certos exageros místicos, teria talvez esbarrado à porta do sacerdócio, não fôra a intervenção pessoal de Antônio Luís Alves Pequeno, pai do referido de igual nome (o chefe político do Crato, coronel Antônio Luís Alves Pequeno) junto a D. Luís Antônio dos Santos, bispo do Ceará. O professor José Marrocos procedia de João Marrocos Teles (padre) e era neto materno de Alexandre Leite de Oliveira, jesuíta egresso, e tetraneto de José Pereira Aço, o rival da família Feitosa. De cultura humanística bem assimilada, jornalista com serviço de um ano prestado à imprensa carioca, professor emérito, muito lhe deve a instrução do Crato, que lhe perpetuou o nome numa de suas ruas, merecidamente."

Refutando essa acusação de ter participado da *química secreta* duma fraude milagreira, escreveu o ilustre sacerdote cearense, padre Azarias Sobreira, um opúsculo intitulado "Em defesa de um abolicionista", no qual vêm algumas informações mais substanciosas para o conhecimento da personalidade discutida: "José Marrocos não passou pelo sul do Estado como uma ave de arribação. Nascido no Crato, ali viveu tôda

BIBLIOTECA
DIRETÓRIO ACADÊMICO NOGUEIRA DE PAIVA

a sua infância e tôdas as férias de seu currículo estudantil, seja em Cajàzeiras, sob a direção do sábio padre Inácio de Sousa Rolim, seja em Fortaleza, no Seminário Maior daquela cidade. Deixando a carreira sacerdotal quase às vésperas do presbiterato, rumou para o Rio, e logo entrou a militar na imprensa com o ardor de um cruzado, ombro a ombro com José do Patrocínio e Joaquim Nabuco, empolgado pelo ideal abolicionista. Quando lhe pareceu que a idéia já estava suficientemente amadurecida, velejou para o Ceará e aqui, de mãos dadas com Justiniano de Serpa e Antônio Martins, dois bravos pioneiros do movimento antiescravista, fundou o jornal "O Libertador", com o fito ostensivo de extirpar o cancro social que era o cativeiro no Brasil. Quem quiser, em dois minutos, adquirir uma noção do papel então desempenhado por Marrocos, ajudado por aquêles dois inolvidáveis cearenses, é só abrir "O Ceará", de R. Girão e M. Filho, à página 180. E é Marrocos o *primus inter pares.*"

Da sua louvabilíssima atuação em prol dos pretos guarda a cidade de Fortaleza imperecível memória na pequena igreja de S. Benedito, erguida no fim do antigo bulevar do Imperador, cuja construção a êle se deve, com o propósito de terem os escravos um templo onde se pudessem reunir e orar em liberdade, sem o menor constrangimento ou a menor humilhação. Afirma o padre Azarias Sobreira a sua fé católica, seu desprendimento de benefícios ou glórias, depois de vitoriosa em 1884 a forte campanha abolicionista do Ceará, a sua honestidade como jornalista, a sua generosidade como educador e mesmo a sua permanente freqüência à missa dominical, embora não possa assegurar que comungasse anualmente. Nem fôra ambicioso, nem gozador, nem dúbio, nem cabotino. Vivera limpamente, mantendo-se com ponderação acima das intrigas políticas.

Ora, indaga o ilustre sacerdote, como admitir essa descaída de sua parte, entrando no embuste, que envolvia verdadeira profanação da hóstia consagrada? Se de fato, argumenta, conservou em seu poder o formulário da tinta que aparentava ser sangue e aquêles paninhos que a beata tingia de vermelho

na hora da comunhão, revelação que inexplicàvelmente vem ser feita mais de 40 anos após sua morte, isto deve ser interpretado "sob outro prisma". Acrescenta, esclarecendo mais o seu pensamento: "Se o fêz, sabendo que, em suas reiteradas permanências em Barbalha, poderia ser roubado em objetos tão cobiçados e tão comprometedores, é porque outro havia sido o seu objetivo na obtenção e conservação de uma e outra coisa." E conclui: "Qual? — perguntar-me-ão. Quanto ao livro, para o fim de desfazer as alegações aduzidas por certos de seus adversários, afirmando que se tratava de sangue de galinha, ou então de anilina... Com um tal formulário à mão, aliás, escrito em francês e de autor competente, estaria habilitado a pulverizar êsse novo argumento que lhe lançavam em rosto. Quanto aos *paninhos ensanguinhados,* para me servir de uma taxativa expressão de D. Quintino Rodrigues, a meu ver, o que movia Marrocos a permanecer com êles contra expressa determinação da autoridade diocesana era, simplesmente, a convicção em que estava, e em que talvez haja morrido, de ser de franca origem sobrenatural e divina o sangue aparecido nas hóstias recebidas por Maria de Araújo. Objetivamente errados, êle e o Patriarca (o padre Cícero) bem poderiam estar subjetivamente certos; e, em vista dessa sua visão obnubilada, merece, no tribunal divino e também no da posteridade, a devida absolvição. Profundamente convencidos do caráter sobrenatural do misterioso sangue, arreceavam-se de que o mesmo sofresse profanação... e o defendiam assim. Do contrário, ter-se-iam desembaraçado do livro e dos paninhos, metendo-os no fogo, sem detença."

Das conclusões da defesa de Marrocos pelo reverendo Azarias Sobreira se verifica que êsse humanista e professor acreditou no milagre assim descrito pelo autor de "Um civilizador do Cariri": "Depois de recebida a comunhão, as beatas velavam o rosto com o manto, punham na bôca a hóstia branco-vermelha (não consagrada, já se vê) que traziam oculta. Fingiam êxtase, do qual eram despertadas pelo sacerdote que lhes ordenava abrissem a bôca. Eis o milagre!" No opúsculo, o padre Azarias refuta isto, afirmando no caso sua isenção de

espírito: "... no processo canônico a que Maria de Araújo foi submetida, lê-se o seguinte: que, momentos antes de lhe ser dada a Sagrada Comunhão pelo padre Glicério da Costa Lôbo, chefe da comissão incumbida de inspecioná-la, e composta de outro sacerdote cearense e dois médicos dos de maior projeção estadual, dava-se-lhe solução de nitrato de prata para bochechar... Ora, sabe-se que o nitrato de prata tem a propriedade de tornar impossível a salivação por bom espaço de tempo. Sendo assim, mesmo que a beata pretendesse, num como passe de mágica, pôr na bôca a massa branco-vermelha, de que nos fala o articulista, para o fim de dar a impressão de sangue, como não ser logo pegada em flagrante? E, na hipótese pouco provável de conseguir burlar a vigilância dos elementos da comissão, como poderia ela, sem o auxílio da saliva, molhar a referida massa para a efetivação do sacrílego embuste? Ao julgador imparcial, a crítica do caso."

Do texto claramente se depreende crer o autor na autenticidade do milagre que deu o incontrastável prestígio do padre Cícero, embora fôsse êle suspenso de ordens e a Igreja, sempre sábia e prudente, não aceitasse o prodígio como de origem divina. Salvo se subentende que outra deve ter sido a forma do dolo e não aquela descrita pelo articulista a quem contradita. O interessante, no caso, não é pròpriamente a maior ou menor complementação da biografia de José Joaquim Teles Marrocos, abolicionista mais ou menos esquecido, apesar de seu relevante papel nessa campanha, nem ainda sua participação sincera ou insincera no chamado *milagre do Juàzeiro;* mas esta em si mesmo, porque já é tempo de se escrever a verdadeira história crítica da gênese, formação, desenvolvimento e clímax do fanatismo na região do Cariri, que veio finalmente desabrochar nos paninhos ensangüentados da Maria de Araújo. A opinião do Brasil que lê e estuda espera dum sociólogo ou dum historiador cearense a revelação definitiva dêsse segrêdo. De meras reportagens sensacionais sôbre o foco da mística do padre Cícero andamos fartos...

O CANHÃO DO EMÍLIO SÁ

Em 1922, Monteiro Lobato, então dirigindo uma editôra em S. Paulo, publicou o livro do grande escritor cearense Rodolfo Teófilo "A sedição do Juàzeiro". O romancista de "O Paroara", "A Fome", "Os Brilhantes" e "Maria Rita" deixava o campo da ficção para penetrar os domínios da historiografia e deixar à posteridade seu testemunho sôbre a rebelião dos fanáticos do padre Cícero, que determinou a queda do govêrno do coronel Marcos Franco Rabelo no Ceará, em 1914. "Deus permitiu — escreveu êle, no prefácio aos pósteros — que eu chegasse à velhice para ver a luta fratricida em minha muito amada terra, luta que o govêrno da República não teria promovido, se outro fôsse o seu modo de sentir, de pensar, e tivesse uma noção precisa de seus deveres, de suas obrigações para com os outros homens, de suas responsabilidades como chefe da nação. Deus concedeu-me um pouco de vigor físico, de energia mental, para escrever a desgraçada história dêsse tempo, tão desgraçada que aos vindouros parecerá inverossímil. Coube-me a tarefa de ser o cronista dos infortúnios do Ceará nesse meio-século. Tive de contar a fome de tôdas as sêcas naquele período. Não sei qual foi mais terrível: se a sêca de 1877, se a sedição do Juàzeiro. A sêca é um fenômeno climatérico que o homem não pode evitar, a sedição, aqui, um caso mórbido de sociologia determinado pelo poder público."

O marechal Hermes da Fonseca assumira o poder a 15 de novembro de 1910, sucedendo ao dr. Nilo Peçanha e logo tivera de reprimir duas perigosas rebeliões na Marinha: a do

marinheiro João Cândido e a do Batalhão Naval, na ilha das Cobras. Depois, começaram, à sombra da luta de predomínio nos bastidores entre o grande chefe político general Pinheiro Machado e o tenente Mário Hermes, filho do presidente, as chamadas *salvações*, isto é, a derrubada violenta nos Estados do Norte e do Nordeste das oligarquias criadas graças à política dos governadores, instituída pelo govêrno do dr. Campos Sales, carecido dum apoio seguro para levar por diante o saneamento financeiro do País convalescente dos grandes choques traumáticos seguidos: Abolição, República, revolta da Armada, campanha de Canudos. Um dos episódios das *salvações* foi a deposição em Fortaleza do presidente Nogueira Acióli, em 1912.

Eleito para suceder-lhe, assumiu o govêrno do Ceará, a 14 de julho dêsse ano, o coronel Marcos Franco Rabelo, que logo entrou em dissídio com a facção partidária denominada dos *marrêtas*, chefiada pelo temível jornalista João Brígido dos Santos, professor Hermino Barroso e dr. Aurélio de Lavor, todos obedientes ao mando supremo do deputado federal coronel Tomás Cavalcânti. Unindo-se êstes aos partidários da antiga oligarquia, prepararam uma estratégica manobra na Assembléia Estadual, já no fim do mandato, para derrubar o govêrno. Daí a revolta popular, insuflada pelos chamados rabelistas, com todos os seus lamentáveis excessos, culminando no incêndio e saque das propriedades da família Acióli e de alguns de seus maiores amigos.

Então, seguiram para o Rio de Janeiro os emissários destinados a conseguir a intervenção federal no Estado de qualquer maneira: "o coronel João Brígido dos Santos, o dr. Aurélio de Lavor, chefes marrêtas de Fortaleza, escreve Rodolfo Teófilo, e o dr. Floro Bartolomeu da Costa, enviado e preposto do padre Cícero Romão Batista", em oposição formal a Franco Rabelo. E continua o autor de "Os Brilhantes": "Os três mensageiros que se intrometiam na política do Estado não eram cearenses. À excepção de João Brígido, que aqui chegou menino, aqui casou, os outros chegaram já formados e sem prestígio político. O dr. Lavor era clínico em Fortaleza, homem

inteligente, sexagenário, gozando de estima nas rodas que freqüentava. Não era um gênio atrabiliário como João Brígido, que, dotado de grande talento, de uma resistência orgânica assombrosa, teria sido um homem útil à sua pátria, um grande brasileiro, se não fôsse um espírito de uma intolerância doentia, odiento, de um desmedido amor próprio. Com outra educação física e doméstica, melhor moral, teria sido um cidadão dos primeiros de sua pátria. O dr. Floro Bartolomeu, doutor em medicina, veio da Bahia, de onde era natural, para o Juàzeiro pelo interior do Estado, diziam, fugindo a perseguições que lhe moviam no sertão baiano. Homem corrido e inteligente, teve ao chegar ao feudo do padre Cícero uma noção nítida e precisa do valhacouto de fanáticos e facínoras. Estudou o padre Cícero e viu que podia com algum jeito captar-lhe a simpatia e confiança. Pôs em prática os seus dotes e triunfou."

Rodolfo Teófilo descreve a seguir a chegada e a ação dos três enviados no Rio de Janeiro, referindo-se em certo ponto à minha pessoa, pois nesse tempo militava na política justamente na facção por êles representada. Afirma ter ficado assentada, nas conversas em casa do general Pinheiro Machado, a deposição de Franco Rabelo, começando por um movimento sedicioso desencadeado pelo padre Cícero no Juàzeiro: "Fizeram parte dêsse conluio os senadores e deputados cearenses em oposição ao govêrno do Estado, os três emissários e mais o dr. Gustavo Barroso, sendo que êste foi o único que se opôs à conflagração do Ceará, porque amava mais a sua terra do que os proventos que podia tirar da sedição..." Eu tinha nessa época 25 anos e o depoimento do saudoso e probo historiador cearense muito me honra.

De dezembro de 1913 a maio de 1914, preparou-se a sedição, que as violências e erros rabelistas cada vez mais atiçavam. Floro e Lavor estavam atuando no Juàzeiro, onde se reuniu uma Assembléia Estadual contra a que funcionava em Fortaleza e aclamou o médico baiano presidente do Estado. Dessa dualidade de podêres resultaria a conflagração e desta a planejada intervenção federal. Em dezembro, seguira para o Cariri, a dominar o movimento, sob o comando do coronel

Alípio de Lima Barros, o Batalhão Militar do Estado, numerando 560 homens. Do Crato marchou para a Meca do padre Cícero no dia 20 de dezembro pela manhã. Foram recebidas a bala pelos jagunços entrincheirados em valas as primeiras companhias. O tiroteio generalizou-se e a tropa, gasta a munição que levava, retirou para o Crato. A espera de novo suprimento demorou o ataque e permitiu ao padre Cícero receber gente armada que acorria de tôda parte, inclusive grande número de cangaceiros à cata de aventuras. Ao mesmo tempo, as trincheiras se aprimoravam, com fossos cheios de estrepes e seteiras de telhas emborcadas nos parapeitos de terra batida.

O grande entusiasmo rabelista em Fortaleza com a partida do Batalhão começou a arrefecer. Entra aqui um episódio interessante e hoje quase esquecido. Transcrevemos as próprias palavras de Rodolfo Teófilo, cronista e testemunha visual do que se passava na capital do Estado: "Emílio Sá, para derrocar as fortificações do padre Cícero, mandou fundir um pequeno canhão nas oficinas do sr. Alfredo Mamede. A pequena peça, julgava-se, poderia atirar bombas de dinamite ao acampamento inimigo, por um processo lembrado por um sr. Mousinho, que se dizia oficial do Exército Português e aqui aportado. A fundição dum canhão em Fortaleza, atendendo-se ao atraso das nossas oficinas, foi um caso extraordinário; o transporte da peça ao Juàzeiro, um lance de suprema audácia."

Conheci desde menino a Emílio Sá, honesto negociante com padaria na praça do Ferreira. Fui seu amigo, assim como de seus irmãos, sobretudo Cícero Sá, cuja casa no arraial do Eusébio muito freqüentei na adolescência. Era Emílio Sá um homem de bem e de coragem, que se deixou empolgar pela política e se tornou um dos mais exaltados *chefetes* rabelistas. Por mal de seus pecados, pois as suas atividades políticas e de artilheiro improvisado sòmente lhe trouxeram prejuízos e dissabores.

"O transporte da peça do Iguatu ao Crato, prossegue Rodolfo Teófilo, por ínvios caminhos, no rigor de copioso inverno, foi um ato heróico. Emílio Sá acompanhou o seu canhão, afron-

O famoso canhão de Emílio Sá.

tando os transes mais difíceis. Se outros títulos não tivesse para atestar a sua coragem, bastava sòmente êste para sagrá-lo. A distância a vencer de Iguatu ao Crato era de 30 léguas. E que caminhos!!!... Trechos de estrada havia intransitáveis, alagados, um tremedal, em que o veículo que conduzia o canhão se atolava até o eixo!!!... Emílio Sá ajudava os companheiros a retirar o carro, que seguia, para logo adiante cair em novo atoleiro. Além dos obstáculos materiais, as intempéries do inverno, as apreensões do espírito, vendo o momento de um ataque dos jagunços, conhecedores daquelas paragens, que, emboscados, fariam fogo sôbre êles, aniquilando completamente a comitiva. Com o corpo moído de fadiga, e o espírito não menos atribulado, chegaram os heróis da expedição ao Crato, onde foram festivamente recebidos. Com êsse esfôrço, esperava-se que as fôrças legais atacassem os sediciosos."

Mas, se em Canudos a artilharia do Exército não levara a melhor contra os fanáticos do Conselheiro, ainda pior seria a ação da artilharia improvisada de Emílio Sá contra os jagunços do padre Cícero. A 15 de janeiro de 1914, o major Ladislau marchou do Crato contra o Juàzeiro à frente de 600 homens. Dividiu sua fôrça em duas colunas para ataques convergentes. Reservou-se o comando duma delas, a que levava o canhão e foi atacada de sopetão em Santa Rosa. Ao invés de cercar e bloquear a Meca sertaneja, onde se comprimiam mais de 30 mil pessoas, decidiu atacá-la. Os combates pipocaram até o anoitecer e continuaram na manhã seguinte, havendo necessidade de proteger bem a peça, porque os jagunços queriam tomá-la. Já seus antepassados, os milicianos de Filgueiras, haviam carregado a arma branca, no Retiro do Jenipapo, no Piauí, a artilharia do português Fidié, na guerra da Independência, seus parentes, os sectários de Canudos, tinham tomado a facão a bateria de Moreira César no Alto da Favela e avançado a peito descoberto contra a famigerada matadeira do general Artur Oscar.

O major Ladislau retirou para Barbalha, depois dessa operação incruenta: "no campo não ficaram mortos", escreve o autor de "A sedição do Juàzeiro". E conclui: "A primeira

investida contra o Juàzeiro foi um desastre, a segunda uma miséria." A 24 de janeiro de 1914, a jagunçada atacava o Crato e o tomava. "Emílio Sá, que assistira a todo o combate em companhia do coronel Alves Teixeira, Domiciano, Brito e Botelho, fugiu para não morrer nas mãos dos jagunços, que o odiavam de morte." Seu canhão inútil estava em Barbalha com o major Ladislau. "A notícia do saque do Crato e do próximo ataque a Barbalha fêz com que o comandante Ladislau, o dr. Freitas, oficiais e soldados abandonassem a cidade e em debandada fugissem para Iguatu. Aterrados, parecia-lhes ouvir tiros e viam jagunços por todos os cantos: era o *salve-se quem puder*. Deixaram o canhão em frente da cadeia." Ali a jagunçada dêle se apoderou e o levou em charola, para o ofertar como um troféu ao padrinho Cícero. Conta-se que êste o mandou enterrar na praça principal, como um marco ou frade de pedra, de bôca para baixo. Para que? perguntaram-lhe e respondeu: — Serve para as velhas nêle baterem os cachimbos... Foi a palavra do seu desprêzo pela improvisada artilharia que devia destruir-lhe o feudo com bombas de dinamite... Hoje, o canhão do Emílio Sá repousa dignamente no Museu Histórico do Estado.

Depois de tomado o canhão em abandono, os jagunços marcharam sôbre a capital como hordas de hicsos, matando e saqueando. O tenente José da Penha foi morto na última resistência rabelista em Miguel Calmon. Enfim, chegaram às proximidades de Fortaleza, Franco Rabelo caiu e o coronel Setembrino de Carvalho assumiu o govêrno na qualidade de interventor. Estava findo o criminoso levante arquitetado pelos políticos estaduais e federais de mãos dadas. A tanto leva a ambição do poder nos regimens denominados democráticos e liberais.

UM HOMEM CONTRA UM BATALHÃO

Na madrugada de 4 de outubro de 1930, revoltava-se contra o govêrno constituído da República na cidade de Sousa, no sertão paraibano, o 23º Batalhão de Caçadores. Era mais um episódio do chamado movimento regenerador contra os pecados do regímen que agonizava nas mãos do sr. Washington Luís e que decepcionaria as esperanças da nação nos braços da ditadura. O batalhão estava de guarnição em Fortaleza e fôra mandado por via férrea para Lavras, no sul do Ceará, onde acantonou juntamente com a sua 2ª companhia, que ali já se encontrava apoiada por uma seção de metralhadoras. Esta, sob o comando do capitão Paulo de Aguiar, trouxera a missão de apreender as armas e munições que os adversários do govêrno contrabandeavam do Cariri para a Paraíba. A posição tomada por aquela tropa tinha como finalidade completar o cêrco do Estado da Paraíba que, desde os acontecimentos de Princesa, se achava em luta contra o poder federal. Mas já nas suas fileiras lavrava a indisciplina e sussurrava a conspiração. É o que declara sem ambages, no seu elucidativo opúsculo "O Ceará na Revolução de 30", o capitão Otacílio Anselmo e Silva, que participou da mesma: "... a conspiração revolucionária se havia estendido decisivamente nas fileiras do 23º B. C., não obstante a vigilância da Polícia Civil e a tenaz atividade do serviço de informações estabelecido no próprio batalhão pelo seu enérgico comandante, tenente-coronel Pedro Ângelo Correia." Era êste partidário ferrenho da legalidade, valente como as armas, ferido à frente de seus soldados no ataque do general Potiguara à capital de São Paulo, durante o govêrno do sr. Artur Bernardes.

BIBLIOTECA DIRETÓRIO ACADÊMICO NOGUEIRA DE PAULA

O capitão Otacílio traça desta sorte o retrato do comandante do 23º, considerado o *maior entrave* à revolta do mesmo corpo: "De estatura muito acima da normal, ombros alevantados em conseqüência de ferimentos recebidos em combate, com ligeira lordose diminuindo-lhe o aprumo marcial, taciturno e aparentemente vagaroso, frio e impassível a qualquer emoção, de uma vontade inabalável e de uma energia impressionante... Trabalhador infatigável, vigoroso como um turco e pouco comunicativo, não demonstrava ser oficial de vasta cultura. Mas, naquele arcabouço de chefe ligado às leis e aos regulamentos havia uma bravura excepcional, da qual deu prova irrefutável na madrugada de 4 de outubro."

Vindo de Lavras no Ceará, o 23º de Caçadores ocupou a cidade de Sousa, onde começaram os incidentes de indisciplina da oficialidade trabalhada pela propaganda da Aliança Nacional. Todavia, as medidas enérgicas do comando e a sua vigilância contínua mantinham a ordem. Mas os fogachos da revolução avançavam de tôda parte contra aquela aparente tranqüilidade. De Fortaleza seguiam para o interior paraibano oficiais do Colégio Militar, a fim de revoltarem o batalhão, combinando seus esforços com os dos que atuavam dentro do corpo. O tenente Carlos Cordeiro chefiaria o levante. Havia tenentes, sargentos e músicos na conspirata.

Na madrugada de 4 de outubro, o tenente Ary Correia surgiu de revólver em punho à luz fumosa dos lampiões de campanha e começou a despertar os soldados e a metê-los em formatura. Vários outros oficiais procederam do mesmo modo nas diversas companhias. Enquanto isso, um grupo armado cercava na pensão da cidade, onde residiam, os oficiais legalistas e as seções de metralhadoras se postavam em frente ao comando do corpo.

Ao avançarem para êsse local os rebeldes em armas, o mestre da música, sargento Manuel Francisco de Lira, disparou um tiro de fuzil. Era possivelmente um aviso. Assim, o comandante Pedro Ângelo Correia não pôde ser dominado de surprêsa. Um dos personagens do acontecimento, o capitão

Otacílio, descreve a maneira como se portou o bravo tenente-coronel:

"Antes mesmo de ser intimado, falou o comandante:

— Que é isto? Que é isto?

— O batalhão está revoltado sob o meu comando e o sr. considere-se prêso de ordem do general Juarez Távora, respondeu o tenente Ary Correia.

Como um possesso, o comandante replicou:

— Pra fora!... O comandante sou eu!

E ato contínuo descarregou o revólver no tenente Ary. Os gritos e tiros do comandante produziram verdadeiro pânico na maioria das praças. Algumas fugiram do local. Contudo, a descarga do comandante foi respondida com outra que o obrigou a retrair-se. A sua demora não foi muito breve. E aquêle retraimento, como previ'ramos, tinha por fim a organização da resistência..."

Os rebeldes saíram da área que ocupavam e tomaram posição em frente ao edifício do comando, dentro do qual se ouviam as ordens em voz alta do tenente-coronel Pedro Ângelo. Êste apareceu acompanhado pelo ajudante, tenente Irapuã de Freitas. Intimado a entregar-se, disparou de novo o revólver contra o tenente Ary Correia. Depois, mandou o corneteiro tocar *reunir,* o que êste não pôde fazer por ter sido baleado. A guarda e os ordenanças do comando constituíram o núcleo da resistência, tiroteando das janelas. Vieram as metralhadoras em socorro dos sublevados, despejando rajadas sem cessar. Ao romper o dia, a resistência foi enfraquecida sob o estralejar das bombas lançadas contra o prédio. Seus defensores começaram a abandoná-lo, fugindo pelos muros e por um buraco da parede.

"Por fim, o comandante ficou sòzinho. Dali em diante, ia desenvolver-se no interior do P.C. uma tragédia, cujos pormenores foram descritos por seu único sobrevivente, o soldado Carlos, ordenança do major fiscal João César de Castro. Não se chegou a saber o momento exato em que o major Castro recebera o primeiro ferimento, atingido lamentàvelmente por

uma bala transviada. Clóvis socorrera o fiscal no instante em que o comandante organizava sua feroz resistência, colocando-o num dos cantos do interior da casa. E ali permaneceu ao lado do chefe durante todo o desenrolar da luta. Chegou o momento em que o comandante Pedro Ângelo ficara sòzinho e sem esperança de dominar o movimento. Desesperado, resolveu incendiar o paiol de munição, constituído de vários milhões de tiros e de um estoque de granadas. Sabedor da intenção do comandante, o major determinou ao seu ordenança que evitasse aquela loucura. Sem ter atendido aos apelos do major Castro, o comandante já havia pôsto gasolina em vários cunhetes e se achava empunhando uma caixa de fósforos, quando Clóvis saltou sôbre êle. Depois de violento corpo-a-corpo, ambos os contendores caíram. Do ponto onde caiu, o comandante alvejou Clóvis. Êste, porém, se esquivou e os tiros a êle dirigidos foram atingir o major Castro. O comandante não se deteve. Voltou à frente da sua cidadela, sem dar tréguas à luta. Clóvis aproveitou a sua ausência para conduzir o major fiscal a um ângulo morto do muro, onde ambos permaneceram até a entrada dos vencedores no recinto."

Tudo o que de então por diante se passou tem um sabor de tragédia grega. É como se um herói da Ilíada ressurgisse em pleno sertão nordestino, armado com arma de fogo, em lugar de brandir a lança e a espada. Abandonado, ferido, exausto, o tenente-coronel Pedro Ângelo surgia nesta ou naquela janela apontando e disparando a pistola ou o mosquetão. Duelo impressionante dum homem sòzinho contra um batalhão em revolta. O fuzil antepondo-se à metralhadora. Repetição da resistência de Carlos XII numa casa de Bender contra as hordas otomanas. Os atacantes assombrados bradavam:

— Basta, comandante! Não lute mais!

Êle replicou, fora de si:

— Não morrerei acuado como um cão! Vou morrer no campo da honra!

E saiu. Uma descarga súbita colheu-o junto ao portão de ferro. Tombou morto de frente, a *parabellum* na mão crispada, o rosto sôbre o chão sertanejo. Eram sete horas da manhã.

Os vivas à revolução saudaram o triunfo dum batalhão contra um homem...

Quando um emissário da cidade de Sousa foi a Fortaleza notificar à espôsa do bravo comandante o que se havia passado, a fim de preparar-lhe o espírito para a triste nova, disse que êle estava prêso. A corajosa mulher, que o conhecia intimamente, voltou-se para os filhos e falou:

— Meus filhos, botemos luto, porque vosso pai morreu.

Era uma espartana.

É lamentável o sacrifício dum soldado dessa têmpera na arena estéril das lutas fratricidas.

O historiador consciencioso, que, no futuro, livre das paixões que ainda reinam, escrever os episódios da revolução de 1930, não poderá deixar de render as maiores homenagens àqueles que defenderam fielmente a República Velha, tão caluniada pelos anunciadores dos novos tempos que vamos atravessando. E entre êles não poderá deixar de pôr no primeiro plano o tenente-coronel Pedro Ângelo Correia, herói da homérica resistência dum homem contra um batalhão.

O GENERAL DE BRONZE QUE CAIU DE PÉ

A 15 de setembro de 1890, era eleito o Congresso Nacional Constituinte, destinado a dar à nova República Brasileira um estatuto jurídico. Reunido na Quinta da Boa-Vista, no palácio dos antigos Imperadores, discutiu e votou aquela Constituição chamada de 1891, que criou os Estados Unidos do Brasil, se conservou como um tabu até a presidência Artur Bernardes, quando foi ligeiramente revista, e regeu os destinos da Pátria até a revolução de 1930. No parágrafo 4º do artigo 1º de suas Disposições Transitórias, declarava o seguinte: "Concluída a eleição de presidente da República, o Congresso dará por terminada a sua missão constituinte; e, separando-se em Câmara e Senado, encetará o exercício de suas funções normais a 15 de junho do corrente ano."

Êsse Congresso elegera à presidência da República o marechal Manuel Deodoro da Fonseca, chefe do govêrno provisório instituído pelo golpe republicano-militar de 15 de novembro de 1889, e à vice-presidência o marechal Floriano Vieira Peixoto, seu ministro da Guerra nos últimos tempos. Tendo, em virtude dessa mutação do cenário político, se demitido o ministério do referido govêrno provisório, organizou o marechal presidente outro, no qual entrou como figura principal, nas pastas da Agricultura e da Fazenda, o dr. Henrique Pereira de Lucena, barão titulado pelo regímen monárquico. Tornou-se o barão de Lucena uma verdadeira egéria inspiradora de todos os atos políticos do marechal Deodoro. E, entre êste e o Congresso, se abriu um dissídio que as circunstâncias se encarregaram de ir tornando cada dia maior.

Estátua do general Tibúrcio, em Fortaleza.

A coisa chegou a um ponto tal que não havia composição possível. A 3 de novembro de 1891, o marechal presidente deu um golpe de Estado, que lhe foi funesto: dissolveu o Congresso, determinou novo regulamento eleitoral e programou a revisão constitucional para a assembléia a ser eleita. Ao mesmo tempo, decretou o estado de sítio por 60 dias. E, condenando a carestia da vida, os desmandos de linguagem da imprensa e a parlapatice ôca dos congressistas, deitou manifesto à nação, afirmando: "A 15 de novembro de 1889 achei-me a vosso lado para depor a Monarquia; hoje me encontrais ainda fiel à minha missão de soldado e de brasileiro para depor a anarquia." Essa tirada demagógica não impressionou o povo, que assistira, como assegura Aristides Lôbo, *bestificado* à queda do Império.

Os republicanos da primeira hora, como o almirante Eduardo Wandenkolk e Quintino Bocaiúva, antigos ministros do govêrno provisório, deram com os ossos na cadeia. A polícia movimentou-se afanosamente. Reunidos em grande número em S. Paulo, os congressistas lançaram seu protesto contra o ato do govêrno, que marcou novas eleições a 22 de novembro para 20 de fevereiro de 1892. O ambiente político e militar tornou-se carregado. A 18 de janeiro de 1892, como grave sintoma da indisciplina militar iniciada pelos generais a 15 de novembro de 1889, o famoso sargento Silvino revoltava a fortaleza de Santa Cruz, à qual aderia logo a da Laje, chefiada por um cabo. O almirante Custódio José de Melo, ministro da Marinha, talvez movido por um recôndito pensamento monárquico, encabeçou a reação militar contra o chefe do govêrno, no dia 23 de novembro de 1891. Os canhões da esquadra atiraram contra a cidade. Uma bala se incrustou no zimbório da Candelária. Encerrado no Palácio Itamarati, o marechal Deodoro viu-se sem fôrças para jugular a anarquia que ajudara a desencadear, depondo o velho monarca, seu amigo pessoal, e, desgostoso dos homens e desdenhoso dos cargos, doente, desanimado, cético, talvez arrependido, renunciou ao cargo, entregando-o nas mãos de seu colega de conjuras e farda, o marechal Floriano Peixoto. As rãs que haviam pedido um rei a

Júpiter e se não tinham contentado com a moleza de Pedro Banana, como alcunhavam desrespeitosamente os republicanos ao senhor D. Pedro II, iriam então ver que cegonha devoradora o substituiria, para consolidar no sangue a República de seus sonhos...

Êsses acontecimentos tiveram naturalmente forte repercussão em muitos Estados do Brasil. No Ceará, por exemplo, custaram angústias e sangue. A 28 de abril de 1891, o marechal Deodoro da Fonseca, ainda como chefe do govêrno provisório, nomeara o general-de-divisão José Clarindo de Queiroz governador do Estado. O Congresso Estadual, composto, então, de câmara e senado, elegeu-o, na forma da nova Constituição, a 7 de maio seguinte, definitivamente para o cargo. Além de amigo pessoal do marechal, era êle apoiado pelo partido, que se chamou da Maloca, chefiado pelo conselheiro Rodrigues Júnior, o qual partido se constituía na sua quase totalidade de elementos da antiga facção dos Ripardos, cisma que dividira na ex-província o Partido Liberal da Monarquia. A outra facção, a dos Minus, que o eminente senador Pompeu chefiara, essa viria, em conseqüência dos acontecimentos que vamos descrever, a predominar mais adiante nos destinos políticos locais por muito tempo, sob a direção do dr. Antônio Pinto Nogueira Acióli, genro daquele senador. Em 1891, no entanto, era tão alto o prestígio do general José Clarindo no poder que o povo trauteava uma canção zombeteira a propósito, com êste estribilho de sabor folclórico:

Todos nós somos Queirozes
Duma banda só...

Nascido em Fortaleza a 22 de janeiro de 1841 e praça com 15 anos de idade, a 14 de janeiro de 1856, o general José Clarindo era um bravo com brilhante fé de ofício nos anais do Exército Imperial. Fizera a campanha do Paraguai no pôsto de tenente-coronel. Em 1880, era coronel; em 1883, brigadeiro; em 1890, divisionário. Grã-Cruz das Ordens imperiais de S. Bento de Aviz e do Cruzeiro do Sul, presidiu a província do

Amazonas, comandou a Escola Militar e exerceu o comando geral da Artilharia. Após os sucessos que o levaram a uma luta gloriosa e estéril em Fortaleza, ainda após sua assinatura no famoso Manifesto dos 13 generais de Terra e Mar contra o marechal Floriano Peixoto, o que o levou ao destêrro em Cucuí, na Amazônia, de onde regressou para morrer no rio de Janeiro a 28 de dezembro de 1893.

O general José Clarindo de Queiroz apoiou o golpe do marechal Deodoro, que dissolveu o Congresso. Julgava-se seguro no govêrno, contando com a fidelidade de sua agremiação política, a lealdade do corpo de polícia e o prestígio de que desfrutava no seio do 11º Batalhão de Infantaria, sediado em Fortaleza. Todavia, seu destino fôra marcado pelo político do marechal Floriano Peixoto, que assumira o poder na capital do País. As ordens para sua deposição, como para a dos governadores que tomaram a mesma atitude, foram secretamente dadas e admiràvelmente cumpridas. Os florianistas contavam em Fortaleza com o apoio decidido da Escola Militar e da canhoneira "Braconnot", surta no pôrto. Êstes elementos só receavam a reação do batalhão de Linha.

Houve mister, por isso, de afastá-lo, de maneira cautelosa, mandando-o realizar manobras em Maranguape, a cêrca de 30 quilômetros da capital, de onde sòmente poderia, naquela época, regressar a pé ou pela estrada de ferro, cujo material rodante ficava em Fortaleza sob o imediato contrôle dos que conjuravam a deposição do govêrno estadual. Na tarde de 16 de fevereiro de 1892, a Escola Militar descia armada do seu quartel no bairro do Outeiro, apoderava-se duma dezena de peças de campanha La Hitte e da respectiva munição na fortaleza de Nossa Senhora da Assunção e ocupava as ruas Sena Madureira, antiga Conde d'Eu, do Quartel e da Boa-Vista, hoje Floriano Peixoto, levantando barricadas e apontando as bôcas de fogo contra o Palácio do Govêrno, na praça General Tibúrcio. Um destacamento de marinheiros da Braconnot, com metralhadoras, postou-se na rua Major Facundo, esquina da das Flôres, atual Costa Barros, e outro, por trás da velha Sé, dominando a antiga rua da Ponte, as do Sampaio e de S. José.

Destinavam-se ambos a cobrir os flancos do grosso atacante contra a surprêsa de elementos armados vindos do interior ou dos arredores, em socorro do general Clarindo.

Êste, comandando a fôrça de polícia e alguns paisanos armados, entrincheirou-se no velho palácio, repeliu as intimações que lhe foram feitas e respondeu corajosamente ao fogo da fuzilaria e artilharia de seus adversários durante tôda a noite de 16 para 17 de fevereiro. Sôbre a linheira cidade silenciosa, apavorada e escura, baixaram as sombras da angústia. No interior das casas hermèticamente fechadas, as famílias ajoelharam rezando diante dos oratórios estrelados de velas acesas. E sòmente o espaçado troar da artilharia, pontuando o contínuo matraquear dos fuzis Comblain, dominou aquêle ambiente de apreensão e mêdo.

Ao romper o dia 17, sôbre o palácio crivado de balas e escavado pela metralha dos canhões La Hitte tremulou uma bandeira branca. O general José Clarindo rendia-se por falta de munições para continuar a luta. Esta custara o alto preço de 13 vidas. O tenente-coronel José Freire Bezerril Fontenele, comandante da guarnição federal, recebeu do vencido as rédeas do govêrno, que se empossou no palácio em ruínas, onde não havia uma parede sem sinais do tiroteio e um móvel inteiro. No dia 18 de fevereiro, assumia o poder o vice-presidente do Estado, tenente de engenheiros Benjamim Liberato Barroso, que fôra a alma da deposição.

Na manhã de 17 de fevereiro, cessada a resistência e efetuada a rendição, verificou-se que uma das balas da artilharia atacante reduzira a escombros o alto pedestal de pedra da bela estátua do general Tibúrcio, que se elevava e ainda se eleva na praça fronteira ao palácio. Atirado pela fôrça do projétil a alguns metros de distância, o elegante vulto de bronze tombara de pé, intacto, a mão no punho da espada, a cabeça descoberta, voltado para o lado de onde vinha o fogo, como era seu hábito nos combates em que tomara parte nas campanhas do Uruguai e do Paraguai. E ali ficou, perto das árvores maltratadas pelas balas, mais dum ano, pois só a 24 de maio de 1893 ficou pronto o novo pedestal em que o colocaram. Romarias de populares, durante êsse período, diàriamente iam visitar o general de bronze que caíra de pé.

Ao Brasil imperial deu o Ceará inúmeros heróis e, entre êles, como principais, os generais Sampaio e Tibúrcio. O primeiro, glorioso Patrono da Infantaria do Exército, era de humilde origem. Filho dum simples ferreiro da antiga vila de Monte-mor-o-velho, nasceu na de Tamboril, a 24 de maio de 1810. Assentou praça a 17 de junho de 1830 e tomou parte saliente nas ações de S. Miguel e do Icó contra os rebeldes de Pinto Madeira, no pôsto de sargento. Estêve na Cabanagem paraense de 1835 e na Balaiada maranhense de 1839 a 1841, nesta última guerra civil já como alferes e tenente, participando de 46 combates. Capitão em 1843 e major na campanha de Caseros, em 1852, foi a tenente-coronel em 1861, recebeu logo depois os galões de coronel, comandando uma das brigadas que entraram em Montevidéu, na campanha de 1864 a 1865. Com os bordados de brigadeiro, desde 2 de fevereiro dêsse ano, iniciou a luta contra o Paraguai, atravessando o Paraná a 16 de abril de 1866, combatendo na Confluência a 17, no Itapiru a 18, no Estero Bellaco a 2 de maio e no Passo Cidra a 20, para, à frente da famosa Divisão Encouraçada, ser ferido de morte na 1a. batalha de Tuiuti. Veio a falecer a bordo do vapor "Eponina", não resistindo aos ferimentos, no pôrto de Buenos Aires. Era um disciplinador austero e taciturno, valente como as próprias armas. Seu corpo repousa no cemitério de S. João Batista, em Fortaleza, sob um mausoléu monumental de mármore. E sua estátua, desde 24 de maio de 1900, se ergue na praça Castro Carreira, em frente da Estação Ferroviária.

A outra grande figura militar do Ceará, Antônio Tibúrcio Ferreira de Sousa, filho de Francisco Ferreira de Sousa e neto do famigerado major Ferreira Descampinado, lôbo do antigo Exército Real, veio ao mundo na antiga vila de Viçosa, na serra da Ibiapaba, a 11 de agôsto de 1837. Praça a 26 de junho de 1851, cursou a Escola Militar e era um soldado completo, de ação e de gabinete. Tenente, capitão, major, tenente-coronel e coronel nas campanhas do Prata, comandante, no

Chaco e na Dezembrada, do 12º Batalhão, o Treme-Terra, veterano condecorado por atos de bravura no Riachuelo, Corrientes e nas insuperáveis marchas e batalhas dirigidas pelo marquês de Caxias, inspetor de fortalezas, governador das armas em Pernambuco, diretor da Escola de Tiro de Campo Grande e da Escola Militar do Rio Grande do Sul, aperfeiçoou-se na Europa e publicou trabalhos técnicos de real valor. Faleceu no Ceará no pôsto de brigadeiro a 28 de março de 1885. Seus restos mortais jazeram até recentemente num carneiro humilde da capela do cemitério de S. João Batista, em Fortaleza. Acham-se agora numa cripta sob a imponente estátua que, desafiando a artilharia florianista, caiu de pé, encarando-a com seu olhar de bronze, a 17 de fevereiro de 1891.

O general José Clarindo de Queiroz, também veterano do Paraguai, pode ser considerado como a figura complementar da trilogia de generais cearenses pelo seu preparo, caráter e bravura. O destino quis que, em vida, resistindo às intimações da fôrça, em defesa de seu direito ultrajado, combatesse à sombra da estátua do seu companheiro de armas, a qual, como veemente e mudo protesto de além-túmulo, violentamente apeada pela cegueira das balas, permaneceu de pé, em face do inimigo, como costumava fazer aquêle que representava, quando era vivo.

OS BARCOS DE S. FRANCISCO DE CANINDÉ

Contava-me na infância um veterano da guerra do Paraguai, ferido no combate de Itororó, que, no hospital de sangue, identificava a origem dos seus companheiros de dor pelos santos que invocavam, gemendo. Quando ouvia um dizer: — Ai, *minha* Nossa Senhora de Nazaré! sabia tratar-se dum paraense. Se escutava: — Ai, meu Senhor do Bonfim! era um baiano. Se outro bradava: — Salve-me a Senhora da Aparecida! seria paulista ou mineiro do sul. E todos os cearenses, sem exceção, clamavam: — Valha-me, S. Francisco das Chagas de Canindé!

Essa devoção nasceu no sertão do Ceará com a grande sêca de 1792. Trouxera-a para Canindé um português vindo do Recife, o capitão Francisco Xavier de Medeiros. Favoreceu-a a pregação feita naqueles rincões pelos missionários franciscanos frei Manuel de Santa Maria e São Paulo, frei Bartolomeu e frei José de Santa Clara Monte Falco, que, de 1759 a 1800, andaram em desobriga pela então freguesia de S. José de Ribamar, que se estendia do litoral até o alto sertão, compreendendo em seus limites tanto Fortaleza como o povoado do Canindé, onde outrora se aldearam os índios dêsse nome. Quando acabou a Sêca Grande, como foi chamada, o povo dessa localidade e suas redondezas decidiu levantar ali uma igreja ao santo, que os consolara e salvara nas dramáticas aperturas da crise. Foi benfeitor principal das obras da construção o capitão Francisco Xavier de Medeiros.

Conta-se que o terreno escolhido para a ereção do templo se incluía na gleba da fazenda Renguengues, pertencente a três donos residentes em Pernambuco, os quais formalmente

se negaram a cedê-lo por doação e mesmo por venda. Logo depois dessa negativa, adoeceu um dêles, em breve falecendo. O mesmo aconteceu ao segundo daí a pouco tempo. E o terceiro, mal sentiu que também ia cair doente, prometeu ao santo, se escapasse, dar o terreno pedido. A edificação começou e prosseguiu com esmolas que vinham de tôda a parte. Já estavam as tôrres bastante altas, quando dum dos andaimes escorregou e despencou-se um pedreiro. Ao cair, gritou por S. Francisco e logo se viu suspenso no espaço pela fralda da camisa a uma ponta de viga, o que deu tempo a ser socorrido, e tôda gente do lugar presenciou.

No correr do tempo, os milagres e a fama de S. Francisco foram se espalhando pelos sertões do Ceará e de todo o Nordeste, as romarias aumentando ano a ano, o povoado tornando-se vila e cidade, as promessas multiplicando-se em proporções geométricas, os donativos crescendo, de modo que a primitiva igreja se transformou em imponente basílica moderna e, com os óbolos dos fiéis, os frades franciscanos que regem aquêle patrimônio sustentam admiráveis instituições de caridade, instrução e educação profissional da juventude sertaneja.

O cearense emigrado, aonde quer que vá, leva no coração a fé na proteção de seu grande santo, como aquêles humildes soldados feridos em defesa da honra do Império nos campos inóspitos do Paraguai. Nas selvas amazônicas, nas minas do Amapá, nos seringais do Acre, nos confins de Mato Grosso, nos cafèzais do Paraná ou no asfalto da Babilônia paulista, ao sofrer qualquer golpe do destino, moral ou físico, volta-se para o miraculoso padroeiro da pequena cidade do sertão: — Valha-me, S. Francisco das Chagas de Canindé. Faz-lhe a sua promessa e religiosamente a paga, seja como fôr. Poderá faltar a tudo, menos ao seu querido protetor celeste. Em tôdas as angústias e aflições, dirige-se seu pensamento para o santuário da sua terra natal: a Basílica do Pobrezinho de Assis.

Por isso, os ex-votos ricos e pobres, pintados ou esculpidos, de pau ou de pedra, de metal ou de cêra, atopem os armazéns a êles destinados, anexos à igreja. São em tamanha quantidade que seria impossível guardá-los para sempre. Por isso,

Pequeno barco que navegou do Amazonas ao Ceará com ofertas para São Francisco de Canindé.

ESTE LIVRO PERTENCE AO DAN

todos os anos se escolhem os mais interessantes e significativos, derretendo-se os de cêra para fazer velas e queimando-se os demais. Senão, no fim de dez anos, não haveria mais lugar nos depósitos por maiores que fôssem.

Dentre êsses ex-votos, os mais assombrosos, e esta palavra é mais do que apropriada, são uns barquinhos de 50 a 80 centímetros de comprimento, que vêm dos mais distantes igarapés da Amazônia, pelos afluentes do Rio-Mar, onde êles despejam suas águas, por êle abaixo e pelo oceano afora até as praias nordestinas, trazendo velas para serem acesas no altar do Santo ou dinheiro para missas e para suas obras de benemerência, silenciosos e fiéis mensageiros dos humildes cearenses perdidos na batalha da borracha, dentro das brenhas do Inferno Verde.

Nas suas horas de necessidade e de dor, êsses cearenses fazem suas promessas a São Francisco das Chagas de Canindé e, como não dispõem de outro meio de comunicação com sua terra natal, sabendo que os ribeiros correm para os rios e os rios correm para o mar, como diz a velha canção portuguêsa, constroem êsses barcos, alguns até com certo gôsto artístico, ornamentando-os com carinho, colocam nêles ex-votos ou dinheiro, às vêzes até 2 ou 3 mil cruzeiros, calafetam-nos completamente e os lançam às águas do igarapé ou do rio amazonense onde estão vivendo. Além do enderêço: *Para S. Francisco de Canindé*, pintam em lugar visível outros letreiros neste estilo, por exemplo: *Pede-se à pessoa que encontrar êste barco na beira fazer o favor de pôr para o meio. Graças alcançadas dêste Grande Santo,* ou: *Quem me encontrar parado me empurre para o meio.*

Canoeiros ou pescadores que acham um dêsses pequenos barcos encalhado numa curva do rio ou numa coroa de areia, prêso nas vegetações marginais ou enredado nos camalotes e balseiros, liberta-o e tange-o correnteza abaixo, Assim, êles navegam pelo igarapé, passam ao afluente, seguem pelo Amazonas, são lançados ao mar e as correntes oceânicas se encarregam de levá-los às praias de Tutóia, ou Amarração, do Camocim ou do Acaraú. Jangadeiros e caboclos que ali os

encontram os entregam ao primeiro viandante que siga para o interior e, de mão em mão, levados por um comboieiro ou por um chofer de caminhão de boa vontade, os barcos vão ter às mãos dos frades de Canindé com sua carga intacta. A honestidade daquela pobre gente não lhe permite tocar no dinheiro do santo. E, se tocasse, decerto lhe aconteceria grande desgraça. São às dezenas os barcos dessa espécie que chegam anualmente a Canindé.

Desde longa data costumam as populações ribeirinhas do S. Francisco enviar pelas águas do rio à Lapa do S. Bom Jesus, como dizem, ao Santuário do Bom Jesus da Lapa, na Bahia, suas oferendas em dinheiro dentro de cabaças hermèticamente fechadas, com uma vela acesa em cima, que navegam de bubuia, correnteza abaixo, respeitadas por todos os pescadores e barqueiros. Mas sòmente praticam isso os crentes que habitam a montante da Lapa, baianos e mineiros, a viagem dessas cabaças é relativamente curta e sòmente fluvial, enquanto os barcos de S. Francisco das Chagas de Canindé perfazem distâncias enormes através de alguns dos maiores rios do continente, e do oceano, sendo depois conduzidos por terra a dezenas de léguas do litoral.

O fato do envio dêsses barcos desde os recessos da Amazônia até o sertão cearense, através de inúmeros percalços, é verdadeiramente assombroso, implica um ato extraordinário de fé primitiva, espontânea e ingênua, testemunha a existência, insuspeitada pela gente sofisticada das grandes capitais, dum outro Brasil, dum Brasil que não conhecemos, que está mesmo fora das apressadas e interesseiras cogitações dos que vivem para o futebol, o *café-society* ou a politicagem, Brasil inteiramente à margem dêste Brasil desvirtuado, cosmopolita, sem peculiaridade e sem tradição, que se tem formado no litoral e no qual vivemos. É finalmente um dos atos mais extraordinários da crença do povo nordestino nos seus santos. Acresce que os seringueiros, que não podem ou não sabem construir um dêsses pequenos barcos, enviam suas dádivas ao Padroeiro do Canindé sob a forma de bolas de borracha defumada, sôltas também nas águas correntes, que o Amazonas

despeja no Atlântico e êste atira às praias, onde as pessoas do povo as apanham e mandam pelos mensageiros que encontram ao santuário sertanejo. Todos os anos os frades de Canindé apuram algum dinheiro com a venda dessa borracha, trazida, como diria o clássico, *sob los rios que vão.*

Isto que aqui se narra é tão impressionante que até parece episódio da história de outras eras, dum Brasil, que não é mais dêste tempo utilitário, que talvez já se esteja, por nosso mal, acabando, mas que é belo, por demais belo, assim cheio da inocente, da puríssima fé em Nosso Senhor Jesus Cristo e nos milagrosos santos da Sua Madre Igreja, sobretudo naquele *Poverello*, tão suave e tão pobre, que sabia falar às aves e aos peixes, e recebia nas mãos e nos pés os mesmos estigmas rubros do seu Deus imolado pelos homens, como êle lanceado no flanco e coroado em sangue pela mesma coroa de Glória e de Martírio.

OS PRIMEIROS LIBERTADORES DO BRASIL

Há, sem dúvida, manifesto e suspeito exagêro nas afirmações de alguns pseudo-sociólogos e etnólogos sôbre a influência dos elementos africanos na criação e desenvolvimento da civilização brasileira. O negro predominou em limitadas regiões dêsse imenso País, cuja milagrosa unidade pouco lhe deve, sendo, como é, fruto da fusão de duas humanidades, a humanidade tupi e a humanidade lusa, esta absorvendo aquela no decurso do tempo, depois que realizou seu papel plasmador da nova gente brasileira. As regiões em que o africano quase prevaleceu ou mesmo prevaleceu foram as das lavouras latifundiárias: cana, café, algodão, arroz, cacau, ou da mineração aurífera e diamantífera. Daí os núcleos até hoje ainda não absorvidos, provenientes das antigas escravarias, em alguns lugares do Maranhão, em Pernambuco, na Bahia, em Minas, Rio de Janeiro e norte de S. Paulo. Que é isso em relação com os vastos espaços do Brasil, onde o negro foi desconhecido e só penetrou esporàdicamente? Onde se processavam indústrias extrativas ou pastoris e minerações aleatórias, não houve mister do braço trazido da África. Se não bastaram os escravos indígenas, que os houve em quantidade, o trabalho livre foi suficiente para a exploração dessas riquezas. Lançando os olhos, mesmo ràpidamente, sôbre a carta do Brasil, veremos, em relação à sua imensa área, a insignificância das zonas, quase tôdas litorâneas, onde teve de fato grande vulto o elemento servil africano. No mais, existiu, quando muito, diminuta escravidão doméstica. Nas cidades, como o Rio de Janeiro e Salvador, principalmente, a população negra

Sessão magna da Libertação dos Escravos no salão da Assembléia Provincial em Fortaleza.

foi talvez de dois terços maior do que a branca e mestiça juntas; mas, na Amazônia, nos planaltos sertanejos do Piauí, no interior do Triângulo nordestino das sêcas, nos altos sertões do S. Francisco, da Bahia e de S. Paulo, nas matas do Espírito Santo, em Goiás e Mato Grosso, no Paraná, em Santa Catarina e nos campos do Rio Grande do Sul, a verdade incontrastável é a ausência ou quase ausência da África.

Necessária se torna esta explicação para que se compreenda a relativa pouca importância da escravaria em terras como a antiga província do Ceará, onde, nos tempos idos, houve mais escravos índios do que negros, devido aos poucos recursos de sua agricultura litorânea e onde a vida pastoril dos sertões não exigia grande número de braços para criação de rebanhos soltos em largas sesmarias, nas quais aos poucos se foram delimitando as fazendas. As crônicas locais, traçando o perfil dos tempos da Colônia e da Monarquia, com o devassar do território, o povoamento das ribeiras e as lutas ferozes contra o gentio bárbaro e entre as famílias feudais, contìnuamente aludem aos indígenas escravizados às fainas rurais, disciplinados em bandos de sicários e misturados a tôdas as atividades sociais, quase nunca ao negro. No sertão cearense, reinou o caboclo como sequaz e auxiliar do branco. O negro foi e ainda é, naturalmente, ave rara. O que folclòricamente se transmite no falar do povo:

— Lá vêm dois homens *e um negro.*

— Lá vão três mulheres *e duas negras.*

Isto fêz com que menor fôsse a resistência oposta pelos fazendeiros, sitiantes e proprietários ao movimento libertador, que, ali, em rápidas labaredas, consumiu em pouco tempo a escravaria. Foi o Ceará a primeira província do Império a se ver limpa da triste mancha da escravidão. E daí o glorioso apelido que lhe foi pôsto e que é título de legítimo orgulho: Terra da Luz.

O exemplo partiu da cidade do Acarape, mais tarde crismada por êsse motivo em Redenção. A 1º de janeiro de 1883, ali se procedia ao primeiro ato de libertação em massa de nossa história. Eram declarados livres todos os escravos do mu-

BIBLIOTECA DIRETORIO ACADEMICO NOGUEIRA DE PAULA

nicípio, homens e mulheres, empregados nas fainas agrícolas e domésticas, ao todo 116 descendentes de africanos. Êste número, tratando-se duma zona de intensa lavoura açucareira, vem em abono da tese que acima ficou exposta. A 25 de março seguinte, os municípios do Icó e de Baturité, o primeiro criador, o segundo com importantes cafèzais serranos, imitaram o Acarape. Em 1884, já não havia escravos na província, senão os que das vizinhas e de outras mais distantes, conhecedores do que nela se passava, para ela se dirigiam, rompendo a pé ínvios caminhos, a fim de escaparem ao duro cativeiro, o que era na verdade de enternecer, pois, ao pisarem a terra cearense, êsses infelizes caíam de joelhos e davam graças a Deus. Os jangadeiros e embarcadiços que faziam o tráfego do pôrto de Fortaleza, chefiados por Mestre Chico do Nascimento ou Chico da Matilde, o famoso Dragão do Mar, recusando-se a embarcar escravos para o Sul, impediam que do Ceará fôssem mandados de novo para a senzala e o eito, não só os escravos locais, como os que ali se refugiavam. E as Sociedades Libertadoras, multiplicando-se por todo o território, tinham apressado o fim do cativeiro na pátria de Alencar.

O grande ato de libertação do Acarape teve enorme repercussão em todo o Brasil. A imprensa do Rio de Janeiro — "Jornal do Comércio", "Gazeta de Notícias", "Fôlha Nova", "Revista Ilustrada", o próprio "Mequetrefe" — comemoraram o feito com estardalhaço. As penas do ilustrado Ennes de Sousa, do grande Ferreira de Araújo, do ardente Quintino Bocaiúva, do glorioso Machado de Assis, do entusiasmado Generino dos Santos, do imortal visconde de Taunay, do austero João Clapp, do erudito Carlos de Laet, do arrebatado José do Patrocínio, do poético Alberto de Oliveira, do decidido Busch Varela, do sentimental Valentim Magalhães e do inspirado Luis Murat consagraram a glória da cidade da Redenção. A mocidade da Escola Militar da Praia Vermelha editou uma poliantéia glorificadora sob o título "Ceará", na qual escreveram grandes homens e moços que em anos futuros chegariam às mais altas posições do País: Dias de Oliveira, Lauro Müller, Saturnino Cardoso, Ximeno Villeroy, Jaime Benévolo, Antônio

Azeredo, Benjamin Constant, Paulo de Frontin e André Rebouças. Houve passeata pela cidade e comício no largo de S. Francisco com discursos e recitativos de poesias alusivas ao fato. Nunca um pequenino pedaço de chão do interior nordestino teve maior glorificação na capital brasileira.

Hoje quase se não fala mais nêle. Sua glória é como a luz tênue duma lâmpada ao fundo dum santuário. Sòmente os que se curvam, por amor do Brasil, sôbre os documentos empoeirados e as páginas amarelecidas dos velhos livros ainda palpitam de entusiasmo por essas e outras glórias de tempos idos. Os raros viajantes que, vencendo a estrada de rodagem de Fortaleza a Baturité por Parangaba e Mondubim, atravessam a dormente cidade da Redenção, ex-Acarape, avistam no centro duma praça modesta, batido de sol, um monumento impressionante, cujas epigrafias são como um ensinamento vivo, relembrando o glorioso dia da primeira libertação completa dos escravos num município brasileiro.

Numa de suas faces, a inscrição recorda os nomes daqueles denodados abolicionistas que fundaram a 14 de dezembro de 1888 a Sociedade Libertadora Acarapense: presidente José Raimundo de Maravalho, procurador Benigno Gonçalves Glória, 1º secretário João Alberto de Melo, 2º secretário Joaquim Agostinho Fraga, tesoureiro Luis Martins, orador Aleixo Anastácio Gomes e advogado Deocleciano Ribeiro de Menezes. E acrescenta: "Homenagem à invicta Sociedade Cearense Libertadora. Cidade inexpugnável do civismo cearense."

Na outra, lê-se êste curto e expressivo memorial: "Cincoentenário da Abolição. Homenagem do Povo Redencionista aos seus bravos antepassados que, a 1º de janeiro de 1883, antes que todos no Brasil, proclamaram a liberdade da raça negra e fizeram de sua terra *o berço das auroras e a primeira faísca de heroísmo atirada aos ventos do futuro.* 1-1-1883 = 1-1-1933."

Enfim, na última face, o preito devido aos primeiros libertadores do Brasil: "Sociedade Redentora Acarapense. Fundada em 8-12-1882. Presidente Gil Ferreira Gomes de Faria. Procurador Antônio da Silva Ramos. 2º secretário R. A. Gomes Carneiro. 1º secretário Henrique Pinheiro Teixeira. Te-

soureiro padre Luís Bezerra da Rocha. Delegado Deocleciano de Menezes."

Mostram essas inscrições que o ato liberatório completado em janeiro de 1883 fôra preparado por essa associação com pouca antecedência, pois se fundara em 8 de dezembro de 1882. Bastaram-lhe 23 dias para libertar sem encontrar resistência tôda a população escrava dum município de intensa vida agrícola. É mais um fato em apoio do que deixamos dito no início dêste estudo. Bendita a terra e bendito o povo que, sem uma gôta de sangue, lavou a mancha da escravidão, quando isso nos Estados Unidos custou uma das mais longas, custosas e cruentas guerras da história!

Quando a tarde desce e o sol se deita por trás do denteado paredão azul da serra do Baturité, todos os dias, um raio de luz, rompendo as gases violetas do crepúsculo, aponta um a um, no obelisco erguido na melancólica praça do Acarape, os nomes gloriosos e pouco conhecidos dos primeiros libertadores do Brasil.

OS CABEÇAS-CHATAS NA ANTROPOLOGIA E NA HISTÓRIA

Apesar de muitos piauienses, rio-grandenses do norte, paraibanos, alagoanos, sergipanos e até pernambucanos e maranhenses serem muito braquicéfalos, mais do que aos outros nortistas e nordestinos aos cearenses se aplica a alcunha de cabeças-chatas, cuja origem ainda não foi possível estabelecer com segurança. Já houve até quem aventasse que o achatamento da cabeça do cearense provém da rêde em que nasce, descansa, dorme, morre e é enterrado, seu berço, seu tálamo e muitas vêzes seu esquife, pois que nela são os pobres levados ao cemitério. Outros admitem que êsse formato caraterístico promana dos tipos raciais que compuseram a sua mestiçagem.

É curioso que nenhuma das tribos indígenas do Ceará usasse qualquer dos sistemas de deformação craniana em voga no continente americano. La Condamine, que viajou no Amazonas no século XVIII, refere-se aos índios Omáguas, chamados pelos portuguêses Cambevas, que em tupi significa cabeça-chata, os quais imprensavam entre duas talas de madeira a cabeça dos recém-nascidos, achatando-as, a fim de se parecerem com a lua-cheia. D'Orbigny, Lewis e Clark descrevem outros cabeças-chatas existentes nos Estados Unidos e na Colúmbia Britânica, Quilamoques, Clastropes, Chinuques e Catlamahas, todos useiros na prática da mesma operação nas crianças. Afirmam que o bárbaro costume era corrente no seio de tôdas as nações indígenas das Montanhas Rochosas.

Nenhuma referência conheço sôbre essa prática nas regiões nordestinas, embora na toponímia cearense se encontre

o têrmo Cambeba, variante de Cambeva. Ademais, o achatamento artificial da cabeça entre os Omáguas, que durava mais ou menos um ano, se processava de modo a inclinar a testa e a espremer o crânio verticalmente, a fim de obter a semelhança da cara com a lua-cheia, enquanto que o natural do cearense se afirma sobretudo no occipital.

O conde de Gobineau notou êsse costume entre os povos uralo-altaicos, porém no sentido da dolicocefalia, com a preocupação, segundo opina, de imitar a raça ariana aristocrática e dominadora. Na América, achava êle que o achatamento braquicefálico tinha em vista o desenvolvimento das faculdades mentais. Desde remotas idades e entre os mais variados povos ocorrem as deformações cranianas. Heródoto e Hipócrates, Plínio e Estrabo citam os macrocéfalos da Cítia Meridional. No sul da Rússia, na Europa Central e Ocidental, os arqueólogos descobriram crânios antiquíssimos com visíveis sinais de deformação. Idênticos achados registraram-se na Ásia Menor, na África e na Oceania. Contudo, em pequena escala. Por isso, os antropólogos afirmam que a terra clássica dessas deformações é o continente americano, cujos povos as conseguiam em talas de madeira, tiras de ouro, fôrmas de barro, mesmo massagens violentas que podiam causar a morte ou afetar o cérebro. Algumas tribos só aplicavam êsses métodos às crianças do sexo masculino.

Topinard, autor de erudito ensaio sôbre a matéria, expõe a variedade dos sistemas deformativos entre povos, tribos e até famílias, que por êles se distinguiam umas das outras. Das dezesseis espécies que anotou dez pertencem à América. São dois os métodos principais: o que afunila a cabeça e o que a levanta. Ao primeiro pertencem a *deformação do occipital,* da costa peruana, do arquipélago de Vancouver, da Malásia e de alguns crânios pré-históricos da França; a *quadrangular,* da América do Sul e dos Peues; a *cuneiforme,* dos Nanhoas, dos Natchez, dos Chinuques e dos Taitianos; a *trilobada,* da ilha dos Sacrifícios no gôlfo do México, e a *cordiforme,* estudada por Broca no Peru. No segundo se enquadram a do *achatamento da testa* dos crânios pré-históricos de Tolosa; a *cuneiforme deitada,* dos Caraíbas, dos Guaranis setentrionais e de algumas tribos de Vancouver; a *simétrica,* dos Aimarás, a *macrocéfala,* dos antigos citas dividida por Foville e Lunier em *anular* e *bilobada,* e a *frontal simples,* de muitos povos pré-históricos da Europa.

No Brasil, praticavam o achatamento do crânio os Omáguas da Amazônia e os Cambevas do alto Paraguai, em Mato Grosso. Não tenho notícia de outros *flat-heads,* na consagrada expressão de Morton, na terra cearense, habitada por Tupis, Cariris e Tremembés, nenhum dos quais seguia a bárbara usança dos achatadores de crânios e eram naturalmente braquicéfalos. Assim se verifica que o apelido de cabeça-chata do cearense não lhe advém duma tradição nascida do costume cruel que analisamos.

Ouvi na minha infância algumas pessoas idosas apontarem para essa antonomásia uma origem histórica. Na época da Independência, as milícias do Ceará sob o comando de Tristão de Alencar Araripe e José Pereira Filgueiras marcharam para o Piauí e o Maranhão a combater a tropa de linha do famigerado major português Cunha Fidié, que dominava o interior daquelas províncias. Embora varridos pela metralha no campo do Retiro do Jenipapo, os milicianos cearenses acabaram entocando os soldados lusos em Caxias e obrigando seu chefe a render-se. Nesse tempo, os infantes portuguêses usavam altas barretinas afuniladas e pontudas, enquanto que os brasileiros traziam barretinas evasadas, de copa larga e achatada. Os adversários puseram-lhes por isso a alcunha de cabeças-chatas. Embora no Brasil a indumentária militar tenha sido motivo de alguns apelidos regionais como os Periquitos da Bahia e de Pernambuco, devido aos penachos, golas, canhões e chouriças verdes e amarelos, os Barrigas-Verdes de Santa Catarina e de Maranguape no Ceará, por causa das véstias e lapelas dessa côr, não aconselha a prudência aceitar sem mais completa averiguação a tradição oral colhida na minha meninice. Ela seria, no entanto, verdadeiro título de glória para os cearenses, se a história já os não houvesse condecorado com muitos outros.

O mais lógico será admitir *si et in quantum* que a designação venha mesmo da abundância de indivíduos de cabeça naturalmente chata entre os cearenses, maior do que entre os outros nordestinos e nortistas. Muitas vêzes a gente procura longe o que está perto e busca origens bizarras e complicadas quando elas são simples e fáceis. Tão simples e tão fáceis que nelas não acreditamos e, como se diz na gíria, tomamos o bonde errado.

O presente trabalho foi composto e impresso nas oficinas gráficas da Imprensa Universitária do Ceará Av. Visc. de Cauípe, 2932 - Fortaleza

BIBLIOTECA